

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**Pós-Graduação em Geociências  
Área de Educação Aplicada às Geociências**

**NELSON RODRIGUES SANJAD**

Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1873

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geociências, Área de Educação Aplicada às Geociências.

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria Margaret Lopes

**CAMPINAS – SÃO PAULO**

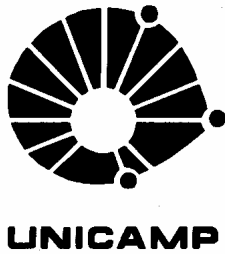
Outubro – 2001

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IG - UNICAMP

Sa58j Sanjad, Nelson Rodrigues  
Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873 / Nelson Rodrigues Sanjad.- Campinas,SP.: [s.n.], 2001.

Orientador: Maria Margaret Lopes  
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Jardins Botânicos – Pará – História. 2- Jardim Botânico do Grão-Pará. I. Lopes, Maria Margaret. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências III. Título.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS  
ÁREA DE EDUCAÇÃO APLICADA ÀS GEOCIÊNCIAS**

**AUTOR: NELSON RODRIGUES SANJAD**

**ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Margaret Lopes**

**Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**PRESIDENTE: Profa. Dra. Maria Margaret Lopes**

**EXAMINADORES:**

**Prof. Dr. \_\_\_\_\_ - Presidente**

**Prof. Dr. \_\_\_\_\_**

**Prof. Dr. \_\_\_\_\_**

Campinas, de \_\_\_\_\_ de 2001



Para João Pedro e Francisco,  
que eu e Andréa encontramos ao passear por jardins celestes.



## AGRADECIMENTOS

---

Às instituições que acolheram e financiaram esta pesquisa: Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – IG/Unicamp, pelo constante apoio no período que a ele estive vinculado; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de mestrado que me foi concedida; e Museu Paraense Emílio Goeldi, pelo apoio dado durante minha pesquisa em Belém.

À professora Maria Margaret Lopes, pelo empenho que demonstrou ao orientar todas as idas e vindas da pesquisa e pela generosidade no empréstimo e na indicação de fontes.

Às professoras Sílvia Figueirôa e Maria Amélia Dantes, pelas preciosas sugestões dadas ao trabalho durante minha qualificação, que procurei acatar na presente versão.

Às várias pessoas que contribuíram com o trabalho, seja indicando-me fontes, lendo os originais ou conversando sobre o assunto. Sou particularmente grato aos professores Magda Ricci e Rui Murrieta, pela leitura atenta e generosa, pelos comentários, correções e sugestões; Aldrin Figueiredo e Décio Guzmán, que souberam municiar-me com referências bibliográficas e muitos palpites instigantes; Marcos Chor Maio, com quem travei um fértil diálogo e tive a satisfação de trabalhar; Ângela Domingues, correspondente generosa que me presenteou com alguns textos; e Maria Cristina Bruno, pela ajuda que me deu quando tudo estava apenas começando. Durante minha estadia no Museu Paraense Emílio Goeldi, contei com o apoio e pude trocar idéias com Peter Mann de Toledo, Edithe Pereira, Vera Guapindaia, Jorge Pozzobon e Ricardo Secco. Também devo agradecer a Sônia Moraes e Regina Maria Ferreira, por toda prestimosa ajuda.

Aos funcionários das bibliotecas e arquivos que frequentei: Arquivo Público do Estado do Pará; Biblioteca Pública Arthur Vianna; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em especial os funcionários da Seção de Manuscritos e da Divisão de Informação Documental; Museu Paulista/USP; Museu de Zoologia/USP; Instituto de Estudos Brasileiros/USP; Instituto de Biociências/USP; Faculdade de Direito/USP; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP; Biblioteca Central/Unicamp; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp; Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp; e Instituto de Geociências/Unicamp. Em todos esses lugares encontrei pessoas dedicadas e atenciosas. Do Departamento de Documentação e Informação do Museu Paraense Emílio Goeldi, devo um agradecimento especial a Vera Almeida, Doralice Romeiro, Francileila Jatene, Fátima Teles e Berenice Cavalcante.

Meu presente trabalho também foi muito favorecido pelo incentivo e apoio afetivo de amigos que me acompanham desde muito e são fundamentais para o bom funcionamento da vida: Benedito Nunes, Maria Sylvia Nunes, João Augusto O' de Almeida, Márcia Fernandes, Lilia Chaves, Lúcio Flávio Pinto, Ricardo Ono, Elaine Ono, Rodrigo Lima (que aqui representa sua família), Thaís Melo, Karan Takieddine e Ana Rosa Silva. Por fim e com saudade, Francisco

Paulo Mendes viu nascer minhas primeiras idéias sobre esse trabalho, e como sempre o fazia, com vivo interesse e curiosa disposição. Oxalá eu possa perpetuar a memória de sua generosidade.

Aos colegas do IG/Unicamp, especialmente Ermelinda Moutinho Pataca, Alex Varela, Rachel Pinheiro, Eunice Rios, Clarete Silva, Rafael Straforini, Tatiana Scalco da Silveira, Rosana Horio e Fernanda Silva. Com eles dividi – e espero continuar dividindo – idéias, livros, alegrias e tristezas.

Aos funcionários do IG/Unicamp, pela atenção que me dedicaram durante nossa convivência. Serei eternamente grato a dois anjos-da-guarda que conheci no IG, Valdirene Pinotti e Ângela Maria Cunha.

Aos meus pais, Omar e Maria Isabel Sanjad, e aos meus tios, Fausi e Adel Sanjad, que fizeram o que estava a seu alcance para possibilitar-me condições materiais confortáveis para o desenvolvimento do trabalho. A eles devo a oportunidade de ter feito esse mestrado. Para eles vão meus maiores agradecimentos e para eles guardo meu melhor carinho.



*Acrescente-se a tudo isso que os pensamentos postos no papel  
nada mais são que pegadas de um caminhante na areia:  
vemos o caminho que percorreu, mas para sabermos o que ele viu nesse caminho,  
precisamos usar nossos próprios olhos.*

Arthur Schopenhauer, *Sobre Livros e Leitura*, 1851



## SUMÁRIO

---

Índice de Figuras	p. xii
Lista de Siglas	p. xiii
Introdução	p. 01
Capítulo 1 – Os jardins botânicos na Europa Moderna	p. 21
Capítulo 2 – O Jardim Botânico do Grão-Pará, <i>La Gabriele</i> e os demais jardins luso-brasileiros	p. 61
Capítulo 3 – O Jardim de São José: de “jardim botânico” a “jardim público”	p. 133
Conclusões	p. 187
Referências bibliográficas	p. 201

## ÍNDICE DE FIGURAS

---

- Fig. 1.1 – Desenho de Antônio José Landi para o Palácio dos Governadores do Grão-Pará, construído entre 1767 e 1771.
- Fig. 1.2 – Desenho de Antônio José Landi para o jardim anexo ao Palácio dos Governadores do Grão-Pará.
- Fig. 2.1 – Planta da praça da cidade de Belém do Pará tirada em 1751 (anônima).
- Fig. 2.2 – Planta da Cidade do Pará (anônima), ca. 1754-1761.
- Fig. 2.3 – Planta da Cidade do Pará, assinada por Gaspar Gronsfeld e datada de 1771.
- Fig. 2.4 – Planta da Cidade do Grão-Pará fortificado pelo método mais simples e menor despesa que pode admitir a irregularidade da sua figura e desigualdade de seu terreno, e em parte pantanoso, e em parte dos obstáculos ou dificuldades que se acham na margem do rio..., assinada por Gaspar João Geraldo de Gronsfeld e datada de 1771.
- Fig. 2.5 – Planta em que se mostra como se pode fortificar uma parte desta cidade do Grão-Pará pelo método mais simples que pode admitir o terreno pantanoso fazendo permanente o lago do Piry por onde fica inatacável este projeto..., assinada por Gaspar João Geraldo de Gronsfeld e datada de 1773.
- Fig. 2.6 – Plano Geral da Cidade do Pará em 1791, assinado por Theodósio Constantino de Chermont.
- Fig. 2.7 – Plano Geral da Cidade do Pará em 1791, assinado por Theodósio Constantino de Chermont (destaque ao local onde foi demarcado o Jardim Botânico do Grão-Pará em 1798).
- Fig. 2.8 – Planta do Pântano chamado Piri, assinada por João R. Nogueira, ca. 1804-1805.
- Fig. 2.9 – Plano do Pará (anônimo), s.d.
- Fig. 2.10 – Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 30 de abril 1800 (detalhe).
- Fig. 2.11 – Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 20 de junho 1800 (detalhe).
- Fig. 2.12 – *Habitation Royale des Épiceries, dite la Gabriele*, relatório anônimo, s.d. (detalhe).
- Fig. 2.13 – Ordenança de João Severiano Maciel da Costa sobre a *Habitation Royale des Épiceries*. Caiena, 24 de fevereiro de 1810.
- Fig. 3.1 – Jardim Público do Pará. Gravura de Herbert Smith, 1870.

## LISTA DE SIGLAS

---

AN	Arquivo Nacional do Rio de Janeiro
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
BN	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS  
ÁREA DE EDUCAÇÃO APLICADA ÀS GEOCIÊNCIAS**

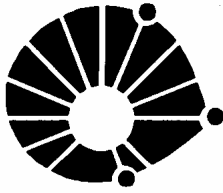
**NOS JARDINS DE SÃO JOSÉ:  
UMA HISTÓRIA DO JARDIM BOTÂNICO DO GRÃO-PARÁ, 1796-1873**

**RESUMO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Nelson Rodrigues Sanjad**

O objeto dessa tese é a institucionalização das ciências naturais na Amazônia entre o fim do período colonial e meados do século XIX, quando foi criado e manteve-se funcionando o Jardim Botânico do Grão-Pará. Para esse estudo foram utilizados referenciais teóricos da história da ciência, assim como fontes primárias e secundárias. A tese foi dividida em três capítulos. No primeiro, foi feito um panorama das transformações ocorridas nos jardins botânicos da Europa Moderna, enfocando a montagem das redes de jardins coloniais no século XVIII. O caso de Portugal foi analisado mais detidamente. No segundo, destacou-se a função estratégica de Belém no contexto das disputas territoriais de Portugal na segunda metade dos setecentos. A instalação do jardim botânico do Grão-Pará, em 1798, foi analisada tendo-se como referência tanto esse contexto de disputa quanto as tentativas de diversificação da agricultura colonial. O capítulo trata, ainda, do papel que o jardim paraense viria a desempenhar na rede de jardins luso-brasileiros. No capítulo final, demonstrou-se que os conflitos ocorridos durante o processo de independência do Brasil e durante a Regência, particularmente violentos no Pará, inviabilizaram o funcionamento do jardim botânico. Em 1839, o jardim paraense tornou-se uma instituição provincial, tendo sido recuperado, após essa data, de acordo com novos modelos institucionais. Transformado em jardim público, deixou de ser identificado como um espaço para a prática das ciências naturais. Simultaneamente a essa mudança, a função que o jardim desempenhava como espaço de sociabilidade intelectual foi assumida por novas instituições, como o Museu Paraense, criado em 1866. Finalmente, em 1873, o jardim botânico foi abandonado por estar em local considerado inadequado.



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOCIÊNCIAS  
ÁREA DE EDUCAÇÃO APLICADA ÀS GEOCIÊNCIAS**

**NOS JARDINS DE SÃO JOSÉ:  
UMA HISTÓRIA DO JARDIM BOTÂNICO DO GRÃO-PARÁ, 1796-1873**

**ABSTRACT**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Nelson Rodrigues Sanjad**

The object of this thesis is the institutionalization of natural sciences in Amazonia between the end of the colonial period and the first half of the 19<sup>th</sup> century, through the foundation of the Grão-Pará Botanic Garden. For this study I used current theoretical references in history of science, and primary and secondary sources. The thesis was divided in three chapters. In the first one, I present the scenario of the transformations occurred in the botanic gardens throughout modern Europe, focusing on the articulation of the colonial botanic gardens' network in the 18<sup>th</sup> century. The case of Portugal is analyzed in more details. In the second one, I emphasize the strategic role of Belem within the context of territorial disputes of the Portuguese Crown in the second half of 1700s'. The creation of Belem's botanic garden in 1798 was analyzed within this context of dispute as well as part of the many attempts in diversifying the colonial agriculture. In addition, this chapter also analyses the role of Belem's botanic garden within the Luso-Brazilian exchange network of plants. In the final chapter, I show that the conflicts that occurred in Brazil during the independence process and the regency, particularly vicious in Para, made impossible the normal functioning of the Belem's garden. In 1839, the botanic garden became a provincial institution, thus being restored according to new institutional models. Turned into a public garden, the botanic garden was not seen as locus for the practice of natural science any longer. Simultaneously to this change, the former function of the botanic garden was gradually taken over by new institutions such as the Museu Paraense, created in 1866. At last, in 1873 the botanic garden's location was considered inappropriate, resulting in its final close.





## INTRODUÇÃO

---

Em 1859, o médico Robert Avé-Lallemant passou por Belém em sua viagem ao norte do Brasil. Ficou bem impressionado com a cidade. Elogiou os antigos prédios e as ruas de bom aspecto. Mas era a “superioridade”, a “onipotência da Natureza” local que o interessava. Avé-Lallemant viajou alguns milhares de quilômetros para poder ver com seus próprios olhos as “variadas maravilhas”, a “diversidade de belezas” já tantas vezes descritas, mas que precisavam ser experimentadas por aqueles que queriam ter “o coração e o espírito” refeitos (Avé-Lallemant, 1980:29). Talvez por esse motivo um “maravilhoso viveiro de plantas” que existia então na cidade tenha chamado sua atenção. Não propriamente por causa da coleção botânica que reunia, mas pelo contraste que oferecia quando comparado ao “jardim botânico” que existia do lado de fora, nos arredores e mesmo diante da cidade:

“A cidade do Pará tem até um Jardim Botânico. É, na verdade, um jardim sem estufas, cujo solo mesmo é pouco propício; contudo crescia nele admirável vegetação, diferente da que se estendia sem peias por centenas de milhas dali pelo interior. Não quero ser injusto para com o Jardim Botânico do Pará e seu honrado jardineiro francês, entretanto, um jardim assim, parece-me empreendimento inútil. Têm-se, sem dúvida, plantado nele, dracenas, iúcas, agave e cactos; vêm-se até várias plantas raras, uma pequena palmeira-leque, das nervuras de cujas folhas se fazem chapéus-do-chile e semelhantes, mas o jardim botânico, fora desse pequeno, maravilhoso viveiro de plantas, é muito maior, superior, muito mais rico e muito mais atraente” (*id. ibd.*:31).

Para o olhar estrangeiro, parecia curioso – até mesmo “inútil” – manter um jardim botânico cultivado com plantas exóticas numa cidade que tinha, à sua porta, a floresta amazônica. Quantas espécies não poderiam ser recolhidas em um simples passeio ao rio Pará, perguntava-se o alemão. Quanto mais se o viajante se dispusesse a seguir o curso dos grandes rios da região, como ele mesmo o faria. Mas os vegetais que Avé-Lallemant considerava dignos de figurarem num jardim botânico, como a “graciosa” palmeira euterpe e as “agressivas” astrocárias, eram para

os moradores de Belém bastante conhecidos. Estavam à altura das mãos ou mesmo já plantados em muitos quintais. Quando não, poderiam a qualquer momento ser coletados nas matas. Não será difícil identificar, portanto, que o que tornava incongruentes a opinião do médico e o trabalho dos administradores do jardim paraense era uma questão conceitual: a própria seleção das qualidades ou requisitos para que uma planta fosse incorporada ao jardim.

O estranhamento do médico com a coleção encerrada no jardim deve-se, certamente, ao fato de lhe ter escapado que aquelas dracenas, iúcas, agaves e cactos representavam simultaneamente diversos aspectos do que já foi definido como o “invisível” das coleções (Pomian, 1984). Ou seja, todas aquelas plantas, ao serem expostas ao olhar, tornavam-se intermediárias entre os espectadores e algo imaterial, não apresentado, mas subentendido. Podiam referir-se a uma tradição, a um coletor ou jardineiro julgado importante, a um doador, a um lugar exótico e distante, a outros climas ou mesmo à memória dos fatos do passado. Quais os significados, portanto, daquele “maravilhoso viveiro de plantas” para os moradores e governantes da cidade? Por que escolheram um “honrado jardineiro francês” para chefiar esse horto? Enfim, quais os motivos para a existência daquele jardim naquele lugar?

Essas e outras questões tentaremos responder nesse estudo. O auxílio inicial que Avé-Lallemant nos deu, com sua crítica impiedosa, serviu para direcionarmos o olhar ao passado, em busca da origem daquela aparente contradição. No caminho, nos deparamos com algo inusitado. Nosso objeto de estudo, o Jardim Botânico do Grão-Pará, não foi sempre um “maravilhoso viveiro de plantas”. Suas coleções, aparência, atividades e mesmo localização mudaram muito durante a sua existência. Variaram conforme o contexto político, econômico e social, conforme o entendimento e a vontade das autoridades e dos seus administradores, conforme a própria concepção de “jardim botânico” e da utilidade da ciência botânica. Essa “descoberta”, confessamos, fez com que nosso mote inicial – as palavras de Avé-Lallemant – perdessem muito em sentido diante da movimentada história daquele jardim.

Para contar essa história, precisaremos recuar ao ponto de partida, ao momento em que a Coroa portuguesa decidiu implantar um jardim botânico em Belém do Grão-Pará, pressupondo de imediato que – na origem de qualquer instituição estatal destinada a colecionar objetos, naturais ou artificiais – “existe um ato das autoridades públicas ou de uma coletividade. E são elas que assumem depois as despesas da conservação dos objetos, da sua exposição, do enriquecimento

dos fundos [da instituição] (...), exercendo sobre esses uma tutela exatamente pelo fato de deverem zelar pelo respeito devido à lei” (*id. ibd.*:83).

O ano era o de 1796. De acordo com a política de diversificação agrícola posta em prática na época, a Coroa julgou importante o estabelecimento de jardins botânicos nas suas colônias. Tais jardins viriam, por um lado, fortalecer a orientação pragmática das pesquisas e das instituições científicas criadas em Portugal no período, e, por outro lado, buscariam a renovação da agricultura colonial por meio da introdução de novas espécies, exóticas ou nativas, e também de novas técnicas rurais (Dias, 1968)<sup>1</sup>. O jardim do Grão-Pará foi o primeiro a ser instalado, em 1798. Deveria funcionar como um dos entrepostos da rede lusitana de intercâmbio de espécies vegetais, cabendo-lhe nessa rede um lugar de destaque pelo potencial da vegetação amazônica para o comércio e pela proximidade com as colônias francesas que já tinham em funcionamento jardins similares, cultivando inclusive espécies exóticas ambicionadas pelos vizinhos portugueses (Jobim, 1986). Num outro âmbito, estava vinculado a um amplo programa empreendido pelas autoridades metropolitanas e coloniais que visava, sobretudo, reforçar a soberania lusitana no vale amazônico. Como veremos a seguir, a instalação do jardim botânico foi concomitante à reforma urbana empreendida em Belém entre os anos de 1790 e 1810, a qual pretendeu transformar o jardim no centro de um complexo agrícola e comercial, ao mesmo tempo em que solucionava os problemas sanitários da cidade. Foram construídos, além do jardim botânico, um Passeio Público, um Jardim de Recreio, um campo de experimentação agrícola conhecido como Jardim das Caneleiras e um largo destinado à venda das plantas cultivadas nesse complexo. Todos esses estabelecimentos surgiram da drenagem e do aterro de um igarapé que então dividia a cidade ao meio. A nova área urbana passou a ser conhecida como São José em virtude da existência no local de um antigo convento de padres capuchinhos, transformado em quartel militar após a expulsão dos missionários.

Com a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, e a posterior anexação da Guiana Francesa em 1809, a rede de jardins luso-brasileiros se consolidou. Em Caiena, os portugueses se apoderaram da *Habitation Royale des Épiceries*, mais conhecida como *La Gabriele*, e de outras propriedades menores. Foram esses estabelecimentos que estiveram, de certa forma, na origem dos demais jardins luso-brasileiros, criados para aclimatar as espécies cultivadas pelos franceses na Guiana e transferidas através do jardim paraense. Em 1810, o

---

<sup>1</sup> Sobre o contexto da criação dos jardins coloniais, ver, também, Novais (1995).

Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, existente desde a chegada da Corte, foi ampliado graças às plantas que chegavam de Caiena e Belém. No ano seguinte, criava-se em Olinda, Pernambuco, jardim botânico similar, cuja função era tanto aclimatar as espécies que caíram em poder dos portugueses quanto servir de entreposto para as remessas que rumavam do norte para a Corte (Mello Neto, 1954).

Apesar de bem sucedidos, esses intercâmbios não duraram muito tempo. Após a devolução da Guiana à França, em 1817, não mais registramos grandes remessas entre os jardins. O estabelecimento paraense, contudo, continuou realizando experimentos agrícolas, pelo menos até 1821. As dificuldades então criadas pelos conflitos da Independência, aprofundando uma crise econômica de mais antiga data, prejudicaram o funcionamento do jardim (Reis, 1946). Por todo o Primeiro Reinado e Regência, a instituição permaneceu virtualmente abandonada, embora não tivessem sido poucos os projetos para reanimá-la. Com a revolta popular conhecida como Cabanagem (1835-1840), o complexo formado pelo horto, pelos terrenos adjacentes destinados ao cultivo de especiarias e pelo Passeio Público, degradaram-se a tal ponto de não mais ser possível sua recuperação.

Em 1839, no contexto das reformas regenciais, o jardim botânico se tornou uma instituição provincial. A partir daí, de acordo com o entendimento das autoridades locais e com os novos modelos institucionais que se firmavam na Europa, foi progressivamente transformado em jardim público, perdendo seu caráter experimental. Tentaremos identificar que sentido as autoridades locais deram ao antigo jardim colonial, anacrônico diante da nova conjuntura. Da mesma maneira, como as atividades científicas foram incentivadas com o objetivo de reconstruir a província, que – além da depressão econômica por que passava – tivera boa parte de suas unidades produtoras destruídas pela Cabanagem<sup>2</sup>. Temos em vista que não trataremos de instituições localizadas no Rio de Janeiro ou de naturalistas que transitavam na Corte, mas no Grão-Pará, uma região que, até 1808, era autônoma em relação ao poder constituído no sul e cujos dirigentes relutaram até o limite em se associar aos grupos políticos que lutavam pela independência, optando por permanecer distantes do que chamavam a “causa do Brasil” (Barata, 1975)<sup>3</sup>. Esse fato implica, necessariamente, em considerarmos os acontecimentos políticos da

---

<sup>2</sup> Para Santos (1980), a Cabanagem representou o ponto final no processo de desarticulação da economia colonial, com a destruição dos ativos (engenhos, fazendas, campos de agricultura e pecuária), desaparecimento de escravos, déficit populacional, surtos epidêmicos e piora das condições sanitárias.

<sup>3</sup> Sobre o processo de independência na Amazônia, ver, também, Reis (1965 e 1986).

primeira metade do século XIX, principalmente aqueles que permitiram a transformação de uma colônia estratégica para o império português, como o Grão-Pará, administrado diretamente por Lisboa, numa região a ser incorporada pelo Estado brasileiro gestado no Rio de Janeiro (Reis, 1994). Nesse processo, a Cabanagem é mais importante para estudarmos a passagem de um para outro contexto (do “colonial” para o “nacional”) do que os eventos políticos ocorridos entre 1820 e 1826, pois tem sido considerada pela historiografia como um ponto de inflexão da política imperial estabelecida no Rio de Janeiro, a partir do qual se dará a incorporação definitiva da Amazônia ao Império Brasileiro.

Assim como podemos ver na origem do jardim botânico um “ato das autoridades públicas”, acompanharemos de acordo com o mesmo critério as transformações por que passou até sua extinção em 1873. Também atentaremos para o papel social atribuído ao jardim ao longo do tempo, enquanto instituição cujo maior objetivo era formar e conservar coleções públicas. Essa função notabiliza ainda hoje os jardins botânicos e museus, revestindo-os de distintos significados para os grupos sociais ligados, direta ou indiretamente, à formação e manutenção de coleções: “para os membros do meio intelectual (...), são instrumentos de trabalho e símbolos de pertença social, são para os detentores do poder insígnias da sua superioridade e também instrumentos que lhes permitem exercer uma dominação neste meio” (Pomian, *op. cit.*:79). Partiremos desse argumento para verificar uma possível relação entre a transformação do jardim botânico – após 1840 – num “maravilhoso viveiro de plantas”, e a consolidação de outros espaços institucionais para a prática das ciências naturais, dentre os quais o mais importante é o Museu Paraense, criado em 1866.

### **As “novas maneiras de fazer história da ciência”<sup>4</sup> e as instituições científicas**

Nesse trabalho, tomaremos o conhecimento científico como um conhecimento fundamentalmente social, como um “produto da História e dos processos que ocorreram no tempo e no espaço envolvendo seres humanos” (Mendelsohn, 1977:3-4). Essa é a visão da chamada “nova filosofia da ciência”, que na década de 1970 estabeleceu alguns pressupostos para o estudo histórico da ciência. Um deles, considerado central para Mulkay (1979), seria “que as assertivas científicas são criadas socialmente e não diretamente dadas pelo mundo físico como se

---

<sup>4</sup> A expressão é de Pestre (1996:23).

supunha previamente” (p. 62). Mulkay destacou, em oposição ao que considerou a “visão standard” do assunto, que o “conhecimento científico não é estável no sentido, não é independente do contexto social e nem legitimado pela aplicação de procedimentos de verificação consensuais” (*id. ibd.*:59). A “nova visão”, portanto, abriu várias perspectivas para a história da ciência, pois permitiu revelar objetos históricos antes “invisíveis”, escondidos, banais ou pouco nobres (Pestre, 1996:23).

Os estudos que seguem essa linha tendem a tratar a ciência não como um sistema de enunciados e proposições que podem ser falsificadas por confrontação com a experiência, e que, por isso mesmo, seria o “Saber por excelência, o meio de acesso privilegiado ao conhecimento do mundo”, do “real”, mas como “campos disciplinares” e “práticas materiais e cognitivas múltiplas”, que exigem “os saberes tácitos, o saber-fazer, as maneiras de fazer e de tratar concretamente os problemas (...)” (*id. ibd.*:14-6). Essa nova postura implicaria em abandonar as abordagens que concebem a ciência como “manifestação cultural epistemologicamente superior, cujo progresso, determinado pela acumulação de conhecimentos, seria o único processo de condução à verdade sobre o mundo real” (Figueirôa, 1997:19), para considerar, sobretudo, os condicionamentos culturais, sociais, políticos e econômicos que afetam a ciência, as múltiplas negociações que os cientistas são obrigados a fazer para “produzir conhecimento”, e mesmo a historicidade de práticas, valores e métodos considerados científicos. Esse novo enfoque, em resumo, “parte da multiplicidade e da diversidade irreduzível dos locais de produção, admite a heterogeneidade dos regimes de legitimação, sua variabilidade segundo espaços físicos e sociais, mas mostra os meios de normatização postos em prática pelos atores para trocar e progredir” (Pestre, *op. cit.*:46).

Um dos “meios de normatização” da prática científica seria a criação de instituições, de locais considerados apropriados para a prática da ciência, para a troca de experiências, para a legitimação de conhecimentos e do grupo social que se considera habilitado para essa tarefa, queiramos chamá-lo de comunidade científica, cientistas, naturalistas ou intelectuais. Afinal, a ciência pode ser considerada, por definição, “uma atividade coletiva, uma atividade organizada em locais e através de instituições” (*id. ibd.*:38). Surge daí a importância dos estudos sobre a institucionalização das ciências, processo que pode ser definido como de “implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas num determinado espaço-tempo histórico” (Figueirôa, *op. cit.*:24). Esse processo implicaria numa “rede de sustentação das

atividades”, da qual as instituições fazem parte, mas onde também estão incluídos a “comunidade” científica, os diferentes apoios dos grupos sociais, os interesses do Estado e de particulares (e os mecanismos de efetivação desses interesses), entre outros elementos possíveis” (*id. ibd.*).

O novo marco conceitual, longamente debatido nas décadas de 1980 e 1990 no âmbito da Sociedade Latinoamericana de História das Ciências e da Tecnologia, permitiu aos historiadores latino-americanos libertarem-se do que Saldaña (1986) denominou “mimesis metodológica”, ou seja, de um enfoque tomado sem nenhuma crítica de estudos sobre a institucionalização da ciência moderna na Europa, baseado na idéia de universalidade da ciência, na “concepção acumulativista das verdades da ciência” e que “não admitia as definições contextuais e históricas do que foi a ciência de outras épocas e de outros lugares” (p. 68). Pelo contrário, os estudos latino-americanos mais recentes tomam como ponto de partida o “condicionamento geográfico e cultural como critério fundamental e imprescindível” para a institucionalização da ciência (Lafuente e Sala, 1989:388). Essa abordagem exige a análise não somente dos traços mais universais da ciência, mas também da maneira como eles se manifestam e corporificam num determinado cenário cultural, como o da Amazônia entre o final do século XVIII e a primeira metade do XIX. Nesse sentido, a aceitação da multiplicidade das formas de organização e manifestação da atividade científica é uma condição *sine qua non* para nosso estudo.

A importância das abordagens centradas na localidade, em contraposição à idéia de universalismo e difusionismo da ciência e independentemente do julgamento de “êxitos” ou “fracassos” científicos, já foi atestada tanto no “contexto de descoberta/invenção” quanto no “contexto de justificação/validação” e mesmo no de “aplicação/aculturação” (Chambers, 1993:609-10). A ciência, nesse sentido, pode ser pensada “não como uma fábrica de conhecimentos bem estabelecida somente em algumas fortalezas (principalmente européias), mas como uma rede de indivíduos, instituições e práticas, estendendo-se pelo mundo e sujeita a muitas e diversas influências (...)”. Constitutiva e contextual, a ciência e suas relações culturais e socioeconômicas deve, então, “ser entendida em cada lugar onde aparece” (*id. ibd.*:611).

Com essa intenção, alguns autores defendem uma abordagem um pouco mais radical, de que o conhecimento científico depende do ambiente físico e cultural em que se desenvolve, aquele dispendo os elementos ou objetos com os quais os cientistas se deparam, este emoldurando a maneira como são abordados. A ciência, portanto, seria um produto das condições

materiais locais e do sincretismo entre saberes tradicionais e importados (Saldaña, 1996). Mas, para efeito de nosso estudo, vamos considerar os “três parâmetros sociais” sugeridos por Chambers (*op. cit.*) para a compreensão de alguns elementos que permeiam a história da ciência numa dada localidade: a “rede internacional de comunicação científica”, por onde a informação flui entre cientistas, instituições, publicações, governos e mesmo industriais e comerciantes; a “infra-estrutura institucional local”, na qual estão incluídos não somente as instalações físicas, mas também os “papéis socio-profissionais”<sup>5</sup> e as “comunidades de pessoal treinado”; e a “tensão entre interesses que competem no meio social sobre questões de *status*, poder e controle”, o que pressupõe considerar certos valores individuais ou consensuais que podem interferir na direção e no controle das atividades científicas em curso (p. 612-3).

### **Historiografia dos jardins botânicos no Brasil**

O Jardim Botânico do Grão-Pará é usualmente citado como um marco no processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil, mas ainda não mereceu um estudo que conjugue o contexto social e a organização institucional adotada, assim como estabeleça semelhanças com instituições afins e, ao mesmo tempo, especificidades locais. Na verdade, os jardins botânicos brasileiros – ao contrário de outros tipos de instituições científicas, como os museus de história natural do século XIX – carecem, de maneira geral, de estudos que privilegiem a abordagem que vimos defendendo e que podemos considerar relativamente consolidada no país. Já há algum tempo, por exemplo, Dantes (1980) chamou a atenção para os institutos de pesquisa que precederam ao aparecimento da universidade no país, defendendo como objetos de estudo o papel atribuído à ciência e à tecnologia ao longo do tempo, o “imediatismo” que norteou a criação das instituições científicas, os percalços do processo de profissionalização e reconhecimento social das atividades científicas (p. 375-8). Buscou, inclusive, aproximar o contexto político-social do propriamente científico quando tentou periodizar a “implantação” da ciência moderna no país (Dantes, 1988)<sup>6</sup>. Mais recentemente, propôs algumas questões que poderiam enriquecer a história das instituições científicas no Brasil:

---

<sup>5</sup> A expressão foi tomada de Lafuente e Sala (1989).

<sup>6</sup> Dantes (1988) distinguiu três fases de “implantação” da ciência moderna no Brasil: a primeira, do final do século XVIII ao final do XIX, teria sido marcada por uma “tradição naturalista” proveniente da Ilustração; a segunda, até



os “mecanismos de legitimação e difusão do conhecimento científico”; a “função social da ciência” e seu relacionamento com os demais setores da vida social; e a “função política que a ciência tem desempenhado nas relações internacionais” (Dantes, 1995:923-4). Muitos historiadores vêm seguindo nessa direção, detendo-se nas iniciativas e agentes locais do processo de institucionalização das ciências e na maneira como os modelos institucionais e tradições científicas foram adaptados de acordo com a época e o local.

No caso dos museus de história natural, Lopes (1997) procurou demonstrar sua importância para a consolidação das ciências naturais no país: “(...) os museus foram espaços para a articulação do olhar dos naturalistas, transformando-se de gabinetes de curiosidades em instituições de produção e disseminação de conhecimentos, nos moldes que lhes exigiam as concepções científicas vigentes, alterando-se com elas em seus objetivos, programas de investigação, métodos de coleta, armazenamento e exposição de coleções” (p. 15). Além de concluir pela existência de atividades científicas no século XIX, em quantidade, qualidade e continuidade que lhe superaram as expectativas, a autora destacou as sucessivas rupturas e descontinuidades que caracterizaram a institucionalização das ciências naturais no Brasil, cujos matizes variaram de acordo com a região. Ainda assim, os museus foram instituições centrais para a profissionalização de naturalistas, para o ensino das ciências naturais, para o desenvolvimento e diversificação de novos ramos de conhecimento. Os museus teriam funcionado, também, como órgãos consultores do governo para assuntos de geologia, mineração e recursos naturais, revelando o caráter “acessório” atribuído às ciências naturais pelas instâncias políticas e setores da comunidade científica local.

Outros recentes trabalhos demonstram um maior interesse pelos museus de história natural brasileiros<sup>7</sup>. Mas essas não são as únicas instituições que vêm sendo estudadas de acordo com o novo referencial teórico da história das ciências. Igual empenho dos historiadores podemos encontrar nos casos dos institutos de pesquisas biomédicas do final do século XIX e início do XX, objetos de análises comparadas e revisões históricas há anos<sup>8</sup>, bem como em determinados

---

1930, pela introdução da “ciência experimental”; e a terceira, até 1945, pela criação das universidades e desenvolvimento das chamadas “ciências básicas”.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, o estudo comparativo de Gualtieri (2001) sobre a presença de idéias evolucionistas nos museus do século XIX. Especificamente sobre o Museu Paraense, instituição científica mais antiga da Amazônia em atividade, ver a revisão crítica da historiografia elaborada por Sanjad (2001), bem como os estudos sobre as origens do museu e as atividades da instituição nos anos 1930-1945, elaborados, respectivamente, por Sanjad e Lopes (2001a e 2001b) e Figueiredo (2001).

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, Benchimol e Teixeira (1993), Teixeira (1995) e Benchimol (1999).

ramos do conhecimento científico, como as geociências, que passam por apurados levantamentos históricos sobre “como se teriam dado a introdução e o florescimento desse campo de conhecimento no país, de seus fatores condicionantes, propulsores e/ou limitantes, dos atores envolvidos no processo, da(s) tradição(ões) científica(s) presente(s)” (Figueirôa, *op. cit.*:15)<sup>9</sup>. Mesmo as instituições de pesquisas ambientais mais recentes, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, criado em 1952, começam a ter sua origem e modelos institucionais analisados com base no instrumental teórico da história e sociologia da ciência<sup>10</sup>.

Não cabe aqui discorrer sobre toda essa rica historiografia, mas devemos, no entanto, nos perguntar da produção em curso sobre os jardins botânicos, instituições que, no Brasil, são tão antigas quanto os museus de história natural. Pelo que pudemos averiguar, essa produção ainda é incipiente, embora sejam riquíssimas as fontes disponíveis. Localizamos poucos estudos recentes – sob a ótica da história da ciência – sobre os jardins brasileiros ou mesmo sobre um determinado jardim. Em sua maioria, os estudos existentes tratam os jardins do ponto de vista da história da arte, da arquitetura ou do urbanismo, sendo o mais importante nesse campo, sem dúvida, o trabalho de Segawa (1996)<sup>11</sup>. Esse autor estudou a construção de jardins em diferentes cidades brasileiras, do final do século XVIII ao início do XX. Sua intenção foi fazer um estudo comparado e tentar compreender como os jardins foram percebidos em diferentes contextos urbanos, seja como dimensão mítica ou racionalizada da Natureza, seja como “palco de sociabilidades” de grupos muitas vezes antagônicos. Para o autor, “a percepção, a apropriação e o usufruto de jardins públicos tornam-se produtos de uma construção social” (p. 221).

Quanto aos que procuraram historiar as atividades científicas dos jardins botânicos brasileiros, Jobim (*op. cit.*) merece lugar de destaque. Foi dos primeiros historiadores a chamar atenção para a rede de jardins que a Coroa portuguesa tentou montar na colônia, procurando compreendê-la à luz da política agrária lusitana do final do século XVIII. A ênfase dada à agricultura como atividade econômica teria permitido, então, a instalação dos jardins botânicos visando “diversificar a produção agrária brasileira segundo princípios científicos” (p. 56). Essa abrangente “proposta econômica e política”, para o autor, foi levada à cabo com uma “notável capacidade de articulação administrativa, envolvendo as regiões mais afastadas do Império, de

---

<sup>9</sup> Ainda sobre as práticas geocientíficas no Brasil e em Portugal, ver Silva (1999), Figueirôa e Silva (2000) e Varella (2001).

<sup>10</sup> Ver Maio e Sá (2000 e 2001).

Goa a Caiena, e criando centros de pesquisa botânica aplicada em diversos pontos do Brasil” (*id. ibd.*:56). Longe de considerar os jardins luso-brasileiros como experiências fracassadas, como aparecem em determinados trabalhos, Jobim comprova que toda uma infra-estrutura institucional foi montada para garantir a eficácia das transplantações ocorridas principalmente entre Caiena, Belém, Olinda e Rio de Janeiro. Segundo o autor, essa política imperial de incentivo aos jardins teria sobrevivido à independência do Brasil, estando na origem de alguns jardins que surgiram posteriormente, como os de Salvador, São Paulo e Vila Rica (atual Ouro Preto). Podemos considerar esses primeiros jardins botânicos, portanto, como uma das formas pelas quais as ciências naturais foram institucionalizadas no país, de acordo com as motivações que lhes deram vida, como a confiança irrestrita na agricultura, na razão e no progresso que ambas seriam capazes de deslançar.

Dentre os jardins coloniais que existiram em território brasileiro, o mais estudado parece ser o construído pelos holandeses à época de sua dominação da costa nordestina, entre 1630 e 1654. Dois recentes estudos são particularmente relevantes para nossa pesquisa. O primeiro, de autoria de Sala (1989), trata da “experiência absolutamente inédita na História das Ciências na América”: “Pela primeira vez, os conhecimentos científicos aparecem como os decisivos da cultura urbana colonial” (p. 57). Para o autor, a “novidade” trazida pela colonização holandesa reside no fato desta pressupor, em seu projeto belicista e expansionista, a montagem de um aparato urbano que, no caso de Pernambuco, incluiu a construção de uma série de fortificações, pontes, estradas e canais, além de uma cidade especialmente projetada para controlar o território dominado. Nesse complexo, denominado Mauriciópolis em homenagem ao seu idealizador e principal administrador, Conde Maurício de Nassau-Siegen, o jardim botânico ocupava um lugar central, plantado em torno do Palácio de Vrijburg. Projetado pelos irmãos Pieter e Franz Post, o “jardim do Conde” já aparece integrado – em meados do século XVII – a um espaço urbano ordenado e de caráter laico, juntamente com um observatório astronômico, um museu, um zoológico e um aquário. Não obstante o curto período da dominação holandesa e o fato de todo o complexo ter sido destruído na guerra com os portugueses, o conhecimento científico se tornaria cada vez mais utilizado por vários países no processo colonizador, inclusive pelos holandeses em outras de suas experiências coloniais.

---

<sup>11</sup> Existem outros estudos recentes, denotando que se trata de uma área ativa na realização de pesquisas. Ver, por exemplo, Terra (1996) e Rocha (1999).

O segundo estudo, de autoria de Gesteira (1998), detém-se um pouco mais na própria construção e funcionamento do “jardim do Conde”, mas ainda tendo em vista os “objetivos e práticas específicas da colonização neerlandesa, nomeadamente a articulação que havia entre o ambiente intelectual da Universidade de Leiden e a expansão ultramarina da República das Províncias Unidas” (p. 192). Para a autora, o “jardim maurício” servia a diversos propósitos dentro do sistema colonial holandês, seja como local para pesquisas médico-botânicas e experimentos agrícolas com espécies tropicais, seja como símbolo de união das regiões administradas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Essa multiplicidade de significados que ambos os autores encontraram no jardim holandês pode, inclusive, ser tomada como referência em estudos similares, pois exige um olhar tanto sobre as políticas metropolitanas quanto sobre as dinâmicas locais, ou seja, para o cenário onde atuavam os diferentes atores envolvidos na construção e administração dos jardins botânicos coloniais, incluindo aqui as questões relativas à urbanização. Pelo que pudemos observar nos citados trabalhos, a associação entre a construção de jardins, a obra saneadora e a reforma urbana se constitui num ponto chave para o estudo dos jardins botânicos na época moderna.

Quanto aos demais jardins, existem estudos já relativamente antigos sobre os que foram construídos em São Paulo, Olinda e Belém. No primeiro caso, trata-se, na verdade, de uma pequena síntese histórica, elaborada por Hoehne *et al.* (1941) como introdução ao catálogo das espécies cultivadas no jardim paulistano. Esse jardim foi criado já no Brasil independente e por iniciativa do governo provincial. Sua origem diverge, portanto, da dos outros dois, mais antigos e com uma história mais próxima no que se refere ao contexto em que surgiram e aos intercâmbios efetuados. Por sua vez, no estudo sobre o jardim de Olinda, Freyre (1942) preocupou-se sobretudo em buscar uma explicação para a existência, na antiga capital pernambucana, de “árvores e plantas de origem oriental ou africana, principalmente de árvores da Índia” (p. 213), algumas das quais bastante valiosas para a economia da região. Essas plantas exóticas, para Freyre, foram introduzidas em Pernambuco por meio do jardim botânico fundado em 1811 e que permaneceu funcionando até 1844. Já no artigo sobre o jardim do Grão-Pará, Reis (*op. cit.*) revela igual preocupação com a memória de uma instituição científica fundada ainda sob o domínio português, e sobre a qual muito pouco havia sido escrito. Para Reis, o jardim paraense pode ser considerado mais uma “prova” da tese que então procurava defender, de que Portugal realizou uma “política de intensa valorização” da Amazônia, “fomentando a lavoura, disciplinando a

produção, encaminhando levas de povoadores, estabelecendo por mil modos uma colônia de que esperava grandes rendimentos” (p. 4). Num “complemento lógico a essa política realista”, Reis incluiu o estudo da natureza e a fundação, em 1798, de um “estabelecimento que servisse às experiências florestais e animais, necessárias a uma melhor execução de sua política” (*id. ibd.*:4). O jardim botânico paraense, inserido no processo colonizador português, teria nascido sob muitas “esperanças”, mas logo entrou em “decadência” com a independência do Brasil. Foi uma “experiência animadora”, ainda que incompleta, constituindo-se na “raiz mais distante” do Museu Paraense criado sob o Império (*id. ibd.*:14)<sup>12</sup>.

Não obstante a brevidade das análises, os três citados trabalhos nos serviram como referência pela falta de estudos mais recentes e específicos sobre cada um dos jardins, principalmente sobre os de Belém e de Olinda. No caso do trabalho de Freyre, observamos que o autor se preocupou muito mais com as transformações culturais e ambientais provocadas pela fundação do jardim pernambucano do que pelos resultados econômicos dele advindos. Essa perspectiva traz, sem dúvida, uma contribuição muito maior para o estudo da institucionalização das ciências, sendo atualmente a “pedra de toque” dos historiadores que tentam integrar a história da ciência, com seus eixos privilegiados de leitura, a uma história social das idéias ou uma história cultural. Quanto a Reis, analisou o jardim paraense como parte de um projeto político e econômico maior para a Amazônia, implementado pela Coroa portuguesa ao longo do século XVIII. Para o autor, a independência do Brasil representou – num primeiro momento – uma ruptura desse projeto, sendo mais um fator de desestabilização política na colônia do norte. Reis procurou demonstrar essa idéia em boa parte de sua extensa obra, e apesar de ainda merecer estudos mais aprofundados, ao aplicá-la no seu trabalho sobre o jardim paraense nos ajudou a compreender os motivos pelos quais foi virtualmente abandonado no Primeiro Reinado. Por fim, o trabalho de Reis – como pioneiro no assunto – nos serviu de guia para a localização das fontes referentes ao jardim, chamando, inclusive, nossa atenção para uma possível relação entre o jardim botânico e o museu provincial criado em 1866.

O pequeno número de estudos sobre esses jardins não nos causa tanta estranheza quanto o que verificamos acontecer com o jardim botânico do Rio de Janeiro, principalmente pelo fato dessa instituição ter levado por décadas os epítetos de Real e Imperial. Pelo que pudemos

---

<sup>12</sup> Uma síntese de toda essa bibliografia mais antiga referente aos jardins coloniais do Brasil pode ser encontrada em Papavero e Teixeira (2000).

observar na bibliografia, os textos históricos de João Barbosa Rodrigues, diretor da instituição entre 1890 e 1909, ainda são as principais fontes para a história do jardim carioca no século XIX. O apoio que recebeu dos governos republicanos permitiu a Rodrigues não apenas reorganizar e embelezar o jardim botânico<sup>13</sup>, como publicar uma série de relatos históricos<sup>14</sup>. Esses relatos, juntamente com as demais publicações da instituição e com as obras então executadas, como o batismo das alamedas com nomes de antigos diretores, ajudaram a construir a própria memória institucional, ainda não devidamente tratada do ponto de vista historiográfico. Pelo contrário, a interpretação que Rodrigues deu à história do jardim carioca foi reproduzida até bem recentemente, como podemos verificar nos textos memorialísticos de Lavôr (1983) e Barroso (1998).

Nos trabalhos de Oliveira (1997) e de Domingues (1995), o antigo jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas foi inserido em estudos de maior envergadura. No primeiro caso, sobre as medidas governamentais que tiveram por fim estimular o desenvolvimento das ciências ao tempo de D. João VI no Brasil (1808-1821). O jardim botânico da Corte teria sido, para o autor, um “abrigo das plantas, (...) depositário de conhecimentos obtidos nas experiências com aclimação e reprodução das diversas espécies de plantas trazidas para o Brasil” (p. 117-8). Não teve, em todo o período, “homens dotados de saber científico desenvolvendo pesquisas ou ensino”, sendo seu “campus” um local “voltado a experimentação de cunho visivelmente prático” (p. 118). Essas são conclusões nitidamente influenciadas pelos citados trabalhos de Barbosa Rodrigues, e de todo distintas das que chegamos. Em primeiro lugar, porque não se pode compreender as atividades do jardim carioca no período – como veremos adiante – sem levar em consideração a rede de jardins que lhe davam suporte, principalmente os de Caiena, Belém e Olinda. Em segundo lugar, porque as atividades dos jardins luso-brasileiros voltavam-se no mesmo período a uma tarefa julgada urgente: a aclimação das espécies cultivadas pelos franceses em Caiena. Em terceiro lugar, porque um jardim botânico no início do século XIX era, por definição, um “abrigo das plantas”, um local cujas pesquisas eram necessariamente direcionadas para a aclimação e reprodução vegetal, não sendo essas características exclusivas do jardim carioca, muito menos se forem tomadas em depreciação às suas atividades.

---

<sup>13</sup> Dentre as obras executadas por Barbosa Rodrigues no jardim carioca, destacam-se a construção de uma estufa e do chafariz central na famosa aléia das palmeiras; a criação da carpoteca, da biblioteca e do herbário; o aumento considerável da coleção de plantas vivas; o plantio de um arboreto; e a liberação das visitas sem acompanhamento.

<sup>14</sup> Ver, principalmente, Rodrigues (1894 e 1908).

Quanto ao trabalho de Domingues, trata das relações entre agricultura e ciências naturais no Brasil-Império. Para a autora, essas relações “foram mudando ao longo do período, tanto em função da política do governo, como em decorrência de descontinuidades no processo de produção agrícola (...)” (Domingues, *op. cit.*:301). As próprias instituições científicas teriam tido suas atividades incentivadas pelas necessidades da agricultura e da política, como os intercâmbios internacionais mantidos pelo jardim botânico do Rio de Janeiro, úteis para as relações exteriores do país recém-independente. Mais tarde, na segunda metade do século, a introdução de novos ramos científicos no jardim carioca, como a química e a fisiologia vegetal, teria igualmente sido determinada em função de questões vitais para a agricultura, como o inventário e classificação de vegetais com potencial para o comércio, a fertilidade e a exaustão do solo. Para Domingues, portanto, a institucionalização das ciências naturais no Brasil esteve associada ao processo agrário, pois a agricultura, “adaptada às condições locais para produzir”, “absorvia” ou “rechaçava” conhecimentos científicos “na medida de interesses econômicos, estes sim preponderantes” (p. 306). Essa relação determinista<sup>15</sup> que Domingues identificou entre ciência, economia e política tinha seus motores nas culturas do café e do açúcar, bem como nos interesses das classes beneficiadas com a economia agrária.

Não obstante o esquema explicativo que montou, inapropriado quando o aplicamos a regiões que, no século XIX, não dependiam da cafeicultura nem agonizavam com um mercado açucareiro em constante crise, como é o caso da Amazônia, as conclusões de Domingues relativas ao papel da agricultura na institucionalização das ciências naturais no Brasil se aproximam das de Figueirôa (*op. cit.*). Para essa autora, o caráter aplicado das ciências geológicas, “estimuladas em virtude do retorno prático que dariam ao desenvolvimento econômico”, fez com que ficassem muito tempo subordinadas à agricultura, ao contrário de outros países com vocação mineral reconhecida (p. 242). Esse fato lhe permitiu constatar uma

---

<sup>15</sup> Em nossa opinião, uma relação posta nesses termos simplifica em demasia a análise histórica da ciência. Domingues não considera, por exemplo, o processo de profissionalização dos naturalistas, em constante busca de espaços institucionais para suas atividades, nem a especialização dos saberes científicos, exigindo reformas e adaptações nas instituições. Sobre essa questão, tomemos como contraponto o trabalho de Figueirôa (1997). Essa autora ressalta, por exemplo, que o Estado teve papel fundamental na “promoção da ciência, mediante a criação de instituições, do financiamento dessas e de outras ligadas a iniciativas particulares, do patrocínio a estudantes-bolsistas” (p. 235). Mas também afirma que “alguns espaços institucionais resultaram da iniciativa de cientistas que, interessados em conseguir sustentação para suas pesquisas e se afirmarem profissionalmente em suas carreiras, lograram convencer o governo, *porque este se mostrava receptivo*, a criar determinadas instituições” (*id. ibd.*). Figueirôa depreende, portanto, o relevante papel que a “comunidade científica” local, atualizada e atuante, desempenhou no processo de institucionalização das ciências.

contradição ou “descompasso entre a riqueza real e a imaginada”: de um lado, “a Geologia serviu, *no plano prático*, à busca dos ‘campos ubérrimos’ propícios à cafeicultura”, mas de outro, “no nível do discurso (oficial e não-oficial) e do imaginário, o Brasil foi e continua a ser representado como um manancial de tesouros minerais” (p. 243).

De acordo com os referidos trabalhos, a agricultura parece ser a atividade que, no século XIX, mais demandou pesquisas especializadas, ao mesmo tempo em que justificou a institucionalização de alguns ramos do conhecimento científico. Uma preocupação semelhante com essa atividade econômica também encontramos em estudos de longa tradição na historiografia brasileira e portuguesa, a saber, os que tratam da introdução de vegetais exóticos no Brasil e em Portugal. Desde o texto de Alemão (1856) sobre a origem das então consideradas principais plantas aclimatadas no Brasil, o açúcar, o café e o chá, os estudos sobre vegetais exóticos – não propriamente enquadrados na história das ciências – têm em comum o fato de pressuporem que a atividade agrícola agenciou experimentos com muitas espécies vegetais ao longo dos séculos XVI a XIX, seja pelas mãos de governantes, seja pelas de particulares. Mello Neto (*op. cit.*), por exemplo, cuidou em recuperar algumas iniciativas que tiveram lugar em Pernambuco desde o primeiro século da colonização, referindo inclusive as experiências dos holandeses e jesuítas. Para o autor, o jardim de Olinda representa o capítulo final de uma longa história. Criado somente no início dos oitocentos, o estabelecimento não teria durado muito tempo pela exaustão do “interesse inicial pela aclimação de plantas exóticas” (p. 48). O papel que desempenhou nessa atividade, contudo, foi de grande importância para a província, como comprova o autor ao transcrever uma série de anúncios de jornal em que o jardim botânico aparece como o principal centro de distribuição de sementes e mudas para os sítios e fazendas locais. Extinto o jardim, essa tarefa passaria a ser executada por horticultores franceses, principalmente no que se refere às plantas ornamentais.

Lapa (1966), por sua vez, preocupou-se com os aspectos estruturais que teriam impedido as “plantações racionais de especiarias asiáticas” na Bahia ao longo dos séculos XVII e XVIII (p. 7). O potencial econômico dessas plantações era então considerado promissor e significava uma compensação para a perda de importantes entrepostos comerciais de Portugal na Ásia, como o Ceilão (atual Sri Lanka) e as ilhas Molucas, ambas colônias tomadas pela Holanda. Mas, segundo o autor, “faltou à administração portuguesa maior e mais racional interesse, que tivesse dado o decisivo estímulo a uma iniciativa que tanto prometia” (p. 37). Ao contrário do bem sucedido,



mas abortado empenho dos jesuítas no cultivo de exóticos e “drogas do sertão”, a preocupação do governo português foi “tardia” e de “resultados negativos”. Teria faltado, inclusive, interesse dos agricultores, acomodados em “atividades mais compensadoras e de resultados mais imediatos” (*id. ibd.*). Lapa comenta, ainda, que os portugueses não foram capazes de organizar a produção e o aproveitamento das plantas brasileiras para desbancar as congêneres orientais no mercado europeu, apesar da existência de uma regular atividade comercial com espécies nativas no Grão-Pará<sup>16</sup>.

O mesmo tipo de questionamento moveu o trabalho de Almeida (1976), mas com uma análise bem mais refinada. Para esse autor, o governo português não conseguiu, de fato, desenvolver a produção e o comércio de especiarias no Brasil, mas os resultados das repetidas tentativas não podem ser julgados “negativos” ou “inúteis”. Prova disso seria a renovação das experiências na transplantação de exóticos ao longo dos séculos XVII e XVIII, revelando “notável continuidade de planejamento e execução” (p. 408). Determinadas culturas chegaram mesmo a ter importância econômica em algumas localidades, como o anil, o cânhamo, a canela e a pimenta. No entanto, o cultivo de especiarias no Brasil, em escala suficiente para desbancar o comércio holandês no Oriente, pressupunha dificuldades insuperáveis para a época. A competição entre as potências européias lançadas na expansão marítima, somada às dificuldades na obtenção de sementes e mudas de boa qualidade, no transporte e aclimatação, tornaram “inefizes” as iniciativas lusitanas. Segundo o autor, os jardins coloniais teriam sido criados nesse contexto, mas foram medidas “tardias”. Os preços das especiarias já não compensavam semelhantes esforços, assim como os agricultores já estavam apegados a culturas mais tradicionais. Os jardins botânicos não chegaram, portanto, a garantir sucessos econômicos para os portugueses. Acrescente-se a isso os “condicionalismos da vida econômica luso-brasileira”, limitantes, na sua estrutura, de atividades econômicas que não resultassem em lucros imediatos (p. 411). Almeida cita, por exemplo, o empenho limitado das autoridades no estímulo ao cultivo de especiarias, a atração que a descoberta de metais preciosos exerceu sobre a vida colonial, fazendo passar o problema das especiarias para um plano secundário, e a própria existência na colônia de vegetais similares às espécies orientais.

---

<sup>16</sup> Essa perspectiva também podemos encontrar em Dean (1991 e 2000), embora esse autor enumere nas suas explicações para o “insucesso” português no cultivo de exóticos, algumas razões de ordem ecológica.

Esses trabalhos sobre a introdução de vegetais exóticos no Brasil coincidem, nos seus argumentos, com outros mais recentes que sustentam, como vimos, a importância da atividade agrícola para a realização de experimentos e para a institucionalização das ciências naturais no país ao longo dos séculos XVIII e XIX. Contudo, aqueles primeiros trabalhos dão ênfase à introdução de vegetais exóticos como um problema de ordem econômica. Nossa pesquisa ressentiu-se, portanto, de estudos que destacassem mais as questões de ordem técnica e científica, como o transporte de mudas e sementes, a qualidade dos solos e a classificação das plantas, questões essas com que os jardins criados no fim do período colonial certamente se depararam.

Um aspecto comum aos trabalhos de autores tão distintos quanto Lapa, Almeida, Dean e Domingues é o fato de pressuporem uma predileção dos portugueses pelos vegetais exóticos, vista geralmente em prejuízo do cultivo de espécies nativas. Essa questão é tanto mais estranha quanto mais olharmos para a história econômica do Grão-Pará colonial<sup>17</sup>. Nesse Estado, os produtos florestais sustentaram a economia por mais de dois séculos, jamais servindo como impedimento para a introdução de exóticos. Pelo contrário, por muitos anos o cultivo de exóticos foi associado às espécies nativas, como foi o caso do arroz, algodão, mandioca e cacau. Esses dados aparecem apenas de relance – e quase como uma contradição interna – nos trabalhos dos citados autores, permanecendo o assunto à espera de melhor equacionamento. O que importa frisar, no caso, é que boa parte da historiografia faz referência aos jardins botânicos como iniciativas destinadas apenas à aclimação de exóticos, passando um atestado positivo para a interpretação ainda corrente de que os portugueses não se interessaram pelas espécies nativas de sua colônia americana.

Da revisão bibliográfica que fizemos, restrita em virtude do pequeno número de trabalhos que encontramos, podemos indicar alguns pontos que repercutirão ao longo de nosso estudo: a) a origem do jardim botânico do Grão-Pará como parte das redes de intercâmbios vegetais implantadas ao longo do século XVIII por diversos países europeus, inclusive Portugal; b) a articulação da política agrária lusitana com a política colonial elaborada para a Amazônia no final dos setecentos, de maneira a podermos compreender o papel atribuído ao jardim botânico nesta última; c) a estrutura institucional implantada, as coleções formadas, a relação do jardim com a urbanização de Belém, as condições em que funcionou, a mão de obra empregada e a influência da “comunidade científica” local sobre as atividades da instituição; e d) a maneira como os

---

<sup>17</sup> O estudo referencial sobre esse assunto ainda é o de Barata (1973).

governantes perceberam essas atividades ao tempo da colônia e do país independente, ressaltando aqui tanto a relação entre a prática científica ali executada e as políticas governamentais quanto as transformações institucionais resultantes desse processo.

Esses pontos refletem tanto os “três parâmetros sociais” sugeridos por Chambers (*op. cit.*) para o estudo da institucionalização da ciência quanto algumas questões debatidas na recente historiografia das ciências naturais no Brasil. Segundo Figueirôa (1998), muitos estudos realizados por historiadores brasileiros têm revelado – “em função da perspectiva metodológica” que adotaram, evidenciada pela preocupação com a pesquisa empírica e com o contexto histórico – alguns aspectos em comum. Dentre esses aspectos, a “importância do Estado (...) na promoção de atividades científicas” e a progressiva “especialização dos espaços institucionais” ao longo do século XIX, fazendo com que fossem desmembrados em novas instituições e reformados sucessivamente, parecem ser consensuais entre os vários trabalhos analisados pela autora (*id. ibd.*:111-2). Outros pontos, contudo, são indicados como linhas investigativas que podem aprofundar essa discussão historiográfica: a relação ou o papel da ciência na construção de uma “identidade nacional”; a concepção utilitarista ou pragmática da ciência no processo de institucionalização; a importação e adaptação de modelos institucionais estrangeiros; a realização de atividades científicas em espaços institucionais extra-universitários; e o processo de profissionalização dos cientistas, o que inclui as relações institucionais, sociais e políticas que mantiveram nos locais em que viveram (*id. ibd.*). Todas essas questões perpassam, em maior ou menor grau, nossa pesquisa. Tentaremos, na medida do possível, averiguar até que ponto podem ser aplicadas no caso do jardim botânico do Grão-Pará.

### **Fontes e estrutura da dissertação<sup>18</sup>**

Na dissertação utilizamos fontes diversas, mas privilegiamos – em função de nossos objetivos – os documentos de caráter governamental. Nesse sentido, aparecem como principais fontes primárias, além dos textos científicos da época, a correspondência dos governadores do

---

<sup>18</sup> Essa dissertação está vinculada às demais pesquisas históricas desenvolvidas no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, que, somadas, constituem o projeto “Emergência e Consolidação das Ciências Naturais no Brasil, 1770-1870”. Esse projeto é coordenado pelas Profas. Dras. Maria Margaret Lopes e Silvia Figueirôa e conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

Grão-Pará com o Reino (1796-1802), da Guiana Francesa sob domínio lusitano (1809-1817) e os relatórios administrativos provinciais (1838-1888).

A dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro, foi feito um panorama das transformações ocorridas nos jardins botânicos da Europa Moderna, enfocando a montagem das redes de jardins coloniais a partir de meados do século XVIII. O caso de Portugal foi analisado mais detidamente, bem como os múltiplos significados do intercâmbio de vegetais no mundo ultramarino. No segundo, destacou-se a importância da capital do Grão-Pará no contexto das disputas territoriais de Portugal na segunda metade dos setecentos, justificando-se assim os investimentos feitos para a melhoria das condições sanitárias da cidade, incluindo a instalação do jardim botânico em 1798 e a montagem de um complexo comercial-científico para o cultivo de especiarias. O capítulo trata, ainda, do papel que o jardim botânico paraense viria a desempenhar na rede de intercâmbios vegetais que a Coroa lusitana tentou montar nas suas colônias, principalmente após a invasão da Guiana Francesa, em 1809, quando foram criados ou ampliados estabelecimentos similares em outros pontos do território luso-brasileiro para aclimatar as espécies cultivadas pelos franceses em Caiena. O terceiro e último capítulo trata das atividades científicas de Antônio Corrêa de Lacerda (1777-1852), o último dos administradores portugueses do jardim paraense, também considerado o principal deles pela extensa e diversificada obra que deixou. Demonstrou-se, por fim, o abandono do jardim botânico pelos governantes após a Independência, bem como o processo de transformação por que passou no início do Segundo Reinado. Na época, o jardim botânico saiu de um crônico problema de manutenção para ser submetido – de acordo com novos modelos institucionais que se firmavam – à demanda por áreas verdes de uma cidade que enriquecia rapidamente graças às exportações de goma elástica. Ao mesmo tempo, fez-se referência às outras instâncias que surgiram na província para o abrigo das ciências naturais, como o Museu Paraense (1866), buscando-se uma possível relação entre a extinção do jardim e a criação do museu.

## CAPÍTULO 1

---

### OS JARDINS BOTÂNICOS NA EUROPA MODERNA

“Jardim – Boninal. Hospício de flora. Alardo de amenidades.  
Triunfo da Primavera. Açougue dos pobres. (...)”  
Raphael Bluteau, “Vocabulario Portuguez e Latino”, 1712

Jardim e Paraíso são palavras de origem correlata. Do Éden ofertado por Deus e perdido pelo homem ao violar o “fruto proibido”, às construções egípcias, persas, gregas, romanas e islâmicas, jardins sempre representaram fartura e bonança (Prest, 1981). Planejados como monumentos para demonstração de poder, como teatros para celebração dos sentidos ou ainda como retiros para elevação espiritual, os jardins materializavam dentro de um determinado perímetro a imagem de uma Natureza profícua e generosa, recriando assim – sob o controle do homem – um espaço mítico em que plantas, árvores, animais, rios e fontes estariam em perfeita harmonia com desígnios divinos de bem-estar.

Nos povos de tradição cristã, a origem dos jardins também está associada a propósitos espirituais, tanto religiosos quanto filosóficos. Metáfora da benevolência divina, da pureza e da virgindade, a imagem do jardim fechado, ordenado racionalmente em oposição ao mundo exterior selvagem, era freqüentemente utilizada na Idade Média para a representação visual do Paraíso e da Virgem Maria. No jardim, o “homem podia entrar em comunhão com o que era verde e repleto de seiva, recuperar sua inocência e perder o medo da decadência” (*id. ibd.*:49)<sup>1</sup>. Construídos ou apenas concebidos, os jardins “foram feitos pelo homem procurando, geralmente, recriar aquele meio-lembrado meio-imaginado Paraíso (...)” (Cunningham, 1996:38). Fossem reclusos ou profanos, utilizados para a contemplação ou associados aos prazeres sensuais da vida cotidiana, os jardins seriam devedores desse “esforço coletivo de retornar ao Éden, embora a

---

<sup>1</sup> A tradução é de minha responsabilidade e assim será sempre que não houver indicação do tradutor nas referências bibliográficas.

natureza ali esteja artificialmente re-arranjada, ordenada e delimitada” (Pyenson e Sheets-Pyenson, 1999:150).

Embora não se possa dizer que essa atitude mística diante dos jardins tenha desaparecido, pois ainda hoje são vistos como fonte espiritual, ambiente para descanso e para a busca de satisfação pessoal, os jardins europeus passaram por grandes transformações durante a Renascença. Foram não apenas recriados em novas formas e escalas, como também receberam novos papéis sociais e cargas simbólicas. O debate que então se travou entre arte e natureza justapôs nos gabinetes de curiosidades e nos jardins “o natural e o artificial (...) com a intenção de ressaltar que a natureza era engenhosa por si mesma e que a arte era um reflexo do mundo real” (Hunt, 1985:198). A *naturalia* passou, então, a ser exposta nos gabinetes juntamente com medalhas, troféus e antigüidades clássicas, e a *artificialia* ganhou também os jardins e passou a dividir espaço com canteiros e bosques. Surgiram, assim, os recantos aprazíveis que tanto afamaram os jardins principescos do Renascimento, recheados de estátuas, mármore, colunas, grutas e fontes – tal qual a imagem que se tinha de uma época de ouro que se desejava reviver. O próprio uso da palavra “teatro”, “no sentido de *conspectus* ou coleção, para descrever jardins e seu conteúdo botânico também assinala esse senso de ter atingido um pouco da ‘completude do mundo’ [*world’s fullness*] perdida com a Queda” (*id. ibd.*:197-8). Enquanto as “coleções de antigüidades constituíam a memória teatral do passado clássico, (...) as exposições de história natural (tanto animais quanto vegetais) eram a memória teatral daquele mundo completo perdido com o Éden mas recuperável pelo engenho humano” (*id. ibd.*:198).

A construção dos jardins da Corte Belvedere para a apresentação da coleção papal de esculturas, logo nos primeiros anos do século XVI, marca o momento em que o jardim, enquanto instrumento clássico de aprendizagem e espaço sagrado, adquire uma nova configuração, requerendo para si a primeira e mais evidente representação do poder imperial. O padrão instaurado no jardim pontifício passou a ser imitado não apenas no formato geométrico e na exposição de coleções, como também no uso social atribuído aos amplos descampados. Se antes, no Jardim do Éden, a exegese determinava a clausura, no novo “Jardim do Poder” (*Power Garden*) as portas deveriam estar abertas para permitir que as pessoas vissem e fossem vistas (Cunningham, *op. cit.*). Assim como os grandiosos palácios principescos que se espalharam pelas Cortes da Itália, França e Inglaterra, os jardins passaram a dizer algo sobre o poder e a importância dos seus criadores.

O processo de renovação cultural que levou à construção de jardins a partir de um “critério estético” clássico (Pyenson e Sheets-Pyenson, *op. cit.*:152), também animou os que então se dedicavam ao estudo da natureza a obter informações empíricas sobre as plantas, de acordo com preceitos estabelecidos por sábios da antigüidade, como Dioscorides, Teofrasto, Galeno e Plínio. Desejava-se, acima de tudo, comprovar as qualidades então atribuídas às plantas, identificar as espécies descritas pelas autoridades no assunto e reunir o que podemos considerar a proto-coleção de vegetais, ou seja, os que foram referidos nos antigos tratados de botânica, numa tentativa de retomar um trabalho que se julgava ter sido interrompido na Idade Média. Esse trabalho passou a ser executado nos chamados “jardins botânicos” ou “jardins físicos”, surgidos em Pisa (1543) e Pádua (1545) e posteriormente multiplicados pelas demais cidades européias. Criados anexos às universidades, como ocorreu com os jardins italianos e ainda em Montpellier (1598), Oxford (1621) e Edinburgh (ca. 1670), ou como estabelecimentos reais, como foi o caso do Jardim Real de Plantas Medicinais em Paris (1640), os jardins botânicos serviram aos estudos da medicina, especialmente ao cultivo de plantas com uso terapêutico comprovado ou apenas imaginado. Nesse primeiro momento, mantiveram o padrão geométrico instaurado pelos desenhistas dos jardins principescos (Cunningham, *op. cit.*).

Assim como arquitetos e artistas encontraram nos jardins e palácios o suporte para a consolidação de suas atividades, os primeiros naturalistas também se valeram do apoio de nobres e monarcas. A construção do jardim pisano, por exemplo, foi determinada por Cosimo I ao transformar “a Universidade de Pisa num símbolo público do bem-estar do Estado. Acadêmicos proeminentes [como Luca Ghini, contratado para a direção do jardim] e inovativas facilidades no ensino, como o teatro de anatomia e o jardim botânico, adicionaram brilho à Toscana por meio da crescente reputação de sua universidade” (Findlen, 1996:256). Em pouco tempo, os jardins – como os museus e as farmácias – tornaram-se locais de encontro para naturalistas, estudantes de medicina e nobres patrícios interessados em história natural. Ao reunir plantas úteis de procedência geográfica distinta, os jardins botânicos reforçaram seu papel pedagógico pois substituíram as viagens antes necessárias para o conhecimento do mundo natural. Como “laboratórios da natureza”, eles “permitiram ao observador absorver o conhecimento coletivo botânico e médico da época” (*id. ibd.*:257).

A ênfase dada à demonstração e observação no currículo médico justificou a integração de museus e jardins botânicos às universidades renascentistas. Ulisse Aldrovandi (1522-1605) foi

um dos que melhor percebeu a conexão entre pesquisa empírica, jardins botânicos e ensino da medicina. Ao propor ao Senado de Bolonha a criação de um jardim na cidade, à semelhança de Pisa e Pádua, sugeriu que a nova instituição ficasse apenas à cadeira de história natural que então ministrava na universidade, enfatizando que era o “principal alicerce do Protomedicato e de toda a Farmácia (...)” (*apud* Findlen, *op. cit.*:258). Em 1568 o jardim foi instalado e entregue aos cuidados de Aldrovandi como uma das instâncias reguladoras da medicina e da farmácia na cidade, cuja função seria “licenciar e inspecionar todos os praticantes médicos; isso exemplificava o crescente desejo de incorporar o treinamento em problemas práticos ao currículo médico” (*id. ibd.*:258).

Os “físicos”, como então eram chamados os profissionais versados em assuntos da natureza, incluindo o tratamento de doenças a partir de vegetais e outros “simples” (águas, óleos, “espíritos” e sais), foram alguns dos responsáveis pela ampliação e divulgação da história natural nos séculos XVI e XVII. A partir de seus jardins, museus, bibliotecas e das primeiras expedições de campo, pesquisaram as farmacopéias citadas em compêndios clássicos e medievais, adaptaram-nas às práticas contemporâneas e, ao mesmo tempo, iniciaram os experimentos com as plantas introduzidas na Europa após os Descobrimentos, geralmente aproveitando-se das tradições dos povos residentes nos locais onde eram coletadas. O crescente comércio de especiarias, originalmente vindas do Oriente mas logo remetidas em quantidade também do Novo Mundo, contribuiu grandemente para o desenvolvimento da história natural, seja por meio do aperfeiçoamento das técnicas de transporte e aclimação necessárias para o cultivo das plantas em outros climas e solos, seja pelas práticas de herbolaria criadas para a conservação das plantas para a posterior identificação. Todas essas atividades tinham como centro as academias, museus e jardins botânicos, estes funcionando a um só tempo como coleção botânica, campo de experimentação e de análises anatômicas e químicas (Cook, 1996).

No final do século XVI, a movimentação verificada na Itália em torno da medicina e da história natural espalhou-se pelo resto da Europa, particularmente após os escritos de Francis Bacon (1561-1626). Em 1594, o filósofo descreveu em *Gesta Grayorum* o que deveria ser o aparato básico para aqueles nobres que quisessem se dedicar à filosofia natural, o qual incluía uma “perfeita e geral biblioteca”, um “imenso gabinete” para a conservação de artefatos e máquinas, oficinas equipadas com toda sorte de instrumentos e



“(…) um espaçoso, maravilhoso jardim, no qual todo e qualquer tipo de plantas de climas ensolarados, ou terra de diversos tipos, tanto selvagem quanto cultivada pela cultura do homem, podem ser (...) reunidas e admiradas: esse jardim deve ser construído com salas próximas para guardar todos os tipos raros de animais e manter todas as aves raras; com dois lagos anexos, um de água doce e outro de água salgada, para toda variedade de peixes. E assim você terá em uma pequena escala um modelo universal da natureza feito particular” (*apud* Impey e MacGregor, 1985:1).

Para Hunt (*op. cit.*), o espírito crítico do baconianismo teria se desenvolvido em oposição ao virtuosismo dos físicos italianos. Os museus e jardins que estes orgulhosamente construíram – expondo as plantas ao lado de maquinários hidráulicos, grutas artificiais, efeitos de som e luz – foram vistos, já no início do século XVII, como “cenário de maravilhas”, enquanto as instituições análogas do norte da Europa, principalmente Inglaterra, Alemanha e Holanda, instalavam austeros laboratórios para análises químicas, de acordo com o que determinava a nova ciência experimental. Vista pelos ingleses como frivolidade e virtuosismo, algo desnecessário e oneroso para a “verdadeira” prática científica, a exuberância dos jardins italianos foi abandonada em favor de um “espírito científico devotado mais cuidadosamente a uma observação mais pura da natureza” (*id. ibd.*:203). A introdução de um crescente número de espécies exóticas desconhecidas, de par com a proposição de um “modelo universal” para capturar a diversidade da natureza num único lugar, defendida por Bacon, teria contribuído para concentrar o interesse dos naturalistas na estrutura, morfologia e fisiologia das plantas (Pyenson e Sheets-Pyenson, *op. cit.*).

No final do século XVII já era perceptível a separação de duas atividades até então correlatas, o desenho e a conservação dos jardins. A primeira atividade continuou à cargo de paisagistas, arquitetos e virtuosos, os quais seguiram cada vez mais se utilizando de árvores, plantas e flores – valorizadas de acordo com seu exotismo, variedade de cores e formato – para a ornamentação dos espaços livres. O jardim do palácio de Versalhes, desenhado e construído por André Le Nôtre (1613-1700) a partir de 1661, é um bom exemplo de jardim onde predominaram convenções arquitetônicas (*id. ibd.*). Por sua vez, no jardim com propósitos experimentais ou pedagógicos, o desenho passou a obedecer uma racionalidade própria, assim como a conservação das plantas, determinada agora pelos profissionais que estabeleceram os critérios que distinguiriam jardins e museus no século seguinte, os naturalistas e físicos (Hunt, *op. cit.*). O

legado que estes últimos receberam dos jardins renascentistas “foi a associação da jardinagem com otimismo, esperança e progresso. Esses foram os valores que permitiram a ascensão do empirismo baconiano e da Revolução Científica” (Pyenson e Sheets-Pyenson, *op. cit.*:155).

No início do século XVIII os jardins botânicos se consolidaram como locais privilegiados para a coleção, conservação e distribuição de plantas desconhecidas para os europeus. Em alguns jardins a pesquisa médica continuou a ser preponderante, como no de Leiden sob a direção de Herman Boerhaave (1668-1738), um dos centros de ensino médico mais importantes da Europa. Em outros jardins, como o de Paris, transformado em Jardim Real de Plantas em 1729, os físicos perderam espaço para os curadores, permitindo a ampliação da pesquisa experimental e do número de espécies colecionáveis. Contudo, as atividades de ambos os tipos de jardins centravam-se numa mesma rede de intercâmbios de espécies vegetais que crescia pouco a pouco, à medida em que as fronteiras geográficas do mundo sob influência européia se ampliavam. O desenho que seguiam era semelhante, salvo algumas exceções, com plantas organizadas em canteiros quadrados ou retangulares conforme a procedência, subdivididos de acordo com a espécie. O objetivo dos conservadores também não diferia em profundidade, pois ambicionavam reunir e cultivar plantas de todo o mundo, valorizadas de acordo com o local da coleta (quanto mais distante e de difícil acesso fosse sua procedência, mais valiosa), com o uso no regime alimentar, na indústria e na terapêutica e com o valor simbólico (valor de mercado, poderes sobrenaturais, aparência, etc.). Essencialmente, “o jardim botânico funcionava como uma enciclopédia. Como as páginas de um livro, plantas de cada gênero eram posicionadas de acordo com um plano predeterminado para propósitos de referência” (*id. ibd.*:155). A quantidade de espécies exóticas reunidas constituiu-se na própria medida de sucesso e importância dos jardins, caracterizados como “catálogos vivos de plantas” e, portanto, “catálogos vivos da Criação”. Nesses paraísos vegetais, “o botânico tentava encontrar a ‘ordem natural’ existente entre as plantas: as relações naturais, as famílias nas quais Deus as havia criado” (Cunningham, *op. cit.*:49-50).

Os sistemas de classificação adotados pelos botânicos partiam de um princípio comum: a concepção estática da natureza. A persistência dessa “ordem fixa”, de raízes medievais, foi produto da autoridade da Bíblia sobre teólogos e naturalistas, que não permitia contestação à escala de tempo bíblica, mas também fruto da influência da mecânica cartesiana, segundo a qual as leis que governam o cosmos são matemáticas e, portanto, imutáveis. Para Descartes, Deus

havia “posto em marcha a máquina cósmica, sujeita a leis fixas, e desde então havia andado por si mesma”, o que, na prática, implicava em reduzir a ação divina ao momento da Criação (Toulmin e Goodfield, 1990:85). No entanto, a maioria dos naturalistas do final do século XVII e início do XVIII não pode ser classificada como deísta ou cartesiana, mas comungando de uma concepção sincrética que não deslocava de todo o papel atribuído a Deus no mundo<sup>2</sup>. Aqueles que interpretavam teologicamente a ordem da natureza e os que se negavam a fazê-lo tinham um ponto de partida comum: aceitavam esta ordem como dado fundamental e supunham que o mundo material se conformava em todos os seus aspectos a certas leis fixas, concebidas pelo Todo-Poderoso (*id. ibd.*).

Essa concepção estimulou grandemente as viagens de campo e os estudos anatômicos, pois os naturalistas estavam ocupados em desvendar a ordem dada por Deus ao mundo e em completar a chamada “Grande Cadeia do Ser”, escala hierárquica em que os seres vivos eram classificados de acordo com o nível de complexidade, dos seres inferiores aos superiores, dos irracionais aos racionais<sup>3</sup>. Foi este “criacionismo fixista”, portanto, que ofereceu à ciência europeia os elementos para uma primeira aproximação com a natureza e com os processos biológicos. Os jardins botânicos e os museus, enquanto locais onde eram reunidos plantas e animais provenientes de várias partes do mundo, um pré-requisito para posteriores pesquisas de anatomia comparada, tornaram-se “teatros da natureza”, espaços onde se dava a mediação entre o homem, as coisas do mundo e o Criador: “Cada simples coisa criada é uma expressão da totalidade, pois Deus está nelas todas e elas estão todas em Deus. O criador, desta forma, também é o mediador universal de qualquer relação entre os objetos do mundo. (...) No quadro destas concepções do mundo, guardar objetos naturais é reunir testemunhos da criação” (Kury e Camenietzki, 1997:75).

É este critério metafísico que começa a mudar no século XVIII. O colecionismo natural, então, “deixa de ser testemunho da Criação para tornar-se materialização da ordem intrínseca da natureza”, uma ordem que não mais dependia da intervenção divina para se efetivar, mas que se referia a “séries naturais específicas” (*id. ibd.*:79-80). Os naturalistas – em constante trânsito

---

<sup>2</sup> Para Toulmin e Goodfield (1990), o embate iniciado no século XVII – e que se prolongaria por duzentos anos – não pode ser reduzido a um conflito entre ciência e religião, mas como uma disputa dentro da própria ciência, tal como os homens a concebiam na época: “(...) não era uma luta dos cientistas progressistas para superar o obscurantismo de uma autoridade externa [a Bíblia], senão cismas internos dentro da filosofia nova e sumamente exitosa” (p. 86).

<sup>3</sup> Embora na Cadeia houvesse a idéia de continuidade, da sutil gradação que distingue as espécies, não havia ainda indicação de genealogia ou descendência (cf. Toulmin e Goodfield, *op. cit.*:93-8).

pelos cinco continentes – passaram a reivindicar uma diversidade de fenômenos naturais que o mecanicismo à maneira de Descartes era incapaz de assumir. Insistia-se, então, na necessidade de uma re-coleção de dados para a elaboração de uma “história natural baconiana” (Beltrán, 1997:26), fundada na observação e classificação, ainda que esta significasse na proposição de mais problemas do que na obtenção de resultados. Buffon (1707-1788), por exemplo, ao assumir a direção do jardim parisiense em 1739, propôs um sistema de classificação inteiramente distinto do cartesianismo, posto que baseado num critério de proximidade com relação ao homem, no caso, o homem europeu. Por esse motivo, seu sistema é considerado atualmente antropocêntrico e eurocêntrico, enquanto Lineu (1707-1778) e seu método sistemático baseado em caracteres físicos, concebido no museu e no jardim de Upsalla também na década de 1730, é colocado ao lado do grupo de naturalistas que lutava por uma “ciência precisa”, que submetesse o mundo natural a uma abordagem matematizante, quantitativa (*id. ibd.*).

Não vamos nos estender na história dessa longa disputa, devidamente estudada na literatura sobre o tema. O que precisamos deixar claro é que por detrás da polêmica sobre o método mais adequado para a classificação, estavam questões fundamentais para a história natural, como a prioridade da observação frente e contra o sistema. Lineu, embora acreditasse estar desvelando a verdadeira ordem natural ao basear sua classificação nos “elementos essenciais” das plantas, não representou um rompimento com o criacionismo fixista. Pelo contrário, para ele a função do naturalista era descrever, distinguir e dar nome a cada uma das espécies e gêneros, revelando o *Systema naturae*, ou seja, a ordem do Criador<sup>4</sup>. Por sua vez, Buffon concebeu a natureza como uma “ordem de processos”, como um sistema de leis no qual Deus já estava ausente. Frente ao caráter estático e finalista de Lineu, sua concepção concedia à natureza muito mais autonomia e dinamismo, pois seus critérios de classificação incluíam aspectos que hoje denominaríamos etológicos e ecológicos (*id. ibd.*).

Um outro ponto a ser destacado é que tanto um quanto outro sistema dependiam, em larga medida, das viagens de campo e dos intercâmbios de espécies vegetais para se consolidar. Mesmo a “história natural de lupa e gabinete” (*id. ibd.*:42) de Lineu não prescindia dos coletores e naturalistas viajantes, desde que esses centralizassem em alguns poucos lugares os espécimes a ser nomeados. Nesse sentido, os jardins botânicos foram fundamentais não somente para a

domesticação e difusão de plantas, como para a própria comprovação da validade dos sistemas classificatórios, pois “a ordem que reina nas coleções deriva da ordem que se atribui à Natureza” (Kury e Camenietzki, *op. cit.*:58). Com o “método natural” e os critérios morfológicos de classificação a ciência europeia passou a dispor, pela primeira vez, de “instrumentos capazes de inserir os seres ditos ‘exóticos’ numa mesma lógica, válida universalmente” (*id. ibd.*:60).

O empenho dos naturalistas em “aprisionar” a diversidade da natureza num único sistema classificatório, assim como a multiplicação de viajantes, academias e jardins botânicos à serviço de um crescente interesse pela história natural, não estava de todo dissociado de questões econômicas e políticas. Para Lineu, a tarefa de todo naturalista era estudar a história natural de seu próprio país e também do mundo, com o fim de aperfeiçoar a auto-suficiência da nação e as condições físicas e sociais de seus habitantes (Spary, 1996). Deus provera o mundo de alimentos, matérias-primas e remédios e cabia aos naturalistas descobrir as leis que o regulavam para que o homem melhor usufruísse desse produtos. O conhecimento que julgavam ter dos seres vivos e do mundo inanimado os habilitou para assumir cargos públicos ou servir como consultores do governo em assuntos relativos à agricultura, medicina e mineração (*id. ibd.*). Ao mesmo tempo em que contribuíam para o imperialismo das nações europeias, descobrindo novas espécies, controlando a mineração e a agricultura nas colônias e na Europa, eram beneficiados – juntamente com a ciência que praticavam – pelo apoio de monarcas e autoridades coloniais. A figura do acadêmico francês seria paradigmática do “intelectual organicamente inserido no aparelho do Estado”, pois a Academia das Ciências era um “*corps savant* decidido a encontrar um lugar de destaque, uma identidade concreta e uma legitimação plena entre os *corps d’Etat*” (Ferrone, 1997:159).

Na segunda metade do século, a associação entre história natural, economia e governo delineou-se mais claramente. A competição das nações europeias por colônias fornecedoras de produtos tropicais e por mercados consumidores articulou-se com a montagem de uma rede de jardins botânicos e com o emprego de grande número de naturalistas, comissionados para a coordenação de diferentes agentes coloniais, para a direção dos estabelecimentos espalhados nos quatro cantos do mundo, para as viagens de coleta e para o trabalho de classificação e publicação do material reunido nos centros metropolitanos. O caráter utilitarista que a história natural

---

<sup>4</sup> Segundo Beltrán (1997), somente no fim da vida Lineu admitiu a possibilidade de aparição de novas espécies por influência do clima ou da geografia. Também teria reformulado sua teoria criacionista atribuindo a Deus a criação de

assumiu estava em estreita conexão com os escritos de economistas como François Quesnay (1694-1774), responsáveis pela difusão nas Cortes europeias de uma confiança irrestrita na história natural e na introdução de novas espécies de plantas e animais como solução para o incremento da renda nacional (Spary, *op. cit.*). A obra mais importante de Quesnay, “Painel Econômico”, saiu em 1758 e iniciou a chamada “década da agromania” (Denis, 1995).

A fisiocracia, como passou a ser chamado o movimento que considerava a agricultura como a fonte de todas as riquezas, repercutiu de diferentes maneiras nos vários países europeus, de acordo com o contexto político e as tradições locais. Um ponto, contudo, parece ter sido comum aos diferentes matizes que a corrente de pensamento adquiriu, a saber, o papel da agronomia como a ciência capaz de unir as conquistas da botânica e química ao aperfeiçoamento das técnicas agrícolas<sup>5</sup>. Teria sido esse o aspecto que sobreviveu ao declínio da escola fisiocrática a partir de 1770, pois a ciência agrônoma, a botânica e a química continuaram a se ocupar das questões da agricultura como essenciais para a nação. No caso da botânica, de maior interesse para esse trabalho, o “programa agrícola” proposto era “melhorar a qualidade e quantidade das produções vegetais pela modificação das circunstâncias (clima e terreno)” (*id. ibd.*:673). Para isso, podia-se intervir no enxerto, na poda, no cultivo e no transporte das plantas, atividades já de longa data desenvolvidas nos jardins botânicos.

A conjuntura econômica que se delineava a partir de 1750 na Europa dava ao conhecimento e à introdução de vegetais exóticos um fim às atividades dos naturalistas e o meio de enriquecimento de comerciantes e governos. Enquanto estes organizavam expedições e companhias de comércio, aqueles batiam-se pela aquisição de novas espécies, a ponto de Louis-Jean-Marie Daubenton (1716-1800), autor do verbete “Botânica” na Enciclopédia, escrever em 1751 sobre o transporte e o cultivo de plantas exóticas:

“Desde que as ciências reapareceram no fim do século XV (...), logo o comércio e a navegação, que distribuem por todo lado as riquezas e a abundância, levam à Europa o conhecimento da quantidade de plantas exóticas; desde então, não se pensou em outra coisa que não querer tê-las; e a arte de seu transporte e cultivo tornaram-se conhecimentos a serem adquiridos (...)” (*apud Denis, op. cit.*:674).

---

uma só espécie de cada ordem natural, a partir da qual teriam se originado os gêneros e as demais espécies.

A utilização dos jardins botânicos de maneira articulada para permitir a aclimação de vegetais estrangeiros simboliza, no fim do século XVIII, o sucesso das propostas dos botânicos para melhorar a agricultura (*id. ibd.*). Nesse período, o jardim do monarca francês tornou-se o modelo onde determinada forma de governo foi testada por administradores e naturalistas. Inicialmente criado como lugar de acolhida, esse jardim passou a promover também a transição de vegetais exóticos, das colônias para a metrópole e, após a aclimação, de volta às colônias para a experimentação agrícola. Logo surgiu a necessidade de criar estabelecimentos com esse fim nos locais onde os europeus tinham interesses comerciais ou cuja vegetação era fonte abundante de novas espécies, de maneira a melhor reuni-las para serem enviadas às metrópoles e mesmo realizar os primeiros ensaios químicos e agrícolas. Por essa razão, as regiões tropicais, onde se localizava a maioria das colônias asiáticas e americanas, foram postas no topo dos interesses de comerciantes e naturalistas.

Pela influência que teve sobre a Corte portuguesa, como veremos adiante, a experiência francesa na administração da rede de jardins botânicos nos interessa de perto. Já na primeira metade do século XVIII, o jardim parisiense e seus subsidiários, mais próximos do litoral, serviam como agentes de ligação nos intercâmbios botânicos entre a metrópole e as colônias. O jardim de Nantes, por exemplo, ficou na dependência do *Jardin du Roi* em 1719, a fim de constituir um viveiro para vegetais exóticos. Em seguida, Rochefort e La Rochelle assumiram o mesmo papel nas províncias oceânicas. Graças a essa infra-estrutura institucional deu-se a aclimação do café em Paris, trazido da Indonésia via jardim botânico de Amsterdã, e a sua posterior introdução nas Antilhas, Guiana Francesa e demais colônias (Bourguet, 1997). Esse episódio é mencionado por muitos dos autores que procuraram historiar o cultivo do café no Brasil, pois de Caiena a rubiácea teria sido contrabandeada para Belém em 1727, entrando pela primeira vez em território lusitano. Não obstante existirem dados contraditórios na bibliografia sobre o assunto<sup>6</sup>, que ainda carece de um estudo aprofundado, a disputa por sementes de café

---

<sup>5</sup> Vale ressaltar que no final do século XVIII o termo “agronomia” era utilizado para designar o mundo dos economistas que defenderam teses fisiocráticas e o mundo dos conhecedores da agricultura (cf. Denis, 1995).

<sup>6</sup> Para uns, as matrizes do café brasileiro vieram de Paris, via Martinica e Caiena, enquanto para outros vieram de Java via Suriname. Baena (1839) é um dos primeiros a fazer referência à introdução da planta no Pará, tendo sua versão sido reproduzida por vários autores. Alemão (1856) problematiza a origem da planta e qual linhagem teria sido introduzida no Brasil. Barata (1973) levantou a produção agrícola da primeira colônia portuguesa a cultivar a planta, enquanto Taunay (1945) e Amaral (1958) tentaram identificar a rota de migração do cultivo, do Pará ao Rio de Janeiro e São Paulo.

revela, numa face da moeda, o esforço das coroas européias para a difusão de plantas no mundo e, na outra face, a concorrência pelo lucrativo comércio de especiarias (no caso do café, controlado pela Holanda), cujo pré-requisito era tanto a posse de colônias quanto das espécies vegetais mais valiosas.

Na segunda metade do século, sobretudo após a nomeação de André Thouin (1746-1824) como primeiro jardineiro do rei, em 1764, veremos mais claramente a articulação dos jardins coloniais franceses. Com Thouin, a aclimação de vegetais em Paris e nas colônias passou a ocupar o centro das atividades do *Jardin du Roi* (e depois do Museu Nacional de História Natural, no qual seria transformado após a Revolução) e de suas proposições para a melhoria da agricultura. Para ele,

“A naturalização dos vegetais é um dos ramos da agricultura que deve receber a atenção especial dos governos e dos agrônomos. Pesquisar as plantas e árvores estrangeiras úteis para as artes e a economia doméstica e rural, transportá-las para o nosso solo, e rende-las apropriadas ao nosso clima – tudo isto, ao aumentar nosso patrimônio vegetal, significa multiplicar nosso usufruto e duplicar nossas riquezas territoriais. Esta verdade é por demais incontestável para ser discutida” (*apud* Denis, *op. cit.*:680).

O “patrimônio vegetal” da França já se constituía, quando Thouin foi nomeado, em objeto de ambição para as nações concorrentes. Na década de 1750, o intendente geral das Ilhas de França (atual Maurício) e Bourbon (atual Reunião), Pierre Poivre (1719-1786), se dedicara à naturalização de espécies provenientes das Molucas e ao cultivo, à semelhança dos jardins europeus, de plantas úteis e exóticas no Jardim das Toranjeiras (*Pamplemousses*), criado em 1735 (Ly-Tio-Fane, 1982). No mesmo período, o naturalista Jean-Baptiste Fusée-Aublet (1720-1778), preocupado com o desflorestamento na ilha, procurou aclimatar no estabelecimento de *Réduit* carvalhos vindos da Europa<sup>7</sup>. A cana de açúcar do Taiti (conhecida à época como *Otaiti*) já havia sido levada para Paris e, de lá, para as Antilhas. A baunilha americana já estava na Ilha de Bourbon e a fruta-pão havia saído de Paris para a Guiana Francesa, com o fim de ajudar na alimentação dos escravos.

---

<sup>7</sup> A grande obra de Aublet, *Histoire des Plantes de la Guiane Française...*, traz como prefácio um histórico da introdução e cultivo de vegetais exóticos nas colônias francesas. Ver Fusée-Aublet (1775, t. I, p. II a XXIX).



Esses são apenas alguns exemplos do trânsito de vegetais pelo mundo colonial francês, grandemente incentivado a partir de 1764. No caso específico da Guiana Francesa, de interesse direto para nossa pesquisa pela proximidade com o Grão-Pará, a introdução de especiarias, feita em sucessivas remessas ao longo das décadas de 1770 e 1780, representou uma mudança na política colonial francesa. Desastrosos projetos de povoamento da colônia foram abandonados em benefício do comércio de plantas indiáticas<sup>8</sup>. Em 1780, caneleiras e árvores de cravo foram plantadas na *habitation royale* de *La Gabriele*, localizada no bairro de Roura, sob a direção de Guisan. Em 1788, uma nova remessa de plantas chegou da Ilha de França, trazida pessoalmente por Joseph Martin. Eram “muscadeiras”, pimenteiras, “canas d’Otahity”, “hévé”, “litchi”, mangostão, “ravensara”, “bibacier”, “nozes de Bancoul” (de Bencoolen ou Benkulen, atual Ilha de Sumatra), todas introduzidas na *habitation royale* de *Mont-Baduel*, localizada próximo a Caiena. Na década de 1790, as especiarias (cravo da Índia, canela e pimenta) já estavam entre os principais produtos de exportação da Guiana, juntamente com o urucum, o algodão e o cacau<sup>9</sup>.

O mesmo tipo de esforço dos naturalistas, administradores e agricultores franceses pode ser visto nos impérios batavo e inglês. No primeiro caso, a construção de jardins coloniais antecedeu em um século as iniciativas dos demais países europeus, explicada em parte pela expansão ultramarina da república holandesa, especialmente pela atividade das Companhias Holandesas das Índias Ocidentais e Orientais, e em parte pelo ambiente intelectual da Universidade de Leiden, centro protestante de estudos médicos e experimentais (Gesteira, 1998). O “Jardim do Conde”, como se tornou conhecido o jardim mandado construir por Maurício de Nassau durante a dominação holandesa da costa nordestina do Brasil (1637-1645), pode ser considerado um dos primeiros da época moderna a fazer parte de uma rede colonial. Ele reunia em torno do Palácio Vrijburg, residência de Nassau em Pernambuco, espécies coletadas nas florestas locais e provenientes de outras regiões do globo, além de animais e tanques com peixes

---

<sup>8</sup> Essa mudança, de acordo com Cardoso (1999), também estava relacionada ao fim da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e assinatura do Tratado de Paris, no qual a França renunciou à maior parte de suas colônias, restando-lhe algumas poucas “colônias de escravos” (*colonies à esclaves*), dentre as quais a Guiana. Agradeço a Décio Guzmán a indicação do trabalho do citado historiador sobre a Guiana Francesa, assim como a remessa do mesmo de Paris.

<sup>9</sup> Vale ressaltar que a *habitation* era a base fundiária da colonização francesa, cuja montagem exigia construções (residências, manufaturas, enfermaria), terras cultivadas (chamadas de *jardin*), manadas (para alimento e transporte de carga), bosques (reservas de madeira), estradas, embarcações e, quando necessário, elementos próprios para o cultivo de “terras baixas”, como eclusas, canais, barragens, etc. (Lowenthal, 1952). *La Gabriele* e *Mont-Baduel*, portanto, deviam se assemelhar a um jardim de aclimação associado a terras para cultivo experimental e para agro-exportação. Ambas as propriedades tornaram-se significativos exemplos de estabelecimentos coloniais na Guiana, em extensão, produtividade e número de escravos (Cardoso, *op. cit.*).

diversos. Ponto central do complexo urbanístico construído pelos holandeses, funcionava como elemento de defesa do palácio, “lugar de descanso e trabalho, símbolo de união das regiões administradas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, ponto atrativo para os moradores da região e local de coleta de objetos exóticos” (*id. ibd.*:199). Como tal, permitiu “uma observação minuciosa das espécies, tornando-se, precisamente, um lugar de coleta de objetos e informações que, posteriormente, na metrópole, seriam incorporados ao ambiente intelectual europeu” (*id. ibd.*:199). Guilherme Piso (1611-1678) e Jorge Marcgrave (1610-1644) puderam, a partir de suas viagens de campo e atividades no jardim, organizar e publicar as obras que se tornariam referenciais para a história natural do Brasil, respectivamente, “História Natural e Médica das Índias Ocidentais” (1658) e “História Natural do Brasil” (1648).

Até o final do século, os holandeses seguiram construindo outros jardins, como o da Cidade do Cabo (1685) e do Ceilão (atual Sri Lanka), sempre associados ao comércio de especiarias orientais, que então dominavam, ou como ponto de abastecimento para os navios em trânsito pelas colônias. Anos depois, a Coroa britânica fundou uma série de jardins com os mesmos propósitos, articulados às companhias que faziam concorrência aos holandeses. A partir de 1764 surgiram os estabelecimentos de Saint Vicent, Saint Thomas, Jamaica, Penang e Calcutá, este o mais importante jardim, criado em 1794. Ao mesmo tempo, gerenciava a partir do jardim real de Kew a “exploração botânica e experimentação, com especial ênfase na aclimação e botânica prática” (Pyenson e Sheets-Pyenson, *op. cit.*:161).

Contudo, a rede de jardins ingleses e holandeses, no século XVIII, tinha menor dimensão que a francesa, com pelo menos sete grandes estabelecimentos (três na Ásia, dois na América do Sul e dois nas Antilhas). Essa rede tendeu a transformar-se somente com a Revolução e as guerras napoleônicas, após as quais a Inglaterra ampliou seu domínio colonial e também seu “patrimônio vegetal”, para mantermos a feliz expressão de Thouin. Em 1841, o jardim de Kew foi transformado numa instituição pública de pesquisas botânicas, sob a direção de Joseph Hooker (1814-1879). Cinquenta anos depois a rede de jardins ingleses contava com nada menos do que 48 estabelecimentos de diferentes dimensões, coligados a partir de Kew e orientados para a transferência de vegetais com valor comercial, como a quina e a seringueira (Brockway, 1979).

Mais próxima da experiência francesa esteve a política agrícola da Espanha, sobretudo após as reformas borbônicas iniciadas na década de 1750. Um plano de exploração das colônias americanas e asiáticas foi elaborado com a intenção de inventariar os recursos naturais com

potencial para o comércio e elevar o prestígio científico da Corte de Carlos III, rei entre 1759 e 1788. Várias expedições foram organizadas pelo jardim botânico de Madrid, sob a direção de Casimiro Gómez Ortega (1740-1818). A que rumou para a América Central (Nova Espanha, Cuba e Porto Rico) deu origem ao jardim botânico da Cidade do México, criado em 1788 como ponto de apoio para os expedicionários, e à primeira cátedra de botânica das Américas, aberta no mesmo ano. A instituição do ensino técnico e científico nas colônias como meio de suprir o Estado de profissionais adequados ao serviço público teria sido, inclusive, uma característica da política ilustrada espanhola. Como sentia-se a carência de naturalistas, os jardins coloniais espanhóis foram criados juntamente com cátedras de botânica (Zamudio, 1992).

Essas reformas, contudo, foram alvo de ácidas polêmicas com o meio intelectual local, que se sentiu ameaçado pelos naturalistas enviados de Madrid e pelas novas instituições que estavam criando, como o jardim botânico, a cátedra de botânica e o Real Seminário de Mineração, instalado em 1792 (Aceves, 1987). Por outro lado, a Corte assegurou a participação das colônias no amplo projeto reformista por meio da nomeação de correspondentes das instituições metropolitanas, o que na prática significava conceder *status* ao trabalho dos naturalistas locais que colaboravam com as reformas, e por meio da formação de naturalistas nas próprias colônias, para depois integrá-los nas viagens exploratórias. Mesmo que as condições de trabalho fossem desiguais e houvesse uma certa hierarquia entre os naturalistas do reino e das colônias, seria possível falar numa rede científica interligando diferentes agentes dentro da Nova Espanha (atual México), materializada pelo fluxo de pessoas, livros, instrumentos, espécimes botânicos, animais e minerais, teorias, técnicas, informações e materiais diversos (Aceves, 1995). O mesmo poderia ser dito de Cuba, embora o jardim botânico de La Habana – projetado desde 1792 – tenha sido instalado somente em 1817 (Puig-Samper e Valero, s.d.).

No Peru, a expedição botânica era composta por espanhóis e franceses. Assim como no México, o objetivo era inventariar a flora local para o enriquecimento do gabinete real de história natural e do jardim botânico de Madrid. Intentou-se igualmente criar um jardim colonial e uma cátedra de botânica, mas ambos não tiveram êxito. Sofreram forte oposição, como no México, da Universidade e do Protomedicato, instituições responsáveis pelo ensino e pelos assuntos referentes à sanidade urbana (Estrella, 1993). O jardim e a cátedra seriam criados somente em 1808 no Colégio Médico de San Fernando, portanto fora do âmbito dos naturalistas metropolitanos (Aceves, 1993).

Por fim, na Guiana Espanhola, porção oriental da Nova Andaluzia (atual Venezuela), região cujas características ambientais são similares às demais Guianas e à porção norte da Amazônia brasileira, verificou-se o mesmo tipo de reformismo, que objetivava, de um lado, implantar uma administração tecnocrática, baseada em princípios científicos, e, por outro lado, criar as condições para a ampliação da agricultura e do comércio. A Coroa espanhola não logrou criar na Guiana um jardim botânico ou uma cátedra de botânica, mas inventários dos recursos naturais foram feitos e pesados investimentos nas melhorias urbanas e navegação interior foram executados com o fim de integrar ao comércio caribenho toda a região do Orinoco, rio estratégico para a penetração espanhola na Amazônia (Lucena, 1993).

### **O caso de Portugal**

Portugal, dentre as nações que possuíam colônias, talvez tenha sido a primeira a estabelecer um circuito para a difusão de plantas, ainda no século XVI. As atividades do Físico d'El Rei D. João III em Goa, Garcia d'Orta (1501-1568), são apontadas como uma das primeiras grandes revisões dos compêndios de botânica da antigüidade e do medievo, baseadas sobretudo em viagens de coleta que realizou no Oriente e em experimentações agrícolas. Em 1563 publicou o livro "Colloquios dos simples e drogas e cousas medicinaes da India e assi de algumas fructas achadas nella", resultado de trinta anos de observações e pesquisas em seu horto botânico. A edição foi logo traduzida para diferentes línguas, resumida, ilustrada, reproduzida e comentada tantas vezes que a re-publicação dos originais pelo governo português, em 1872, exigiu do organizador considerável esforço para extirpar do texto os acréscimos indevidos e trechos apócrifos<sup>10</sup>. A importância do livro, além do fato de trazer a descrição e usos de muitas plantas que mais tarde seriam disputadas à rodo pelos europeus, vem do fato de que Garcia d'Orta já indicava as espécies que haviam sido transportadas para o Brasil. Poderíamos ler os "Colloquios...", portanto, como complemento do livro de Gabriel Soares de Souza (1490?-1591), "Notícia do Brasil", o qual dava conta em 1587 dos exóticos que aqui já se cultivavam, como a cana de açúcar, arroz, figueira, videira, laranjeira, coqueiro, inhame, mangueira, jaqueira e bananeira (Souza, 1974)<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> Ver o "Prólogo" da referida edição, de autoria de Francisco Adolpho de Varnhagen, em Orta (1872:VII-XVI).

<sup>11</sup> O livro também foi publicado como "Tratado Descritivo do Brasil em 1587".

O empenho na difusão de plantas pelo Oriente, África e América, que moveu colonos, autoridades e, principalmente, padres missionários, parece ter esmorecido no final do século XVI. A queda nos preços das especiarias obrigou a Coroa portuguesa a proibir novas plantações e mesmo a extirpar algumas das existentes no Brasil, de maneira a não prejudicar o comércio das Índias. Essa medida foi alvo de repetidas críticas pelos séculos XVII e XVIII, que lamentavam sobretudo o desperdício de espécies que poderiam ter “salvo” Portugal da ruína que sucedeu a perda das colônias orientais, rendidas uma a uma aos holandeses e ingleses<sup>12</sup>. Contudo, historiadores contemporâneos argumentam que a importância do fato reside mais na retórica do que na realidade, pois as plantas não foram exterminadas de todo e logo após a Restauração (1640) voltou-se a incentivar o cultivo de especiarias no Brasil (Almeida, 1976)<sup>13</sup>. Se o mito permaneceu, foi pela riqueza que proporcionou aos holandeses, substitutos dos portugueses no monopólio do comércio oriental, e também pela crise comercial que se abateu no Brasil em fins do século XVII, fazendo com que a antiga ordem d’El-Rei D. Manuel parecesse insensata àqueles que saíram em busca de cultivares que pudessem substituir o açúcar (*id. ibd.*).

O Estado do Maranhão, que englobava os atuais Pará e Amazonas, surgiu à época como uma das alternativas ao comércio das colônias orientais, principalmente nos escritos do Pe. Antônio Vieira (1608-1697) e de Duarte Ribeiro de Macedo (?-?). Ambos defendiam a introdução das especiarias no Estado e maior empenho no cultivo de plantas nativas. A viabilidade do negócio, para as mentalidades do século XVII, seria assegurada pela latitude similar à das ilhas indiatícas, condição necessária para a aclimatação das plantas; pela vegetação exuberante, garantia da fertilidade das terras e da bonança do clima; e pela existência de muitas espécies nativas que poderiam concorrer com as plantas orientais, como o cravo do Maranhão, e uma extensa pauta de produtos naturais já conhecidos e exportados pelos portugueses, como a baunilha, a salsaparilha, o cacau, o urucum e uma grande quantidade de óleos, resinas, bálsamos, raízes e madeiras (*id. ibd.*).

---

<sup>12</sup> É muito citada na bibliografia uma carta do Padre Antônio Vieira para Duarte Ribeiro de Macedo, datada de 1675, na qual o jesuíta comenta que “há muitos anos que sei se dá no Brasil a pimenta, e quase todas as outras drogas da Índia (...): e El-rei D. Manuel, por conservar a conquista do Oriente, mandou arrancar todas as plantas indiatícas, com lei capital que ninguém as cultivasse, e assim se executou, ficando somente o gengibre que, como é raiz, dizem no Brasil, se meteu pela terra dentro: mas ainda se conserva a proibição, e se toma por perdido” (*apud* Almeida, 1976:342).

<sup>13</sup> Almeida (*op. cit.*) baseou-se em alguns autores do século XVII para relativizar as conseqüências da ordem de D. Manuel, como Francisco Pyrard de Laval, Ambrósio Fernandes Brandão, Frei Vicente de Salvador, Frei Nicolau de Oliveira, J. Marcgrave e G. Piso. Todos atestaram a abundância e a qualidade das especiarias “brasileiras”. Agradeço a Alex Varela a indicação do trabalho do historiador português.

Ainda não dispomos de um estudo aprofundado sobre a introdução de vegetais exóticos no Maranhão e no Grão-Pará, nem sobre as atividades agrícolas e botânicas dos missionários, que então controlavam a extração e o comércio das chamadas “drogas do sertão”, para podermos avaliar até que ponto o plano de Vieira e Macedo foi executado<sup>14</sup>. Podemos inferir, entretanto, que o conhecimento das terras setentrionais da América do Sul e das suas riquezas originou toda uma literatura de cartas, descrições de viagens, pareceres e relações, como os escritos de Simão Estácio da Silveira e Maurício de Heriarte, respectivamente “Relação sumária das cousas do Maranhão” (1624) e “Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Gurupá e Rio das Amazonas” (1662-1667?). Alguns desses textos continham valiosos dados geográficos e informações sobre os recursos naturais da região, outros foram divulgados com manifesto intuito de propaganda. Essa não bastava, contudo, para transformar os planos de Vieira e Macedo em realidade, apesar de no último quartel do século XVII a Coroa ter multiplicado as instruções no sentido de ser intensificada a procura e o cultivo de “drogas do sertão” (*id. ibd.*).

Nas primeiras décadas do século XVIII, a Coroa ainda insistia na remessa de plantas orientais ao Brasil, apesar dos registros de que já abundavam em várias pontos da colônia. Em 1715, uma provisão régia determinava o envio da Bahia para o Maranhão de algumas caneleiras e pimenteiras, o que o vice-rei do Brasil, marquês de Angeja, fez executar no ano seguinte<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo, D. João V recomendava ao vice-rei da Índia a utilidade de manter na colônia algumas plantações de canela. Em 1718, seguiam de Goa para o Brasil 25 caixotes com pimenteiras, enquanto o vice-rei fazia todos os esforços para alcançar as tão desejadas caneleiras do Ceilão e o cravo das Molucas, mas sabendo que tinha de contar com a vigilância dos holandeses (*id. ibd.*). De fato, se o novo século foi marcado pelo aperfeiçoamento das técnicas utilizadas no transporte de mudas, estacas e sementes, principalmente nas longas viagens marítimas, ele também seria marcado pelo acirramento da concorrência entre as nações, que mantinham suas plantações restritas a áreas muito bem vigiadas, exterminavam plantas silvestres para evitar que fossem coletadas por inimigos, sabotavam navios e mantinham artificialmente os preços das especiarias por meio do controle dos estoques. Por sua vez, os jardins botânicos metropolitanos ampliavam suas funções e passavam a administrar os estabelecimentos coloniais

---

<sup>14</sup> Os dados existentes sobre o assunto estão dispersos nos estudos referentes a outras capitânicas, como a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Ver, além do já citado Almeida, Lapa (1966) e Mello Neto (1954).

que se iam criando, enquanto os herbários permitiam a conservação das espécies enviadas dos quatro cantos do mundo para o estudo comparado na Europa.

O esforço dos portugueses tinha como objetivo retomar o controle do comércio das especiarias não pela reconquista das praças orientais, mas pela transferência das espécies para a colônia americana. O embaixador D. Luís da Cunha surge no início do século XVIII como o principal entusiasta desse projeto, pois via na multiplicação das árvores de canela uma possibilidade de diminuir o comércio dos holandeses. Acrescentava que se devia experimentar o cravo e a noz moscada no Brasil, “porque sendo tão vasto parece que se poderia achar qualquer cantão cujo clima se assemelhe ao das Ilhas Molucas, onde crescem estes frutos (...)” (*apud* Almeida, *op. cit.*:399). O olhar de D. Luís da Cunha recaiu sobretudo no Estado do Maranhão, “cantão” que se julgava apropriado para esse cultivo.

A historiografia já destacou o papel fundamental da diplomacia nos rumos políticos e econômicos de Portugal na primeira metade do setecentos, a qual se manteve muito bem informada sobre a movimentação dos países concorrentes e atualizada quanto aos documentos e publicações que circulavam sobre as colônias sul-americanas. Teria sido ela, particularmente D. Luís da Cunha e o conselheiro Alexandre de Gusmão (1695-1753), a alertar a Coroa para a questão da hegemonia amazônica em termos geográficos, que começava a pesar na balança européia. A expansão imperial em direção oeste tornou-se então uma questão prioritária, exigindo vultosos investimentos na criação de novos povoados e “reduções” indígenas, no incentivo ao comércio, agricultura e navegação interior, na montagem de um amplo sistema de defesa e nas melhorias urbanas das principais cidades (Cortesão, 1928 e 1952-1956).

Em meados do século, os projetos para a introdução de plantas indiáticas no Brasil, particularmente no Grão-Pará e Maranhão, certamente refletem a orientação da diplomacia de D. João V, apesar de terem se efetivado no reinado de D. José I. Na década de 1750, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão apresentou à Coroa um plano para a produção de cravo, canela, noz moscada, pimenta, gengibre e anil no Grão-Pará (Xavier, 1977). Eram as mesmas espécies pelas quais os portugueses se debatiam desde o século anterior e também a mesma justificativa foi apresentada como garantia de sucesso do empreendimento: a posição geográfica do Grão-Pará, mais próxima da Europa do que as colônias holandesas do Oriente, possibilitaria

---

<sup>15</sup> Os próprios marqueses de Angeja se notabilizariam pela manutenção de um horto botânico na propriedade de Lumiar. No final do século XVIII, era um dos quatro maiores hortos de Portugal, juntamente com o do Palácio da

oferecer as especiarias a preço inferior<sup>16</sup>. Esse plano da Companhia de Comércio, e as ordens dada pelo rei em 1756 para que fossem enviadas de Goa para a Bahia plantas de cravo, canela, noz moscada, pimenta, chá e gengibre, ajudam a esclarecer uma questão presente na historiografia, de que a governação josefina, entre 1750 e 1777, constituiria uma quebra no longo processo de introdução e aclimação de exóticos no Brasil, retomado somente no fim do século (Almeida, *op. cit.*)<sup>17</sup>. Pelo visto, se escassearam as ordens régias e medidas administrativas para esse fim, não seria lícito, por outro lado, afirmar que a política fora interrompida.

Se agora lembrarmos que, na década de 1750, os franceses surrupiaram das colônias holandesas as “plantas que todos queriam”, como escreveu Daubenton na Enciclopédia, iniciando a progressiva transferência das especiarias para suas possessões do Oceano Índico e depois da América, veremos que a Coroa portuguesa, por meio do plano da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, acompanhava de perto as últimas novidades da história natural. Para historiadores franceses, Portugal foi uma das nações que se adiantaram na implementação de idéias fisiocráticas. Ao contrário da França, submetida a um “poder agrônômico” de cariz aristocrático, o qual teria retardado as reformas na agricultura até a Revolução, a Coroa portuguesa logo se interessou pelos melhoramentos técnicos e pela aclimação de vegetais exóticos. Prova disso seria a atuação de Domenico Vandelli (1735-1816) no Jardim Botânico do Palácio da Ajuda, criado em 1768, estimulando tanto o estudo da botânica quanto a experimentação agrícola e a introdução de novos cultivares (Denis, *op. cit.*).

Os progressos da política colonial portuguesa na América do Sul também parecem ter sido uma referência para a França até o fim do século XVIII. Em 1744, por exemplo, o *médecin du roi* em Caiena, Jacques-François Artur, expôs ao ministro francês um projeto de viajar ao Grão-Pará com os objetivos de conhecer a fauna e a flora sul-americanas e de “aproveitar os conhecimentos dos Portugueses em matéria de Botânica, e poder tirar lições para a colônia [Guiana Francesa] porque, segundo Artur, Espanhóis e Portugueses são bem mais sábios nesse domínio que os Franceses” (*apud* Jacques Le Seigneur, 1995:149). A viagem de Artur não se

---

Ajuda, do Palácio de Palhavã, ambos de propriedade real, e o do Marquês de Abrantes em Benfica (Viterbo, 1909).

<sup>16</sup> Esse plano foi apresentado com as respectivas garantias do governo das Índias portuguesas. O governador de Goa, no caso, comprometeu-se em recolher e aclimatar as plantas que seriam enviadas ao Pará.

<sup>17</sup> Acrescentamos que essa questão é mais complexa do que aparece aqui, pois está mesmo no cerne de uma problemática há muito discutida na historiografia, a saber, as continuidades e rupturas que se verificaram nos três reinados setecentistas. Novais (1995) já mencionara que a chamada “viradeira” representou mais uma continuidade na política econômica implementada por D. José I do que uma ruptura, enquanto Falcon (2000) assinalou uma resistência do movimento conjuntural da economia em enquadrar-se na “camisa-de-força” da cronologia tradicional.



realizou, seja por motivos financeiros, seja pela negativa dada pelos portugueses ao pedido de autorização do ministro francês. Mas uma nova tentativa para conhecer de perto a colonização portuguesa seria feita logo depois, quando François Fresneau (1703-1770), engenheiro-chefe em Caiena, parte a procura das árvores que “os Portugueses fazem toda sorte de usos curiosos e úteis” (*apud* Pinault Sørensen, 1995:51). Fresneau não chega a penetrar nos domínios lusitanos, mas interroga índios da fronteira e descreve uma árvore cujo uso havia assombrado Charles-Marie de La Condamine alguns anos antes, o *caoutchouc*. Ao levar a Paris alguns artefatos impermeabilizados com a seiva da árvore, Fresneau foi imortalizado pelos franceses como o descobridor da seringueira (*Hevea brasiliensis*).

Embora esse interesse pela experiência colonial portuguesa diminua no fim do século, sobretudo após a introdução das especiarias na Guiana Francesa, ele não desapareceu de todo, pois o naturalista Louis-Claude Richard (1754-1821), designado em 1781 para propagar na Guiana as especiarias recém-introduzidas, conseguiu coletar no estuário do Amazonas e voltar para a França com uma rica coleção botânica, formada sobretudo de plantas já exploradas pelos indígenas e portugueses (Lescure, 1989). Mais tarde, em 1802, o *médecin-botaniste* Jean-Baptiste Leblond (1747-1815) repetiria o feito de Richard (Lescure, 1992) e, em 1815, Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) utilizava um velho argumento para justificar o financiamento de sua viagem ao Brasil: obter espécimes do Pará que julgava terem sido introduzidas pelos portugueses na Guiana após a conquista de 1809 (Kury, 1995)<sup>18</sup>.

Esses são alguns indícios de que a empresa lusitana na Amazônia, fundamentada na coleta e no cultivo de espécies nativas – e de todo distinta da colonização nordestina ou mineira – despertava a cobiça numa nação concorrente, não apenas pela dimensão geográfica da colônia portuguesa, mas pela própria organização econômica baseada nos recursos florestais. A preocupação com um melhor conhecimento desses recursos estava expressa no Tratado de Madrid, assinado em 1750 pelas Coroas portuguesa e espanhola com o objetivo de por fim às disputas territoriais na América do Sul. De acordo com o tratado, comissões bilaterais deveriam percorrer as regiões de fronteira demarcando e cartografando os limites coloniais, assim como inventariando os produtos naturais e industriais. O artigo XX das instruções para os comissários que percorreriam a Amazônia previa um acordo entre as nações ibéricas sobre a toponímia sul-

americana e também sobre a nomenclatura dos habitantes, animais e plantas, numa espécie de cooperação para o “adiantamento das Ciências”. Nos diários dos técnicos contratados para as Comissões Demarcadoras deveriam constar:

“(…) os rumos, e distâncias das derrotas, as qualidades naturais dos Países; os habitantes que neles vivem e os seus costumes: Os Animais, Aves, Plantas, Rios, Lagoas, Montes, e outras semelhantes cousas dignas de se saberem: pondo nomes de comum acordo a todas as que o não tiverem para que sejam declaradas nos Mapas, e Relações com toda a distinção: e procurando que as suas observações, e diligências sejam exatas, não só pelo que pertence a demarcação da Raia, e geografia do País, mas também no que pode servir para o adiantamento das Ciências, o progresso que fizerem na História Natural, e observações Físicas, e Astronômicas” (*apud* Reis, 1948, v. 2, p. 177)<sup>19</sup>.

A articulação de espanhóis e portugueses com os progressos da história natural pode ser comprovada ao nos determos um pouco sobre alguns integrantes dessas comissões. Enquanto os espanhóis contrataram um pupilo de Lineu (Pehr Löfling) para coletar espécimes vegetais e anotar usos e costumes regionais, como o mestre recomendava, os portugueses, com a mesma preocupação de seus vizinhos ibéricos, contrataram em Bolonha dois “homens versados em filosofia experimental”, João Ângelo Brunelli (?-?) e Antônio José Landi (1713-1791). O primeiro foi comissionado para servir como astrônomo e cartógrafo e o segundo como desenhador de “vistas dos lugares notáveis”, de “plantas, animais e outras coisas mais desconhecidos e dignos de notícia” (*apud* Valladares, 1970:IX)<sup>20</sup>. Durante a viagem, Landi foi encarregado pelo comandante da expedição de trabalhar “alguma coisa de história natural”, tendo

---

<sup>18</sup> Apesar de justificar uma visita ao Pará e à Guiana, devolvida à França em 1817, Saint-Hilaire não esteve nessas regiões quando de sua viagem à América do Sul. Agradeço a Décio Guzmán a indicação dos trabalhos de Lescure (1989 e 1992) e dos que constam na coletânea organizada por Laissus (1995).

<sup>19</sup> O “Tratado das Instruções dos Comissários da Parte do Norte” foi assinado pelos embaixadores português e espanhol em 1752. No ano seguinte a Comissão Demarcadora portuguesa chegou ao Grão-Pará e em 1755 partiu para o Rio Negro a fim de encontrar a comitiva espanhola. Para conforto do leitor, atualizamos a ortografia das fontes manuscritas e impressas, com exceção dos nomes próprios e dos títulos.

<sup>20</sup> Sobre a participação de Brunelli na Comissão Demarcadora portuguesa, ver o manuscrito existente no IHGB: *Alcune riflessioni le quali prego [ilegível] Vostra Eccellenza prima che io sia annesso alla presente spedizione che si fa da Sua Maestà Fedelissima nel Brasile per la carta geografica di quel paese*. IHGB, lata 3, pasta 14.

feito “uma boa coleção de plantas”<sup>21</sup>. Provavelmente com base nessa coleção – e com a que reuniu em seu horto particular em Belém – Landi escreveu em 1772 uma *Descrizione di varie Piante, Frutti, Animali, etc., e altre simile cose che si ritrovano in questa Cappitania del Gran Pará...*, texto em italiano que traz a descrição, os hábitos e os usos de mais de 150 espécies animais e vegetais, acompanhados de um índice organizado em ordem alfabética e inúmeros desenhos. Na *Descrizione...*, Landi faz referência a alguns animais enviados vivos a Lisboa, como macacos, e outros mantidos no seu horto, como a lontra e o guará. Menciona, inclusive, algumas características da fisiologia dos animais, como o dimorfismo sexual do mutúm, ou de seu ciclo biológico, como a mudança na penugem dos guarás após o primeiro ano de vida, o que atesta o caráter experimental do horto e do zoológico que formou (Sousa, 1999).

A *Descrizione...* foi dedicada ao Capitão-General do Mato Grosso, Luís Pinto de Souza Coutinho, governador entre 1769 e 1772, quem – segundo Landi – com “alguma fadiga e diligência investigou muitíssima coisa referente à história natural, e da qual se poderá formar um grosso volume em vantagem da República Literária” (*apud* Meira Filho, 1976b)<sup>22</sup>. Não consta que Luís de Souza tenha publicado tão alentado volume e nem que portugueses e espanhóis tenham cooperado em semelhante matéria, o que acabou deixando o texto de Landi inédito na época. Seus desenhos, contudo, passaram para as mãos do sucessor de Luís de Souza, Luís Albuquerque, governador do Mato Grosso entre 1772 e 1789 e notório incentivador da história natural, proprietário de uma biblioteca consultada largamente por Alexandre Rodrigues Ferreira (Simon, 1983). Cabe-nos, portanto, perguntar se no Tratado de Madrid, em negociação desde a década de 1740, e nas Comissões Demarcadoras de Limites organizadas para executá-lo não seria possível encontrar os primeiros indícios da penetração, na península ibérica, do projeto lineano de inventariar os recursos naturais do planeta.

A julgar por um relatório de Vandelli, o Jardim Botânico da Ajuda teria sido criado para atender as recomendações do botânico sueco, particularmente para centralizar os trabalhos de elaboração da “História Natural das Colônias”:

---

<sup>21</sup> Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal. Arraial de Mariuá, 13 de julho de 1755 (*apud* Mendonça, 1963, v. 2, p. 766).

<sup>22</sup> Meira Filho (1974 e 1976b) recuperou e publicou pela primeira vez em fac-símile o texto de Landi, além de desenhos arquitetônicos, botânicos e zoológicos originais. O manuscrito a que fazemos referência pertence à Biblioteca Municipal do Porto, cód. 542, e integra o espólio de Luís de Souza, Visconde de Balsemão.

“O que me parece respeito a este jardim e seus anexos estabelecimentos [Laboratório Químico, Museu Real e Casa do Risco], porque se conservem e aumentem concluindo-se a História Natural das Colônias pelo qual principal fim o Senhor Rei D. José deu princípio a esta grandiosa obra, e com imensas despesas continuou S. Majestade (...)” (*apud* Viterbo, 1909:365)<sup>23</sup>.

Devemos considerar, contudo, que na década de 1760 esse projeto já não era novo para as autoridades portuguesas, como comprovam as intenções expressas no Tratado de Madrid. Da mesma maneira, o Jardim da Ajuda não foi uma instituição de todo inovadora para Portugal com relação à aclimação de exóticos, pois fora criado com a reforma de uma antiga propriedade real, a Quinta das Frutas e das Hortaliças, que já funcionava como lugar para o cultivo de vegetais exóticos. Havia, inclusive, outras propriedades criadas com esse fim, além do jardim da Universidade de Coimbra (1772), implantado juntamente com a reforma do ensino que ali se verificou<sup>24</sup>. É o caso do horto físico que o médico alemão Gabriel Grisley manteve em Lisboa no fim do século XVII; da Quinta da Ínsua, de meados do XVIII, ao mesmo tempo de recreio e de cultura agrícola, onde muitas espécies exóticas foram introduzidas; da Quinta Real de Bemposta, onde foram feitos experimentos com abelhas sob os auspícios da Academia Real das Ciências; e do Palácio Real de Palhavã, que possuía um dos grandes hortos botânicos de Portugal no fim do século (*id. ibd.*).

A reforma e o aparelhamento do Jardim da Ajuda, com a criação do Laboratório Químico, da Casa do Risco e com a ampliação dos cômodos destinados ao Gabinete de História Natural, foram contemporâneos aos progressos da botânica na Europa. Deram-se, para usarmos o termo da época, na década da “agromania”, quando também surgiram estabelecimentos semelhantes pela

---

<sup>23</sup> Em 1788, Vandelli de fato publicou uma *Florae Lusitanicae et Brasiliensis Specimen*, que, segundo Munteal Filho (1993), foi escrita a partir da correspondência entre o autor e Lineu. A *Florae...* gerou grande debate em Lisboa, uns acusando-a de superficial e apressada nas classificações e descrições, outros defendendo a iniciativa e louvando Vandelli como a pessoa que abriu “o caminho das ciências naturais” em Portugal (Jobim, 1986:62-3).

<sup>24</sup> Sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, ver Ribeiro (1871, t.1) e Henriques (1876). Os dois autores transcrevem interessantes documentos sobre o jardim e sobre Vandelli. Ribeiro cita, por exemplo, uma carta de Pombal tratando da instalação do jardim botânico, o qual deveria ser um “jardim de estudo de rapazes, e não de ostentação de príncipes” (p. 396-7). Fortes (1999) faz exatamente essa distinção entre os jardins da Ajuda e de Coimbra quando trata das “soluções projectuais” adotadas por ambos: enquanto o primeiro estaria sujeito às “excepcionais dimensões da área experimental e à amplitude da paisagem dominante”, o segundo moldou-se ao “reconhecido interesse da classe ou quadro das classificações” (p. 69). Os preponderantes fins pedagógicos de Coimbra seriam visíveis no seu “carácter coleccionista” e na “exposição de curiosidades marcadamente científicas” (p. 68).

Europa afora, como o jardim real de Kew (1759) e o da universidade inglesa de Cambridge (1762). O Jardim da Ajuda precisa, portanto, “ser inserido no discurso agrícola da época, onde avultam teses requerendo uma política orientada por um imperativo preciso: Os Três Reinos ao Serviço do Reino” (Janeira, 1999:64). Sua estrutura interna obedecia precisamente a esse imperativo e, como prenunciador da reforma na Universidade de Coimbra, à urgência de “dotar o país com estabelecimentos científicos destinados à investigação, experimentação, promoção e ensino de práticas agrícolas (...)” (*id. ibd.*:63).

No âmbito da administração colonial, o Jardim da Ajuda viria coordenar uma atividade executada informalmente pelos governadores, a coleta e a classificação de produtos naturais<sup>25</sup>. Seu projeto arquitetônico foi, portanto, “vocacionado para a aclimatação, cultivo e experimentação de espécies botânicas de restritas e inferiores latitudes, pela sua exposição a Sul, pelo declive natural da encosta em que se insere e pelo abrigo de ventos dominantes. A latitude equivalente do local predestina-o à maioria das culturas tropicais, favorecendo espécies oriundas do Brasil, Índia e África” (Fortes, 1999:68). Poderíamos dizer que essas soluções de ordem arquitetônica, somadas à estrutura institucional montada no jardim, dão a “exata medida da necessidade da integração entre os estabelecimentos científicos e da ampliação da quantidade de remessas vindas do ultramar” (Munteal Filho, 1993:73). O Jardim da Ajuda teria sido, nesse sentido, o

“(...) primeiro Jardim Botânico em novos moldes, com um fim marcadamente de ensino e de culto à vida científica. A maneira de colecionar deixa de ser desordenada e passa a obedecer a sistemas que então os taxonomistas indicavam ser os melhores. É nessa ordem de idéias que nos aparece um plano de Jardim como uma coleção de plantas classificadas e ordenadas, ao passo que o restante do terreno era dedicado a ensaios de caráter especulativo, onde realizavam-se experiências com plantas trazidas do ultramar” (*id. ibd.*:104).

---

<sup>25</sup> Ver, por exemplo, a correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão-Pará de 1751 a 1759, e do Marquês de Pombal, ministro de D. José I. Nela há muitas referências sobre remessas de produtos naturais da região para o Gabinete Real de História Natural e para testes de qualidade e viabilidade para o comércio. A correspondência foi organizada por Mendonça (*op. cit.*).

O Jardim da Ajuda manteria, efetivamente, o controle sobre as remessas de produtos naturais provenientes da colônia e sobre os experimentos agrícolas com vegetais exóticos. Seja por intermédio das autoridades coloniais, seja pela associação com as companhias de comércio então existentes, ou ainda pela participação na organização de expedições, o jardim cumpriu seus objetivos até o final do século. No primeiro caso, a direção do jardim importou plantas do exterior para distribuir pelos governadores do Brasil, como atesta uma “Relação das plantas vivas que vieram da Inglaterra e se recolheram ao Real Jardim Botânico, para se distribuírem...”. Dessa lista constavam caneleiras, plantas de chá, plantas de “chá verde” e oliveiras da China a serem remetidas para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Pará (*apud* Jobim, 1986:60-1). O intercâmbio de sentido inverso também foi realizado, pois foram muitos os pedidos feitos aos governadores para que enviassem produtos da colônia, como a solicitação feita em 1795 ao Capitão-General do Grão-Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, para que enviasse um lote de palmeiras (17 espécies), árvores frutíferas (30 espécies), árvores silvestres (29 espécies) e ainda raízes, capins e outras plantas (18 espécies)<sup>26</sup>. Em 1797 outro pedido a D. Francisco relacionava nada menos que 68 “produtos da Natureza”, entre animais e vegetais, e 6 “preparações da Arte”, no caso, da arte indígena (*apud* Baena, 1838:363-4). Em 1801, o ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, determinava ao governo interino da Bahia que contratasse um “Herborista” ou “Jardineiro perito” para “formar uma coleção de sementes de todas plantas que vegetam nessa capitania as quais V. Exc. irá remetendo por todas as vias que se lhe oferecem sucessivamente, conservadas em papel dentro de areia, advertindo que cada papel deve trazer o respectivo nome que às Plantas se dá no País, exceto quando ele não constar, e nesta generalidade não só as sementes de Plantas que se extraírem das Feiras cultivadas mas também as dos Bosques e das partes totalmente incultas (...)”<sup>27</sup>. As sementes e plantas secas deveriam ser enviadas ao Jardim da Ajuda juntamente com dois catálogos, um a ser dirigido ao diretor do jardim, outro ao presidente do Real Erário, ou seja, ao próprio D. Rodrigo, que exigia, além disso, prestação de conta mensal e anual do serviço.

---

<sup>26</sup> “Relação das Plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico: vindo dispostas em Caixões cheios da mesma terra nativa donde se tirarem e havendo no Mar o cuidado de as abrigar do frio no tempo do Inverno, e de as regar no tempo do Verão”. Solicitação de 12 de setembro de 1795. APEP, cód. 622.

<sup>27</sup> Ofício de Rodrigo de Souza Coutinho ao governador interino da Bahia, sobre o jardim botânico da capitania e remessas de coleções para Lisboa. Mafra, 12 de novembro de 1801. BN, Seção de Manuscritos, I-31,30,105.

No segundo caso, a associação entre o Jardim da Ajuda e as companhias de comércio então existentes, verificamos que, nos vinte anos em que funcionou, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777) introduziu várias espécies na região, como o “arroz da Virgínia”, o algodão e o anil, criou cultivos experimentais e aumentou a produtividade da economia regional, inclusive por meio de melhorias técnicas na agricultura, como a adoção do arado (Dias, 1970). O controle de qualidade e o processamento técnico do anil plantado no Grão-Pará era feito no laboratório químico do Jardim da Ajuda, e daí era vendido aos mercados consumidores. O funcionamento da “fábrica de anil”, como o laboratório químico ficou conhecido enquanto a Companhia existiu, foi descrito pelo próprio Vandelli:

“E como no estabelecimento das nossas Fábricas de Anil no Brasil ainda este gênero não vinha perfeito e capaz de servir nas Tinturarias, se fez no mesmo Laboratório uma fábrica de purificação de muitos quintais de Anil que as duas companhias do Pará e Pernambuco compravam por conta da Real fazenda o qual depois de bem purificado se vendia aos Tintureiros e comerciantes” (*apud Viterbo, op. cit.:361*).

O trabalho técnico-científico da Companhia de Comércio do Grão-Pará, suas relações com os governos das colônias orientais e com a direção do Jardim da Ajuda ainda aguardam melhores estudos. Embora os historiadores se dividam quanto aos resultados econômicos da companhia, suas atividades certamente não se restringiram a operações financeiras e ao comércio, mas também tiveram algo em comum com o que a *East India Company* realizou na Índia em associação com a *Royal Society* presidida por Joseph Banks (1743-1820). A companhia inglesa, além de monopolizar o comércio oriental no período de 1770 a 1820, financiou experimentos agrícolas e viagens de exploração geográfica e botânica pela Ásia, objetivando o controle territorial da colônia e a pesquisa de novos produtos para a indústria e comércio (Sangwan, 1992).

Por fim, o Jardim da Ajuda participou ativamente da organização de expedições à colônia, como a “Viagem Philosophica” (1783-1792) de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) e a Segunda Comissão Demarcadora de Limites (1780), decorrente do acordo que reviu a raia fronteiriça estabelecida previamente em Madrid (Tratado de Santo Ildefonso, 1777). De acordo com as instruções que recebera, Ferreira deveria formar coleções para o Museu e o Jardim da

Ajuda, bem como fazer uma avaliação sobre o estado da colonização na Amazônia (Domingues, 1991)<sup>28</sup>. Em sua longa estadia na região, o naturalista manteve um interesse especial pela botânica, agricultura e “matéria médica”<sup>29</sup>. Tentou aclimatar novas espécies, realizou experimentos agrícolas, avaliou as condições e o desenvolvimento da agricultura e realizou o inventário das espécies com valor comercial de cada rio em que navegou. De acordo com a política colonial da época, via na agricultura a “vocação natural” da Amazônia, mas uma agricultura diversificada, baseada em princípios científicos e destinada à produção de gêneros tropicais em larga escala, como alimentos, fibras e medicamentos (Simon, *op. cit.* e Domingues, *op. cit.*).

Quanto   Segunda Comissão Demarcadora, realizou várias remessas de produtos naturais e industriais para Lisboa. Apesar da resistência por parte de alguns técnicos, que julgavam a atividade alheia às suas funções, coleções foram remetidas para o Museu e Jardim da Ajuda, compostas por aves, peixes, mamíferos, plantas, madeiras, frutos, minerais e artefatos indígenas (Domingues, *op. cit.*). Não teria sido inconseq entemente que a Segunda Comissão Demarcadora e a “Viagem Philosophica” coincidiram no tempo e que – dentre as viagens planejadas para a colônia americana – a única a se concretizar rumou para a “ rea de tensão” que era a Amazônia:

“(...) [O]s dois aspectos não são dicot micos, mas complementares. As expedições militares têm objetivos de cariz científico (reconhecer geograficamente o território, reformular dados, cartografar e medir), e a exploração científica insere-se no âmbito de uma política de colonização (justificar pelo conhecimento científico a área disputada). (...) [Ambas] foram missões de informação que visavam descrever o meio físico e os habitantes (...). Ambas as missões, a ‘científica’ e a ‘estratégica’, se empenharam no desenvolvimento das potencialidades agrícolas do território e no incremento dos recursos econômicos (...)” (*id. ibd.*:17).

Devemos ter em conta, portanto, que os jardins coloniais lusitanos – quando foram criados na década de 1790 – vieram institucionalizar uma prática há muito estimulada pela Coroa.

---

<sup>28</sup> Agradeço a Eunice Rios a indicação do trabalho de Domingues (1991) e a gentileza em traz -lo de Portugal.

<sup>29</sup> Disciplina introduzida em Coimbra após a reforma pombalina, ministrada no primeiro ano do ensino médico. Era dedicada ao estudo das propriedades das plantas medicinais, bem como de matérias-primas de origem animal a até minerais com aplicação na clínica médica (Pita, 1996).



Enquanto muitos acreditam num “atraso” na implantação desses jardins<sup>30</sup>, tendemos a considerar que existiram outras instâncias para o trabalho de naturalistas e técnicos em agricultura, as quais hoje podemos considerar insuspeitas, mas que à época eram adequadas para o exercício da ciência experimental<sup>31</sup>. É o caso da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, das Comissões Demarcadoras de Limites e da viagem de exploração de Alexandre Rodrigues Ferreira. Este nos deixou inclusive – além do relato de seus próprios experimentos agrícolas – o testemunho do trabalho executado pelos membros das Comissões Demarcadoras. Foi por intermédio de Ferreira que tomamos conhecimento do horto botânico que o cirurgião Antônio José de Araújo Braga (?-?) plantou em Barcelos, no atual Estado do Amazonas:

“Dentro desta vila de Barcelos, a viu Vossa Excelência bem viçosa, quando, na tarde de 14 do corrente mês de Fevereiro, se dignou de visitar o pequeno horto botânico, que no quintal do quartel da sua residência entretém o cirurgião de Vossa Excelência, e dos empregados na demarcação, Antônio José de Araújo Braga, benemérito aluno do hospital real de Lisboa, porque aos seus profundos conhecimentos da cirurgia médica e anatômica ajunta a curiosidade de cultivar as plantas úteis do país, e eu por isso lhe cometi o cuidado de tratar dos pés da salsa, que eu trouxe da boca do rio Maturacá, quando subi ao Cauaburís, no intuito de tentar a sua cultura” (Ferreira, 1983:128).

Ferreira também faz referência ao “jardim italiano” anexo ao novo Palácio do Governador (figs. 1.1 e 1.2), projetado e construído em Belém por Landi, no ano de 1771:

“Residia pois nas sobreditas casas do Parque o Senhor Fernando da Costa [de Ataíde Teive], quando deu princípio ao novo Palácio, para cujo fim fez comprar umas três moradas de casas, que faziam frente para onde tem hoje o Tenente-Coronel Chermont [Theodósio Constantino de] o seu engenho de descascar arroz, vem a ser jardim de

---

<sup>30</sup> A idéia do “atraso” português na implementação das reformas iluministas é contemporânea ao próprio século XVIII. Para Pedreira (1988), as referências ao “atraso”, feitas principalmente na Academia das Ciências de Lisboa, podem ser explicadas pelo ressurgimento, no final do século XVIII, do “mito da decadência”, embasado em “velhas posições seiscentistas, frisando embora menos a vertente moral da questão, e a idéia de corrupção, e mais a vertente econômica, e o problema da população” (p. 69).

<sup>31</sup> Aqui nos valem do conceito de “papel socioprofissional” elaborado por Lafuente e Sala (1989), segundo o qual a ciência nas colônias deve ser entendida de acordo com o papel de seus praticantes, geralmente envolvidos em atividades atualmente consideradas fora do âmbito científico, como a administração pública e o comércio.

Palácio boa parte das três casas. Trabalhou-se com aquele calor, que dava às suas obras o dito General, mas ele alterou em muitas partes o risco que havia dado Antônio José Landi (...),<sup>32</sup>.

Os inventários de produtos naturais, a experimentação agrícola e a coleta de artefatos e espécimes animais e vegetais na Amazônia do século XVIII surgem, pois, inicialmente associados às expedições de cunho geográfico, como atividades complementares à cartografia, e às instituições comerciais. Com Alexandre Rodrigues Ferreira tomam uma dimensão inédita, pelos quase nove anos que o naturalista passou a serviço da Coroa na Amazônia, pelas espécies que introduziu (o cânhamo, por exemplo) e pelas coleções que conseguiu reunir<sup>33</sup>.

Um último ponto a ser destacado sobre a rede portuguesa de jardins coloniais refere-se ao próprio momento em que foi criada. Os jardins fizeram parte de um conjunto de medidas político-administrativas que marcaram as últimas três décadas do século XVIII. Com a reforma na Universidade de Coimbra (1772) e a criação da Academia Real das Ciências (1779), a Coroa impulsionou fortemente as ciências da natureza, dentro da mentalidade e da orientação cultural da época, ou seja, tendo em vista o conhecimento científico e suas aplicações práticas. Convergiam no mesmo sentido os estudos econômicos a que se votaram os membros da Academia das Ciências, preocupados sobretudo com os problemas da agricultura nacional e com os progressos do comércio ultramarino (Novais, 1995). No âmbito acadêmico foram planejadas e coordenadas muitas das medidas fomentistas postas em prática pela Coroa, como as viagens exploratórias, as comissões de naturalistas no estrangeiro, os estudos e experimentos de utilidade para o governo, o incentivo dado a agricultores, a tradução, publicação e distribuição de livros sobre assuntos de interesse científico e prático para a vida econômica da colônia (Munteal Filho, 1998).

Os inventários botânicos de espécies nativas e a introdução de exóticos também foram estimulados pela Coroa e autoridades coloniais, como a *Flora Fluminense* (1782-1790) do frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) e as remessas de pimenteiras e caneleiras da Índia para o Brasil verificadas a partir de 1787. Essas remessas, diferentemente das anteriores, passaram a ser acompanhadas de memórias impressas, expressamente redigidas para esse fim,

---

<sup>32</sup> “Miscellanea historica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará”. 8 de setembro de 1784. BN, Seção de Manuscritos, 21,1,1 n.1. Agradeço a Ermelinda Moutinho Pataca a indicação da fonte e a gentileza de ter cedido suas anotações sobre esse texto ainda inédito de Alexandre Rodrigues Ferreira.

nas quais vinham informações sobre as plantas, suas características e utilidades, terrenos mais apropriados e maneira de preparo dos produtos. Dois exemplos desses escritos são a “Memória sobre o Loureiro Cinnamomo vulgo Caneleira do Ceilão (...) para acompanhar a remessas das plantas, que pelas reais ordens vão ser transportadas ao Brasil”, escrita por Manuel Jacinto Nogueira da Gama e publicada em Lisboa em 1797; e a anônima “Memória sobre a Caneleira, para acompanhar a remessa das plantas, que o Príncipe N. Senhor manda transportar para o Brasil”, publicada em data desconhecida (Almeida, *op. cit.*). Vale mencionar, ainda, os esforços feitos para a divulgação dos aperfeiçoamentos técnicos, novos métodos agrícolas e novas plantas que poderiam ser cultivadas, designadamente as originárias do Oriente e produtoras de especiarias, como os panfletos publicados por frei Velloso, “O fazendeiro do Brasil” (1789-1805), e a memória sobre a canela redigida pelo médico Bernardino Antônio Gomes, intitulada “Memória sobre a canela do Rio de Janeiro oferecida ao Príncipe do Brasil Nosso Senhor pelo Senado da Câmara da mesma cidade no ano de 1798”. Esses e outros escritos são frutos de uma política que queria estar embasada na ciência, levando a Coroa a encomendar estudos que pudessem subsidiá-la nas decisões governamentais, assim como formar naturalistas e nomeá-los para cargos públicos (Dias, 1968).

Com a subida de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812) ao Ministério da Marinha e Ultramar, em 1796, já na Regência do Príncipe D. João, a aclimação de espécies receberia especial atenção. D. Rodrigo tinha uma “clara visão da unidade do mundo português e das suas implicações e vantagens no plano econômico”, procurando “integrar naturalmente na sua política de fomento do comércio ultramarino a idéia da permuta de plantas dos diversos territórios e, em especial, o projeto de aclimação das especiarias orientais no Brasil” (Almeida, *op. cit.*:401). Na memória “Sobre o Melhoramento dos Domínios de S. M. na América”, de 1797, D. Rodrigo teria escrito:

“Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os Produtos que se extraem de outros Países deve ser outro grande objeto do Legislador Político, unindo-lhe também o cuidado de segurar-lhes com a mais extensa Navegação o seu consumo na

---

<sup>33</sup> Sobre as coleções de Alexandre Rodrigues Ferreira, ver Areia e Miranda (1995). Para uma análise da produção textual, iconográfica e cartográfica de Ferreira, ver Pataca (2001).

Europa por meio da Metrópole e nas outras Partes do Mundo por meio dos outros Domínios que a nossa Real Coroa possui” (*apud* Almeida, *op. cit.*:402).

A semelhança entre o texto de D. Rodrigo e o do jardineiro francês Thouin, transcrito anteriormente, não é casual. Na correspondência que trocou com Felix de Avellar Brotero, então diretor do jardim conimbrese, D. Rodrigo deixou expressa a importância que atribuía aos jardins botânicos e o tipo de planta que o interessava, no caso, as medicinais, as de valor econômico e as de utilidade para a construção naval (*id. ibd.*). Seu plano retomava a antiga pretensão de D. José I quando este criou o Jardim da Ajuda: publicar uma “Flora Completa e Geral do Brasil”. Para isso ordenou aos governadores das capitanias que enviassem a Lisboa amostras de sementes, mudas e plantas secas, para que pudessem ser classificadas e testada sua utilidade. Em 1799, por exemplo, D. Rodrigo acusava o recebimento dos produtos enviados pelo governador do Grão-Pará, “seja sobre a árvore em cuja a casca se supõem virtudes análogas à Quina, seja sobre a árvore cuja a casca, madeira e folhas oferecem um grande remédio para a hidropisia, seja sobre a carne em pó, e a geléia, para suprirem as tabletas de caldo; e o mesmo A. S. fica esperando pelas remessas das árvores (...) para se mandarem fazer as convenientes experiências nos Hospitais, e se avaliar a utilidade de que podem ser a Humanidade (...)”<sup>34</sup>.

Quando as ordens régias para a criação dos jardins botânicos nas colônias foram expedidas, entre 1796 e 1802, existia, além de um ideário que valorizava os novos cultivos, toda uma prática já estabelecida na colônia de coleta de plantas nativas e aclimação de exóticos. A própria idéia da criação dos jardins botânicos não era nova. Em 1772, o Vice-Rei do Brasil, Marquês do Lavradio, instituiu uma Academia Fluminense, Médica, Cirúrgica, Botânica e Farmacêutica (mais conhecida como Academia Científica do Rio de Janeiro), a qual manteve um horto botânico para o recolhimento das “plantas notáveis” até sua extinção, em 1779. Uma outra academia, Sociedade Literária do Rio de Janeiro, seria criada em 1786 pelo novo Vice-Rei, Luiz de Vasconcelos e Souza. Embora não tivesse mantido um horto, também impulsionou a pesquisa botânica e manteve um gabinete de história natural e uma biblioteca para uso dos sócios (Fonseca, 1996). Também no Rio de Janeiro funcionava, desde 1784, a Casa de História Natural, mais conhecida como “Casa dos Pássaros”, criada como “entreposto colonial para envio de

produtos à Metrópole” e integrada como “parte essencial” no conjunto de museus então em funcionamento, como o Museu da Ajuda, de Coimbra e da Academia das Ciências (Lopes, 1997:38).

A própria Academia de Lisboa tinha como preceito o desenvolvimento da agricultura por meio do conhecimento das possibilidades econômicas da colônia, da racionalização da exploração dos recursos naturais, da aclimação de novas espécies, da difusão de novas técnicas, do estímulo à produção através de franquias e prêmios, da classificação dos diferentes tipos de solo de modo a orientar os lavradores sobre os cultivos mais favoráveis. Em 1781, a Academia publicou um manual com instruções a seus sócios correspondentes sobre a melhor maneira de remeter os produtos naturais visando “formar um Museu Nacional em Lisboa (...) na relação das qualidades dos vegetais declarará os lugares de seu nascimento, a estação própria da sua plantação, o tempo da sua frutificação, os usos que a experiência tiver mostrado se podem fazer dela para o alimento, para a medicina e para todas as Artes (...)” (*apud* Jobim, *op. cit.*:64-5). Essas orientações acabaram levando Vandelli, membro da Academia e diretor do Jardim da Ajuda, a defender a utilidade dos jardins botânicos numa Memória de 1788:

“Quão grande seja a utilidade de um Jardim Botânico (além do gosto de ver juntas as plantas de todas as partes do mundo, e do proveito que delas recebem, a Medicina, as Artes, o Comércio, etc.) para a Agricultura, só o ignora aquele, que não sabe quantas plantas de regiões remotas por meio dos Jardins são hoje comuns, e ordinárias na Europa, e cujo número se vai cada dia aumentando, de que é prova evidente França, Suécia, e Alemanha. (...) Por quanto, com o conhecimento Botânico adquirido nos mais célebres Jardins, tem os Ingleses, e Franceses examinado, e reconhecido a maior parte das plantas que nascem nas suas conquistas da América, e tem tirado imensa utilidade, e cada vez poderão tirar maior lucro” (Vandelli, 1788:295-6).

A decisão da Coroa em criar os jardins coloniais também parece estar ligada à conjuntura política e econômica da Europa e da América. Além da recuperação econômica verificada nas exportações portuguesas no final da década de 1790, explicada em parte pelas medidas

---

<sup>34</sup> Ofício de Rodrigo de Souza Coutinho a Francisco de Souza Coutinho, acusando o recebimento das informações sobre a árvore em cuja a casca se atribuem as virtudes da quina e de outra que cura a hidropisia... Palácio de Queluz,

fomentistas e em parte por uma conjuntura internacional favorável (Novaes, *op. cit.*), D. Rodrigo revelou um notável senso de oportunidade, ciente que estava da revolta social em curso na França e da desarticulação do império francês, possuidor de um dos maiores “patrimônios vegetais” da época. Era a oportunidade certa para obter – nas colônias mal defendidas e submersas em revoltas de escravos – as espécies que os portugueses tanto almejavam e que os franceses, até então, mantinham sob intensa vigilância. Para isso, fazia-se necessário criar na América Portuguesa, e também em Goa e Moçambique, uma série de jardins, de maneira a difundir as plantas por todo o império lusitano e aclimatá-las em diferentes terrenos e climas. Além disso, os franceses já haviam comprovado, por meio de seus estabelecimentos na Guiana e nas Antilhas, que era possível cultivar na América, com qualidade semelhante, as especiarias orientais, a preços melhores.

D. Rodrigo revelava, ainda, profunda coerência com os antigos planos de introduzir especiarias na colônia americana, embora os atualizasse de acordo com os progressos da história natural. Os mecanismos que lançou mão para atingir seus objetivos, os jardins botânicos, ganharam evidência com a transformação do *Jardin du Roi* no Museu Nacional de História Natural, e a posterior criação, por Thouin e Daubenton, este nomeado diretor do museu pela Convenção, do “Curso de cultivo e naturalização de vegetais estrangeiros” (1793). Devemos ter em conta, portanto, as mudanças por que passava a botânica no momento da criação da rede lusitana de jardins. No museu, Thouin retomou algumas idéias da fisiocracia, adotando não somente a classificação e o vocabulário utilizados na botânica, como também os estudos sobre as formas de cultivo, as ferramentas, os utensílios, as máquinas e os livros que julgava servirem para o exercício da agricultura em geral e da naturalização dos vegetais estrangeiros em particular. Essas atividades, para Thouin, revestiam-se de um caráter civilizatório, pois a aclimação de vegetais caracterizava a passagem da mera coleta de frutos à agricultura e, conseqüentemente, à civilização:

“Cada povo, ao nascer para a civilização, torna-se um povo agrícola. Os homens, reunidos em sociedade, precisaram inicialmente procurar na natureza os gêneros de primeira necessidade para a sua subsistência, porém mais tarde eles ocuparam-se em

---

31 de julho de 1799. BN, Seção de Manuscritos, I-28,28,33.

naturalizar e aperfeiçoar, através do cultivo, os diversos vegetais cuja posse lhes parecia útil ou agradável” (*apud* Denis, *op. cit.*:680-1).

A preocupação pedagógica de Thouin levou-o a defender a adoção no museu de diferentes nomenclaturas, de acordo com o público a que cada seção se destinava. Assim, as espécies existentes no *Jardin des Plantes* deveriam ser identificadas com seus nomes em latim e em francês, estes com “caracteres graúdos”, para que o público comum fosse instruído. Na Escola de Árvores Frutíferas, organizada para a instrução de cultivadores e jardineiros, a classificação adotada foi a de Tournefort, mais próxima dos critérios de utilidade para o homem. E na Escola de Plantas Úteis, inexistia qualquer sistema de classificação, sendo os vegetais dispostos segundo suas propriedades (Kury e Camenietzki, *op. cit.*). O jardineiro-chefe julgava importante, ainda, estimular o estudo da geografia como uma maneira de introduzir novos vegetais na agricultura nacional. Com esse fim, propôs a instalação de jardins em várias regiões da França, onde diferenças de clima e terreno poderiam ser úteis para a aclimação de vegetais, e cuidou pessoalmente dos estabelecimentos coloniais da Guiana Francesa e da Ilha de Bourbon (Denis, *op. cit.*).

No próximo capítulo, veremos como se deu a instalação do jardim botânico do Grão-Pará em 1798, determinada por ordem régia dois anos antes, bem como as relações que manteve com o principal jardim botânico da Guiana Francesa, a *Habitation Royale des Épiceries*, mais conhecida como *La Gabriele*. As ligações entre ambos os jardins começaram antes mesmo da conquista da Guiana pelo Príncipe Regente lusitano, em 1809. Verificamos, por exemplo, que os estabelecimentos coloniais franceses foram uma constante fonte de referência para o complexo agrícola que o governo português montou em Belém a partir da década de 1790. A proximidade entre as colônias e a similaridade das condições ambientais certamente fizeram com que os dois governos tivessem um ao outro como referência para suas experiências coloniais. Mas, no caso do Grão-Pará, outros fatores determinaram a rápida execução da ordem régia expedida em 1796, além da urgência com que se fazia necessário um jardim próximo à fronteira da Guiana, de maneira a garantir o sucesso das investidas lusitanas numa Caiena convulsionada pela revolta dos escravos. Trata-se do caráter estratégico que o Estado do Grão-Pará adquiriu para a expansão imperial portuguesa na segunda metade do século, assim como de suas condições econômicas, bastante otimistas se comparadas à exaustão da colônia mineradora do sul. São estas condições

loais que devemos ter em conta se quisermos entender porque os jardins luso-brasileiros foram inaugurados em diferentes datas e se desenvolveram de diferentes maneiras, apesar de concebidos no mesmo momento e pela mesma política fomentista.

Após uma breve digressão sobre o papel central que a cidade de Belém adquiriu na expansão lusitana na Amazônia, nos deteremos nas relações entre *La Gabriele* e o jardim paraense, preponderantes desde que este foi instalado. Essas relações ampliaram-se com a conquista de 1809, ficando a administração da Guiana submetida ao governo do Grão-Pará. Verificou-se, então, a transferência das plantas cultivadas em *La Gabriele* inicialmente para Belém e, pouco mais tarde, para outras cidades luso-brasileiras, dando ensejo para que o governo português retomasse – sob melhores condições – a política de incentivo aos jardins botânicos. O jardim botânico do Rio de Janeiro, apesar de criado quando da chegada da Corte, recebeu maior apoio a partir de 1810, quando começaram a chegar as primeiras mudas de Caiena e Belém. Em 1811, foi criado o jardim botânico de Olinda, em Pernambuco, como principal entreposto para as remessas que seguiam para a sede da Corte. O capítulo finaliza com um apanhado geral da experiência adquirida pelo governo português na administração da rede de jardins, aproveitada principalmente na ampliação do jardim carioca, em 1819.



Fig. 1.1: Desenho de Antônio José Landi para o Palácio dos Governadores do Grão-Pará, construído entre 1767 e 1771. No alto, detalhe da “Frontaria interior do pátio pela parte da varanda do Palácio”; embaixo, “Frontaria principal do Palácio”  
(reproduzido de Meira Filho, 1974).



Fig. 1.2: Desenho de Antônio José Landi para o jardim anexo ao Palácio dos Governadores do Grão-Pará, com acesso pelos fundos do prédio (reproduzido de Meira Filho, 1974).



## CAPÍTULO 2

---

### **O JARDIM BOTÂNICO DO GRÃO-PARÁ, *LA GABRIELE* E OS DEMAIS JARDINS LUSO-BRASILEIROS**

Nos primeiros meses de 1798, o Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro determinou a marcação do jardim botânico que a Coroa lhe ordenara implantar em Belém dois anos antes. Foi o primeiro governador a executar uma ordem também expedida para outras capitanias, e mesmo para os governos das colônias orientais. As razões para a relativa pressa com que o governador paraense cuidou do jardim podem ser encontradas na expansão da economia agrícola na Amazônia e nas conflituosas relações internacionais da Europa do final do setecentos, cujos reflexos incidiram nas colônias sul-americanas com o mesmo ímpeto com que perturbaram as metrópoles. Essas questões serão aqui abordadas tendo em vista o projeto político e econômico que a Coroa lusitana intentou efetivar no Grão-Pará a partir de 1750. Esse projeto dependia da montagem de uma base operacional na colônia, capaz de garantir a soberania lusitana na região e centralizar as atividades administrativas. Belém surge como local apropriado para a construção de tal centro urbano em virtude de sua posição geográfica, à entrada do vale amazônico.

Uma percepção acurada da localização da capital paraense também faria com que o jardim botânico se tornasse uma instituição central para os planos da metrópole na região. O jardim deveria não apenas servir como centro para a aclimação, domesticação e distribuição de plantas com potencial para o comércio, mas também como ponto de apoio para a introdução em terras portuguesas de espécies contrabandeadas da Guiana Francesa, principalmente de *La Gabriele*. As relações entre os dois jardins, portanto, foi iniciada no mesmo ano da instalação do jardim paraense, alçado à instituição de referência dentro do império português pelas espécies que conseguiu reunir assim que foi inaugurado. Mais tarde, quando os rumos políticos na Europa determinaram a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e a invasão da Guiana por tropas do Grão-Pará e de Pernambuco, as relações entre os jardins guianense e paraense foram reativadas a fim de promover maior difusão – dentro do império português – das plantas cultivadas nos estabelecimentos franceses e mesmo de técnicas agrícolas trazidas juntamente com jardineiros e

botânicos contratados pela Coroa lusitana. A rede científica então montada se constitui numa das maiores iniciativas do governo português para a institucionalização da ciência botânica e agrônômica em seus domínios, repercutindo fortemente – e por longo tempo – nos principais centros urbanos beneficiados por tal política, Belém, Olinda e Rio de Janeiro. Vejamos, agora, o papel estratégico que a cidade de Belém adquiriu na segunda metade do século XVIII para, em seguida, nos determos no jardim botânico paraense e suas relações com os demais jardins luso-brasileiros, tentando inseri-lo no conjunto de medidas político-administrativas que o governo português implementou na Amazônia durante o período.

### **Belém na segunda metade do século XVIII**

A história da capital do Grão-Pará pode ser contada como um exemplo de “cidade matriz”, a partir da qual o poder político conforma urbanisticamente um território colonial (Sala, 1989). Fundada como posto militar da Coroa portuguesa em 1616, Belém teve como primeira função reunir forças bélicas para arrasar as feitorias holandesas, inglesas e francesas do baixo Amazonas, Tocantins e costa do Amapá, assim como impedir que se repetisse, à entrada de uma região cercada de notícias sobre riquezas imensuráveis, o desastre da conquista francesa no Maranhão (Duarte, 2000). Ponto de partida de muitas “entradas”, “tropas de guerra”, “tropas de resgate”, expedições militares e missionárias destinadas à construção de fortificações e povoados ao longo do Amazonas e seus afluentes, Belém manteria efetivamente o controle econômico, político e militar sobre o extenso vale, ganhando com isso o caráter de capitalidade ainda no século XVII (Reis, 1989a).

No início dos setecentos a cidade já havia assumido uma “função cêntrica”, posicionada entre o mundo “civilizado” europeu e o interior amazônico (Nunes, 1998). Principal porto da região, permitia a penetração do vale e o escoamento de “drogas” e cacau para Lisboa. Embora São Luís fosse a capital oficial do Estado do Maranhão, ao qual o Grão-Pará era submetido, Belém foi inúmeras vezes a sede efetiva de governo em função das atividades dos capitães gerais. A transferência definitiva da sede administrativa do Estado para Belém foi feita em 1751 pelo Marquês de Pombal, sob o pretexto de estarem no Grão-Pará os compromissos mais importantes do governo. Como consequência, o Estado ganhou nova denominação: Grão-Pará e Maranhão. Posteriormente, no final da década de 1750, o Maranhão foi desmembrado e passou a

compor outra unidade juntamente com o Piauí. Em contrapartida, a Coroa criou em 1755 a capitania de São José do Rio Negro (atual Estado do Amazonas), com sede numa antiga aldeia missionária elevada a vila com o nome de Barcelos.

Com essa reforma geo-política, Pombal demonstrou perceber, logo nos primeiros anos da governação josefina, o esforço que a Coroa teria de fazer para comprovar os direitos portugueses sobre o território amazônico, tarefa a que se obrigara com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750. Pela sua localização geográfica, Belém oferecia mais vantagens do que São Luís para ser transformada no centro colonial do movimento militar, diplomático e científico que caracterizou as Comissões Demarcadoras de Limites, comissões bilaterais criadas pelos signatários do tratado para checar *in loco* as determinações previstas pela diplomacia ibérica e delimitar a raia fronteiriça. Para esse serviço foram incorporados às comissões engenheiros, arquitetos, astrônomos, matemáticos e “riscadores”, alguns dos quais se destacariam pela obra cartográfica, iconográfica e pelas construções que ergueram na Amazônia, como João André Schwebel (?-?), Antônio José Landi (1713-1791), Henrique Antônio Galuzzi (?-1769), Henrique João Wilckens (1736-?), Domingos Sambucetti (?-?) e Filipe Sturm (?-?) (Reis, 1948 e 1959b).

Aos integrantes dessas comissões atribui-se qualidades que até então não se viam nos técnicos mandados pela Coroa para a região. Distinguem-se, portanto, dos sertanistas e desbravadores do início da ocupação, assim como os documentos que produziram contrastam vivamente com a “literatura de devaneios” conhecida à época pelo caráter “realista” e pela exatidão das observações técnicas (Reis, 1942). Para o historiador que mais se dedicou à formação territorial da Amazônia, Arthur César Ferreira Reis, a necessidade premente que os portugueses tinham em garantir a posse do território estava na origem do “realismo” peculiar à sua percepção geográfica (*id. ibd.*). Acreditamos, de maneira diferente, que o processo de consolidação do império português na América do Sul – que tinha nas demarcações de limites um momento crucial – foi contemporâneo à emergência de uma “ética da precisão” nas ciências físicas, contraposta às práticas anteriores e à serviço “de um largo processo de expansão geográfica e de apropriação material e intelectual do mundo” (Bourguet e Licoppe, 1997:1150)<sup>1</sup>. Os estadistas lusitanos souberam, por meio das Comissões Demarcadoras e das “viagens filosóficas”, utilizar as novas práticas instrumentais e o papel das medidas e da quantificação,

característicos da ciência ilustrada, para obter as informações de que necessitavam. A uniformização das escalas na elaboração dos mapas<sup>2</sup>, por exemplo, estava entre as maiores preocupações dos cartógrafos das Comissões Demarcadoras, assim como a utilização da simbologia para assinalar acidentes geográficos, povoações, fortalezas, etc. (Domingues, 1991).

O Tratado de Madrid representa um marco nesse processo porque provocou um esforço concentrado de Portugal para o reconhecimento e estudo do território amazônico. A importância dada pela Coroa lusitana à Comissão Demarcadora de 1755, que reuniu quase 800 pessoas em 23 barcos, é um indício desse esforço. Como Portugal não dispunha de uma base cartográfica segura que pudesse auxiliar nas demarcações, o irmão de Pombal e Capitão-General do Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769), foi instruído a “verificar das excelências ou prejuízos do tratado firmado em 1750”<sup>3</sup>. Surgiu daí o “primeiro grande inquérito cartográfico e geográfico de largo trecho do *hinterland* amazônico. Mendonça Furtado, na base de todos os elementos colhidos, organizou uma preciosa informação acerca dos problemas da demarcação e de quais seriam os melhores limites a defender” (Reis, 1989b:373). Mesmo com os conflitos envolvendo índios, missionários e autoridades, e ainda o atraso da comitiva espanhola, que chegou ao ponto de encontro quase dois anos depois dos portugueses terem retornado a Belém, o esforço de Mendonça Furtado deu a Portugal vantagem sobre a Espanha no que se refere ao reconhecimento do território (Reis, 1948).

A presença de Mendonça Furtado na região foi fundamental para a aplicação dos planos traçados na Corte, pois a autoridade e o apoio de seu irmão permitiram-lhe centralizar a administração e aplicar as instruções que recebera, nas quais se destacam a reincorporação das capitânicas ao patrimônio da Coroa; a contestação do poder temporal dos jesuítas, com a substituição do complexo fundiário e mercantil missionário por instituições estatais; a transformação das missões em vilas e povoados com administração secular; a emancipação e “europeização” dos índios, processo que incluía – para efeito de povoamento do interior e de fornecimento de mão de obra para a lavoura e o serviço público – o incentivo ao casamento entre

---

<sup>1</sup> Agradeço a Ermelinda Moutinho Pataca, com quem discuti por diversas vezes os significados das Comissões Demarcadoras de Limites na política colonial para a Amazônia, bem como suas atividades, a indicação do artigo de Bourguet e Licoppe (1997).

<sup>2</sup> A escala adotada nos Tratados de Madrid e Santo Ildefonso foi baseada na polegada de pé do rei de Paris, o petipé, com aproximadamente a vigésima parte de um grau do Equador.

<sup>3</sup> “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão” (*apud* Mendonça, 1963, v. 1, p. 26-38).



índios e colonos e a imposição da língua portuguesa em todos os níveis da vida civil e militar; e o estímulo à migração de colonos, ao comércio e à agricultura (Domingues, 2000).

Com a anulação do Tratado de Madrid em 1760, provocada pela guerra guaraníca (1753-1756) e pela mudança nos rumos políticos da Europa, um novo acordo foi negociado pelos países ibéricos. Em 1777 chegaram a termo com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, o qual renovou a instituição das comissões demarcadoras bilaterais. Três anos depois, já no reinado de D. Maria I, a nova comissão portuguesa partia de Belém com 516 pessoas em 25 barcos. O então governador do Estado, João Pereira Caldas, que havia sido ajudante de ordens de Mendonça Furtado, foi nomeado comandante da expedição. A ele foi dada a liderança de uma nova turma de técnicos enviados de Lisboa, dentre os quais Antônio Pires da Silva Pontes Leme (?-1805), Francisco José de Lacerda e Almeida (1753-1802), Ricardo Franco de Almeida Serra (1748-1809) e Theodósio Constantino de Chermont (?-?).

A despeito do insucesso das negociações com a Espanha, ambas as comissões funcionaram como instituições para a prática científica na Amazônia, vigorando por quase trinta anos<sup>4</sup>. Seus integrantes estudaram os recursos naturais e o meio físico e cultural da região, da mesma maneira por que o fizeram os membros da “Viagem Philosophica”, o que teria permitido a Reis (1994) falar com insistência de uma “revelação” do mundo amazônico, muito anterior às viagens dos naturalistas do século XIX. Na verdade, a atuação desses homens circunscreve-se no processo de construção do Estado contemporâneo, unificado, centralizado e submetido em tudo a regras uniformes, nas quais o território é concebido pelo poder de modo integrado e totalizador, exigindo uma base cartográfica rigorosa (Capel, 1999). As modificações nas formas de controle territorial imputadas a essas comissões podem ser resumidas da seguinte maneira: na introdução do conceito de “fronteiras naturais” para delimitar as possessões sul-americanas segundo os acidentes físicos; e no estabelecimento de uma “imagem” do território brasileiro, que teria certa implicação jurídica (Machado, 1989). “O mapa desenhado a partir das linhas constantes no tratado [de Madrid] se tornou um símbolo de uma apropriação territorial. Era um ‘espaço vazio’,

---

<sup>4</sup> É necessário esclarecer que as Comissões Demarcadoras não constituíram as únicas iniciativas do governo português para o reconhecimento do território. Outras expedições ocorreram paralelamente, a lhes rever ou complementar o trabalho. Foi o caso da de Antônio Luís Tavares (?-?), que foi ao rio Tocantins em 1773; de Marcelino José Cordeiro (?-?), ao rio Negro em 1784 e 1788; e Pedro Affonso Gato (?-?), ao rio Jauaperi em 1787. Da mesma maneira, a produção de memórias, descrições e roteiros não ficou restrita aos técnicos das comissões. Os escritos de José Monteiro de Noronha (1723-1794), Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (1741-1813) e João Vasco Manuel de Braun (?-?) são freqüentemente citados pela importância para o conhecimento geográfico do território, tendo este último trabalhado sobre os dados dos engenheiros e astrônomos da Segunda Comissão.

mas delimitado cartograficamente. Sua legitimidade foi defendida pela historiografia brasileira, ao carregar a tinta no papel dos bandeirantes no sul, e no papel das missões religiosas e sertanistas no norte, e mais tarde, garantida pelos estadistas do Império e da República, num largo e duro processo jurídico internacional” (*id. ibd.*:91).

A presença de técnicos qualificados na Amazônia, e por tanto tempo, permitiu a realização de estudos e de obras por toda a região, num ritmo nunca antes visto. Terminados os trabalhos a que foram contratados, alguns retornaram para Lisboa e procuraram prosseguir em suas carreiras técnico-científicas e burocráticas. Outros decidiram permanecer na colônia, opção explicada em parte pela colocação que conseguiram na burocracia colonial, em parte pelo casamento com filhas de aquinhoados comerciantes locais. Mesmo contribuindo para o fortalecimento de um poder central além-mar e engajando-se no enriquecimento das coleções metropolitanas, acreditamos que esses homens cooperaram na formação de uma cultura científica local, na medida em que executaram projetos que incidiram no conhecimento e no desenvolvimento do espaço ultramarino.

O conceito de “metrópole colonial” pode ser útil para ilustrar o processo de capacitação técnico-científica *pari passu* com a diferenciação do espaço urbano na América Latina (Sala, 1988). Embora já se tenha afirmado que “o Brasil colonial carece de *metropolis*” pelas características da política portuguesa, que não teriam permitido as cidades brasileiras, a exemplo de Lima e México, arraigarem “um conjunto de saberes científico-técnicos ligados ao particular processo de conformação da capitalidade”, e que estariam na origem das universidades das colônias espanholas (Sala, 1989:56), entendemos que as cidades brasileiras – se não possuíam universidades – engendraram outras experiências sociais capazes de institucionalizar conhecimentos técnico-científicos. São os casos das academias literárias e científicas, dos passeios públicos, dos jardins botânicos e dos nichos institucionais abertos pela própria administração colonial para a prática científica, como as Companhias de Comércio, as Comissões Demarcadoras de Limites, as Aulas Militares e a Fisicatura-Mor.

No caso de Belém, o processo de “metropolização” aconteceu na segunda metade do século XVIII, quando a cidade tornou-se centro de atividades político-diplomáticas em função dos Tratados de Madrid e Santo Ildefonso. Fazia-se necessário, então, melhorar a infra-estrutura urbana e transformar o espaço urbano colonial num símbolo da soberania lusitana (Domingues,

1995)<sup>5</sup>. Datam dessa época os primeiros levantamentos cartográficos da cidade, os estudos urbanos e estratégicos para reforçar sua defesa, a melhoria das instalações militares e a construção quase simultânea, pelo poder público, de inúmeros prédios militares e civis. Entre 1760 e 1780, período intermediário entre as duas comissões demarcadoras, foram inaugurados o novo Palácio do Governo (1771), considerado uma das maiores obras públicas coloniais do Brasil (Meira Filho, 1974), a nova Catedral da Sé (1771), o Hospital Real (1770), os “Quartéis dos Soldados” (1779) e o Arsenal de Marinha (1761). A principal característica dessas obras foi a da “monumentalização” do espaço urbano, de maneira a ressaltar a “imagem” de Belém como capital (Araújo, 1998). Mas também se relacionam com a construção de novas cidades pelo interior e com a expansão e melhoria das condições sanitárias das já existentes, consequência, em primeiro lugar, da política de Pombal, que tinha no urbanismo uma importante peça do seu programa de atuação, “quer tenha sido pelo oportunismo do trabalho inevitável e em grande escala de Lisboa, quer fosse por inerência ao próprio pensamento político de Pombal, em atitude similar com outros governantes do seu tempo que também construíram cidades por toda a Europa. (...) A ‘diferença’ que o urbanismo pombalino inaugura é a ênfase dada ao discurso ideológico da cidade (...). E o espaço urbano privilegiado é o espaço público utilizado como afirmação do poder sobre o espaço” (*id. ibd.*:63-4).

Outras obras de porte, como os fortes instalados nas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Mato Grosso, devem ser entendidas nessa moldura, ou seja, ao mesmo tempo coletavam informações geográficas, continham as populações indígenas, impediam a penetração espanhola, francesa, holandesa e inglesa, marcavam as fronteiras no alto rio Branco, no alto rio Negro, no Solimões, no Guaporé e na foz do Amazonas. Significavam verdadeiras “afirmações de soberania” (Silva, 1998). Confirmava-se, dessa maneira, “a posse da terra, que não mais se baseasse numa suposição de domínio político mas que se concretizasse de fato pelo poder de intervenção sobre o território” (Araújo, *op. cit.*:105).

Seguindo a análise que Sala (1988) fez para a capital do Peru, o que consolidaria o processo de “metropolização” de um centro colonial seria o momento em que sua evolução assume características particulares e diferenciadas dentro do urbanismo latino-americano. Esse processo acontece em Lima ao longo do século XVII, em função da exploração de minas, da

---

<sup>5</sup> Agradeço a Ângela Domingues a gentileza de ter enviado de Portugal alguns de seus trabalhos sobre a região amazônica.

relação da cidade com seu entorno, de sua defesa e dos terremotos que a abalavam. Mas, em Belém, somente no século seguinte a intervenção do poder político deixa de ser ocasional e alcança a dimensão de uma política urbanística. A cidade já centralizava a burocracia, o poder eclesiástico, os meios de transporte, o ensino e as casas de comércio, constituindo um dos “centros urbanos que atuam como centros subsidiários do poder colonial sobre os imensos territórios americanos” (*id. ibd.*:390). Seriam, contudo, os estudos para a correção de um problema particular, que colocava em risco a segurança da cidade e criava problemas para a sanidade e expansão da malha urbana, a ponto de se transformar numa ameaça e num motivo de preocupação para o coletivo, que permitem captar com clareza a “experiência local do próprio território”.

O igarapé do Piry ou da Juçara, como era chamada a extensa área pantanosa que cingia o núcleo urbano em duas partes, a Cidade e a Campina, transbordava conforme as marés diárias e o regime das chuvas. Por estar assentada sobre terrenos baixos e pouco salubres, mais de uma vez os governadores do Estado, até o início do século XVIII, intentaram mudar a cidade para um sítio mais adequado, ora para a Ponta do Mel, hoje distrito de Icoaraci, na zona urbana de Belém, ora para a Ilha de Joanes, atual Marajó. O projeto, no entanto, sempre sofreu forte resistência dos moradores e não foi adiante (Cruz, 1973). No final do século XVIII, em função das obras de urbanização e saneamento da cidade, o Piry passou a ser visto como uma ameaça à saúde da população pelos detritos que acumulava e pelo forte cheiro que dele emanava. Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1784, descreveu uma Belém encharcada “em consequência do pantanal em que a deixam as chuvas cotidianas” e pouco favorável para a prática da “medicina profilática” e da ginástica<sup>6</sup>. Seguidor dos estudos de higiene pública e medicina preventiva que se desenvolveram em Portugal durante a Ilustração, Ferreira pregou a ação normalizadora do Estado sobre os hábitos individuais, no sentido de vigiar a qualidade das águas de consumo e as condições de habitabilidade das residências particulares. Ao mesmo tempo, valorizou o papel dos hospitais, da vacinação e da “polícia médica”, de acordo com a escola higienista portuguesa, para a qual “as questões públicas sanitárias deveriam ser tuteladas pelo poder político” (Pita, 1996:437).

---

<sup>6</sup> “Miscellanea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará”. 8 de setembro de 1784. BN, Seção de Manuscritos, 21,1,1 n.1.

Parte das obras para a drenagem do lago e canalização de seus braços foram executadas ainda na primeira metade do século XVIII. Em 1750 já existia a praça fronteiriça ao Palácio do Governo, conhecida como Largo do Palácio, e um dos escoadouros já havia sido canalizado ao lado do mesmo, como mostra bem a propósito a primeira planta geográfica da cidade, riscada em 1751 (fig. 2.1). No entanto, a área alagada que se estendia por trás da cidade continuava impedindo-a de crescer em direção ao continente (figs. 2.2 e 2.3)<sup>7</sup>.

Para a solução do problema, os governadores do Grão-Pará valeram-se da presença dos técnicos das Comissões Demarcadoras de Limites. João Pereira Caldas encomendou ao engenheiro Gaspar João Gerardo de Gronsfeld (?-?) um projeto para reforçar a segurança, drenar o alagadiço e sanear da cidade. Gronsfeld apresentou, em 1771, um habilidoso plano para aproveitar as águas do Piry na fortificação de Belém (fig. 2.4). O projeto previa a escavação das extremidades da cidade e a interligação com o Piry, de modo a “ilhar” o núcleo urbano. Comportas seriam construídas para controlar o fluxo de água e assim formar o fosso que protegeria as muralhas. Mesmo tendo sido elaborado “pelo método mais simples e de menor despesa que pode admitir a irregularidade da sua figura e desigualdade do seu terreno”, o projeto custaria quatro milhões e meio de cruzados à Coroa. Foi rejeitado. Em 1773, o governador pediu um novo projeto a Gronsfeld (fig. 2.5). O engenheiro manteve sua idéia de aproveitar as águas do Piry, mas Belém seria fortificada somente do lado da “Cidade”, onde estavam os principais prédios públicos e igrejas. O lago seria ampliado e suas margens estabilizadas, formando uma enseada com comportas a controlar o nível de água. Gronsfeld, inspirando-se em Veneza, previu a construção de casas às margens do lago, com escadas para acesso aos barcos. Na justificativa apresentada ao governador, afirmava que, daquela maneira, Belém se tornaria “inatacável”, ganharia com a pesca a ser realizada no lago e os moradores manteriam suas canoas seguras (Araújo, *op. cit.*). Esse segundo projeto, apesar de custar um milhão e meio de cruzados a menos que o primeiro, também seria recusado.

Certamente são vários os motivos pelos quais os projetos de Gronsfeld foram rejeitados, desde o alto custo da obra<sup>8</sup> e falta de técnicos e operários até a discordância das autoridades

---

<sup>7</sup> Meira Filho (1976a) calculou a área como superfície retangular, com uma extensão de 300 por 600 braças ou de 660 por 1.320 metros (considerando 1 braça = 2,20m).

<sup>8</sup> Para dar a dimensão de uma obra desse tipo, tomemos como referência o custo da construção do Palácio dos Governadores, ca. 500 mil cruzados, e da Fortaleza de Macapá, a maior da região, ca. 1 milhão de cruzados. Pelos valores de apenas duas obras executadas na região é possível ter idéia da magnitude dos investimentos da Coroa na Amazônia. Esses dados foram fornecidos por Alexandre Rodrigues Ferreira em “Miscellanea histórica...” (*op. cit.*).

portuguesas com o sistema de fortificação adotado, o qual associava – no uso dado aos recursos hídricos – a defesa urbana, a navegação fluvial e a potabilidade da água. Ao evocar a idéia de “cidade-fortaleza” protegida por baluartes e fossos naturais, o projeto de Gronsfeld não só aparece “ultrapassado” no contexto de crescimento urbano que a cidade então vivia (*id. ibd.*), como também diferia da tradição portuguesa de aproveitamento de terras incultas e alagadas por meio do aterramento, urbanização e ajardinamento (Segawa, 1996). Essa, por exemplo, foi a orientação seguida na construção dos Passeios Públicos de Lisboa (1764-1830), Rio de Janeiro (1779-1783) e Salvador (1810). De fato, as exigências salubristas do Século das Luzes interferiram na urbanização das cidades coloniais do Brasil, “transformando a outrora mitológica relação com a natureza numa atitude pragmático-funcionalista, atribuindo-se às plantas uma utilidade saneadora e higienizadora dos ambientes e que vai justificar doravante a presença da vegetação nos aglomerados urbanos” (*id. ibd.*:16). Vandelli, em sua memória de 1788 sobre a utilidade dos jardins botânicos, fez a apologia do que seria essa “atitude pragmático-funcionalista” ao recomendar que dos terrenos incultos e charnecas se fizessem áreas úteis para o cultivo: “Os terrenos incultos, que vulgarmente se chamam Charnecas não são estéreis, e se podem fazer úteis (...) A mesma observação mostra que semelhantes terrenos não são infecundos, pois neles (como nos do Alentejo) nascem várias espécies de plantas naturalmente (...)” (Vandelli, 1788:298).

Durante o governo de D. Francisco de Souza Coutinho, entre 1790 e 1803, uma epidemia de varíola trouxe novamente à tona a discussão sobre o Piry, sobre o abastecimento rudimentar de água, feito em poços espalhados pela cidade, e sobre a inexistência de uma vigilância eficaz para os navios que chegavam trazendo passageiros, cargas e escravos. Essas preocupações com o corpo coletivo, características da Ilustração, exigiam das autoridades uma política higienista fundamentalmente de caráter público. Foi o que fez D. Francisco, elaborando os rudimentos do código de posturas municipal. Ao mesmo tempo em que orientava a população a defumar as ruas com vapores de alcatrão e vinagre para “corrigir o ar”, uma técnica de desinfecção habitual à época, o governador instalou novos poços e instituiu lazaretos. Também mandou realizar a primeira “circunvalação” de Belém, obra que consistia em limpar os canais naturais e abrir novos escoadouros para o Piry. Na planta que encomendou ao engenheiro Theodósio Constantino de Chermont, em 1791, já aparece um projeto urbanístico para a área, inteiramente diferente dos planos de Gronsfeld e de acordo com o entendimento das autoridades coloniais: a supressão ou o

“ensecamento” do Piry (fig. 2.6). Chermont traçou, no local do alagadiço, um sistema de canais e de vias públicas que deveriam não só melhorar a salubridade de Belém, como duplicar a área urbanizável.

Foi neste contexto de reestruturação urbana que, em 1798, o jardim botânico foi instalado. O local foi cuidadosamente escolhido, já se prevendo a execução das obras no Piry: na extremidade oriental da cidade, ao lado do antigo Hospício dos Capuchos de Nossa Senhora da Piedade, ou simplesmente convento de São José, convertido no quartel do Corpo de Artilharia após a expulsão dos missionários e numa prisão onde eram mantidos os “galés” (fig. 2.7). Além de ser possível dispor da mão-de-obra dos degredados e da vigilância dos militares sobre as preciosas mudas, havia espaço suficiente para uma futura ampliação do jardim e para o assentamento de colonos no seu entorno. O local também estava de acordo com os preceitos básicos do urbanismo da Ilustração, os quais, como vimos, determinavam a instalação de passeios e jardins nas periferias incultas das cidades e o aproveitamento de áreas tidas como inúteis ou impróprias para o cultivo, mediante drenagem e aterro. Tratava-se, basicamente, de instaurar uma “dimensão racionalizada da natureza como campo de experimentação, visando ao usufruto econômico” (Segawa, *op. cit.*:220). No projeto de D. Francisco, o jardim botânico deveria ser, em última instância, o centro de um complexo científico-comercial que viria a ser construído no início do século XIX.

Na administração do governador D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, entre 1803 e 1806, as autoridades encetaram a solução dos problemas sanitários que afligiam Belém. Aproveitando o corpo técnico já existente e o trazido consigo para a instalação do Trem de Artilharia<sup>9</sup>, bem como o regimento militar recém deslocado para o Grão-Pará, o Conde dos Arcos mandaria executar em 1804 o projeto de Chermont/Souza Coutinho. As obras foram entregues ao capitão engenheiro e ajudante de ordens do governador, João Rafael Nogueira, auxiliado pelo capitão de ligeiros Domingos José Frazão, nomeado Mestre de Campo. Um sistema de drenagem seria construído para canalizar as águas subterrâneas e pluviais e o lago seria totalmente aterrado (fig. 2.8). Acompanhemos com Antônio Ladislau Monteiro Baena, testemunha ocular das obras, a execução dos planos para o Piry:

“O engenheiro fez sair do referido paul três longas e largas estradas de passeio agradável, orladas de renques de árvores Mongubeiras, Taperebazeiros e Laranjeiras, e cingidas de valas de esgote, que facilmente aglomeram as águas junto da Travessa de Caetano Rufino em uma só corrente, que passa por baixo da estrada do Arsenal de Marinha, e sai ao mar pela calha de uma eclusa fabricada perto à preamar” (Baena, 1838:402-3).

Parte integrante de um projeto que associava interesses sanitários, comerciais, científicos, militares e estéticos na conformação do espaço urbano, o conjunto das avenidas seguia um traçado estratégico que visava integrar o Palácio do Governo, o jardim botânico e o campo de treinamento do Regimento de Infantaria, criado por ocasião das obras. Ao mesmo tempo, uma das estradas (das Mongubeiras) fazia um “ângulo obtuso no seu cruzamento com a que do Largo do Palácio envia a São José: ângulo feito de propósito para evitar a monotonia censurada pelo famoso Delille na sua obra dos Jardins” (*id. ibd.*)<sup>10</sup>. Nesse local seria construído o primeiro passeio público da cidade, ornado com “brancas e fragrantas rosas mogorins” e com a “flor do general”, oriunda do Cabo da Boa Esperança. No outro ângulo do cruzamento, completando o conjunto urbanístico formado pelas estradas ladeadas com espécies frutíferas e pelo passeio, o Conde dos Arcos determinou a marcação de um “campo de hortas” a ser cuidado pelo Regimento de Infantaria “em seu peculiar proveito”. Foi plantado, assim, em 1804, o Jardim das Caneleiras, uma extensa área tomada ao Piry para a produção de uma das mais valiosas especiarias. Mais adiante, na mesma estrada de São José e mais próximo do jardim botânico, foi construído um largo circular para a venda das “plantas hortadas”, conhecido como Largo do Redondo (fig. 2.9).

As administrações que seguiram a do Conde dos Arcos continuaram na implementação desse projeto urbanístico. José Narcizo de Magalhães de Menezes, governador entre 1806 e 1810, fez obras no Largo do Palácio, transformando-o num “Jardim de Recreio” plantado com

---

<sup>9</sup> O Trem era uma espécie de quartel general do Corpo de Artilharia de Linha, antecessor do Arsenal de Guerra, onde se armazenavam armas, munição, instrumentos geográficos e militares. Era dirigido por oficiais e reunia as companhias da tropa e os artífices responsáveis pela manutenção das armas e instrumentos técnicos.

<sup>10</sup> Nesse trecho Baena se refere ao poema didático do abade Jacques Delille, “Os Jardins, ou A Arte de Aformosear as Paisagens”, publicado pela primeira vez em 1782 e traduzido para o português por Manoel Maria de Barbosa du Bocage (Lisboa: Arco do Cego, 1800). Em 1812, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou uma nova edição. Obras como a de Delille e de Ricardo de Castel (“As Plantas”, igualmente com edição do Arco do Cego e reedição da Imprensa Régia), de teor naturalístico próprio do Arcadismo, tornaram-se bastante populares em Portugal no final do século XVIII (Camargo e Moraes, 1993, v. 1, p. 87 e 104-5).



“vegetais indígenas e forasteiros preciosos pelos usos que podem ter na Farmácia”. Baena descreve o jardim da seguinte maneira:

“Uma fieira de barras estreitas de madeira de Acapu pintada de cor vermelha, enxerida em uma base de alvenaria entre pilares da mesma madeira, e figurada na parte superior em voltas coleadas, contornava o espaço do dito Jardim; em cujo centro havia um terreiro de hemiciclo onde terminavam seis alas de plantas, que formavam três ruas derivadas da banda das duas portas travessas, e onde se elevava uma cascata de pedra composta de quatro colunas da Ordem Jônica estiradas e ornadas de volutas, vasos, pirâmides e embrechados com dois jacarés na raiz do penhasco intercolunar: os quais pela boca lançavam a água do rio ali levada por uma bomba posta dentro de um dos dois caramanchéis, que rematavam o lado da mesma cascata: defronte da qual era o pórtico, que se fechava com portas com grade de pau; e nos extremos da frontaria haviam terrados de 15 palmos de altura com os ângulos guarnecidos de jarras, e os intervalos ocupados até os assentos com grades iguais às da cerca do jardim, que foi construído em distância de quatro braças de frente das casas, e que no ano de 1832 foi dissipado pela Municipalidade” (*id. ibd.*:423-4).

Em 1809, o governador nomeia um Administrador para os “Hortos do Piry”, o tenente de ligeiros Domingos Ramos. Outro governador, Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Villa Flor, administrando a capitania entre 1817 e 1820, fez melhorias no Largo da Pólvora, onde a Estrada das Mongubeiras terminava, ornando-o com espécies frutíferas.

Ao final do período colonial uma extensa área havia sido urbanizada. Certamente foi a mais importante obra realizada pelo governo português no Grão-Pará, a qual pressupõe uma extraordinária capacidade organizativa da colônia. Arriscamos em afirmar, ainda, que as obras executadas em Belém só foram possíveis graças à permanência na cidade de técnicos especializados e à uma crescente capacitação local em práticas científicas e técnicas, processo considerado decisivo para a cultura urbana de uma “metrópole colonial”. A criação de algumas instituições de ensino técnico e a reforma no sistema educacional da capitania na transição dos séculos XVIII e XIX podem ser considerados um indício dessa capacitação técnica, bem de acordo com o projeto político da época. A Aula Militar do Grão-Pará, por exemplo, foi criada em

1758 por Mendonça Furtado com o fim explícito de formar os engenheiros de que a Coroa necessitava, aliando formação acadêmica e treinamento prático na própria colônia (Araújo, *op. cit.*). Domingos Sambucetti e Henrique Wilkens, membros da Primeira Comissão Demarcadora contratados como ajudantes-de-engenheiro, teriam sido dois dos que se formaram na região e lá permaneceram como servidores da Coroa (*id. ibd.*).

No final do século, uma Carta Régia datada de 19 de agosto de 1799 dava novo alento ao ensino técnico na colônia ao determinar a “limitação” das Aulas de Filosofia e Retórica ao Seminário Episcopal, e – ao mesmo tempo – a instalação de cadeiras de Aritmética, Geometria e Trigonometria,

“(…) onde possam formar-se, e educar-se bons Contadores, e bons medidores, a fim de que se não sinta a falta que há de bons Contadores e que as medidas das sesmarias se façam com a necessária exaçaõ, o bem da utilidade que há de haver de Geômetras Topógrafos, capazes de levantarem Planos, e até de darem convenientes descrições dos Territórios, e dos Rios com a nota dos trabalhos, que nos mesmos podem empreender-se (...)” (*apud* Reis, 1993:138-40).

Em 1804 foi aberta a “Escola de Práticos”, destinada à formação dos técnicos mais importantes para a navegação pelo interior e pelo litoral da região. A “Carta Hidrográfica da Costa do Pará desde o litoral da cidade até o Maranhão” (1809), com indicação da profundidade, dos “baixos” e das restingas, foi encomendada a um aluno formado na escola, José Joaquim da Silva. Em 1807, um plano para a instalação de uma nova Aula Militar, de autoria de Baena, foi elaborado. Dez anos depois a aula foi inaugurada num prédio contíguo ao Palácio do Governo, reunindo o ensino das engenharias e matemáticas, além dos ensinamentos militares.

A Coroa empenhava-se, dessa maneira, na formação dos técnicos que a colônia carecia. Essa orientação está presente até mesmo no documento que norteava a atividade dos professores de filosofia, retórica, gramática e de “primeiras letras”, como demonstra o “Regimento Provisional” escrito por D. Francisco. A reforma educacional que o governador intentou efetivar pretendia modernizar o ensino com a introdução de temas relacionados às ciências naturais e físicas, de acordo com a “ética ilustrada”, ou seja, levando em consideração que a instrução propiciaria aos homens a felicidade na terra e a ciência seria capaz de dar “soluções racionais e

práticas aos problemas mundanos” (Saladino, 1998:37). Como exemplo, um dos temas a que o professor deveria “atender com mais escrupulosa reflexão” seria a idéia de que a “Agricultura é a fonte das riquezas”<sup>11</sup>.

Na base da reforma educacional de D. Francisco estava a crença num império luso-brasileiro. Essa é a idéia que transparece, por exemplo, no 6º artigo do “Regimento”, segundo o qual a principal obrigação dos mestres seria “a de imprimir nos tenros corações da Mocidade que se lhes confia a educar, os verdadeiros princípios da nossa Religião Santa, e os da lealdade, obediência, e amor para com o Soberano, e a Pátria em que sempre os Portugueses se distinguiram” (*apud* Reis, 1993:146). No artigo seguinte, em que se indica a maneira de abordar os temas religiosos e históricos, há menção de que as principais partes da história portuguesa a serem “conservadas na memória” são as “gloriosas e memoráveis Épocas da Fundação de Portugal, da defesa dele no tempo do Sr. Rei D. João I da sua Restauração, e da do Brasil na do Sr. Rei D. João IV em que mais notavelmente por uma parte aparece a Proteção do Onipotente para com a Nação Portuguesa” (*id. ibd.*:146-7). O artigo 7º diz mais:

“Também na lamentável crise presente que tem desolado a Europa é conveniente que os professores façam ler aos mais adiantados dos seus Discípulos o *Mercúrio Britânico*, por ser um Catecismo político e da Doutrina a mais pura, e a mais própria para destruir pelos seus fundamentos o terrível sistema de libertinagem inculcada pelos Franceses para opressão, e ruína inteira dos Povos que os acreditaram (...)” (*id. ibd.*).

A insistência com que o “respeito às leis” e o “amor ao Soberano” aparecem no “Regimento”, além do reforço da idéia de uma Pátria Mãe e de um elo histórico, traçado pelo Onipotente, entre o Reino e suas colônias, pode ser considerada uma reação das autoridades portuguesas à desintegração do império francês. Importava ao governador D. Francisco, sobretudo, impedir a contaminação ideológica francesa, iminente no Pará pela proximidade da Guiana e das Antilhas. A educação na colônia, juntamente com a cooptação dos ilustrados luso-brasileiros posta em prática pelas autoridades metropolitanas, em benefício dos problemas enfrentados pelo império, deveria ser um instrumento dessa política (Dias, 1968).

---

<sup>11</sup> “Regimento Provisional para os professores de Filosofia, Retórica, Gramática, e de Primeiras Letras no Estado do Grão Pará” (*apud* Reis, 1993:154).

A instalação do Trem de Artilharia, em 1804, também é um fato significativo para a época. Ele significava dotar o Estado do Grão-Pará com mais um regimento militar, o que denota a militarização das fronteiras e o caráter estratégico do território amazônico. Significava, ainda, uma tentativa de centralizar e aperfeiçoar as atividades técnicas e militares na região. Para a instalação do Trem, foram trazidos armas, instrumentos geográficos, corpos de tropa e chefes militares, além de uma pequena biblioteca composta pelos livros prescritos no “Plano de Estudos Públicos” de 1763, no “Ensino” da Academia Real da Marinha e da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, e por Regulamentos Militares, Ordenanças e Compêndios do Foro Militar. Dentre os tratados de matemáticas, navegação, arquitetura naval, militar, hidráulica, civil, “ciência das minas” e artilharia, constavam os livros de Manuel de Azevedo Fortes (1660-1749), como o “Engenheiro Português: um tratado sobre o modo de levantar cartas geográficas e topográficas” (1728-1729). Foi a vinda dessa biblioteca e dos instrumentos geográficos e bélicos para o Trem de Artilharia que possibilitou a criação da Aula Militar em 1817 (Baena, 1838).

Além da biblioteca do Trem, a Coroa enviou centenas de livros para a colônia, com o fim de capacitar funcionários e moradores por meio da divulgação de obras consideradas importantes, uma política que, conforme estudos anteriores, foi comum às demais capitanias (Dias, *op. cit.*). Numa das remessas, feita em 1801 por Frei Velloso ao governador D. Francisco, constam 345 volumes sobre os mais diversos assuntos, como agricultura, história natural, medicina, higiene, economia, matemática, engenharia e religião. Dentre os livros enviados, cujos autores não foram identificados, havia 50 volumes de “Descrições de Quina”, 25 de “Canto dos Jardins”, 25 de “Memória dos Cadáveres”, 23 de “Tabacologias”, 12 de “Cultura e Opulência do Brasil”<sup>12</sup>, 12 de “História dos Lazareto” e a mesma quantidade de livros sobre cogumelos, musgos e “quinas pretas”<sup>13</sup>. Baena (1839) também menciona a distribuição de “escritos” pelos governadores, especialmente sobre agricultura, com os fins de “arrancar o Agrícola do seu estado principiante e prejudicado” e de “fazer ligar o estudo das plantas com o trabalho que as tem por objeto” (p. 75-6).

O incentivo à leitura, a criação de pelo menos uma biblioteca, a política educacional, a criação de instituições de ensino técnico, a instalação do jardim botânico, as obras de saneamento

---

<sup>12</sup> Trata-se do livro de André João Antonil, cognome de João Antônio Andreoni, publicado pela primeira vez em 1711.

e embelezamento, as normas para a organização da vida urbana, a construção de grandes prédios públicos, todas essas obras e medidas administrativas revelam o investimento português numa cidade destinada a controlar um imenso território. Justificam, acima de tudo, “a própria credibilidade que o território dispunha em termos de compensações para o investimento que exigia” (Araújo, *op. cit.*:73). Não foi por coincidência que, no mesmo período, os irmãos Francisco e Rodrigo de Souza Coutinho tivessem proposto ao Conselho de Estado a criação de um novo Vice-Reinado com sede em Belém (Silva, *op. cit.*). De acordo com as pretensões administrativas e geo-políticas de ambos, deveriam ser incorporados ao Estado do Grão-Pará a Guiana Francesa, o Mato Grosso e Goiás. Essa seria a melhor maneira de “lucrar” com os eventos políticos que sacudiram a Europa no final do século, pois não só impediria a contaminação revolucionária via Caiena, como poria fim à secular disputa pelo controle da foz do Amazonas. Um plano de conquista da Guiana Francesa chegou a ser efetivamente elaborado, incluindo estudos sobre a navegação até Caiena, topografia e fortificação do lugar, esquadra e exército local, embarcações e homens disponíveis para a conquista, víveres, alimentos e armamentos necessários, depoimentos de espões, conjuntura política e estratégia de guerra. Uma análise da revolta dos escravos em Caiena foi realizada e instruções para o resgate de escravos fugitivos foram repassadas para militares que serviam na fronteira. A conquista seria feita com a ajuda das capitânicas do Maranhão e Pernambuco<sup>14</sup>.

Com um cenário econômico otimista na segunda metade do século, em parte devido às reformas pombalinas, atuantes principalmente no fortalecimento da ação do Estado e no incentivo ao comércio, agricultura e navegação, e em parte a uma conjuntura internacional favorável, que ampliou sensivelmente as exportações de cacau (60% das exportações regionais), arroz, algodão, café e “drogas do sertão”, o Grão-Pará contrastava vivamente com a província mineradora do sul do Brasil, cujo modelo econômico exauria-se rapidamente (Alden, 1974). Quando a metrópole portuguesa iniciou a implantação dos jardins botânicos coloniais, já estavam colocadas as condições para que o primeiro a ser criado fosse no Grão-Pará. Além do interesse que a Amazônia despertava para a história natural, a criação do jardim era parte de um esforço que a Coroa fazia para reforçar a soberania na região e, ao mesmo tempo, aproveitar de maneira

---

<sup>13</sup> “Relação dos Livros que vão remetidos por Conta e Ordem de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Sr. ao Govor. e Cap. General do Pará em hum caixote marcado com a letra E”. Arco do Cego, 19 de janeiro de 1801, Frei São José Mariano da Conceição Velloso (*apud* Reis, *op. cit.*:156-7).

metódica as produções de uma economia agrícola em expansão. Nesse sentido, o jardim botânico era essencial para a política agrarista, na medida em que sua função era reunir as produções naturais da colônia e realizar ensaios para o cultivo em larga escala, bem como aclimatar espécies comercialmente interessantes provenientes de outras regiões.

### **A instalação do Jardim Botânico do Grão-Pará**

“Junto ao Edifício que algum dia foi Convento com a invocação de S. José mandei limpar e preparar uma extensão de terreno de cinquenta braças em quadro<sup>15</sup> para o estabelecimento dos Viveiros, e da educação das Plantas que Sua Majestade, foi servida Determinar pela Carta Régia de 4 de novembro de 1796. Por esta Relação [das plantas já dispostas no terreno] verá V. Exc. que Eu me alarguei do que prescreviam as Ordens de Sua Majestade cingindo-me mais ao espírito que à letra dela pois se Sua Majestade quer fazer despesa com a educação de Plantas estranhas em Viveiros para promover a Cultura delas nos seus Reais Domínios por força de maior razão parece conforme às suas Reais intenções que a um mesmo tempo se promova a das Indígenas que se não cultivam ainda e cujos produtos se vão avulsamente procurar pelos Matos. Pelo Comandante da Fragata Golfinho remeto agora dois Pés de Árvores de Pão, e passados alguns meses poderei mandar à Real Presença, e para os Governos do Brasil alguns do Girofle [cravo da Índia], e da Canela enquanto não alcanço os mais”<sup>16</sup>.

Assim escreveu o governador D. Francisco de Souza Coutinho ao seu irmão em Lisboa, com a intenção de informá-lo sobre a execução da ordem que recebera e sobre sua iniciativa de fazer do jardim paraense um estabelecimento não só para a “educação de plantas estranhas”, como a metrópole indicara, mas também para o cultivo de “plantas indígenas” coletadas nas matas, inclusive de “árvores de construção” (madeiras). A diligência do governador foi devidamente reconhecida na Corte:

---

<sup>14</sup> “Memória da defesa da Capitania do Pará por D. Francisco de Souza Coutinho; e outros documentos do tempo do seu governo. Plano da conquista da Guiana Francesa” (cópia), 1791-1797. IGHB, Lata 281, pasta 6.

<sup>15</sup> Segawa (1996) calculou a área em 12.100m<sup>2</sup>, medindo cada lado do jardim 110m (considerando 1 braça = 2,20m).

“Sua Majestade manda louvar muito a V. S. o estabelecimento do Jardim Botânico de Plantações de que a mesma Senhora espera os maiores frutos a benefício dos seus Povos. Não só foi muito agradável a sua Majestade a cultura das Plantas exóticas, mas igualmente a grande, e útil descoberta de se ter achado o meio de perpetuar as nossas madeiras de construção por meio da sementeira, que até aqui se desejava sem se ter conseguido. Sua Majestade (...) espera que V. S. faça que esse Jardim sirva de modelo a todos os outros, que se devem estabelecer nas outras Capitanias do Brasil, e que lhe dê uma tão extensão, que do mesmo possam ir para as outras Capitanias, as Plantas exóticas, e indígenas, que V. S. tem cultivado”<sup>17</sup>.

D. Francisco, ao se restringir “mais ao espírito que à letra” da rainha D. Maria I, percebeu que as mesmas despesas que seriam efetuadas para a naturalização de exóticos poderiam ser aproveitadas para a domesticação de espécies nativas. Essa solução estaria conforme as intenções da metrópole de diversificar a agricultura da colônia e poderia ser mais um instrumento para coibir o hábito da coleta de “drogas do sertão”, o qual o governador queria ver substituído pelo cultivo. D. Rodrigo, de Lisboa, respondeu que a idéia do irmão era uma “grande, e útil descoberta de se ter achado o meio de perpetuar as nossas madeiras de construção por meio da sementeira (...)”. O jardim botânico deveria, portanto, além de satisfazer uma política voltada para a introdução de exóticos na colônia, produzir mudas de espécies fornecedoras de madeira.

Esse recurso florestal – que para o ministro da rainha certamente estava acima de qualquer outro explorado na Amazônia<sup>18</sup> – já havia sido objeto de ordem régia um ano antes. Com o intuito de ampliar as reservas de madeira para a Marinha Real e para o comércio, D.

---

<sup>16</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 30 de março de 1798. APEP, cód. 676.

<sup>17</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco de Souza Coutinho. S.l., s.d. APEP, cód. 676.

<sup>18</sup> Está por ser escrita uma história da exploração madeireira na Amazônia. Ela certamente é bem mais antiga que imaginamos. Cruz (1973), por exemplo, afirma que a Corte portuguesa tinha predileção pelas madeiras da região e que muito se exportou para a reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755. As peças eram enviadas para os arsenais do Exército e da Ribeira, em Lisboa. Na capital do Estado também se consumia muita madeira na construção naval, principalmente após a instalação do Arsenal de Marinha em 1761. Pelo menos três navios transoceânicos foram construídos em Belém para a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão (Reis, 1993). Essa atividade adquiriu tal importância no final do século que D. Francisco, em 1799, criou postos para arregimentar trabalhadores para o Arsenal nas vilas de Santarém, Gurupá e Portel (Maclachlan, 1973). Segundo Baena (1838), entre 1789 e 1800 foram construídas no Arsenal “quatro fragatas, três charruas, três bergantins, doze chalupas artilhadas e outras embarcações menores”, empregando um contingente de nada menos que “dois mil índios” (p. 382). As principais madeiras exploradas eram pau d’arco, jenipapo, ipê, cedro, piquiá, pau santo, pau óleo, sucupira, vinhático, acapu, angelim pedra e angelim rajado (Cruz, *op. cit.*).

Rodrigo determinara às várias capitanias “tomar todas as precauções para a conservação das matas (...) e evitar que elas se arruinem e destruam”<sup>19</sup>. No Grão-Pará, o governador foi instruído a declarar de propriedade da Coroa “todas as matas e arvoredos à borda da costa ou de rios”, assim como retomar as sesmarias já dadas, obrigar os proprietários a conservarem as madeiras e “paus reais” e punir os “incendiários e destruidores das matas”. Ao mesmo tempo, deveria levantar mapas dos locais onde se achavam tais madeiras, remeter amostras com o nome e os usos de cada espécie e indicar quais as reservas que necessitavam, pela sua “extensão” e “fertilidade”, de “Ministros para conservadores”. No entendimento de D. Rodrigo, as sementeiras do jardim botânico paraense vinham, provavelmente, complementar essas medidas.

Essa questão é particularmente relevante pois o caráter de “jardim-modelo” dado por D. Rodrigo ao estabelecimento do Grão-Pará está baseado justamente na sua dupla função, aclimatar espécies exóticas e domesticar as indígenas, principalmente as madeiras. Os jardins coloniais tinham, pois, no momento de seu planejamento, um projeto bastante claro, voltado para as necessidades mais imediatas de encontrar alternativas para um mercado açucareiro em crise e de garantir para o futuro o fornecimento de um recurso estratégico como a madeira. A despeito dessas evidências, parte da historiografia sobre o tema insiste na prevalência dos exóticos. Lapa (1966), por exemplo, ao tratar da introdução de vegetais no país, sequer menciona os jardins botânicos, enquanto Domingues (1995) ressalta a importância dos jardins para a aclimação de espécies exóticas, coerentemente com o “projeto político para a Colônia, que visava desenvolver uma produção voltada para atender a demanda do mercado externo” (*id. ibd.:27*). Essa última autora considera, ainda, que o Estado brasileiro, tal qual o português, continuaria a promover as trocas de objetos naturais “dando ensejo à agricultura exótica” (*id. ibd.:48*).

De maneira diferente, verificamos que a economia amazônica jamais esteve baseada na “agricultura exótica”. Os produtos mais importantes na balança comercial, tanto no século XVIII quanto no seguinte, eram nativos da região: o cacau e a borracha. Mesmo que a Coroa tenha estimulado o cultivo de exóticos na época colonial, como o arroz, o algodão e o café, eles nunca chegaram a suplantar a coleta e a cultura do cacau. Por sua vez, a política de introdução de exóticos não representou mudança ou abandono da exploração de espécies nativas. Pelo contrário, tinha como objetivo diversificar ainda mais uma economia que, no parecer de um dos

---

<sup>19</sup> Bando do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, sobre a conservação das matas. Belém, 8 de junho de 1797. IHGB, lata 195, pasta 31.



maiores críticos da colonização portuguesa na Amazônia, Alexandre Rodrigues Ferreira, era a mais diversificada de todas as colônias de Portugal no que se refere ao número de produtos exportados<sup>20</sup>. Essa característica, para Ferreira, se constituía mesmo num dos “obstáculos da Agricultura do País”, pois o número de braços era limitado para tamanha diversidade de culturas, sejam exóticas ou nativas:

“(…) Sendo um dos obstáculos da Agricultura do País a incorrigível alternativa de Lavouras, distraíndo-se incessantemente os Lavradores, ora para o café, ora para o cacau, já para o açúcar, já para a Maniba, muito mais se arreiga na terra e muito mais se radicam os Lavradores em tão pernicioso máximo multiplicando S. Maj. as diferentes culturas, que necessariamente vêm distrair o pequeno número de braços para maior número de culturas” (*apud* Almeida, 1976:416).

Há que se considerar, ainda, um outro aspecto levantado por Almeida (*op. cit.*), o de que – para os portugueses – as plantas nativas do Brasil também eram exóticas. Ou seja, uma planta pode ser classificada ou não como exótica dependendo do lugar em que se encontra, mesmo dentro do império português. Pelo que pudemos inferir dos documentos consultados, o termo “exótico” significava na época o mesmo que “estrangeiro” ou o oposto de “indígena”, não pressupondo nenhum tipo de vinculação ao “mercado externo” ou conotação econômica.

Concluimos que o cultivo de exóticos – particularmente de espécies asiáticas – era, de fato, prioridade para o governo português à época, mas não por uma necessidade intrínseca à empresa colonizadora lusitana, como já se chegou a afirmar. Ele tinha por fim, antes de tudo, a diversificação da agricultura colonial, centrada em algumas poucas espécies. Da mesma maneira podemos entender a procura de plantas indígenas que pudessem ser cultivadas em larga escala, pois valorizar as exóticas não significava desprezar as nativas. As duas coisas não eram auto-excludentes, como pudemos ver no primeiro capítulo. Ao mesmo tempo em que a Companhia de Comércio do Grão-Pará introduzia exóticos na colônia, Landi elaborava, de acordo com a mesma política, um inventário de produtos nativos. Os experimentos agrícolas de Alexandre Rodrigues Ferreira também podem ser considerados bons exemplos do amplo interesse que a Coroa manifestou pela diversificação de cultivares na colônia, sejam exóticos como o cânhamo ou

---

<sup>20</sup> “Estado presente da agricultura do Pará”. BN, Seção de Manuscritos, 21,1,16.

indígenas como a salsaparilha. Há que se considerar, ainda, que a ênfase dada ao cultivo de especiarias orientais justificava-se pelo bom preço desses produtos no mercado europeu – conhecidos desde a Idade Média – ao contrário de outros produtos cuja exploração era mais recente, restrita ou que apenas figuravam como potenciais para o comércio.

Por outro lado, o interesse dos jardins botânicos lusitanos em reunir plantas exóticas – antes de ser uma característica ditada por motivações econômicas – estava de acordo com a própria estrutura desse tipo de instituição. Aclimatar o maior número possível de espécies vegetais era uma das funções e uma das razões da existência dos jardins botânicos desde o início da era moderna. O projeto que os jardins encerravam dentro de seus muros era o de reunir, num só lugar, todas as plantas do mundo, um fim que – por mais utópico que seja – norteou governos e naturalistas pelos séculos XVIII e XIX. No caso português, os inventários de produtos naturais, os experimentos agrícolas com espécies exóticas e nativas e a instalação dos jardins coloniais, no final dos setecentos, foram medidas ligadas ao fomentismo. Mas um fator de ordem histórica deu especial relevo à introdução de exóticos na colônia, talvez o motivo para que seja tida como um “problema” de ordem econômica e tivesse bastante repercussão na historiografia: a perda das colônias orientais, fazendo com que a Coroa tentasse, por diversas vezes, retomar o comércio das especiarias utilizando-se das terras americanas. No entendimento do governo português, a diversidade de climas, a fertilidade das terras e a posição geográfica do Brasil ofereciam boas condições para a realização daquele projeto.

Voltemos agora ao jardim paraense, lembrando de que seu caráter modelar residia na sua dupla função: aclimatar espécies exóticas e domesticar as nativas da região. Como deveria suprir as demais capitanias da colônia com todo tipo de planta, D. Rodrigo determinou sua ampliação. Já em 1799 havia dobrado de tamanho e contava com sementeiras e muitas mudas de espécies orientais. O governador D. Francisco, contudo, se sentia desestimulado com a falta de disposição dos moradores do Pará em iniciar a produção agrícola:

“O caso está que tudo quanto há, tem havido e há de haver ainda estes viveiros não fique em pura perda que é o que se me representa quando observo que nem a novidade, nem o desejo de passear atraem senão mui poucas pessoas e ainda essas as de que nada ou quase nada há a esperar quando pondero que o café, árvore que há um ano tem fruto como outro dia vi essa nem mesmo plantam, ou plantam tão poucas que a produção delas que se

exporta do Pará é talvez menor que a de alguns Particulares mais bem estabelecidos em Suriname onde este gênero é um dos quatro principais e o de maior importância da sua exportação, quando finalmente vejo que nem a pobreza, nem a miséria superam a constante indolência, e a mais obstinada repugnância a todo o trabalho de espírito ou de corpo pela esperança de melhorar de condição”<sup>21</sup>.

Por meio desse ofício pode-se depreender que D. Francisco desconhecia a amplitude dos planos do irmão. D. Rodrigo tinha consciência de que os “frutos” de semelhante iniciativa não seriam visíveis em tão pouco tempo, assim como estava numa posição privilegiada para poder articular com outras capitanias a instalação de hortos para a aclimação das espécies já cultivadas no Pará. Na sua correspondência com Brotero, o ministro fora aconselhado de que os “Jardins novamente estabelecidos não só deviam servir para o progresso da agricultura de todo o Brasil, mas ainda para estabelecer uma circulação de vegetais úteis entre o Brasil e o Reino e entre o Brasil e outras colônias da Nação” (*apud* Almeida, *op. cit.*:403). A sugestão de Brotero para que fossem criados novos hortos em Goa e Moçambique, apesar de bem acolhida por D. Rodrigo, não chegou a ser efetivada. Mesmo assim, D. Rodrigo não esmoreceu e manifestava publicamente seu entusiasmo com o jardim paraense. Nos últimos dias de 1798, ele discursava sobre os progressos feitos nos domínios lusitanos pelo Príncipe Regente, referindo-se inclusive aos esforços que tinham introduzido na colônia a cultura da fruta-pão, da pimenta, da canela e de muitas outras plantas preciosas, chegando a asseverar que nos poucos anos da regência de D. João “fez Portugal maiores aquisições deste gênero do que não havia feito em todo um Século” (*id. ibd.*:404). Por isso reconfortou D. Francisco e deixou expressa a necessidade, assim que possível, de distribuir as mudas e sementes para os “governos do Brasil”:

“(…) e o mesmo Augusto Senhor manda louvar muito a V. S. pelos esforços, com que tem criado e aumentado o mesmo Jardim, de que para o futuro se hão de seguir os melhores efeitos, os quais ainda que ao princípio sejam vagarosos, com o tempo, e com o efeito lento, mas sucessivo da razão, hão de fazer-se úteis e palpáveis; (...) e como desses viveiros se hão de ir distribuindo para as outras Capitanias, V. S. deve oferece-las aos

---

<sup>21</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 20 de abril de 1799. APEP, cód. 702.

seus respectivos Governadores logo que as tenha em maior abundância. Igualmente Ordena Sua Alteza Real que V. S. dê alguns prêmios aos que promoverem mais uma cultura útil, ou nova, e que proponha com as suas luzes e atividade o que julgar mais conveniente para excitar esses Espíritos indolentes ainda mais pelo Clima, que habitam, de que por qualquer outro motivo; e o mesmo Senhor espera que V. S. até neste artigo deixará lançadas as raízes, de um grande Bem para o futuro”<sup>22</sup>.

Pela mesma época, D. Rodrigo fez chegar a São Paulo, Salvador, Goiás, Olinda, São Luís e Vila Rica cartas ordenando a instalação de jardins similares ao do Pará. Em novembro de 1798, por exemplo, D. Fernando José de Portugal, governador da Bahia, recebia cópia do “catálogo das plantas” do horto paraense e a recomendação para que estabelecesse na capitania um horto semelhante ao do Pará:

“Tendo o Governador e Capitão-General da Capitania do Pará formado naquela cidade um Horto Botânico, em que já se achavam as plantas do Catálogo incluso e que é de esperar que ele vá aumentando gradualmente: Manda Sua Majestade recomendar a V. Excia. e Mercês que procurem estabelecer nessa Capitania com a menor despesa que for possível um Jardim Botânico semelhante ao do Pará, em que se cultivem todas as plantas assim indígenas, como exóticas, e em que particularmente se cuide em propagar de sementes as árvores que dão Madeiras de construção para depois se semearem nas Matas Reais”<sup>23</sup>.

No mesmo ano, chegava ao governo de Pernambuco carta de igual teor, recomendando o cultivo de plantas exóticas e indígenas, à semelhança do que se fazia no Pará. As madeiras, igualmente, ganharam prioridade entre estas últimas (Mello Neto, 1954). Ao Vice-Rei do Brasil, por sua vez, um ofício muito significativo foi expedido, porque nele D. Rodrigo recorre aos “céus” para pedir as bênçãos ao jardim paraense, para que progredisse em benefício da cultura das plantas listadas no “catálogo”:

---

<sup>22</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco de Souza Coutinho. Palácio de Queluz, 31 de julho de 1799. APEP, cód. 686.

“Queiram os céus abençoar os seus começos, para que prossiga avante, enriquecendo-o cada vez mais, não só pelas [plantas] indígenas, que pelos seus préstimos merecem ser melhoradas pela cultura, como ainda diligenciando as exóticas, e propondo à Sua Majestade os meios mais eficazes de fixar um tão útil estabelecimento. Seremos a última Nação que os haja de estabelecer, mas talvez que em menos tempo, os teremos melhores que as estranhas. Assim seja” (*apud* Heynemann, 2000:282).

D. Rodrigo expressava ao Vice-Rei o sentimento de “defasagem” portuguesa em relação aos demais países, tão comum nos escritos da época<sup>24</sup>. Para o ministro, se os portugueses foram os últimos a instalar os jardins botânicos nas suas colônias, pelo menos teriam – pela proteção divina e pela proficuidade da Natureza – os melhores jardins. D. Rodrigo não considerou, contudo, a secular política portuguesa de “circulação de vegetais úteis”, como escreveu Brotero. Nem o fato de que muitos portugueses e servidores da Coroa lusitana, de acordo com as orientações estabelecidas pelo governo, instalaram e mantiveram hortos botânicos em diversos pontos do império, como verificamos no capítulo anterior. Foram os casos de Garcia d’Orta, administrador do jardim botânico de Goa ainda no século XVI; da Academia Científica do Rio de Janeiro, mantenedora de um horto na década de 1770; de Antônio José de Araújo Braga, fundador de um horto em Barcelos na década de 1780; e de Antônio José Landi, que até a morte, em 1791, foi proprietário de um jardim botânico e de um zoológico em Belém. Certamente muitas outras iniciativas virão à tona na medida em que novos estudos forem realizados. Mas, voltando à retórica de D. Rodrigo, os jardins coloniais aparecem no final do século XVIII como

---

<sup>23</sup> Ofício de Rodrigo de Souza Coutinho a D. Fernando José de Portugal, enviando o catálogo das plantas do Horto Botânico do Pará... Palácio de Queluz, 19 de novembro de 1798. BN, Seção de Manuscritos, I-47,16,1 n. 8 (o catálogo não está anexo ao documento).

<sup>24</sup> Voltamos a salientar que as idéias de “atraso” e “decadência” são contemporâneas ao Portugal seiscentista e setecentista (Pedreira, 1988). Essas idéias perpassavam não apenas as medidas administrativas e econômicas da época, mas muito dos trabalhos científicos e filosóficos. Vale mencionar uma recente interpretação elaborada por Heynemann (2000), segundo a qual esse sentimento de “atraso” pode ser explicado pela leitura que os portugueses ilustrados fizeram da história de seu país. Segundo a autora, a renovação da filosofia escolástica durante os séculos XVI e XVII aparece nos escritos ilustrados como a responsável pela decadência do poderio comercial e científico do “Portugal dos Descobrimentos”. O próprio impulso que a história natural ganhou no setecentos “estaria presente na escritura da história luso-brasileira permitindo que se voltasse ao momento de origem dos Descobrimentos e que o elo fosse refeito como ruptura, no seu fundo de conciliação” (*id. ibd.*:220). A “ruptura” se daria com o “reino cadaveroso” instituído pelos jesuítas, mouros infiéis e sua filosofia escolástica; a “conciliação” deveria ser feita com um passado de fartura e poderio militar, com o “espírito que conduzira ao Império” e expulsara os agentes de seu atraso.

medidas instituídas para a superação do tal “atraso”, despendendo-se com eles menos tempo e recursos do que as demais nações pela riqueza da vegetação e posição geográfica privilegiada da colônia. Nesse projeto, o jardim paraense significava muito para D. Rodrigo, que contava com essa experiência para propor “os meios mais eficazes de fixar um tão útil estabelecimento”, inclusive nas demais capitanias.

Em 1802, o ministro ainda insistia com o governador da Bahia na necessidade de criar um jardim botânico em Salvador, tomando como espelho o jardim paraense:

“A 1ª [ordem] versa sobre o Estabelecimento de um Jardim Botânico em que se cultivem as plantas dessa Capitania para se reconhecerem, e serem remetidas, ou vivas, ou secas em Herbário para o Jardim Botânico desta Cidade destinando-se também este Jardim para nele se fazerem experiências, que introduzam novas culturas que possam ser úteis à Capitania, tais como a Caneleira, Pimenteira, o Cravo da Índia, e a Árvore de Pão, que se pode mandar ir do Pará, onde já existem em um Jardim Botânico mui Econômico, mas muito produtivo (...)”<sup>25</sup>.

Apesar da política de incentivo da metrópole e da exigência de economia na instalação dos jardins, os governadores enfrentaram muitas dificuldades para estabelecê-los. Segundo Jobim (1986), o de Goiás, instalado em 1801, parece não ter prosperado e os de São Paulo, Ouro Preto, São Luís e Salvador só foram implantados depois da Independência, ainda refletindo a política de D. Rodrigo. Isso não significa que o planejado intercâmbio não se efetivou, mas que se manteve por intermédio dos governadores, fossem instalados ou não os jardins. Foram os casos das várias remessas feitas em 1801 e 1802 de Belém para o governador do Maranhão, o qual, de posse dos pés e das sementes, faria plantá-los em local seguro<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco da Cunha e Menezes, governador da Bahia, sobre as ordens expedidas ao seu antecessor, referentes ao jardim botânico da capitania. Palácio de Queluz, 5 de junho de 1802. BN, Seção de Manuscritos, I-31,30,106.

<sup>26</sup> Ofício do Governador do Pará ao Governador do Maranhão, comunicando a remessa de uma caixa de sementes. Comunica que poderá mandar muitas plantas de canela, cravo da Índia e outras essências. Pará, 21 de março de 1801; Ofício do Governador do Pará ao Governador do Maranhão, sobre recebimento de cartas que tratavam de diversos assuntos: remessa de subsídios para os Reais Cofres, saída do comboio e sobre o preso João Antonio Garcia. Refere-se também às plantas que seriam enviadas. Pará, 29 de abril de 1801; Ofício do Governador do Pará ao Governador do Maranhão, comunicando a remessa de doze plantas da Árvore de Pão e outras tantas de canela e que as árvores de cravos não produzem no momento. Pará, 24 de outubro de 1801; Ofício do Governador do Pará ao Governador do Maranhão, comunicando a chegada de um bergantim que trazia os socorros de moeda e provimentos,

Almeida (*op. cit.*) levanta a possibilidade da mudança do ministro da Marinha e Ultramar, em 1802, ter provocado um abrandamento nessa política, deixando-a sem uma coordenação mais direta. As tensas relações internacionais entre os países europeus na época, particularmente a difícil situação de Portugal diante do expansionismo de Napoleão, certamente contribuíram para deixar em segundo plano um assunto até então prioritário para o governo português. Contudo, nem D. Rodrigo nem a Coroa abandonaram os jardins existentes, pois esta criou especialmente para o ex-ministro o cargo de Inspetor Geral dos Reais Jardins Botânicos e Museus, além de mantê-lo Presidente do Real Erário. Exemplo do empenho que D. Rodrigo manteve no exercício de suas funções públicas foi a nomeação, em abril de 1803, de Gregório José de Seixas para o Real Jardim Botânico da Ajuda, com a “missão especial” de catalogar os produtos existentes no museu, e igualmente as plantas do jardim. Iria também dirigir a “Escola de Botânica” quando esta fosse aberta, destinada ao ensino de agricultores, cirurgiões e boticários “que não podendo frequentar a Universidade de Coimbra queiram seguir um tão útil e agradável estudo”<sup>27</sup>. Para D. Rodrigo, Seixas merecia o cargo pelo seu bom desempenho numa comissão que recebera, de executar uma “Descrição Natural da Villa de Torres Nova, seu Termo, com as observações relativas aos três grandes Reinos da Natureza...”. Seixas apresentou seu relatório no mesmo mês em que foi nomeado, tendo sido elogiado pelo rigoroso catálogo que anexou à “Descrição...”, intitulado “Catálogo das plantas medicinais do distrito de Torres Novas com seus nomes triviais portugueses referidos aos gêneros e espécies do Systema de Linneo...”. No catálogo, Seixas elaborou um sistema de legendas que indicam as plantas espontâneas e as cultivadas, bem como os minerais e animais observados, divididos em “mamaes”, peixes, aves, insetos e vermes<sup>28</sup>.

D. Rodrigo não pôde instalar a planejada “Escola de Botânica”. Contudo, se na metrópole a incerteza política desautorizava semelhante investimento, na colônia dava-se justamente o oposto, pois não verificamos uma interrupção no agrarismo ou mesmo uma mudança que representasse quebra nos planos traçados previamente. O substituto de D. Francisco, nomeado logo depois de D. Rodrigo ter deixado o ministério, deu prosseguimento às obras de urbanização de Belém. E em Lisboa também proclamava-se a necessidade de continuar as “transplantações”,

---

e também um aparelho. Remessa de plantas. Pará, 10 de abril de 1802. Manuscrito no. 17, I. “Catálogo da miscelânea e dos manuscritos da Coleção Lamego (IV)” (1962).

<sup>27</sup> “Real Jardim Botânico de Portugal”. 1798 a 1812. AN, cód. 807, v. 22, fls. 79 a 139.

<sup>28</sup> “Memórias sobre a agricultura portuguesa”. 1798 a 1812. *Id. ibd.*, mem. 390.

como então se dizia, e mesmo de criar novos jardins botânicos coloniais, como defendia um autor anônimo na “Gazeta de Lisboa”, no mesmo ano de 1803:

“É de suma importância o cuidar na cultivacão daqueles gêneros das Colônias, que mais utilidade dão no Comércio, ou tratando de a melhorar se eles já existem plantados, ou instituindo-a de novo, e trocar de umas colônias para as outras aquelas plantas, que forem suscetíveis de se aclimatarem, ou imediatamente, ou precedendo disposições preparatórias (...). As especiarias da Ásia (de que é verdade nos resta bem pouco) se deveriam cuidar em trazer para o Brasil, especialmente para o Pará, onde já começam a propagar-se o melhor possível, e para outras partes que se julgarem climas análogos, vendo se desta sorte podemos fazer a nós esta parte do Comércio, que nos foi roubada” (*apud Almeida, op. cit.:405*).

Com a chegada da Corte no Brasil, em 1808, D. Rodrigo – reconduzido ao ministério de D. João – teve novas e mais diretas possibilidades de realizar seus planos. A situação de guerra com a França pôs em evidência a secular disputa territorial pela foz do rio Amazonas, além de tornar inevitável a conquista da Guiana Francesa, em 1809, como revide à ocupação de Portugal. Com a Guiana nas mãos dos portugueses, o intercâmbio entre os jardins luso-brasileiros viria a ser plenamente realizado. Todavia, a prioridade anteriormente dada pelo ministro às “madeiras de construção” e ao reflorestamento das Matas Reais foi abandonada pelo imediatismo da situação, recaindo o interesse do governo sobre o “patrimônio vegetal” que a França havia reunido na Guiana, a maior parte de origem asiática. Como veremos adiante, um dos maiores estabelecimentos coloniais da Guiana Francesa, a *Habitation Royale des Épiceries*, ou simplesmente *La Gabriele*, forneceu plantas para a ampliação do jardim do Rio de Janeiro, em 1810, e para a instalação do jardim de Olinda, em 1811, ficando o jardim paraense como intermediador das “transplantações” e a primeira estação de aclimatação em território português.

### ***La Gabriele* e os jardins luso-brasileiros**

Embora o plano de produzir especiarias na América fosse antigo, não é difícil perceber a influência que a iniciativa francesa exerceu sobre as autoridades portuguesas, particularmente



receptivas às experiências agrícolas na última década do século XVIII. Na “Memória sobre a transplantação das árvores mais úteis de países remotos”, Vandelli sugere que sejam cultivadas especiarias na Bahia, Pará e Macapá para enfrentar a concorrência inglesa na Índia. Para isso deveriam ser trazidas do Oriente plantas e sementes. Em último caso, poderiam ser subtraídas da Guiana Francesa, onde estavam sendo introduzidas há algum tempo, demonstrando a possibilidade de aclimação das espécies orientais ao ambiente sul-americano tropical e mesmo a viabilidade econômica do investimento (Almeida, *op. cit.*). Podemos, inclusive, perceber no texto de Vandelli o mesmo tipo de retórica e uma inversão nas idéias que vigoravam algumas décadas antes, quando os franceses tinham os portugueses como melhor sucedidos na aplicação de conhecimentos botânicos e nas experiências coloniais<sup>29</sup>.

Para D. Rodrigo, a França era uma nação bem sucedida na apropriação de espécies de alto valor comercial, “o que os nossos nunca souberam fazer”<sup>30</sup>. Não é demais lembrar que seus planos originais previam a introdução de plantas estrangeiras no Pará e outras capitanias, exatamente como os franceses haviam feito na Guiana (lembremos ainda que o cultivo de espécies nativas foi idéia de D. Francisco). Seguindo a sugestão de Vandelli, D. Rodrigo foi perspicaz na escolha do momento adequado para iniciar a implantação dos jardins: a carta régia que ordenou a instalação do jardim paraense foi expedida na ocasião em que o controle francês sobre as colônias relaxou-se com a desestruturação das forças armadas e a supressão da escravidão, do “exclusivo” e da Companhia das Índias. Seria mais fácil, portanto, na avaliação de D. Rodrigo, obter as plantas das colônias americanas da França do que das orientais.

De fato, os irmãos Souza Coutinho souberam tirar partido da desordem provocada pela Revolução. D. Francisco manteve em Caiena uma rede de espiões, geralmente agricultores ameaçados por revoltas de escravos, orientados não somente a informar tudo o que se passava nesses conturbados anos, mas também a enviar qualquer espécie vegetal destinada ao cultivo (Reis, 1953). Um desses agricultores espiões, Michel du Grenoullier, antigo morador do Oiapoque e exilado desde 1795 no Pará, foi contratado para organizar o jardim botânico, tornando-se seu primeiro diretor<sup>31</sup>. D. Francisco o considerava um “hábil Engenheiro Agrário”<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> Ver capítulo anterior.

<sup>30</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Menezes, governador do Pará. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1809. APEP, cód. 751.

<sup>31</sup> Além de Baena (1838 e 1846), o manuscrito de José Simões de Carvalho (1798), integrante da segunda Comissão Demarcadora de Limites, é uma boa fonte de informações sobre a situação dos moradores da fronteira entre as Guianas brasileira e francesa durante a Revolução, inclusive dos proprietários que emigraram para o Grão-Pará. Ver

e graças a ele e a seu cunhado, Jean-Baptiste Antoine Grimard, comandante das milícias no Approuague, vieram em 1798 sementes e mudas de cravo, pimenta, fruta-pão, manga e “abricó de São Domingos”. Essas foram as primeiras espécies exóticas a serem plantadas no jardim e distribuídas para agricultores e outras capitânicas. Eis o relatório passado por D. Francisco ao irmão:

“Finalmente em resultado de tantas, e tão repetidas Diligências por uma vez fizemos a aquisição do Cravo da Índia (Girofle). De Caiena trouxeram os nossos honrados Emissários a todo o risco, e tendo efetivamente passado por mui grande, um considerável provimento de sementes do dito Girofle que postas em Viveiros produziram duzentas ou trezentas tenras Plantas que com todo cuidado, espalhadas por diferentes mãos se ficam tratando e prometem vingar.

Trouxeram também alguns pés de Pimenta os quais assim como outros da mesma Pimenta, e do Cravo anteriormente vindos, todos têm morrido deixando-me desenganado por atravessia [sic] do Mar em embarcações pequenas é fatal a todas as Plantas, e que só se aproveita o trabalho na remessa de Sementes. A Noz Moscada não veio desta vez ainda, mas não perco esperança por ora apesar da grande dificuldade que se figura de haver-se por estarem as únicas duas outras Árvores que têm Caiena em poder de um Indivíduo que as guarda com todo cuidado e não terem até agora produzido senão duas Sementes. Vieram entanto algumas de Árvores de Pão, de Mangas, e de Abricós de S. Domingos as quais pegaram maravilhosamente”<sup>33</sup>.

Muito provavelmente as plantas e sementes foram retiradas de *La Gabriele*, pois esse estabelecimento, distante de Caiena, fora abandonado durante a Revolução. O diretor Guisan deixara a Guiana em 1791, ameaçado de morte. Posteriormente, já no governo de Napoleão, Joseph Martin o recuperaria a mando de Thouin e o administraria juntamente com o estabelecimento de *Mont-Baduel* (Cardoso, 1999).

---

“Memória sobre a diligência que se fez à fronteira do rio Calcuêni entre as Guianas Portuguesa e Francesa. Assinado por José Simoins de Carvalho, engenheiro encarregado da expedição e diligência”. 1798. AN, cód. 807, v. 20, fls. 53 a 63.

<sup>32</sup> Lembremos que na França o termo *agronome* designava tanto os engenheiros agrários quanto os proprietários. Grenoullier, a julgar pelo manuscrito de Carvalho (*op. cit.*), era tanto um quanto outro.

<sup>33</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, s.d. APEP, cód. 703.

Após a repentina morte de Grenoullier, ocorrida ainda em 1798, D. Francisco nomeou outro emigrado para a direção do jardim, Jacques Sahut, que passaria a acumular a administração de um antigo estabelecimento agrícola tomado dos missionários, a Fazenda de Val-de-Caens, onde dirigia plantações – com arado e charrua – de milho, arroz e mandioca, além de uma fábrica de manteiga e queijo<sup>34</sup>. D. Francisco continuou tentando obter mudas por contrabando:

“De Caiena não pude ainda haver a Moscada e a Pimenta, agora espero que ou por bem ou por mal as terei principalmente a primeira que é a de que o Brasil carece. Por bem pelos Parentes de Grenoullier, a quem fiz saber a Graça que podem esperar da herança dele que sempre cuidaram que é mais avultada, por mal furtando-se ao que tem árvores enclausuradas”<sup>35</sup>.

D. Francisco segue informando que uma nova “missão” seria enviada a Caiena com este objetivo, composta pelo “Furriel” e pelo “Índio Valentim”, ambos recebendo um bom ordenado pelo risco de enforcamento que corriam. Também cogita da possibilidade de atrair mais franceses “industriosos”, embora reconheça que é “grande o risco, e incerto o lucro”.

Sahut, assim como Grenoullier, morreria logo após assumir a direção do jardim botânico, em 1799, levando D. Francisco a nomear como administrador o Capitão do Regimento da cidade, Marcelino José Cordeiro, que havia sido um dos auxiliares diretos do governador do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo d’Almada, e administrador da Serraria Real do rio Acará. Segundo D. Francisco, foi Cordeiro quem organizou de fato o jardim, tendo assinado o primeiro catálogo enviado a Lisboa<sup>36</sup>. Não localizamos esse documento, mas obtivemos dois “Mappas de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José”, datados de 30 de abril e de 20 de junho de 1800, por meio dos quais é possível acompanhar como progrediram os trabalhos no jardim paraense desde a sua instalação (figs. 2.10 e 2.11). Ambos os mapas são divididos em duas seções: “Dentro do Cercado” e “Madeiras de Construção e mais Fruteiras fora do Cercado”. No mapa de abril, a primeira seção relaciona em ordem alfabética e pelo nome vulgar 82 espécies de

---

<sup>34</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 30 de março de 1798. APEP, cód. 676. Sobre Sahut, ver também Barata (1973).

<sup>35</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 2 de fevereiro de 1799. APEP, cód. 702.

<sup>36</sup> Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 30 de março de 1798. APEP, cód. 676.

plantas nativas e exóticas, no total de 2.354 pés. Desse montante destacam-se 546 bananeiras, 300 pés de “cana de açúcar da terra”, 300 de “cana de açúcar da Índia”, 125 de caneleiras e 50 pés de “anil manso”. Dentre as preciosidades vindas de Caiena, constam abricós (5 pés), frutas-pão (9), abacateiro (1), cravos da Índia (49), jacas (10), jasmims (2) e maracujás (24). Outras espécies exóticas têm a sua proveniência anotada, como a “quina de Suriname” (1 pé), os “jasmims do Cabo da Boa Esperança” (4), os “jasmims da Itália” (4), as “goiabeiras do Mato Grosso” (5) e as “jacas da Bahia”(1). Ao lado das exóticas, aparecem as plantas nativas da Amazônia, como a baunilha (17), o cacau (8), a casca preciosa (22), a copaibeira (9), o “cravo da terra” (43), a seringueira (5) e muitos outros vegetais conhecidos pelos usos na farmácia, alimentação, construção e indústria.

Na segunda seção, a grande maioria das 58 espécies (451 pés) é nativa e fornecedora de madeira, igualmente listadas em ordem alfabética e pelo nome vulgar. Provavelmente foram plantadas “fora do cercado” pelo tamanho que as árvores iriam adquirir. No total, o jardim e adjacências possuíam 2.805 plantas de 140 espécies diferentes. Quanto ao mapa de junho, a despeito do erro na soma, repete no geral o de abril<sup>37</sup>.

D. Francisco insistiu na sua correspondência com o Reino na necessidade de conquistar a Guiana Francesa. Seria a maneira de por fim à antiga disputa – mais de uma vez sob luta armada – entre Portugal e França pela posse do Cabo do Norte, e, ao mesmo tempo, evitar a infiltração ideológica que ameaçava o império colonial português (Reis, *op. cit.*). Ademais, o complexo agrícola mantido pela Coroa francesa na Guiana, formado pela *Habitation Royale des Épiceries*, pelas sementeiras e viveiros de *Mont-Baduel*, pela *habitation* Tilsit e pela Fábrica de Madeiras de Nancibo, era um forte atrativo para a cobiça dos portugueses<sup>38</sup>. Talvez tenha sido esse complexo que os irmãos Souza Coutinho tivessem como modelo quando instalaram o jardim paraense e planejaram a reforma urbana de Belém. Podemos perceber a similaridade entre ambos com a associação entre cultivo de espécies de alto valor comercial e de “árvores de construção”. Também a plantação de caneleiras em Belém (Jardim das Caneleiras) e o assentamento de colonos ao redor do jardim botânico tinha *La Gabriele* como uma experiência antecessora: a maior parte da produção da *habitation* provinha do *jardin des canneliers et des girofliers*.

---

<sup>37</sup> “Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São Jozé em 30 de abril 1800”; “Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São Jozé em 20 de junho 1800”. IHGB, Lata 285, Pasta 4.

<sup>38</sup> Sobre os rendimentos de cada um desses estabelecimentos agrícolas, ver “Conta Geral da Receita e Despesa do Governo de Cayena e Guiana (anos de 1812 a 1815)”. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

Cinco anos depois de D. Francisco deixar o Pará, Napoleão Bonaparte deu o motivo que o ex-governador tanto queria para a invasão da Guiana. A historiografia geralmente interpreta a decisão da Corte portuguesa como um revide à invasão do Reino. Parece, contudo, que as tropas de Junot apenas levaram o estado de tensão ao limite, pois Napoleão tinha realmente planos expansionistas na América e a Guiana deveria ser a base para a conquista de um novo império colonial francês (Lowenthal, 1952)<sup>39</sup>. A invasão da Guiana, portanto, havia sido planejada alguns anos antes e pela segunda vez (lembramos do plano de D. Francisco, da década de 1790). Mas desta vez, a invasão fora planejada em Londres como parte das operações militares previstas contra Napoleão (Cardoso, 1984).

Em janeiro de 1809, tropas paraenses, cearenses e pernambucanas, auxiliadas por mercenários britânicos, rendiam o governador da Guiana Francesa, Victor Hugues. Ao contrário do previsto originalmente (destruição das fortificações, das propriedades e esvaziamento da colônia, de maneira a impossibilitar uma ameaça às Antilhas inglesas), Portugal decidiu administrar a Guiana como uma dependência do governo paraense. A administração foi feita com base no Código Napoleônico, o que denota o caráter transitório da operação militar, muito mais uma medida de pressão contra a França do que um projeto expansionista lusitano (Silva, 1986).

A posse de *La Gabriele*, se não representou motivo preponderante para a invasão da Guiana pelas tropas luso-brasileiras, certamente estaria entre os maiores benefícios a ser obtidos pelos portugueses com a anexação de uma colônia tão conturbada. De fato, *La Gabriele* era um atraente negócio, tanto que o comandante britânico Lucas Yeo, na partilha da presa de guerra, requisitou não apenas a posse de naus francesas e o pagamento de 500 mil cruzados, mas também a *Habitation Royale des Épiceries*, provocando protestos veementes das autoridades paraenses (Cardoso, *op. cit.*). Suas pretensões, contudo, foram abortadas pela negociação do “Termo de Rendição” entre Hugues e o comandante português Manoel Marques d’Elvas Portugal, o qual regulava as condições em que a colônia seria entregue à nova administração. Um artigo específico para *La Gabriele* (14º), o único do gênero, foi incluído:

“Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada La Gabriele, em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edifício nem

---

<sup>39</sup> A escravidão na colônia foi restabelecida em 1803, atraindo de volta muitos dos proprietários que a haviam abandonado. Victor Hugues foi nomeado governador e conseguiu, em poucos anos, aumentar consideravelmente as

plantação, árvores ou plantas; mas conservar-se-á no estado presente tal qual se entrega aos comandantes de S. A. o Príncipe Regente” (*apud* Reis, *op. cit.*)<sup>40</sup>.

A venda das especiarias lá cultivadas era uma das maiores fontes de renda da colônia, juntamente com o rendimento da alfândega e os impostos sobre as casas comerciais e o “tafiá”, aguardente de cana exportada para a África<sup>41</sup>. Além disso, com a posse de *La Gabriele* finalmente seria possível transplantar para os jardins brasileiros as espécies que os franceses já haviam conseguido reunir. Numa carta ao governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Menezes, datada de 2 de abril de 1809, D. Rodrigo dá a entender que não interessava mesmo conservar Caiena sem o aproveitamento daquelas riquezas:

“O sistema que se deve seguir para conservar Caiena sem que venha a ser pesada à Real Fazenda, e antes sistemando [sic] tudo de modo que pague a despesa necessária para a sua defesa (...) é a pronta e imediata transplantação para o Pará e para os outros domínios do Brasil, da maior quantidade possível de todas as árvores de especiaria, (...) particularmente da noz moscada, que ali existe e que nos domínios do Brasil se não possuem (...)” (*apud* Cruz, 1963:152-3).

D. Rodrigo recomenda, ainda, que se faça transportar, juntamente com as plantas, “hábeis jardineiros”, mas que tais técnicos não fossem “contaminados da ideologia liberal”.

Em 27 de abril, um novo ofício de D. Rodrigo ao governador Magalhães de Menezes determinava a transferência de plantas do jardim botânico do Grão-Pará para o Rio de Janeiro, exatamente aquelas que D. Francisco havia obtido dez anos antes. Mandava, ainda, procurar em Caiena a árvore da noz moscada (lembramos que, segundo D. Francisco, era mantida sob vigilância) e alertava que a procura de “todo o gênero de culturas” era o “ponto mais essencial para o Brasil” naquele momento:

---

exportações.

<sup>40</sup> O “Termo de Rendição” também encontra-se reproduzido em Baena (1846). O original pertence à BN, Seção de Manuscritos, cód. CCLXVI (1754).

<sup>41</sup> “Conta Geral da Receita e Despesa do Governo de Cayena e Guiana (anos de 1812 a 1815)” e “Mapa Geral das Importações e Exportações da Colônia de Caiena e Guiana. Anos 1812 a 1815”. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

“Sobre as Produções que V. Exa. tem podido conservar das que um dos seus Predecessores D. Francisco Maurício de Souza Coutinho tirou de Caiena deve particular cuidado a S. A. R. a conservação, extensão do Cravo da Índia, ou Girofle, a V. Exa., que veja se sem diminuir o número destas Árvores no Pará pode V. Exa. remeter por diferentes Embarcações vários Pés das mesmas Plantas, que possam aqui cultivar-se, e propagar-se, fazendo especial recomendação a maior prontidão, e que se expeçam o melhor acondicionadas que se possa. É igualmente inútil que eu diga a V. Exa. que S. A. R. deseja que a cultura do cravo da Índia ou Girofle se estenda o mais que for possível, pois que aquele cravo que V. Exa. daí remeteu se achou muito bom, e comparável ao melhor das Molucas. Muito desejaria também S. A. R. que V. Exa. procurasse de Caiena a Árvore de Noz Moscada = Muscadier = que ainda nos falta, e que os Franceses roubaram por via do hábil Intendente das Ilhas de França e Bourbon Mr. [Pierre] Poivre de Amboine por meio dos nossos Timor e Solor, o que os nossos nunca souberam fazer, e das Ilhas de França passar para Caiena onde tem prosperado<sup>42</sup>. Este objeto o manda S. A. R. recomendar muito a V. Exa. pela sua grande importância, e por que o ponto mais essencial agora para o Brasil, é procurar-se todo o gênero de culturas, e dar-lhes a maior extensão”<sup>43</sup>.

A primeira remessa foi realizada no final de 1809, para Belém. Foi o administrador de *La Gabriele*, Joseph Martin, quem assinou a lista de plantas e as instruções para o plantio. Nela vieram, dentre outras, a noz-moscada (pelo visto, pela primeira vez introduzida no Brasil), caneleiras, carambolas, “árvore do pão d’Otaiti”, “moringueira”, cravo da Índia, “groselheira da Índia”, pimenteira, bilimbi, “litihi”, “bananeira d’Otaiti”, sapoti, “nogueira de Bancoul” e “cana d’Otaiti”, espécie que passou no Brasil a ser conhecida como “cana caiena” ou “caiana”. No total, 82 espécies foram embarcadas em seis caixas. Na relação das plantas, Martin aproveitou para fazer alguns comentários sobre a história do cultivo de algumas espécies e mesmo sobre os usos que se lhes podia dar. É o caso da fruta-pão, que, segundo o naturalista francês, “foi introduzida nas Colônias Francesas em 1795; é um dos resultados da viagem de Mr. Dentrecaesteaux [sic] ao

---

<sup>42</sup> A façanha de Pierre Poivre aparece em muitos escritos da época, como um indício do sucesso dos empreendimentos coloniais franceses. Amboine ou Amboyne era a colônia holandesa da qual foram retiradas as especiarias (Ly-Tio-Fane, 1982).

Mar do Sul afim de procurar o desafortunado Laperouse [sic]. Esta árvore, que os ingleses têm tão bem conduzido com grandes despesas às suas Colônias, merece ocupar um dos principais lugares entre os vegetais, que servem à economia e sustento dos homens”<sup>44</sup>. Da “nogueira de Bancoul”, Martin afirma ser “uma grande e bela árvore que produz um belo efeito plantada em ruas e estradas, pela extensão de seus ramos, que se estendem em todo o sentido”<sup>45</sup>.

O sucesso da “transplantação” e a prioridade dada à procura de “todo o gênero de culturas”, como escreveu D. Rodrigo, certamente influenciou na decisão do governo de publicar a relação de Martin na Impressão Régia do Rio de Janeiro. No início de 1810 o folheto de 24 páginas já estava circulando, com o título de “Notícia Histórica e Abreviada para servir à Cultura de uma remessa de árvores espcieiras e fructíferas destinada a Sua Excellencia o Senhor Capitão General do Pará por Sua Senhoria, o Senhor Manoel Marques, governador interino da Colonia de Cayena”.

Respeitado como naturalista, Martin seria mantido pelos portugueses na administração de *La Gabriele*. O Intendente Geral de Caiena, João Severiano Maciel da Costa (1769-1834), destacou sua “fidelidade” e “zelo” e o considerava, pelo menos em Caiena, insubstituível, inclusive para a “polícia dos escravos”. As autoridades portuguesas também tentaram, por intermédio do embaixador em Londres, transportar a esposa de Martin para Caiena, “para que ele se ligue ao governo de S. A. R.”<sup>46</sup>. Martin se desligou do cargo somente em 1816, quando a Guiana ainda estava sob a dominação lusitana, escrevendo em seguida uma *Mémoire sur la Gabriele* (Jobim, *op. cit.*).

Para cuidar das plantas vindas de Caiena, D. Rodrigo mandou que o governador do Pará nomeasse, em 1810, Francisco Arruda da Câmara como Inspetor do Jardim Botânico do Grão-Pará, cargo que viria acumular com o de Físico-Mor da capitania<sup>47</sup>. Ao Governador Militar da

---

<sup>43</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho ao governador do Pará, José Narciso de Magalhães de Menezes. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1809. APEP, cód. 751.

<sup>44</sup> *Notícia Histórica e Abreviada para servir à Cultura de uma remessa de árvores espcieiras e fructíferas destinada a Sua Excellencia o Senhor Capitão General do Pará por Sua Senhoria, o Senhor Manoel Marques, governador interino da Colonia de Cayena* (1810), p. 13.

<sup>45</sup> *Id. ibd.*, p. 19.

<sup>46</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 28 de abril de 1811; e Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>47</sup> Aviso do Conde de Linhares ao Conde d’Aguiar, 26 de abril de 1810 (*apud* “*Flora Fluminensis*. Documentos”, 1961). Não pude averiguar se Francisco Arruda da Câmara realmente tomou posse de ambos os cargos. Nos códices que consultei não há documentos com referência a ele. A bibliografia que consultei, por outro lado, informa muito pouco sobre Francisco. De 1790, ano em que se formou em Montpellier, a 1821, em que comprovadamente morava



Guiana, Manoel Marques, recomendou-se que mandasse de Caiena ao Pará e Rio de Janeiro “todas as plantas que se puder (...) e bons jardineiros, que tratem de sua horticultura” (*apud* Baena, 1838:445). Para garantir a sobrevivência das plantas, o governador do Pará apelou aos moradores vizinhos ao jardim botânico de Belém para que ajudassem no trabalho de plantação, e determinou uma guarda especial para fiscalizar os cercados construídos para esse fim, chamados “cancelas” (Meira Filho, 1976a).

No Rio de Janeiro, a conquista da Guiana significou a oportunidade certa para D. Rodrigo retomar seus antigos planos. Já em 1809 uma decisão régia havia autorizado a concessão de prêmios e outras vantagens às pessoas que fizessem aclimatar especiarias da Índia ou iniciassem o cultivo de vegetais úteis, decisão ampliada no ano seguinte para a isenção total de dízimos e taxas alfandegárias (Almeida, *op. cit.*). Ao mesmo tempo, cumpria organizar os jardins botânicos nas demais capitanias do Brasil para que o império português tirasse o máximo proveito de *La Gabriele*. A Impressão Régia publica, então, logo depois do folheto assinado por Martin, o “Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil”, de Manuel Arruda da Câmara, irmão do inspetor nomeado para o jardim paraense. Câmara propõe a instituição de hortos

“(...) em que se criem, como em viveiros, não só plantas de países estranhos, senão ainda os de várias províncias do Brasil, que ou são raras, ou cuja destruição será inevitável, apesar de todas as proibições, por causa da extensão do país e da pouca população” (Câmara, 1982:197).

Na primeira parte do “Discurso”, Câmara ressalta a prodigiosidade da natureza tropical, em comparação aos “poucos frutos [que] concedeu à Europa” (*id. ibd.*:198). Lamenta que tivessem sido interrompidas, no passado, as “transplantações” para o Brasil, pois a agricultura na colônia poderia estar em grau muito mais adiantado, como o era em Caiena, no caso do cultivo do cravo da Índia, e na Bahia, no caso da pimenta. Como o reino vegetal, para Câmara, seria “a fonte mais fecunda, mais pronta e menos trabalhosa das riquezas de qualquer Nação”, urgia emendar “a grande falta” do passado, incentivando novas “transplantações” (*id. ibd.*:199). Como exemplo das

---

no atual Nordeste brasileiro por seu envolvimento na política local, nenhuma informação existe sobre Francisco em Mello Neto (1982) e Herson (1996).

riquezas que poderiam advir do cultivo de vegetais exóticos, cita os casos da cana de açúcar, algodão, tabaco, café, mandioca, trigo, milho, mangueira, jaqueira, dendezeiro, inhame, coqueiro, amendoim, etc.<sup>48</sup>. Também cita, mais uma vez, a experiência das colônias francesas como exemplo das “utilidades reais” de semelhantes “transplantações”. Não obstante seu desconhecimento dos limites reais do império lusitano, pois dá como possessão portuguesa o rio Orinoco, Câmara tenta comprovar que o “continente do Brasil” é suscetível de ser cultivado com plantas provenientes da Europa, África e Ásia, fazendo-o pela análise geográfica dos “alimentos de que os vegetais se mantêm” (ar, luz e água) e das “cinco terras primitivas” (argila, sílica, magnésio, barita e cal). E o “meio mais fácil de por em execução essas transplantações, e de as fazer prosperar” seria a instituição de hortos botânicos nas principais províncias do Brasil: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Pará e Caiena (*id. ibd.*:202). Como estes últimos já existiam, caberia instalar somente os três primeiros. Câmara termina a primeira parte recomendando os cuidados necessários à localização dos hortos, sugerindo as atribuições e qualificações dos inspetores e jardineiros, garantindo o “lucro imediato” dos hortos (“sendo bem administrados”) e lembrando que a “transplantação artificial” de animais também poderia ser útil, como as “abelhas da Europa ou de Angola”, os “grandes Carneiros do Peru” (lhamas?), as “ovelhas de lã fina de Espanha” e os “Camelos e Dromedários” para os sertões de Pernambuco, Paraíba e Ceará.

Na segunda parte, Câmara enumera as “plantas úteis que merecem ser transplantadas e cultivadas” (*id. ibd.*:205), originárias da Ásia, África, Europa, América Setentrional, México, Nova Holanda, Caiena, “Pará e Maranhão”, Ceará e Pernambuco. Pela relação, pode-se perceber que Câmara desconhecia as espécies que já haviam sido introduzidas no Pará há pelo menos dez anos. De Caiena sugere a “transplantação” da fruta-pão, do cravo da Índia, da “pimenta zeilônica” e da noz moscada, todas já aclimatadas em Belém. Do Pará e Maranhão, recomenda o cultivo do cravo do Maranhão (ou do Pará), castanha do Maranhão (ou do Pará), “pixuri”, abacate, bacuri, bacaba, abacaxi e “maracujá mamão”, igualmente já reunidas no jardim paraense.

Com uma conjuntura favorável e o interesse das autoridades, providências foram tomadas no Rio de Janeiro e em Olinda para garantir o sucesso da transferência das plantas. Em 1810, o botânico Kancke foi nomeado para diretor das culturas de plantas exóticas dos Jardins e Quintas Reais da Fazenda Santa Cruz, atual Quinta da Boa Vista (Lopes, 1997). Na Fazenda da Lagoa

---

<sup>48</sup> Supomos que Câmara se referia mais à difusão dessas culturas e não à “transplantação”, pois algumas das espécies enumeradas são nativas da América do Sul.

Rodrigo de Freitas, onde funcionava a Fábrica de Pólvora e onde funciona ainda hoje o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, também foram introduzidas – a partir de 1810 – muitas plantas enviadas de Caiena e Belém<sup>49</sup>. Mais tarde, foi esse o local escolhido para centralizar os experimentos agrícolas com espécies exóticas.

Quanto ao jardim de Olinda, parece ter sido criado efetivamente para receber as plantas de *La Gabriele*, assim como servir de entreposto para as remessas que saíam de Caiena e Belém para o Rio de Janeiro. Vimos que as autoridades no norte tinham ordens para remeter “para todos os governos do Brasil”, sempre que possível, lotes de plantas, “pois que só deste modo se pode assegurar a sua perfeita transplantação”<sup>50</sup>. Ainda em 1810, Manuel Arruda da Câmara, o autor do “Discurso sobre a utilidade da instituição dos jardins...”, foi nomeado diretor do jardim pernambucano, mas não pôde assumir em virtude de sua morte (Mello Neto, 1982). Em ofício de 23 de abril de 1811, o intendente Maciel da Costa insistia com o Conde d’Aguiar, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Interior, para que fosse criado um horto botânico em Pernambuco, para onde vinha enviando muitas plantas<sup>51</sup>. Em 26 de abril, novo ofício avisava ao Conde d’Aguiar que em março havia sido expedida de Caiena a Real Galeota Princesa D. Maria Tereza, e que a embarcação haveria de deixar “plantas de especiarias” em Pernambuco<sup>52</sup>. Em 17 de julho, D. Rodrigo respondeu a Maciel da Costa, louvando sua iniciativa de mandar “a expedição por Pernambuco, onde ficaram parte das plantas que poderiam ter sofrido vindo até aqui, vindo as outras para esta cidade (...) que S. A. R. mandou logo para o estabelecimento da Lagoa de Freitas”<sup>53</sup>. D. Rodrigo também elogiou a iniciativa de mandar as plantas sob os cuidados do “hábil cultivador M. Germain [Étienne-Paul Germain]”, a quem prometeu muitas recompensas. No Rio, Germain recebeu a incumbência de elaborar uma memória sobre a

---

<sup>49</sup> O início das atividades do jardim fluminense ainda é um assunto a ser mais estudado. A julgar pelas informações de Rodrigues (1894 e 1908), o horto data de 1808, mas somente no ano seguinte há notícias da introdução de uma coleção de plantas orientais contrabandeadas por Luís de Abreu. Lavôr (1983) e Barroso (1998) reproduzem as informações passadas por Rodrigues, enquanto Oliveira (1997) afirma ter a organização do jardim se efetivado somente em 1819. Lopes (1997:40n), por sua vez, faz referência à criação, em 1818, de “um jardim de plantas exóticas na Fazenda da Lagoa Rodrigo de Freitas, a princípio anexo ao Museu Real recém-criado (...)”.

<sup>50</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>51</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 23 de abril de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>52</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 26 de abril de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>53</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

agricultura no Brasil e um projeto para a instalação de um curso de Botânica e Química. Logo em seguida, foi nomeado para dirigir o horto de Olinda.

O texto de Germain é interessante sob um aspecto. Para ele, a conquista da Guiana deveria ser vista apenas como um dos passos para a obtenção de “todos os produtos da Europa, das Américas e da Índia”, pois o número de espécies aclimatadas em *La Gabriele* era limitado e existiam muitas outras que Portugal ainda não dispunha. A presença da Corte no Brasil poderia trazer muitas vantagens para este “Império florescente”, desde que o governo continuasse a reunir as produções naturais dos dois hemisférios, aptas a serem aclimatadas no Brasil pela diversidade de climas existentes:

“(…) trata-se apenas de cultivar em cada Província os produtos adequados a cada localização, lugar e clima, e assim, rapidamente, este Centro rico e em expansão apresentará ao Universo um novo espetáculo, um Império florescente, que acolherá todos os produtos vindos de ambos os Hemisférios (...). O Brasil já contém quase todos os produtos da Europa, junto àqueles da América; faltam apenas aqueles da Índia. A conquista de Caiena não oferece nenhuma vantagem de início; porém, considerando bem, torna-se essencial ao novo Império; ela já forneceu alguns dos produtos exclusivos locais, mas restam outros que deveriam ser transportados. Aí então o Brasil passará a reunir nas suas terras todos os produtos vindos da Europa, das Américas e da Índia. Estes produtos, cultivados cada um no clima adequado, logo irão se multiplicar, e então o Brasil, podendo ser auto-suficiente, oferecerá ao especulador o excesso de sua produção e atrairá o estrangeiro e o navegador, o que estabelecerá uma preponderância na balança comercial. E então os Estados Europeus, de há muito os Mestres e os opressores das Américas, tornar-se-ão os tutelados pelo novo Império”<sup>54</sup>.

O raciocínio de Germain, vinculando poder político e econômico à uma agricultura forte e diversificada, necessitava de um elemento básico: a posse de espécies com valor comercial. O restante viria em decorrência, seja pelos benéficos efeitos da natureza brasileira, seja pela ação de homens industriais. A estes deveria ser destinado o curso de Botânica e Química, um antigo

---

<sup>54</sup> “Memória em francês sobre a agricultura no Brasil, por M. Germain, precedida de duas cartas de Domingos Borges de Barros, sendo uma autógrafa”. AN, cód. 807, v. 10, 64, fl. 56a.

projeto que D. Rodrigo parecia retomar (lembramos que pretendia instalar, em 1803, uma “Escola de Botânica” anexa ao Jardim da Ajuda).

Era intenção de D. Rodrigo “atrair ao Brasil hábeis cultivadores e homens industriosos, de que tanto necessitamos”. Para isso, Maciel da Costa fez intensa propaganda em Caiena do governo português, garantindo aos moradores da cidade liberdade de culto, convencendo-os da benevolência do Príncipe Regente, e mandando imprimir e distribuir obras que fizessem do governo francês um “odioso”, “iníquo e violento usurpador” (Reis, *op. cit.*)<sup>55</sup>. Germain era um desses industriosos que receberam “atestado” de idoneidade. Na passagem por Pernambuco, ainda em 1811, escolheu o local e deixou uma relação dos vegetais plantados no novo horto. Eram mudas e sementes de cravo da Índia, noz moscada, “pommier de Cithere” (pinha, ata ou fruta do conde), carambola, sapotizeiro, jalapa e outras tantas<sup>56</sup>. Quando retornou em 1812, encontrou muitas plantas já aclimatadas e outras introduzidas pelo padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, encarregado provisoriamente do jardim (Mello Neto, 1954). Em 1816, uma nova “Lista das Plantas que existem presentemente em o Real Jardim de Plantas em Olinda” foi apresentada ao governador por Germain. Nela constam 37 variedades de plantas em 2.541 pés, a grande maioria transportada de Caiena<sup>57</sup>. Germain ficou no cargo até a morte, em 1817.

Instalado o horto de Olinda em 1811, consolidou-se a rota de “transplantação”, não raro acontecendo de remessas de plantas serem enviadas do Pará para Caiena, e daí para o sul<sup>58</sup>; ou do Rio de Janeiro para Pernambuco<sup>59</sup>. Como prova do efetivo entrosamento entre os diversos hortos, Jobim (*op. cit.*) cita um pedido de sapotizeiros e “pequis da Guiana” formulado em 1811 pelo padre João Ribeiro. Do Rio de Janeiro sua carta voltou a Pernambuco, sendo em seguida expedida para Maciel da Costa pelo governador da capitania, que prontamente enviou a Ribeiro as mudas solicitadas.

---

<sup>55</sup> O mesmo tipo de propaganda foi feito na Corte, com a intenção de denegrir a imagem de Napoleão e legitimar a invasão da Guiana (Neves, 1999).

<sup>56</sup> *Situation de la pepiniere Royale des Epices & autres plantes Etrangeres apportées de Cayenne, dans la goelette du Roy La princesse Donna Maria Thereze, laquelle pepiniere Etablie a Olinda par les soins & Ordre de son Excellence Monseigneur Caetano Pinto de Miranda Montenegro commandeur de l'ordre du Christ gouverneur & Capitaine General de la province de Pernambuco*. Olinda, 20 juin, 1811 (*apud* Mello Neto, 1954:43).

<sup>57</sup> “Lista das Plantas que existem presentemente em o Real Jardim de Plantas em Olinda”. Olinda, 28 de julho de 1816. AN, cód. 807, v. 7, 192, fl. 188a. A “Lista...” foi reproduzida com muitos erros em “*Flora Fluminensis*. Documentos” (*op. cit.*:291-3).

<sup>58</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 26 de fevereiro de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>59</sup> Cf. “Relação das plantas vivas que da Lagoa de Freitas se remetem para Pernambuco”, 5 de fevereiro de 1814 (*apud* “*Flora Fluminensis*. Documentos”, *op. cit.*:293).

Maciel da Costa foi uma figura chave na concretização da rede de jardins luso-brasileiros. Ele tinha a exata noção do valor dos estabelecimentos coloniais da França. No detalhado balanço que efetuou em 1811 sobre os primeiros anos da administração de Caiena, o intendente dá conta ao Conde d'Aguiar do número de escravos empregados em *La Gabriele*, de árvores frutíferas, sua produção média e despesa (fig. 2.12)<sup>60</sup>. Maciel da Costa admirava-se de que os franceses não tivessem aproveitado o estabelecimento para outros fins que não o de produzir especiarias:

“(...) destinada desde o início a funcionar como escola prática e centro de incentivo ao cultivo das especiarias que o governo francês havia feito transportar das Índias à Guiana; este estabelecimento foi apenas visto sob este ponto de vista, e seus produtos não foram contabilizados nos diversos rendimentos das Colônias (...)”<sup>61</sup>.

Em outro documento, afirmava que *La Gabriele* era uma

“(...) fazenda verdadeiramente Real, por sua grandeza, qualidade de suas produções e por sua beleza rústica, porque nada tem de obras (...). É um dos grandes recursos para as necessidades públicas, por que o Girofle [cravo da Índia] que é muito procurado dos Estados Unidos, faz às vezes de numerário para a compra de fornecimentos (...). E conhecendo que a reputação deste país provém principalmente das especiarias de que noutra tempo os Holandeses tinham grande ciúme, proibi a saída das plantas para países estrangeiros (...)”<sup>62</sup>.

Esse trecho revela a importância comercial da cultura de especiarias. Os meticulosos inventários de plantas realizados nos jardins do Pará, de Caiena ou de Olinda, enviados a Lisboa e depois ao Rio de Janeiro, funcionavam não apenas como relações de espécies vegetais conquistadas à natureza e aos países considerados concorrentes, mas como bens econômicos mais valiosos quanto maior fosse a cotação das plantas no mercado. O valor dado a essas plantas pode ser comprovado nas crises monetárias, como a referida por Maciel da Costa, quando muitas delas

---

<sup>60</sup> *Habitation Royale des Épiceries, dite la Gabriele*, anexo no. 11 do referido balanço. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>61</sup> *Id. ibd.*

eram utilizadas como moeda corrente para pagamentos, principalmente o cravo da Índia, a noz-moscada e a canela.

O valor das plantas justificava as duas “Ordenanças” de Maciel da Costa referentes a *La Gabriele*, uma, de 24 de fevereiro de 1810, proibindo “levar para fora da colônia (...) planta ou semente de Girofle [cravo da Índia], Muscada [noz-moscada], Canela e Pimenta sem permissão do Governo (...)” (fig. 2.13)<sup>63</sup>; outra, de 19 de julho de 1810, determinando o modo de “arrecadar” os produtos. No item XI consta:

“A respeito das especiarias, guardar-se-á o mesmo método até aqui praticado. O Diretor da Gabriela com ordem do Intendente Geral entregará todo o produto da colheita ao Comissário do Armazém Real dos gêneros coloniais, o qual depois de o fazer pesar o recolherá, dará Recibo ao Diretor e enviará ao Escrivão da Fazenda a relação do que recebeu com a certidão do peso, para ser registrada e carregado o produto em Receita ao dito Comissário. Quanto à Saída, nenhuma se fará senão por ordem assinada pelo Intendente, registrada pelo Escrivão e lançada em descarga ao Comissário.

Os que pretenderem comprar especiarias ou quaisquer outras coisas do Armazém, dirigirão suas proposições por escrito com declaração das condições à Secretaria da Intendência, as quais serão examinadas na primeira conferência, e sendo aceitas, dar-se-á ordem para a entrega”<sup>64</sup>.

As melhores safras de *La Gabriele* ocorreram em 1812 e 1814. Em 1815 a fazenda deu prejuízo, ano de “colheita quase nula e não produziu senão cravo, canela e pimenta”. A maior parte da produção seguia para a Inglaterra, Estados Unidos e Pará, de onde era reexportada<sup>65</sup>. Além da exportação, Maciel da Costa também destinou as especiarias à Corte. Em abril de 1811, enviou ao Rio de Janeiro nove caixas com cravo, canela, pimenta e amostras da pimenta branca,

---

<sup>62</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 28 de abril de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>63</sup> “Ordenança...”, 24 de fevereiro de 1810. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE. Reproduzido em “*Flora Fluminensis*. Documentos” (op. cit.:279).

<sup>64</sup> “Ordenança...”, 19 de julho de 1810. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>65</sup> “Conta Geral da Receita e Despesa do Governo de Cayena e Guiana (anos de 1812 a 1815)” e “Mapa Geral das Importações e Exportações da Colônia de Caiena e Guiana. Anos 1812 a 1815”. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

pedindo que o informassem do gasto anual da Casa Real<sup>66</sup>. Também enviou doces, móveis, produtos de história natural e pequenos presentes feitos a partir de asas de insetos. Por sugestão de D. Rodrigo, recebeu em Caiena, vindos do Pará, “alguns Rapazes hábeis e com talentos”, os quais foram entregues a Martin “para que aprendessem a Botânica e o cultivo de plantas”. Em seguida, seriam enviados às diversas capitanias do Brasil para propagarem as culturas<sup>67</sup>.

Maciel da Costa pode ser considerado um dos mais ativos incentivadores do cultivo de especiarias, exemplo do empenho com que as autoridades portuguesas buscaram difundir novas culturas na colônia e sem dúvida um elemento fundamental para o bem sucedido intercâmbio entre os quatro jardins mencionados. Em novembro de 1817, após a assinatura do acordo entre Portugal e França que restituiria a Guiana à sua antiga metrópole, Maciel da Costa deixou Caiena em direção ao Rio de Janeiro, levando consigo mais uma remessa de plantas. Em maio do ano seguinte, D. João VI decretou o aumento do horto fluminense, a mudança do nome para Real Jardim Botânico (anexo ao Museu Real) e nomeou Maciel da Costa para dirigir as plantações de cravo e outras especiarias (Rodrigues, 1908)<sup>68</sup>.

O ano de 1817 é um importante marco para os jardins luso-brasileiros. Na Guiana, Maciel da Costa deixava *La Gabriele* desprovida de boa parte de suas mudas. Martin deixara a administração do estabelecimento um ano antes, e certamente não testemunhou o estado em que foi devolvido ao governo francês. Em Olinda, a morte de Germain e os acontecimentos políticos que antecederam a Independência teriam deixado no esquecimento o jardim botânico. Segundo Mello Neto (*op. cit.*), chegou-se a autorizar a transferência das plantas para uma propriedade particular, a fim de salvar o pouco que restava. Spix e Martius (1981), de passagem pela cidade em 1819, falam que o jardim havia mesmo sido extinto, mas o certo é que continuou a funcionar – apesar das dificuldades – no mesmo local demarcado por Germain (Freyre, 1942).

No Pará, o ano de 1817 foi o da posse do último Capitão General do Estado, Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Villa Flor, que administrou a província até 1820. Ele certamente encontrou o complexo comercial-científico de Belém mal conservado, o que se explica tanto pela grave crise financeira que a Junta de Sucessão Provisional enfrentou nos anos

---

<sup>66</sup> Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 23 de abril de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

<sup>67</sup> Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE. Não encontramos nos documentos consultados o número de rapazes enviados a Caiena, nem seus nomes. Tampouco, se realmente seguiram para outras capitanias.

<sup>68</sup> Sobre Maciel da Costa, ver ainda Silva (1861, t. IV, p. 34) e Silva (1883, t. X, p. 347).



em que administrou o Estado, de 1810 a 1817, como pelo revés que a política de incentivo aos jardins botânicos sofreu com a morte de D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1812. Nesses anos, o tema da primazia agrícola começou a receber duras críticas, sendo significativo o protesto de José Acúrcio das Neves contra a “redução da economia portuguesa à agricultura”, publicado em 1814 pela Imprensa Régia de Lisboa com o título de “Variedades sobre os objetos relacionados às artes, comércio e manufaturas considerados segundo os princípios da economia política” (*apud* Wehling, 1977:201). A conjuntura econômica e política mudava rapidamente e o que parecia destinado a perdurar graças às plantas vindas de Caiena, logo foi abandonado.

No próximo capítulo, veremos o que aconteceu com o jardim botânico do Grão-Pará quando desvinculou-se de *La Gabriele*. Nos deteremos na administração do médico e naturalista Antônio Corrêa de Lacerda, de 1818 a 1821, nos problemas causados pelos violentos conflitos da Independência e da Cabanagem, revolta popular que perdurou de 1835 a 1840, e – a partir desse ano – na progressiva transformação do jardim botânico em jardim público, destinado ao lazer da população de Belém.



Fig. 2.1: Planta da praça da cidade de Belém do Pará tirada em 1751 (anônima). Com a letra “A” está assinalado o antigo Palácio do Governador (em cima, à direita); em frente vê-se o Largo do Palácio. Com a letra “L” estão assinaladas as “valas que deságuam no mar”; a que corre de cima para baixo é um dos braços do igarapé do Piry (reproduzido de Araújo, 1998).



Fig. 2.2: Planta da Cidade do Pará (anônima), ca. 1754-1761. À direita, a chamada “Cidade”, onde se localizavam o Palácio do Governador (assinalado com o número 6), a Catedral da Sé, o Forte de Santo Cristo e o Colégio dos Jesuítas. À esquerda, a “Campina”. Por trás da cidade, o “Alagadiço chamado Piry” e o “Terreno que se alaga nas grandes chuvas” (reproduzido de *Belém do Pará*, 1995).



Fig. 2.3: Planta da Cidade do Pará, assinada por Gaspar Gronsfeld e datada de 1771. O Palácio do Governador está assinalado com o número 3. Observar a tentativa de delimitação precisa do “Terreno alagadiço chamado vulgarmente o Piry” (reproduzido de *Belém do Pará*, 1995).





Fig. 2.4: Planta da Cidade do Grão-Pará fortificado pelo método mais simples e menor despesa que pode admitir a irregularidade da sua figura e desigualdade de seu terreno, e em parte pantanoso, e em parte dos obstáculos ou dificuldades que se acham na margem do rio..., assinada por Gaspar João Geraldo de Gronsfeld e datada de 1771. O projeto previa a fortificação da “Cidade” e da “Campina” e a utilização das águas do Piry no sistema de defesa. O Palácio do Governador aparece destacado em vermelho, ao centro da planta (reproduzido de *Belém do Pará*, 1995).



Fig. 2.5: Planta em que se mostra como se pode fortificar uma parte desta cidade do Grão-Pará pelo método mais simples que pode admitir o terreno pantanoso fazendo permanente o lago do Piry por onde fica inatacável este projeto..., assinada por Gaspar João Geraldo de Gronsfeld e datada de 1773. O projeto previa somente a fortificação da “Cidade”, a transformação do Piry em lago e a estabilização de suas margens, com o controle da entrada e saída da água. Casas seriam construídas em volta do lago. O Palácio do Governador aparece destacado próximo da ponte que atravessaria o canal a ser aberto entre a “Cidade” e a “Campina” (reproduzido de Araújo, 1998).



Fig. 2.6: Plano Geral da Cidade do Pará em 1791, assinado por Theodósio Constantino de Chermont. Mais do que uma planta, trata-se de um projeto urbanístico que já previa o aterramento do Piry e a abertura de novas ruas, como comprovam as valas a serem escavadas para o dessecamento do igarapé (à direita) e o tracejado sobre a área a ser aterrada. Observar o destaque dado ao jardim do Palácio do Governador. A julgar pela exatidão da pena de Chermont, à época o desenho do jardim diferia do plano original de Landi, estampado na fig. 2 (reproduzido de *Belém do Pará*, 1995).



Fig. 2.7: Plano Geral da Cidade do Pará em 1791, assinado por Theodósio Constantino de Chermont. No destaque, local onde foi demarcado o Jardim Botânico do Grão-Pará em 1798, ao lado do antigo convento de São José (reproduzido de *Belém do Pará*, 1995).





Fig. 2.8: Planta do Pântano chamado Piri, assinada por João R. Nogueira, ca. 1804-1805. Observar o canal de deságüe construído à direita do alagadiço, conforme o projeto de Chermont. Observar, ainda, as estradas construídas: a de São José, que ligava o Palácio do Governador (assinalado no centro da planta, embaixo) ao quartel do Corpo de Artilharia e ao jardim botânico (assinalado no alto como “S. José”); e as outras três que a cruzam: das Mongubeiras, Taperebazeiros e Laranjeiras (reproduzido de *Belém do Pará*, 1995).



Fig. 2.9: Plano do Pará (anônimo), s.d. Nessa planta vê-se com detalhes o complexo construído após o aterramento do Piry: o jardim botânico (quadrado demarcado no alto); o Passeio Público, construído na estrada de São José entre o Palácio do Governador e a estrada das Mongubeiras; o Jardim das Caneleiras, plantado na grande área à esquerda do Passeio; e o Largo do Redondo, localizado após o cruzamento das estradas de São José e Mongubeiras, em direção ao jardim botânico (reproduzido de *Belém do Pará*, 1995).



Fig. 2.10: Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botanico em São Jozé em 30 de abril  
1800 (detalhe). IHGB, Lata 285, Pasta 4.



Fig. 2.11: Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 20 de junho 1800 (detalhe). IHGB, Lata 285, Pasta 4.





Fig. 2.12: *Habitation Royale des Épiceries, dite la Gabriele*, relatório sobre os primeiros anos de administração lusitana do estabelecimento francês. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.



Fig. 2.13: Ordenança de João Severiano Maciel da Costa sobre a *Habitation Royale des Épiceries*. Caiena, 24 de fevereiro de 1810. AN, Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.



## CAPÍTULO 3

---

### O JARDIM DE SÃO JOSÉ: DE “JARDIM BOTÂNICO” A “JARDIM PÚBLICO”

Em 1818, o médico e naturalista Antônio Corrêa de Lacerda (1777-1852) substituía Ambrósio Henrique da Silva Pombo na direção do jardim botânico do Grão-Pará. A troca dos chamados “inspetores do jardim” – de par com o fim da dominação lusitana da Guiana Francesa – ilustra bem o novo momento vivido pela administração da capitania. Silva Pombo era um dos mais abastados proprietários rurais de sua época, possivelmente o maior senhor de escravos da Amazônia. Cultivava, em diversas fazendas e engenhos nos arredores de Belém e no Baixo Tocantins, arroz e cana-de-açúcar para o fabrico de aguardente<sup>1</sup>. Fora nomeado para o cargo no jardim botânico pela Junta de Sucessão Provisional que governou a capitania entre 1810 e 1817, e da qual fazia parte nada menos que seu pai, o desembargador José Clemente da Silva Pombo. Ambrósio Henrique permaneceu no cargo até a chegada do novo Capitão General, o Conde de Villa Flor, em cuja comitiva veio Lacerda, nomeado Físico-Mor do Estado<sup>2</sup> e novo Inspetor do jardim botânico.

Lacerda escreveu que, ao assumir o cargo, o jardim botânico “achava-se em um total abandono e reduzido a uma densa mata”. Quanto ao Jardim das Caneleiras, “estava em um sofrível estado, [mas] apta para continuar a ser produtiva”<sup>3</sup>. Esforços foram feitos por Lacerda e pelo governador para recuperar o jardim e seus anexos, pois já em 1819, Spix e Martius, em

---

<sup>1</sup> Essas informações sobre Silva Pombo foram extraídas de Salles (1971), Barata (1975) e Bezerra Neto (2001). Muito pouco se escreveu sobre a estrutura fundiária e as grandes fortunas da Amazônia colonial, de maneira que não pudemos checar as possíveis conexões existentes entre os proprietários rurais, o trabalho desenvolvido no jardim botânico, particularmente os experimentos com as espécies recém-introduzidas ou domesticadas, e a produção agrícola da época. Por outro lado, são raros os documentos existentes sobre o jardim botânico datados do período entre 1812 e 1818, o que está de acordo com um relatório escrito por Lacerda, segundo o qual, como veremos adiante, o jardim recebeu pouca atenção da Junta Provisional.

<sup>2</sup> O Físico-Mor era um médico da Corte nomeado pelo Rei para regulamentar a prática da medicina. Ele tinha por função “passar diplomas”, examinar os pretendentes ao exercício da clínica e da cirurgia e zelar pela regularidade da profissão. Decidia, desde o século XVI, quem estava apto a exercer a medicina e mesmo as profissões correlatas, a farmácia e a química, função que visava banir os chamados charlatães, mezinheiros, feiticeiros e parteiras (Pina, 1928). Segundo Herson (1996), em 1782 D. Maria I extinguiu o cargo e criou a “Junta do Protomedicato”, com as mesmas funções. D. João extinguiu a “Junta” em 1809, restabelecendo os cargos de Físico e Cirurgião-Mor.

<sup>3</sup> Ofício de Antônio Corrêa de Lacerda a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 18 de janeiro de 1826 (*apud Flora Fluminensis...* Documentos, 1961:194).

visita à cidade, mostraram-se satisfeitos com o que viram: com a construção do Passeio Público, “o único logradouro da cidade”, afirmam que “a cidade do Pará muito lucrou em salubridade, e aqui não há as doenças endêmicas, que se observam nos trópicos”. Existiam, à essa época, árvores frondosas a enfeitar “com o seu viço e sombra a região aprazível, onde existem algumas chácaras esparsas” (Spix e Martius, 1981, v. 3, p. 23-4). Sobre o jardim botânico, escreveram: “Este jardim, atualmente administrado por um militar<sup>4</sup>, cultiva com especialidade as citadas especiarias das Índias Orientais, cujo número de pés se aumentava consideravelmente quando os portugueses se apoderaram de Caiena em 1809 (...)”. Segundo os naturalistas, da coleção do horto constavam, dentre outras plantas, o estoraque, a “verdadeira pimenteira da Índia”, o cravo da Índia, a “noz de Ben”, a moscadeira, a “nogueira de Bankul”, o bilimbi e a “bananeira do Oceano Pacífico”. Finalmente, sobre o Jardim das Caneleiras, registraram que viram “algumas milhares de mudas prosperando viçosas” (*id. ibd.*:35).

No jardim, Lacerda interessou-se pelos experimentos agrícolas. Graças a Spix e Martius, ciceroneados pelo médico na visita que fizeram a esse estabelecimento em 1819, tomamos conhecimento de algumas atividades experimentais desenvolvidas por Lacerda. Os naturalistas viajantes citam, por exemplo, os experimentos feitos com o cuitezeiro e a goiabeira como tutores da pimenteira da Índia, em substituição à noqueira de Ben, espécie exótica e rara; e ainda com a propagação da moscadeira, de cultura muito difícil, do cravo da Índia e da fruta-pão, que, pelo contrário, multiplicavam-se facilmente e davam abundantes colheitas a cada ano. Quanto às caneleiras, os naturalistas as viram plantadas em filas com oito a dez pés de distância entre as árvores, “conservadas cuidadosamente livres de ervas daninhas”, e cuja produção resultava num pó comparável à “qualidade média das Índias”. Afirmam, ainda, que a cultura de algumas especiarias deu melhor resultado no Pará que no Rio de Janeiro. Foram os casos do cravo da Índia, da fruta-pão e da caneleira, que não só se aclimataram melhor à região amazônica, como produziam frutos, cascas e sementes de superior qualidade aos produzidos no sul (*id. ibd.*:35).

Foi no jardim, ainda, que Lacerda iniciou seus estudos naturalistas na América. Em 1821, começou a organizar sua mais importante obra, como ele mesmo definira, a *Flora Paraensis*, na qual seguiu acrescentando livros até a data de sua morte<sup>5</sup>. Para a classificação botânica, o médico

---

<sup>4</sup> Não é possível identificar se os naturalistas se referem a Lacerda ou ao Major Domingos Ramos, administrador do Jardim das Caneleiras.

<sup>5</sup> “Flora Paraense-Maranhensis”. 11v. S.l.: 1821-1852. BN, Seção de Manuscritos, 2,2,3 a 2,2,13; “Explicação das Estampas”, *id. ibd.*, 2,2,15. As estampas não estão anexas aos volumes de texto. Em meio à descrição de algumas

baseou-se nos sistemas de Jussieu e Lineu, embora discordasse da classificação de algumas espécies. Na “Relação das Plantas, que na Cidade de Belém do Grão-Pará se cultivam no Horto Botânico, e Lugar dos Caneleiros”, de 1826, Lacerda afirma que adotaria “para melhor inteligência” o sistema dos dois citados botânicos, mas que na *Flora Paraensis* algumas plantas teriam de “formar Gêneros novos”<sup>6</sup>.

A dificuldade de Lacerda na taxonomia era comum a outros naturalistas, como Manuel Arruda da Câmara, o qual procurou ressaltar, em vários de seus estudos, “(...) a insuficiência dos sistemas explicativos produzidos por europeus, em especial a classificação de Lineu, a qual não contemplava adequadamente todas as espécies brasileiras (...) ou as descrevia inadequadamente” (Fonseca, 1999:90)<sup>7</sup>. De maneira a fugir desse tipo de dificuldade, Lacerda elaborou uma maneira própria para a classificação e descrição de plantas. Exemplo disso é a classificação que fez do cravo do Maranhão, também conhecido como cravo do Pará, pau cravo, cravo do mato e canela-cravo. Comercialmente, a espécie era considerada uma concorrente à altura do cravo da Índia e da canela do Ceilão, com a vantagem de permitir a extração, na mesma planta, dos dois produtos, a canela da casca da árvore e o cravo da inflorescência. Mas, para os naturalistas, inclusive Lineu, o cravo amazônico era uma variedade da espécie oriental, classificado até então como uma mirtácea (*Myrtus caryophyllata* Jacq.). Lacerda, pelo contrário, o classificou como uma laurácea (*Laurus paraensis*), ou seja, como uma espécie nova da mesma família da caneleira<sup>8</sup>.

Em 1819, o naturalista português certamente discutiu com Spix e Martius esse tipo de problema taxonômico. Foi o próprio Lacerda quem “apresentou” a Martius o cravo do Maranhão, permitindo que este colhesse no jardim botânico de Belém uma amostra da planta lá cultivada (Spix e Martius, *op. cit.*). Contudo, Lacerda não imaginava que – assim que chegasse de regresso em Munique – o naturalista bávaro iria publicar uma descrição da planta, classificando-a na

---

espécies, Lacerda acrescentou pequenos desenhos à lápis de folhas e órgãos vegetativos, possivelmente indicando a existência de pranchas ou sinalizando caracteres importantes para a sua classificação.

<sup>6</sup> “Relação das Plantas, que na Cidade de Belém do Grão-Pará se cultivam no Horto Botânico, e Lugar dos Caneleiros” (*apud Flora Fluminensis...* Documentos, *op. cit.*:199).

<sup>7</sup> A atitude de Lacerda e de Câmara é muito próxima do que aconteceu com naturalistas de outras áreas. Emílio Joaquim da Silva Maia (1808-1859), por exemplo, também se apropriou de diversas tradições da história natural para elaborar uma síntese peculiar à sua obra (Kury, 1998). Nas geociências, o caráter eclético das reflexões científicas aparece em José Vieira Couto (1752-1827) e Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá (1764-1835) (Silva, 1999; Figueirôa e Silva, 2000). Esses dados nos permitem interrogar se as motivações dos naturalistas portugueses e brasileiros, bem como o questionamento que fizeram dos sistemas de classificação em voga, não podem ser encarados tendo em vista as identidades que estabeleceram ou recusaram com o debate científico da época. Pelo menos nos citados estudos, essa parece ser a conclusão.

<sup>8</sup> Ver *Flora Paraense-Maranhensis*, v. 1, p. 138. BN, Seção de Manuscritos, 2,2,3.

mesma família das caneleiras, mas num gênero criado especialmente, *Persea caryophyllata* (*id. ibd.*). Nesse caso, Lacerda não perdeu apenas a prioridade científica na descrição da espécie, mas o próprio mérito da revisão de uma família. Quando, em 1866, C. F. Meissner fez nova revisão taxonômica para a *Flora Brasiliensis*, aquele mesmo exemplar de cravo do Maranhão coletado no jardim botânico do Grão-Pará, aos olhos de Lacerda, aparece como *Dicypellium caryophyllatum* Nees., cujo mérito da coleta e descrição foi dado a Martius (Meissner, 1866:281-2)<sup>9</sup>.

O mais interessante nessa história é que Lacerda tinha perfeita consciência das questões políticas imbricadas nas relações científicas. Tanto que, num relatório apresentado em 1826 ao presidente do Grão-Pará, o naturalista pedia a “proteção” do imperador para a sua *Flora Paraensis*, o que significava iniciar de imediato a publicação da obra às custas do governo. Lacerda justificava seu pedido reclamando que “as Nações Estrangeiras diariamente nos tiram a glória de descrevermos, e classificarmos os nossos produtos naturais”<sup>10</sup>. Para evitar situações como a que se vira envolvido, Lacerda afirmava que não bastaria manter um museu no Rio de Janeiro, mas que era necessário enviar a todas as províncias do Império naturalistas e “desenhadores” que pudessem coletar espécimes e analisar os recursos locais, antes que os estrangeiros o fizessem:

“A medida adotada pelo Rio de Janeiro para ali se verem no quadro, que lhes compete, os diferentes animais do Império Brasileiro, ou as suas peles, parece-me não produzirá todo o desejado efeito [referia-se ao envio de coleções para o Museu Imperial]. Sua Majestade Imperial (...) devia embelezar o esplendor de tanta glória mandando Naturalistas e Desenhadores, por todo o Império afim de analisarem, descreverem, e desenharem, as diferentes plantas e animais, que a natureza a própria sobejamente lhe prodigalizou. Quando isto nos seja possível parece convinha ao menos mandar pelas diferentes Províncias homens que saibam extrair as peles dos animais, conservá-los e empalhá-los”<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Agradeço ao sistemata Ricardo Secco, do Departamento de Botânica do Museu Paraense Emílio Goeldi, a ajuda nas questões da classificação botânica.

<sup>10</sup> Ofício de Antonio Correa de Lacerda a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 18 de janeiro de 1826 (*apud Flora Fluminensis...*, *op. cit.*:197).

<sup>11</sup> Ofício de Antonio Correa de Lacerda a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 18 de janeiro de 1826 (*id. ibd.*:196-7).



Se levarmos em consideração a data desse ofício (1826), veremos que a crítica e a sugestão de Lacerda eram similares às que os primeiros diretores do Museu Imperial fizeram, lembrando constantemente o governo de que “cobrasse, de modo mais contundente, aos naturalistas estrangeiros seu compromisso (...) [de mandar] uma amostra pelo menos – de cada produto natural que coletassem – para o Museu Imperial do Rio de Janeiro” (Lopes, 1997:56). No caso de Lacerda, ele parecia não acreditar nesse “compromisso” e por esse motivo sugeria a organização de expedições nacionais para todas as províncias. Essa preocupação, existente entre os naturalistas de locais tão distantes quanto o Pará e o Rio de Janeiro, antecipava em alguns anos o cuidado com a publicação de trabalhos científicos originais, pois o princípio da prioridade científica mal impunha-se nos meios acadêmicos europeus.

Não obstante todo o seu empenho em dotar o jardim botânico do Grão-Pará de uma melhor organização e de iniciar a classificação botânica das espécies ali reunidas, a administração de Lacerda foi curta, não resistindo o jardim e seus anexos à exaustão da política de incentivo aos jardins botânicos e à instabilidade dos últimos anos de dominação portuguesa. Em 1820, após o embarque do Conde de Villa Flor e enquanto o administrador do Jardim das Caneleiras, Domingos Ramos (?-?), viajava ao Rio de Janeiro, uma poda “arruinou, destruiu, esgotou, e matou pela maior parte todas as caneleiras (...)”<sup>12</sup>. Em seguida, retiraram-se as estacas que delimitavam a plantação e, em desrespeito à legislação fundiária, o Senado da Câmara começou a distribuir os terrenos devolutos que deveriam ser utilizados para a plantação de especiarias<sup>13</sup>. Esse era o início do processo que levaria à apropriação por particulares, com a conivência da Junta de Sucessão Provisional que substituiu Villa Flor no governo, da extensa área onde se encontravam o Passeio Público, o Jardim das Caneleiras e o Campo de Treinamento da Infantaria. Era também indício da falência do complexo comercial-científico de Belém, acelerada após a Revolução Liberal do Porto e as violentas disputas partidárias que marcaram o movimento de “adesão” do Pará à independência do Brasil (Barata, 1975).

Tanto Lacerda quanto Ramos participaram ativamente dos acontecimentos políticos de então. O primeiro, nascido em Portugal, apoiou de imediato o “vintismo”, mas – contraditoriamente – foi o responsável pela organização de uma Junta Censória instituída pela

---

<sup>12</sup> Ofício de Antônio Corrêa de Lacerda a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 18 de janeiro de 1826 (*apud Flora Fluminensis...*, *op. cit.*:195).

<sup>13</sup> Ofício de Domingos Ramos a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 10 de fevereiro de 1826 (*id. ibd.*:199).

junta governativa que aderiu ao movimento liberal, cuja função seria coibir os abusos das “satyras” e “libellos” atirados anonimamente à circulação pública, em geral criticando ferozmente membros do governo português. Doze dias depois de instalada a junta, Lacerda pediu demissão do cargo alegando o peso de suas obrigações como médico e como naturalista. É muito interessante acompanhar seu pedido de demissão:

“(…) agora porém, que a ordem e tranqüilidade, sucedeu ao estado convulso rogo a V. Excia. haja de dispensar-me do referido, e para mim assaz oneroso, Emprego, tomando em consideração as minhas circunstâncias. V. Excia. sabe muito bem, sem que me sejam necessários documentos, que eu saindo de manhã às seis horas e meia de casa apenas a esta me recolho de ver os doentes, de uma para as duas horas da tarde (...); e que, tornando a sair das três para as quatro horas da tarde, só me posso recolher das sete para as oito da noite. Ora o espaço que vai da uma às quatro horas da tarde tenho destinado roubá-lo ao meu descanso e empregá-lo em indagações de alguns objetos do reino vegetal, e animal; e o espaço que decorre das sete às dez horas da noite tenho-o destinado a verificar as observações feitas pelo decurso do dia, leitura de objetos científicos, e responder a algumas informações de que V. Excia. me incumba; como poderei pois, Exmo. Sr., chegar a uma hora da tarde a casa, assaz fatigado, ver murcharem-se, perderem-se, aquelas plantas, que entre trabalhos, e perigos, fui colher às densas matas, e deixar o meu descanso, e sobretudo as minhas plantas, para rever um Escrito a que o ócio mais de uma vez deu motivo?” (*apud* Reis, 1965:245).

A junta governativa rejeitou seu pedido apelando para o seu “patriotismo”. Lacerda, portanto, seguiu participando do governo liberal. Em 12 de março de 1822, assumiu a presidência da terceira Junta Provisória após a revolução, sem nunca ter se posicionado claramente a favor da Independência. Pelo contrário, confabulou com a junta maranhense para formar um bloco de apoio a Lisboa contra o Rio de Janeiro<sup>14</sup>. Determinou a vigilância dos viajantes que chegavam do sul e a censura de cartas e encomendas provenientes da Europa. Chegou a trocar por cartas duras

---

<sup>14</sup> Lacerda chegou a defender a unidade política com o Maranhão advogando “a identidade do clima, os mesmos hábitos, as relações comerciais, e a confraternidade ainda existentes entre duas províncias, que em outro tempo formaram uma mesma Família (...)”. Ofício à Junta Provisória do Governo Civil da Província do Maranhão, 21 de março de 1822 (*apud As Juntas Governativas e a Independência*, 1973, v. 1, p. 3).

palavras com José Bonifácio quando este conclamou o Pará a se juntar ao movimento de apoio a D. Pedro, convicto de que deveria permanecer fiel à pátria mãe<sup>15</sup>.

Foi na gestão de Lacerda, até maio de 1823, que se acirrou a luta entre os adeptos da independência e os militares fiéis ao rei de Portugal, perdendo a Junta, pouco a pouco, qualquer poder de decisão e controle sobre a situação (Muniz, 1922). Enquanto presidente, Lacerda tentou mais uma vez recuperar o Jardim das Caneleiras, dando ordens para sua replantação e para o cercamento do terreno com estacas: “Tudo, porém, foi baldado com pretextos de construção naval, e mui principalmente com a sua queda [da Junta]”<sup>16</sup>.

Ramos, por sua vez, foi eleito vereador em fevereiro de 1823. Era um dos nove vereadores “brasileiros” que comporiam a primeira Câmara Constitucional de Belém. No entanto, foi impedido de exercer o cargo porque, em março do mesmo ano, a Câmara seria dissolvida pelo governador militar e todos os vereadores deportados presos para o interior (Barata, *op. cit.*). Desde então, deixou de ocupar o cargo de Administrador dos Hortos do Piry, para o qual havia sido nomeado pelo governador Magalhães de Menezes em 1809.

Após a “adesão” do Pará à Independência do Brasil, em agosto de 1823, Lacerda voltaria a participar de uma junta governativa, agora unindo-se ao grupo que viria estabilizar a independência. Lacerda permaneceu no cargo até o golpe republicano de abril de 1824, quando presidiu por curtos dias uma outra junta que tinha como objetivo associar o Pará à Confederação do Equador. A iniciativa foi abortada pela chegada do primeiro presidente da província do Grão-Pará, passando Lacerda o cargo ao mandatário vindo do Rio de Janeiro. Por mais que seja possível depreender da trajetória política de Lacerda uma resistência à Corte carioca, o médico e naturalista passou todo o Primeiro Reinado como consultor dos presidentes nos assuntos relativos à saúde pública e história natural no Pará<sup>17</sup>.

Com a pacificação do país, D. Pedro I tentou retomar a política de incentivo aos jardins botânicos como instituições úteis à agricultura (Jobim, 1986). Em setembro de 1825, o Ministro dos Negócios do Império determinou ao presidente da Província do Pará, José Felix Pereira de Burgos, “especial cuidado no aumento das plantações do dito Jardim”, ao qual deveriam ser

---

<sup>15</sup> Baseamo-nos aqui na correspondência entre as juntas governativas paraenses e as autoridades do sul, dentre as quais José Bonifácio, publicadas em *As Juntas Governativas...* (*op. cit.*), Reis (1965) e Barata (*op. cit.*).

<sup>16</sup> Ofício de Antônio Corrêa de Lacerda a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 18 de janeiro de 1826 (*apud Flora Fluminensis...*, *op. cit.*:195).

<sup>17</sup> Sobre as atividades políticas de Lacerda, ver Muniz (1922), Barata (*op. cit.*) e Reis (1965 e 1986). Ver, ainda, as biografias de Blake (1883, t. I, p. 140-2) e Silva (1867, t. VIII, p. 117-8).

acrescentadas espécies indígenas como a andiroba, baunilha, castanha, guaraná e “goma elástica” (seringueira)<sup>18</sup>. Burgos recorreu a Lacerda para elaborar um relatório sobre o estado do jardim botânico, pedindo-lhe

“(…) a mais verídica descrição do estado de abandono a que chegou aquele estabelecimento, que mais propriamente lhe chamaria um jardim frutífero, quando ali o fui examinar mais V. Sa., e apenas descobri algumas Mangueiras, e bem poucas plantas da Província do Rio Negro”<sup>19</sup>.

Os eventos ocorridos entre 1819, ano da visita de Spix e Martius, e 1826, quando Lacerda apresenta seu relatório, foram desastrosos para o jardim e seus anexos. A descrição de Lacerda é a de completa destruição:

“Hoje em dia o maior número das suas caneleiras, árvores de Cravo do Pará, e outros, ou se acham mortas ou próximas a morrer, esgotadas, e abafadas pelas árvores e erva silvestres, que ganharam o campo”<sup>20</sup>.

Existiam, então, no jardim, um total de 27 espécies (das 140 existentes no início do século), dentre elas as exóticas “noz de Caiena”, noz moscada, abacateiro, cravo da Índia, abricó, sapotilha, jambo e outras frutas; e as indígenas cravo do Pará, “salsa da várzea”, casca preciosa, ucuúba, cacau, bacuri-pari e outras. Para Lacerda, a própria maneira como o jardim fora concebido merecia críticas:

“O Jardim Botânico, cujo epíteto faz ao longo uma consonância científica tão agradável e extensiva nunca mereceu, nem merece agora, semelhante apelido; quando bem se analisa este estabelecimento público sem grande demora se conhece que ele na sua

---

<sup>18</sup> Ofício de Estevão Ribeiro de Resende a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 05 de setembro de 1825 (*apud Flora Fluminensis...*, *op. cit.*:202).

<sup>19</sup> Ofício de José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Pará, a Antônio Correa de Lacerda. Pará, 13 de janeiro de 1826 (*id. ibd.*:193).

<sup>20</sup> Ofício de Antônio Corrêa de Lacerda a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 18 de janeiro de 1826 (*id. ibd.*:194).

origem, e em todo o tempo, não foi outra coisa mais do que um Viveiro de plantas exóticas, arranjado à maneira de um pomar frutífero”<sup>21</sup>.

Lacerda segue descrevendo como o jardim foi organizado em 1798:

“(…) um quadrado de 46 braças portado, medido em um mau terreno, onde predomina a argila, forma toda a sua extensão; interiormente, o mesmo quadrado foi dividido em doze pequenos quadrados, ou canteiros em cujos lados pela maior parte se acham alinhados mangueiras, e jambeiros, no entanto que no interior de oito foi plantado com caneleiras, o dos quatro restantes um foi plantado com cravo do Pará, outro com Preciosa, outro com Cacau, e consta que outro com Girofle [cravo da Índia]”<sup>22</sup>.

A descrição de Lacerda merece ser comentada detalhadamente. Em primeiro lugar, trata-se de um relatório escrito após a independência sobre uma obra do governo português. Esse dado pressupõe, por si só, algumas tensões que transparecem nas críticas de Lacerda e de outros escritores contemporâneos ao jardim botânico. Nascido em Portugal e servidor da Coroa desde que se formou em Coimbra, em 1807, a posição política de Lacerda, como vimos, foi marcada pela dubiedade. Extremamente hábil em se manter próximo ao poder, conforme ditavam as conveniências políticas, Lacerda não teve, contudo, uma boa percepção do objeto que criticava. Pela descrição que fez do jardim botânico, o médico parecia ignorar, ou subestimar, a quantidade de plantas que o estabelecimento chegou a ter, assim como não considerou as espécies plantadas fora do cercado, a maioria “madeira de lei” (plantadas fora justamente por serem árvores de grandes dimensões). Talvez em 1818 essas plantas já tivessem desaparecido com a ocupação das terras em torno do jardim. De qualquer maneira, não foi este o jardim que Lacerda conheceu, pois Spix e Martius comentam que, antes da invasão da Guiana, as caneleiras foram transferidas para outro local (Jardim das Caneleiras), liberando espaço para as demais culturas.

Lacerda tinha consciência de que o jardim havia sido construído especialmente para receber as plantas vindas da Guiana Francesa, daí sua concepção como viveiro. Suas críticas, portanto, revelam um desacordo com a “gramática” estabelecida para o jardim, eminentemente

---

<sup>21</sup> *Id. ibd.*

<sup>22</sup> *Id. ibd.*

colonial, de pequenas dimensões e nada adequado para uma cidade que se queria “porta de entrada” da maior floresta do mundo. O próprio desenho geométrico do jardim, um “quadrado dividido em doze pequenos quadrados ou canteiros”, obedecia a padrões já bastante antigos e em desacordo com os novos objetivos imputados aos jardins botânicos no início do século XIX, segundo os quais essas instituições deveriam “apresentar e classificar plantas para o estudo e instrução, e não simplesmente expô-las com propósitos ornamentais ou utilitários” (Pyenson e Sheets-Pyenson, 1999:159).

Lacerda mostrou estar atualizado com os progressos da história natural ao propor a reforma do jardim paraense. Para o médico, tal instituição deveria contemplar não só a demonstração dos usos comerciais das plantas, mas também a coleta, a pesquisa e a instrução. Como havia interesse do imperador em “reanimar” o jardim paraense, inclusive com a transferência de espécies do Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas para Belém<sup>23</sup>, Lacerda sugeriu a Burgos que aproveitasse os terrenos ainda não ocupados por particulares para ampliar o jardim botânico e o dividir em duas partes:

“(…) em uma destas terá o naturalista viajante, e o curioso de observar as árvores do país entregues ao seu natural crescimento, no entanto em que a outra ele as verá ou no seu primeiro crescimento, ou em um crescimento artificial, classificadas, e de mistura, segundo a sua ordem, com as diferentes ervas úteis a qualquer respeito”<sup>24</sup>.

Para Lacerda, o jardim ofereceria “toda a utilidade científica e necessária instrução” somente se dispusesse de uma reserva de vegetação nativa, por meio da qual se poderia acompanhar o “natural crescimento” das plantas, e uma área para o “crescimento artificial”, onde as espécies estariam devidamente classificadas. Lacerda unia, assim, as exigências que a pesquisa científica passou a requerer e os preceitos necessários à formação de naturalistas.

No seu projeto, Lacerda revelou grande interesse pelas espécies indígenas, muitas das quais ainda não classificadas nem descritas pelos botânicos. Afinal, um jardim onde se plantasse as “árvores do país” seria de extrema utilidade para a organização da *Flora Paraensis*. Em

---

<sup>23</sup> Ofício de Estevão Ribeiro de Resende a José de Araújo Roso, Presidente da Província do Pará. Pará, 07 de janeiro de 1825 (*id. ibd.*:201).

<sup>24</sup> Ofício de Antonio Correa de Lacerda a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 18 de janeiro de 1826 (*id. ibd.*:195).

janeiro de 1826, o médico já possuía 1.479 plantas classificadas e descritas. Ao pedir a “proteção” do Imperador para imprimir todo esse material, afirmou que a publicação do trabalho não estava ao alcance de seus meios pecuniários e que da obra constavam muitas informações sobre a taxonomia e o uso de algumas espécies nativas, em especial de “madeiras de lei”. É possível, ainda, que Lacerda tenha tentado se beneficiar do interesse imperial pela botânica e agricultura, expresso não só pelas medidas de incentivo aos jardins, como também pelo início da impressão, em 1825 – sob o patrocínio do Imperador – de obra semelhante, a *Flora Fluminensis* do Frei Velloso, que trazia a descrição e a ilustração de 1.640 espécies brasileiras<sup>25</sup>.

Quanto ao “mau terreno”, crítica que iria se repetir em muitos escritos, devemos lembrar que o jardim, quando foi instalado, ficava às margens do alagadiço do Piry, num local que, à época, devia ser considerado muito adequado. Em 1798 já havia um projeto urbanístico para a área, com previsão de drenagem e aterro do alagadiço. O jardim funcionaria, portanto, como um centro de distribuição de mudas para os colonos que seriam assentados nas proximidades, unindo interesses sanitários, científicos e comerciais. Para esse projeto, a fertilidade e composição do solo não se constituía numa preocupação, pois era dada como certa pela exuberância da vegetação amazônica. Na época também acreditava-se que para cada tipo de terreno existiriam “plantas proporcionadas”, como escreveu Vandelli (1788) na memória sobre os jardins botânicos. Caberia apenas identificá-las. Para o diretor do Jardim da Ajuda, mesmo os “terrenos tidos por estéreis” eram passíveis de serem cultivados, bastando para fertilizar estes “lugares incultos” a queima das “ditas plantas com as suas raízes, cuja cinza faz mais fértil o terreno” (*id. ibd.*:298-9).

O interesse de D. Pedro I e os argumentos de Lacerda em favor da reforma e ampliação do jardim botânico não foram suficientes para conter a degradação de todo o complexo urbano construído entre 1790 e 1810. As únicas medidas implementadas pelo presidente Burgos foram a replantação do lado direito do Jardim das Caneleiras e a construção de uma cerca para o proteger de posseiros. Quanto a Lacerda, enquanto aguardava pelo possível apoio da Corte, foi incumbido de formar coleções para o Museu Imperial do Rio de Janeiro, enviando – em 1829 – plantas, artefatos indígenas e também animais, estes classificados pelo sistema de Cuvier. Apesar de terem chegado desorganizadas, possivelmente pela demora no envio, as coleções foram

---

<sup>25</sup> Após a morte de Velloso, em 1811, os originais foram recolhidos à Biblioteca Imperial e “redescobertos” em 1825 pelo encarregado da biblioteca, Frei Antônio de Arrábida, que por sua vez sugeriu a publicação. A maior parte do texto latino saiu no mesmo ano, 1825, pela Tipografia Nacional, ficando as estampas para serem impressas em Paris (Borgmeier, 1961).

consideradas interessantes e úteis pela direção do museu, principalmente pela variedade de madeiras, resinas e sementes enviadas (Lopes, *op. cit.*).

Da mesma época do relatório de Lacerda, encontramos uma outra crônica sobre o jardim botânico de Belém, a qual corrobora o “estado de abandono” descrito pelo médico português. Trata-se do livro do engenheiro-militar Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850)<sup>26</sup>, “Ensaio Chorográfico sobre a Província do Pará”, publicado em 1839<sup>27</sup>. Baena descreve o jardim da seguinte maneira:

“Já há muito que este Jardim Botânico cessou de ser o objeto de proveito e diversão pública: hoje nada mais patenteia do que as tristes resultas da incúria, e em lugar do antigo coruchéu aparece uma ignóbil casa junto ao poço, em a qual moraram as lavadeiras do extinto Hospital Militar, que eram escravas de uma das Fazendas de criação do domínio e senhorio público na Ilha Grande de Joanes [atual Marajó]” (Baena, 1839:256).

Era, à semelhança da descrição de Lacerda, a própria imagem do abandono, bastante diferente do jardim que o militar conheceu por volta de 1803:

“O Horto Botânico (...) é um espaço quadrado de cinquenta braças em cada quadra (...) todo cingido de valado com tapume vivo de limão, cujo centro um poço ocupa com parapeito de alvenaria, que o contorna; o qual era coberto por um grande teto de telha acoruchado, e do qual por meio de uma bomba se fazia a irrigação das plantas. Da casa deste poço pavimentada de ladrilho vermelho e alvo e guarnecida de poiais partem renques de plantas domésticas e forasteiras já climatizadas, que se cruzam com outras, e dentro dos quadriláteros, que elas formam, existiam latadas e bosquetes de várias flores,

---

<sup>26</sup> Baena chegou ao Pará na comitiva do Conde dos Arcos, em 1803. Como engenheiro militar, executou muitos serviços técnicos e elaborou o projeto de instalação de uma nova Aula Militar em Belém, inaugurada em 1817. Assim como Lacerda, lutou contra a Independência mas acabou jurando fidelidade ao imperador brasileiro, sendo incorporado às forças armadas nacionais como militar graduado (Vianna, 1969).

<sup>27</sup> Temos indícios de que este livro já estava pronto em 1827, quando uma lei determinou que fosse anexado à “leitura da História do Brasil”, com o qual “se devem familiarizar os nossos provincianos, por lhes oferecer idéias luminosas sobre as circunstâncias da Província” (Miranda, 1840:23). Apenas um ano o separa, portanto, do relatório escrito por Lacerda ao presidente da província.



que em torno adereçavam o espaço interior, e também algumas drogas necessárias ao homem que prova desmancho na saúde” (*id. ibd.:255*).

Embora lamentasse o abandono do jardim – que, segundo o autor, chegou a ter dentro de seu recinto 2.362 plantas de 82 espécies diferentes; e, do lado de fora, 441 de 51 espécies<sup>28</sup> – o militar também fez críticas à maneira como foi concebido:

“Não é preciso ter lido Tournefor [sic], Adanson, Jussieu e Avellar Brotero, e Rodrigues Sobral, fiéis oráculos de um mundo pleno de milagres da natureza, para conhecer que este horto não tem a mais remota analogia com qualquer outro estabelecimento do mesmo gênero. Falta-lhe a extensão e arranjo competente; e carece de muitas plantas úteis e interessantes, e mesmo algumas das mencionadas por Aublet na sua História das Plantas da Guiana: em suma ele não tem uma piscina ou alverca para as plantas aquáticas, nem uma opulência verdadeiramente Médico-Botânica” (*id. ibd.:255*).

Quanto ao Jardim das Caneleiras, Baena faz críticas de igual teor, ressaltando a “falta de extensão” e de “arranjo competente”:

“Aquele Horto (...) é pequeno e mal disposto, e tão mal dirigido que a mesma canela, árvore tão amiga do influxo do Sol, e que no Pará vegeta rápida e prodigiosamente, mostra que quem a cultiva não tem idéia alguma da sua natureza e das regras instrutivas da sua horticultura, e por isso ela tem aqui menos óleo essencial, e não é de tão boa qualidade como a da Ilha de Ceilão. É igualmente defeituosa a operação do seu estonamento e expurgação da casca” (*id. ibd.:257*).

As críticas do militar, contudo, foram feitas com o intuito de chamar a atenção para o jardim botânico e anexos, defendendo – assim como Lacerda o fizera – sua reforma e ampliação. Para Baena, um jardim organizado “debaixo” da “ordem sistemática” e com uma conveniente

---

<sup>28</sup> As plantas foram enumeradas pelo autor em outro livro. Ver Baena (1838:368-70).

extensão, seria capaz de trazer benefícios para o clima da cidade e também algum prestígio diante dos “estrangeiros inteligentes” que a visitavam:

“Tanto este horto [de caneleiras], como o Jardim Botânico, e o mesmo Piri, se tudo fosse tratado debaixo de outra ordem sistemática, facilmente se congraçaria a utilidade com a apazibilidade acreditando-nos com os Estrangeiros inteligentes que tais lugares visitassem. Porém hoje que a Câmara Municipal tem mudado a disposição da superfície do Piri pela circunscrição de terrenos dados em foro, e pelo abrimento de ruas e travessas, que se não pode conjecturar quando serão circuitadas de casas, estão abortadas todas as esperanças de amenizar e utilizar o melhor desafogo da Cidade, isto é, a localidade mais apropriada para um Passeio público indispensável aos habitantes de uma Cidade quase subjacente ao círculo equinocial” (*id. ibd.*:258).

Em 1830, um novo relatório, assinado pelo presidente Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé, refere-se ao jardim botânico nos mesmos termos de Lacerda e Baena:

“É uma perfeita ficção a existência de estabelecimentos nesta Província que mereçam a denominação de Horto Botânico e Jardim de Caneleiras. O campo de Artilharia, cercado em alguns lugares por uma vala, e algum espinho, plantado de Caneleiras, Girofle [cravo da Índia], Mangueiras e algumas outras Árvores do País antes de eu aqui chegar não tinha uma porta, nem um passadiço por onde nele se pudesse entrar sem risco”<sup>29</sup>.

Esse relatório foi encomendado por D. Pedro por ocasião do pedido que José Tomás da Silva Rocha lhe fizera, de ser nomeado Inspetor do Jardim Botânico do Pará. Antes de despachar, o imperador preferiu tomar conhecimento do estado de conservação do jardim e ouvir a opinião do presidente da Província. O Barão de Bagé desaprovou a nomeação, por considerar que o dito cidadão estava “nas mesmas circunstâncias [despreparado], ou talvez piores, de outros a quem eu aqui (...) tenho negado [o cargo]”<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Ofício do Barão de Bagé ao Ministro dos Negócios do Império. Pará, 25 de maio de 1830. APEP, cód. 727.

<sup>30</sup> *Id. ibd.*

Segundo os informantes do presidente, o jardim teria funcionado até o governo do Conde de Villa Flor, quando ainda “havia muita gente empregada”. Desde então, deixara de ter um corpo de trabalhadores, que consistia num inspetor, nos seus auxiliares (um militar e um “preto forro” jardineiro), em alguns escravos das Fazendas Nacionais e em galés (criminosos condenados a trabalhos forçados, mantidos presos no quartel ao lado do jardim). Domingos Ramos já havia falecido e Lacerda, embora morando em Belém, não se dedicava mais ao jardim. Como pouca coisa havia a fazer, os chamados “estabelecimentos do Piry” passaram a ser administrados por um “Cabo de Esquadra, que já ali se achava, com uma módica gratificação”<sup>31</sup>.

É interessante acompanhar, por meio dos salários pagos aos funcionários do jardim, o progressivo abandono da instituição. No Pará, o inspetor vencia, no início do século, 300 mil réis anuais, equivalente ao salário dos professores régios das “aulas” de Retórica e Filosofia. Em 1809, Domingos Ramos foi nomeado administrador do horto do Piry (Jardim das Caneleiras) com vencimento de 200 mil réis e o jardineiro, nomeado na mesma ocasião, com o jornal de 160 réis. Em 1824, o vencimento de Ramos foi reajustado para 300 mil réis. Falecido o administrador, a Junta da Fazenda acordou que se desse a administração do jardim a um militar, pois assim se poderia economizar o salário do inspetor, bastando acrescentar ao soldo do militar uma gratificação de 100 mil réis. No governo do Barão de Bagé, já não havia sequer “gente empregada”, nem mesmo militares. Segundo o presidente da província, muita gente requeria o cargo de inspetor do jardim por causa do salário, motivo pelo qual nunca nomeou ninguém. Na verdade, para o Barão de Bagé, esse era um “ordenado inútil” que poderia ter sido economizado com a utilização dos militares. Para efeito de comparação, basta mencionar que o inspetor do jardim de Olinda recebia, à mesma época em que no Pará se pagava 300 mil, nada menos que 800 mil réis anuais.

Nos escritos de Lacerda, Baena e Barão de Bagé é possível entrever que a degradação do jardim e seus anexos decorria não somente do abandono da política governamental de incentivo aos jardins botânicos, mas também de uma concepção diferente de ciência e de comércio. Já não era mais possível, como pensaram os últimos Capitães Gerais do Estado, aliar interesses científicos e fins comerciais. Lacerda, por exemplo, propôs a criação de um centro de pesquisa e instrução de história natural no lugar do antigo jardim botânico. O Barão de Bagé, de maneira semelhante, argumentou que o jardim e seus anexos poderiam ter duas utilidades: ou servir de

---

<sup>31</sup> *Id. ibd.*

viveiro para vulgarizar plantas exóticas e de “instrução para a história natural”, ou servir para o rendimento da Fazenda Pública. No primeiro caso, o jardim vinha cumprindo sua missão, “porquanto não havendo nesta Província nenhuma das Plantas, que ali se cultivam, e hoje são vulgares”. No segundo caso, nunca havia cumprido, pois não dava bons rendimentos e, pior, desde 1826 vinha dando prejuízo. O que restava a fazer, portanto, na concepção do Barão de Bagé, era vender os terrenos ainda livres do Jardim das Caneleiras e transformar o jardim botânico num estabelecimento com o único fim de “instrução para a História Natural”, onde se pudesse “cultivar metodicamente” plantas exóticas e indígenas. Para dirigir o novo estabelecimento, indicava Lacerda, desde que concordasse em não receber salário<sup>32</sup>.

Como era de se esperar, Lacerda não aceitou a proposta, mesmo porque já estava por demais envolvido na organização de sua *Flora Paraensis* e na remessa de coleções para o Museu Imperial. Embora revelasse certa discordância com as instruções que recebera de Custódio Alves Serrão, então diretor do museu, particularmente no que se refere ao envio de espécies não classificadas para o Rio de Janeiro, Lacerda contribuiu efetivamente para dotar o Museu Imperial de coleções representativas dos habitantes, da flora e da fauna da região norte do Brasil (Lopes, *op. cit.*). Teria vindo da correspondência entre Lacerda e Serrão a sugestão para que o governo “encarregasse uma ‘pessoa hábil’ para o trabalho de coligir e arranjar os produtos naturais” no Pará (*id. ibd.*:62). O escolhido foi o militar Francisco Ricardo Zani, comissionado para o trabalho entre 1829 e 1831 juntamente com um preparador auxiliar de nome Estanislau Joaquim dos Santos Barreto (*id. ibd.*)<sup>33</sup>. O próprio Lacerda se prontificou para continuar enviando coleções em

---

<sup>32</sup> *Id. ibd.*

<sup>33</sup> O coronel Zani é muito pouco citado na historiografia. Nasceu em Livorno em 1791 e no início do século XIX aparece morando no Rio Negro como capitão de milícias e genro do governador da capitania. Figura controversa, foi denunciado por André Fernandes de Sousa como “caçador” e comerciante de índios escravizados (Sousa, 1848). Nos projetos enviados às Cortes de Lisboa e depois ao parlamento brasileiro ele propunha a volta do “repartimento” como uma maneira de solucionar o problema da mão de obra na região. Envolveu-se ativamente nos conflitos da independência e da Cabanagem. Ao mesmo tempo, dedicava-se à história natural, tendo sido guia e companheiro de Spix e Martius na viagem pela Amazônia. Sobre ele, Martius escreveu: “Igual disposição de espírito, igual participação de perigos e prazeres, numa viagem de sete meses, selou entre nós uma imperecível amizade” (Spix e Martius, 1981, v. III, p. 38). Sobre as coleções que Zani formou para o Museu Imperial, Baena (1839:101-2) escreveu o seguinte: “No alto do sertão da Província, exceto o rio Madeira onde se divisa o menor número de aves, todos os mais rios mormente o Negro, o Branco, e o Solimões ministram amplíssimo suplemento à Ornitologia Paraense: nos campos, nas montanhas, e na espessura, que acompanha as margens desses rios, são inúmeras as aves, e de algumas o donoso atavio detém os olhos. Disto já se viu uma prova irrefragável na ótima coleção, que o defunto Coronel Francisco Ricardo Zani, remeteu para o Museu Nacional do Rio de Janeiro no ano de 1831. Cuja coleção teria sido completamente preciosa se a operação, com que prepararam aqueles lindos plumosos indivíduos do Reino animal, não tivera estragado um tanto o engraçado e vivíssimo esmalte das penas, no qual muitos eram rivais do Íris”. Zani dedicou-se à história natural da Amazônia por pelo menos doze anos, tendo escrito uma “Descrição chorographica do Estado do Grão Pará”. Ver BN, Seção de Manuscritos, 19,2,19.

meio líquido, desde que recebesse os “necessários vidros” e – para evitar “remessas baldadas” – as “relações com os nomes sistemáticos e vulgares dos diferentes animais que o Museu possui (...)”<sup>34</sup>.

Foi graças à sua relação com o diretor do Museu Imperial que Lacerda obteve alguma “proteção” do governo. Em 1830, mesmo ano em que se cogitou nomeá-lo mais uma vez inspetor do jardim botânico paraense – embora sem salário – chegou a Belém um “desenhador” de objetos de botânica e zoologia enviado do Rio de Janeiro, João Leocádio de Mello. Segundo Lacerda, seu ajudante trabalhou com “muita assiduidade, inteligência, perfeição e amor científico” até cair doente de reumatismo em dezembro do mesmo ano. Em abril de 1831 recuperou-se e recomeçou a desenhar, mas um novo mal físico, desta vez em Lacerda, obrigou que ambos interrompessem os trabalhos. Em agosto Lacerda avisava ao Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça e do Império, Manoel José de Souza França, que em breve viajaria para Paris a fim de tratar uma fístula urinária. Pedia, ainda, que, ao voltar, Mello fosse reenviado para Belém para continuar a desenhar, mas desta vez com remuneração melhor pois trabalhava em algo útil para “a Medicina, as artes e aos usos domésticos”<sup>35</sup>.

Somente 21 estampas foram desenhadas por Mello, algumas ficando incompletas, e é improvável que tenha retornado a Belém para uma nova temporada junto a Lacerda. A década de 1830 foi particularmente agitada na província do Pará em virtude das revoltas contra as autoridades constituídas, acusadas de defenderem interesses portugueses. Também por esse motivo, do projeto do Barão de Bagé para o jardim botânico somente a primeira parte foi adiante, a venda dos terrenos devolutos do extinto igarapé do Piry. Quanto à Lacerda, retornou a Belém curado, mas foi vítima – logo em seguida – da mais violenta das revoltas da Cabanagem, ocorrida em 1835, quando os “cabanos” tomaram a capital e assassinaram o presidente da província e todos os comandantes militares. Dominando quase que completamente toda a região norte, pois poucos municípios resistiram à infiltração dos revoltosos, os “cabanos” constituíram um governo à revelia da Regência, a quem acusavam como principal responsável pelos males que afligiam a província. Em 1836, Belém foi retomada pelas tropas legalistas enviadas de diversos pontos do

---

<sup>34</sup> Ofício de Antonio Correa de Lacerda a José Felix Pereira de Burgos, Presidente da Província do Grão-Pará. Pará, 18 de janeiro de 1826 (*apud Flora Fluminensis...*, *op. cit.*:198).

<sup>35</sup> Ofícios de Antônio Corrêa de Lacerda a Manoel José de Souza França, Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça e do Império. Pará, 09 de agosto de 1831 e 12 de agosto de 1831 (*id. ibd.*:200-1).

Império e auxiliadas por mercenários britânicos, ficando o movimento ativo nas cidades do interior até 1840, quando foi dado como controlado<sup>36</sup>.

De posse das funções públicas, os “cabanos” destituíram e confiscaram os bens de portugueses natos e de todas as autoridades legais, dentre elas os do Físico-Mor. Lacerda refugiou-se nos Estados Unidos, onde viveu por quase dois anos. No final de 1837 já havia retornado ao Brasil, mas fixou residência em São Luís. Retomou, então, seu trabalho como clínico, que o viria sustentar até o fim da vida, e seus estudos naturalistas e médicos. Além da *Flora Paraensis*, agora transformada em *Flora Paraense-Maranhensis*, Lacerda acresceu novos volumes à *Zoologia Paraense* iniciada em 1823<sup>37</sup>, e, como o fizera em Belém, iniciou suas “Observações meteorológicas...” com o intuito de acompanhar as variações climáticas e as influências sobre a vegetação<sup>38</sup>. Também foram escritos no Maranhão, comprovadamente, alguns de seus trabalhos médico-químicos, como *Chemiologia Vegetal* (2v., 1845-1849), “Observações médico-clínicas” (1837) e “Observações médicas filosóficas” (2v., 1840-1850)<sup>39</sup>.

Com aproximadamente 75 anos, Lacerda ainda tentava obter ajuda estatal para publicar sua *Flora...* A impressão da obra de Frei Velloso já estava completa e o segundo imperador brasileiro patrocinava agora uma outra publicação, a *Flora Brasiliensis* de Martius, um conhecido seu de décadas e a quem havia “apresentado” muitas espécies vegetais. Pouco antes de falecer, em 1852, Lacerda dirigiu uma carta ao Ministro dos Negócios do Império, Visconde de Montalegre, solicitando o auxílio para a impressão do último volume da *Flora Paraense-Maranhensis*, com o qual pretendia encetar a publicação do conjunto de sua obra (Silva, 1867, v. VIII, p. 117-8). Tratava-se da *Phytographia paraense-maranhensis...* (1849-1850), uma compilação de trabalhos anteriores apresentada por Lacerda como o “fruto” de 35 anos de dedicação à botânica<sup>40</sup>. Mais de 400 plantas medicinais, acompanhadas de 200 estampas coloridas de autoria do italiano Domingos Triburzy, que Lacerda mandara buscar de Pernambuco

---

<sup>36</sup> Sobre a Cabanagem, ver Ricci (1993, 1999 e 2000).

<sup>37</sup> *Zoologia Paraense*. 8v. 9t. Pará: 1823-1852. BN, Seção de Manuscritos, 4,1,1 a 4,1,9.

<sup>38</sup> “Observações meteorológicas feitas no Maranhão desde 19 de junho de 1841 até 14 de junho de 1852”. 2v. Maranhão: 1851-1852. BN, Seção de Manuscritos, 3,1,3 e 3,3,4. A obra meteorológica sobre Belém é “Observações diárias termométricas, higrométricas e barométricas, tomadas na cidade de Belém do Pará...”. Pará: 1830. BN, Seção de Manuscritos, 5,1,7.

<sup>39</sup> BN, Seção de Manuscritos, respectivamente, 8,1,6 e 8,1,7; 13,4,22; 13,2,20 e 13,2,21.

<sup>40</sup> Lacerda já tinha escrito, além da *Flora...*, uma “Botânica Médica”, um “Opúsculo de matéria médica”, umas “Notas botânicas sobre a aplicação das plantas usuais e medicinais do Brasil” e um outro livro intitulado *Nova Genera Plantarum...* BN, Seção de Manuscritos, respectivamente, 14,1,13 e 14,1,14; 14,1,12; 5,1,17; 2,2,1 e 2,2,2.

com recursos próprios<sup>41</sup>, formam a *Phytographia...* A obra traz a classificação botânica, uma descrição geral em latim, outra abreviada em latim e português, e ainda um histórico do conhecimento humano da planta, formas de coleta, preparação, aplicação terapêutica e análises químicas.

Lacerda faleceu sem ter publicado ao menos um livro, mesmo tendo sido votadas e autorizadas, pela Assembléia Legislativa, em sucessivos orçamentos anuais, as somas necessárias à *Flora Paraense-Maranhensis*. Talvez a imagem pública de Lacerda como uma pessoa associada ao partido “restaurador”, o que ainda precisa ser confirmado por futuros estudos, tenha contribuído para o fato de não ter conseguido publicar seus trabalhos. Talvez a distância de Corte e a falta de apoio político tenham sido mais importantes. O que nos parece relevante é que, mesmo servindo como consultor dos governos provinciais para assuntos de história natural, mesmo em contato com a direção do Museu Imperial, mesmo participando de uma sociedade científica formada por influentes naturalistas, como foi a Sociedade Velloziana, Lacerda não conseguiu impor-se na Corte como “homem científico” no nível em que desejava.

Antes de falecer, deixou lavrado em testamento seu desejo de doar sua biblioteca, manuscritos, estampas e coleções à Sociedade Velloziana, da qual tornou-se membro correspondente no Maranhão em 1850 (Lopes, 1999). Ao mesmo tempo, rogava à sociedade presidida por Francisco Freire Alemão

“(...) o favor de mandar coordenar os manuscritos que estiverem em desordem, afim de serem postos à ordem de Sua Majestade o Imperador, para que, se lhe parecer, os mande imprimir. Se por acaso a dita Sociedade não for avante, rogo a Sua Majestade a graça de dispor das mesmas coleções, e dos manuscritos como achar mais justo” (*apud* Marques, 1895:85).

Como Lacerda previra, a Velloziana não foi adiante e os manuscritos deram entrada na Biblioteca Imperial em julho de 1853, muito provavelmente por intermédio do próprio Freire

---

<sup>41</sup> Triburzy trabalhou durante muitos anos com Lacerda. Foi depois lente do Liceu Maranhense. Cesar Augusto Marques, que a ambos conhecera, dá o seguinte testemunho: “Eu vi muitas vezes, na capital do Maranhão, das 7 às 10 horas da manhã, no Largo do Carmo na casa da residência do pintor, o Dr. Lacerda junto a uma mesa assistir ao trabalho deste, sempre de canivete em punho, cortando folhas, partindo sementes, caroços, corolas e ovários das flores, com muita paciência nos estudos, e muita impertinência para que o pincel reproduzisse fielmente os produtos da natureza” (Marques, 1895:85-6).

Alemão<sup>42</sup>. Foi o botânico do Museu Imperial quem escreveu a primeira nota biográfica de Lacerda, com informações colhidas nos jornais de São Luís e repassadas por um conhecido do médico<sup>43</sup>. Quanto às coleções, biblioteca e estampas, o paradeiro ainda é desconhecido.

Embora tenha tido algum reconhecimento como médico e naturalista em vida, pois – além da Vellosiana – foi eleito correspondente da Academia de Munique e beneficiário da Ordem do Cristo<sup>44</sup>, ao longo da vida Lacerda viu seus trabalhos botânicos e zoológicos perderem o valor científico. Quando, em 1852, o médico tentou pela última vez obter ajuda para “legar ao público” sua *Phytographia...*, apelou para a “independência científica” brasileira, prestes a dar um “passo agigantado” com sua obra:

“Acho-me no último quartel da vida, e reputo um dever legar ao público, e à ciência, na qualidade de médico, o resultado das minhas observações e experiências colhidas durante o período da minha existência. A *Phytographia* e *Zoologia Médica*, isto é, a matéria médica do Pará e do Maranhão, (...) formará o primeiro objeto das minhas publicações, e a independência científica, já outrora augurada pelo sábio De Candolle, dará um passo agigantado que, não sendo agora aproveitado, será necessário que decorram séculos (e já sem ele aparecer séculos têm decorrido) para reaparecer: e posso afirmar a V. Exa., sem temor de ser tachado de exageração, que este trabalho não poderá jamais ser o serviço de um só homem, por ser difícil que qualquer outro se ache colocado nas mesmas circunstâncias, e que a estas reuna o amor excessivo da ciência, a abnegação do descanso e dos cômodos da vida, expondo-se a incalculáveis perigos, e a despesas que de ordinário se não compadecem com os meios de um homem científico” (*apud* Silva, *op. cit.*).

A referência que Lacerda faz a Augustin Pyramus de Candolle (1778-1841) tem um motivo: foi esse naturalista um dos primeiros a defender, na sua *Theoria Elementar*, que por

---

<sup>42</sup> Ver “Seção de Manuscritos. Esboço-histórico”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (1883-1884), v. XI, p. 464.

<sup>43</sup> Alemão, F. F. “Notas sobre o naturalista colhidas por Freire Alemão em conversa com José Joaquim Rodrigues Lopes”. Engenho Velho: 1852. BN, Seção de Manuscritos, I-28,9,59.

<sup>44</sup> Ver “Licença para ser correspondente da Academia de Munich”. BN, Seção de Manuscritos, VU,C 521,6; e “Fé de Ofício. Pede mercê do hábito da Ordem do Cristo”. BN, Seção de Manuscritos, C521,6.



“prioridade científica” não era necessário ter em conta os trabalhos inéditos<sup>45</sup>. A “independência científica” de uma nação viria, portanto, somente com a publicação de trabalhos originais, com os quais se pudesse afirmar a cultura local e impor o valor dos “homens científicos”. Para Lacerda, a não publicação de seus 11 títulos representaria não somente o fracasso de seus esforços, como também um prejuízo para a nação, pois seria necessário muito tempo (“séculos...”) para que surgisse outra pessoa com as qualidades científicas e pessoais a que Lacerda se atribuía.

### **Novos rumos para um velho jardim**

A degradação física do Jardim Botânico, do Jardim das Caneleiras, do Passeio Público e do Jardim de Recreio, verificada entre os anos 1820 e 1840, pode ser considerada, em primeiro lugar, como resultado do colapso da “cidade metropolitana” planejada no século XVIII, abandonada antes mesmo da Independência. Seu projeto ficou inacabado e, após 1820, degradou-se progressivamente, como atestam as crônicas mencionadas acima. As batalhas da Cabanagem viriam, em seguida, arruinar o espaço urbano de Belém e desestruturar a administração provincial, jogando por terra as possibilidades existentes de uma retomada das atividades do jardim e do cultivo de especiarias e “drogas do sertão” nas suas imediações.

O período em questão demarca não só a falência do complexo comercial-científico de Belém, como também o fim de uma política de investimentos na cidade que vinha se mantendo desde meados do século XVIII, sobre a qual tratamos no capítulo anterior. O quadro em que se deu tal derrocada foi marcado, no plano político, pelo rompimento dos liames coloniais e pela afirmação do Estado Nacional, processo que, em toda a região que constituía o antigo Estado do Grão-Pará e Rio Negro, foi pontuado pela violência extremada de grupos sociais antagônicos. Levemos em consideração que, até 1808, as duas capitanias formavam uma unidade desvinculada do Vice-Reino do Brasil, com uma administração diretamente subordinada ao Ministro da Marinha e Ultramar e uma economia distinta e independente. A transferência da Corte e a posterior centralização do poder imperial no Rio de Janeiro trouxe, a um só tempo, o fim da política de expansão territorial implementada pelos portugueses e a submissão da antiga colônia

---

<sup>45</sup> De Candolle também é mencionado por Saint-Hilaire (1972) quando este defende a obra do Frei Leandro do Sacramento e lamenta que parte dela tenha ficado inédita.

setentrional a um projeto de Nação gestado no sul, o qual se tornaria hegemônico após os conturbados anos da Regência<sup>46</sup>.

Se no plano político as décadas de 1820 e 1830 foram de grande instabilidade no Pará, no econômico e social a situação não foi melhor. A província vivia uma grave crise financeira, provocada pela “inversão na marcha dos preços do cacau” e conseqüente queda da renda interna; pelo “esforço de guerra do Pará na campanha da Guiana, associado à ocupação de Portugal por tropas francesas”, o que teria contribuído para a recessão da atividade agrícola; e ainda pelos movimentos sociais locais, como os conflitos da Independência (Santos, 1980:28). Somado ao clima de insatisfação com a carência de alimentos e com a falta de numerário até para o pagamento das tropas, o trânsito de idéias liberais, as diferentes expectativas geradas com a independência e o acirramento das tensões sociais levaram a província a um estado de agitação permanente (Ricci, 1999). Por fim, a Cabanagem deixaria o Pará com um *déficit* populacional de grandes dimensões e a maior parte de seus ativos econômicos destruídos (Santos, *op. cit.*).

Uma data bastante significativa para o jardim paraense, e que parece reforçar o argumento de que a década de 1830 demarca o fim de um período de ruptura política, econômica e social, é o ano de 1839. Presidia a província Bernardo de Souza Franco, indicado para o cargo durante a “pacificação” da Cabanagem. No relatório que apresentou à primeira Assembléia Legislativa Provincial, Souza Franco informa que, por ordem do Tesouro Público Nacional, “foi mandado cessar o pagamento que pela Renda Geral se fazia a um Administrador do Horto Botânico e que esta despesa fosse feita pela Renda Provincial (...)” (Franco, 1839:15). Souza Franco pedia, ainda, que os deputados decidissem se a despesa deveria continuar, se os ordenados em atraso deveriam ser pagos e se deveria executar obras para a recuperação do jardim botânico, arruinado pelos anos de descuido e de guerra. As obras necessárias, segundo o presidente, seriam a

---

<sup>46</sup> Tocamos aqui num ponto ainda muito pouco estudado: a história da “adesão” do Grão-Pará ao Império do Brasil e os significados políticos, econômicos e sociais desse fato. Para Reis (1994), um dos resultados imediatos foi o esvaziamento político da região, pois os governantes do Império direcionaram suas atenções para a “consolidação da ordem interna” e para a “preservação de sua presença no Prata” (p. 77). Acrescentamos que a interrupção na expansão territorial também foi decorrente da própria exaustão dos investimentos portugueses na região e de uma nova conjuntura internacional, a qual colocou em segundo plano as disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Somente no início do Segundo Reinado os governantes brasileiros retomaram os investimentos na província do Grão-Pará, procurando, contudo, não ampliar ainda mais as fronteiras nacionais, mas manter o que havia sido alcançado pelos portugueses. Para Reis (*op. cit.*), criou-se então, por meio de uma política de “consolidação territorial”, uma “área imperial” no extremo norte, isto é, um “espaço de ação realizadora” do Império (p. 78). Sobre a transferência da Corte para o Rio de Janeiro e a centralização do poder na nova capital, ver Dias (1986). Sobre o ideário nacional gestado na Corte a partir de 1840, centrado na figura do imperador D. Pedro II, ver Mattos (1999).

cercadura dos terrenos, a replantação do jardim e a reparação das estradas que o ligavam ao centro da cidade, incluindo o Passeio Público.

Na prática, a ordem vinda do Rio de Janeiro significava a conversão do jardim botânico do Pará numa instituição provincial, passando a Assembléia Legislativa a ser responsável pelos seus rumos a partir desse momento. O mesmo aconteceu com o jardim de Olinda alguns anos antes, mas – ao contrário dos representantes políticos do Pará – os pernambucanos não viram sentido em manter a instituição. Na abertura da Assembléia Provincial de Pernambuco, em 1835, o presidente declarou que a “utilidade” do jardim era “desconhecida” para o montante de recursos gastos em sua manutenção (*apud* Mello Neto, 1954:49). Os debates sobre a “utilidade” do estabelecimento prosseguiram nos anos seguintes, com desvantagem para os que o defendiam, como o seu diretor, o cirurgião Joaquim Jerônimo Serpa (1773-1842), que chegou a publicar em jornal um texto argumentando em favor da “instituição dos Jardins e Cadeiras de Botânica e Agricultura nas principais Províncias do Império do Brasil” (*id. ibd.*:48). Serpa não conseguiu convencer os deputados da utilidade do jardim e o orçamento da instituição foi sendo progressivamente diminuído até que, em 1844, se decidiu pelo arrendamento do terreno. Como não aparecessem interessados, foi cedido gratuitamente a um comerciante local, com a obrigação de reparar e consertar o que existia. O contrato parece não ter se efetivado e em 1849 uma lei determinou a venda do jardim, ocorrida cinco anos depois (Freyre, 1942).

No Pará, o destino do jardim botânico e seus anexos foi bem diferente. Após 1840, houve uma tentativa inicial de restaurá-los conforme o modelo original, mas os governantes paraenses desistiram da empreitada. O argumento corrente era de que existiam outras prioridades na divisão dos parques recursos provinciais. Acreditamos, contudo, que a decisão dos governantes justificava-se pelo abandono de um projeto colonial, cujo objetivo teria sido estimular a produção agrícola da colônia em benefício do império português. Esse projeto não se coadunava com a idéia de um império brasileiro, cuja política agrícola – em oposição total à função dos jardins coloniais – foi centrada na monocultura do café, e nem seria útil à uma “sociedade extrativista” que desamparou quase que completamente a produção agrícola da região com o intuito de entrar no restrito mundo da *haute gomme*, como então se dizia.

Por sua vez, a cidade que surgiu dos escombros da Cabanagem requisitou novos terrenos para se expandir, em especial a grande área onde existiu o igarapé do Piry, localizada justamente entre as duas zonas mais adensadas, a “Cidade” e a “Campina”. Essa demanda por novas áreas

urbanas, se representou o fim do Jardim das Caneleiras e do Passeio Público, não chegou a prejudicar o jardim botânico. Pelo contrário, ele foi recriado sob novos moldes, com o objetivo de cultivar plantas ornamentais e servir de recreio para a população. Ganhou, em virtude de suas novas atribuições, um novo nome: “Jardim Público”. Acompanhemos como se deu essa transformação.

Decidida a manutenção do jardim paraense pelos cofres provinciais, iniciaram as obras para a limpeza das estradas e valas de escoamento do Piry, serviço executado pelos presos mantidos em São José e comandado por um “Administrador das Estradas” que também passou a acumular a direção do jardim botânico e do Jardim das Caneleiras, o capitão Joaquim Belfort Gomes. O “plantio de arvoredos” foi retomado, estando já em 1840 o Largo do Palácio – rebatizado de Praça Pedro II – “alinhado e com Taperebás plantadas pela extensão de todas as linhas que formam o paralelogramo” (Miranda, *op. cit.*:31). No ano seguinte, a Assembléia votou uma lei autorizando a contratação de um botânico, o que não se efetivou pela falta de um “indivíduo profissional que trate metodicamente do cultivo, distribuição e classificação das plantas” (Vellozo, 1844:51). As obras, contudo, prosseguiram, agora auxiliadas com “seis escravos velhos da Nação”: o jardim foi limpo e cercado, uma nova casa foi erguida no Largo do Redondo e as plantações foram iniciadas (Henriques, 1843:14).

As verbas consignadas para as obras eram pequenas e mal davam para os serviços mais urgentes e para o sustento dos escravos e dos presos, mas os presidentes da província não esmoreceram ao defender a “conservação” do jardim, “para que em tempos mais felizes obtenha o seu desenvolvimento e preste utilidade, recreio e distração aos habitantes desta Capital” (Vellozo, *op. cit.*:52). Esse empenho das autoridades provinciais em recuperar o jardim e seus anexos pode ser registrado até 1845, quando a “casa da vivenda” foi consertada e ampliada para a acomodação dos escravos que serviam no jardim. No mesmo ano, um novo portão foi construído, com acesso por meio de uma ponte “sobre a vala que corre em frente do Horto com bancos para assento” (Moraes, 1845:47). O lado direito do Jardim das Caneleiras foi limpo e replantado com 88 pés de canela, onde também se ergueu uma “casa coberta de telha” para a moradia dos escravos (*id. ibd.*).

A esse impulso inicial, contudo, sobrevieram alguns anos sem investimentos no jardim, possivelmente provocados pela carestia e pela prioridade dada a obras consideradas mais urgentes, como a recuperação do cais de marinha e a construção de um mercado público.

Notemos, por exemplo, que dos 2:800\$ réis aprovados no orçamento de 1841 para o horto e Jardim das Caneleiras, a consignação desceu a 2:000\$ réis em 1843 e a 1:000\$ réis em 1846 (Benjamin, 1854:29). Esse estado de penúria financeira a que foi jogado o jardim inspirou uma calorosa defesa do estabelecimento, exatamente na ocasião em que a Assembléia discutia o arrendamento do terreno, solução adotada pouco tempo antes para o jardim de Olinda. Comentando o projeto de lei para o orçamento de 1847, o presidente Herculano Ferreira Penna pedia que se adiasse essa decisão “até que víssemos o resultado de mais alguns esforços” (Penna, 1847:15). Afinal, a “Capital do Grão-Pará não deve ficar privada de um Estabelecimento que já existe em estado mui suscetível de melhoramento, e que pode oferecer objetos de instrução e recreio aos seus habitantes, e àqueles que a visitarem” (*id. ibd.*).

O terreno não foi arrendado, mas muito pouco dinheiro continuou a ser aplicado no complexo de São José, estando já em 1848 em “completo abandono” (Coelho, 1848:137). Não havia mais escravos empregados nem um diretor. As poucas obras executadas já estavam degradadas e as plantas todas perdidas. Somente em 1851 voltamos a registrar uma dotação orçamentária ao jardim botânico, especificamente para o “cultivo de plantas exóticas e especiarias”. Com esses recursos o Largo do Palácio e a estrada de São José foram recuperados, obras que repercutiram positivamente na cidade, pois uma subscrição pública foi aberta pelo presidente da província para estender os melhoramentos urbanos até as estradas das Mongubeiras e do Arsenal (Aguiar, 1851). No mesmo ano, um jovem de nome Manoel da Gama Lobo foi autorizado a viajar para a Europa a fim de estudar botânica às custas do Tesouro Provincial (Benjamin, *op. cit.*).

A década de 1850 traria, efetivamente, a transfiguração de toda a área onde funcionaram o jardim e seus anexos. O crescimento da cidade, já sob o impacto das exportações de goma elástica, absorveu o Jardim das Caneleiras e o Passeio Público. Ambos deixam, inclusive, de ser mencionados como parte de um conjunto encabeçado pelo jardim botânico, indício de que desapareciam até mesmo da memória de seus habitantes e de que a “capital da borracha” já havia esquecido que, anos antes, fora destinada a ser uma “capital das especiarias”. Quanto ao jardim propriamente dito, foi mantido em estado precário. Mas sua simples presença física em meio à cidade remetia os administradores públicos ao antigo estabelecimento colonial, elevado a instituição de referência por aqueles que viam utilidade na ciência botânica. Foi o caso do presidente José Joaquim da Cunha, que pretendeu criar uma “plantação e viveiro de árvores onde

se achem reunidas mais de cem espécies de madeiras de construção naval, civil, e de marcenaria, todas naturais da Província” (Cunha, 1853:5). Sua intenção era aproveitar um Aviso do Ministro da Marinha ordenando o restabelecimento da Fábrica de Madeiras que nos idos tempos coloniais funcionara anexa ao Arsenal, para inaugurar tal “plantação e viveiro” como uma dependência da fábrica. Ao defender seu projeto, o presidente argumentou que “o luxo de vegetação que aqui se admira, devido à alta temperatura atmosférica e às constantes chuvas, que dispensam em grande parte os cuidados da cultura, torna esta Província a mais apropriada para possuir um Jardim Botânico, não mesquinho e acanhado como esse, que jaz abandonado, porém vasto, rico de plantas exóticas e digno do Pará” (*id. ibd.*).

O presidente de fato convenceu a Assembléia das vantagens que semelhante instituição poderia trazer à província, mas não da conveniência de sua mudança para a Fábrica de Madeiras. O jardim continuou instalado em São José e para sua recuperação foram contratados em Paris, pelo presidente Sebastião do Rego Barros, nada menos do que nove jardineiros (Barros, 1855). Estes chegaram a Belém em junho de 1855, juntamente com um engenheiro de nome Ode, encarregado das obras do porto e do novo teatro provincial (Moraes, 1855). Coincidentemente, no mesmo mês assumia a direção da Repartição de Obras Públicas, à qual o jardim estava subordinado, o matemático José Coelho da Gama e Abreu (1831-1906), futuro Barão do Marajó. O empenho pessoal de Gama e Abreu e a disposição das autoridades em recuperar o jardim, dotando-o de verbas e pessoal qualificado, surtiram o efeito desejado. Em 1856, no relatório apresentado ao presidente, Gama e Abreu faz uma longa exposição do estado em que encontrou o jardim e das obras nele executadas. Acompanhemos:

“Nos princípios deste século a cultura de plantas indígenas bem como a de especiarias de diferentes países foi aqui tentada pelo governador com o estabelecimento de um jardim no largo de São José, já de um horto botânico nos terrenos pertencentes ao governo situados na estrada de São José no lugar chamado Redondo, já finalmente com uma plantação de caneleiras e outras especiarias nos terrenos destinados hoje para jardim, no cruzamento das duas estradas de São José e do Arsenal, a incúria porém por uma parte, as revoluções por outro lado, fizeram com que esses estabelecimentos chegassem ao lastimoso estado em que V. Exc. os viu, na época em que resolveu que novamente se tratasse deste ramo tão ameno da ciência agrícola, mas infelizmente aqui tão abandonado.

Tratando porém dos trabalhos executados, e começando pelo terreno do largo de São José, tenho a dizer que ele se acha reduzido a uma verdadeira mata, das antigas plantas poucas ou quase nenhum indivíduo encontrei, apenas pude aproveitar alguns pés de quina (Chinchona), algumas maracaty [ilegível], alguns indivíduos pertencentes ao gênero Theobroma, vulgar nesta Província, algumas outras plantas do país, e algumas árvores de pão das duas espécies – *Artocarpus inciza*.

Tive que limpar e derrubar aquela mata, depois procedi a extirpação de troncos e raízes, o terreno acha-se em grande surribado, fiz a estacada que tem de cercar o terreno todo: a pequena casa que ali se achava quase a cair acha-se de todo reparada, este terreno creio ser bom para a cultura porque além de a terra parecer da classe a que vulgarmente chamam terra branca, apresenta uma camada de bastante espessura.

Quanto aos dois terrenos de que atrás falei como tendo servido para a cultura de especiarias achava-se em idêntico estado do terreno de que acabo de falar, quando o Exmo. Sr. Vice-Presidente que então governava o Sr. Dr. Moraes, pondo em execução as intenções de V. Exc., de criar ali jardins para recreio público, me ordenou que procedesse aos trabalhos necessários, por [ilegível] as obras executadas, tem tido lugar somente nos terrenos do lado esquerdo da estrada, acham-se completamente limpos, e 128 braças quadradas foram por mim aterradas (...)<sup>47</sup>.

Podemos ver por meio deste relatório que ficaram distantes no tempo as críticas feitas ao antigo jardim colonial, como as redigidas por Lacerda, Baena e Barão de Bagé. Pelo contrário, nos anos 1850 o jardim de D. Francisco de Souza Coutinho – talvez pelo fato de então existir apenas na memória – entrou na retórica das autoridades como símbolo de um governo que soube tirar proveito desse tipo de instituição. Ficou mesmo a inspirar as obras de recuperação pretendidas, mas com a diferença de que agora deveriam ser cultivadas, em vez de especiarias orientais e “madeiras de construção”, plantas nativas das florestas do Pará, em especial as frutíferas, oleosas e resinosas, “cuja cultura cumpre ensaiar” (Rohan, 1857a:23).

Em 1857, havia no jardim botânico “180 espécies de plantas de todos os continentes compreendidas muitas hortaliças européias, que se trata de aclimatar” (*id. ibd.*:22). Não obstante

---

<sup>47</sup> “Informações sobre a Província do Pará prestada por Sebastião do Rego Barros ao Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 1856”. IHGB, lata 289, doc. 3.

as críticas feitas à “qualidade do terreno” e ao “ardor do clima equatorial”, muitas plantas foram aclimatadas facilmente e o jardim era tido como próspero. Dois anos depois, o presidente da província informava aos deputados que o número de espécies exóticas totalizava 230 e que havia sido introduzido mais um lote de plantas, mencionadas pelo nome científico: “*Celosia christata*, *Silene bipartita*, *Abutilon striatum*, *Dianthus barbatus*, *Genista*, *Cytisus radicans*, *Cytisum suburnum*, *Coronilla glanca*, *Chrysanthemum grandiflorum*, *Accacia farnesiana*, *Solanum aethyopnicum*, *Dianthus cariophilus*, *Accacia floribunda*, *Mirabilis jalapa*, *Cheirantus cheiri*, *Mathiola*, *Papaver somniferum*, *Althea rosea*, Bredos (*Solanum nigrum?*), mais quatro espécies ainda não identificadas” (Vasconcelos, 1859:12). Diferentes coleções de plantas também foram reunidas, dentre elas “17 espécies de collodions”, “30 variedades de roseiras” e uma “coleção de parasitas [que] vai se tornando numerosa e já conta algumas flores que, pela originalidade das formas ou beleza das cores, fariam o orgulho da estufa de qualquer jardim da Europa” (*id. ibd.*).

Gama e Abreu, auxiliado pelo chefe dos jardineiros vindos da França, Louis Arsène Onessim Baraquin (?-?), cuidava pessoalmente do jardim e da arborização das grandes “estradas” da cidade, incluindo as construídas na reforma urbana do início do século. A plantação de frondosas árvores nos caminhos de Belém, uma característica que distingue a cidade ainda hoje, foi reconhecida pelo presidente Henrique de Beurepaire Rohan, que atribuiu aos antigos Capitães Gerais a iniciativa de semelhante benefício público:

“Uma das cousas que mais distingue a formosa cidade do Pará de todas as outras do Brasil é, sem controvérsia, a arborização que se observa nas suas estradas, e que as põem ao abrigo dos ardores do sol. Este sistema, que teve começo ainda no tempo dos Capitães Gerais, vai se desenvolvendo com atividade. (...) Em um clima quente, como é o do Pará, este sistema, encarado pelo lado higiênico, é de inapreciáveis vantagens, além de contribuir consideravelmente para o embelezamento do país” (Rohan, 1857b:11).

Foi Gama e Abreu, ainda, quem lutou pela transferência do jardim para outro local, quando ficou comprovada – após avaliação dos jardineiros franceses – a inadequação do terreno onde estava assentado. A esse fator foram atribuídas as causas da “existência desanimadora” do jardim, impossibilitado de florescer em virtude do “lugar árido e estéril em que foi colocado” (Vasconcelos, *op. cit.*:12-3). Para os administradores do estabelecimento, por mais esforços que



se despendesse para desenvolvê-lo, estes resultariam nulos, pois o “terreno (...) em que está situado é ingrato e torna pouco frutífero o trabalho com ele empregado; em outro lugar em que o solo não fosse, como ali, tão impróprio para vegetação, com muito menor trabalho se obteria melhor resultado” (*id. ibd.*).

Em 1859 debateu-se a transferência do jardim de maneira concreta, na ocasião em que mais uma vez era reformado. A principal das mudanças ali efetivadas foi a dispensa dos jardineiros contratados em Paris. A pretexto de economia, somente o contrato do chefe dos jardineiros, Baraquin, foi renovado por tempo indeterminado. Em contrapartida, o trabalho de cultivo passou a ser executado “com igual proveito com operários à jornal, dirigidos pelo jardineiro conservado, sob a imediata inspeção do Diretor das Obras Públicas” (*id. ibd.*). Ao mesmo tempo, foram admitidos no serviço do jardim “quatro moços para se habilitarem no gênero de cultura que ali se pratica”. Segundo o presidente da província, todos sabiam ler e dois mostravam aptidão. Sua intenção era habilitá-los para poderem “substituir ao jardineiro atual que então poderá ser dispensado” (*id. ibd.*).

Baraquin, de fato, não duraria muito no cargo. No início do ano seguinte pediu demissão, sendo substituído pelo português Manoel Joaquim da Costa Araripe (?-?), “ajudado por dois ou três trabalhadores” (Albuquerque, 1860:27). A nova equipe, contudo, manteve o padrão inaugurado pelos franceses, tendo introduzido – assim que começou a trabalhar – “algumas espécies e variedades dignas de atenção pertencentes às Rosáceas, alguns Gladiólos, Hortênsias, Camélias e Ravenales” (*id. ibd.*:26).

Quanto à mudança do jardim para outro local, foi defendida pela maioria dos presidentes que assumiram a província. Gama e Abreu certamente estava articulando essa transferência, pois pretendia aproveitar em benefício da cidade a área onde outrora existiram o Jardim das Caneleiras e o Passeio Público. Para alguns governantes, os terrenos ainda disponíveis, no cruzamento das estradas de São José e do Arsenal, deveriam ser destinados, antes de tudo, à construção de “jardins para recreio público”, onde se cultivassem “árvores frutíferas, resinosas, oleosas e especiarias que se encontram nas florestas do Pará”, com o objetivo de “ensaaiar a cultura daquelas plantas indígenas úteis, as quais, ainda no estado selvagem, revelam o partido que a indústria poderá tirar, se forem devidamente aproveitadas” (Rohan, *op. cit.*:18). Para outros, o local mais apropriado para o novo jardim era a praça lateral do Palácio do Governo, a qual

poderia ser unida ao largo em frente ao mesmo, aterrada, embelezada, fechada com um gradil de ferro e transformada em Jardim Público (Vasconcelos, *op. cit.*:11).

Em 1861, o presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque dava um ultimato sobre essa questão, ao mesmo tempo em que reconhecia que o jardim botânico restaurado não fazia jus ao nome pela falta de “pessoal conveniente” (Brusque, 1861:26). Mais apropriado seria chamá-lo de “jardim de recreio”, cujo proveito maior para a cidade foi ter desenvolvido o “gosto pela floricultura” e “estudos de recreio”, sempre “companheiros da civilização” (Brusque, 1862:86). No ano seguinte, a mudança do jardim foi finalmente autorizada. Gama e Abreu valeu-se das obras de iluminação pública à gás para destinar o terreno do antigo jardim à construção do gasômetro e, assim, fazer uma “ocasião tão azada para conseguir que a mudança do jardim fosse levada a efeito (...)” (Abreu, 1863:4). O próprio diretor de obras públicas comandou a transferência, sendo escolhida a área onde se situava o antigo Jardim das Caneleiras, na estrada de São José. O terreno foi aterrado, nivelado e cercado. Uma “casa de guarda” foi construída e mais um jardineiro contratado (Brusque, 1863:104-5). A intenção de Gama e Abreu era “aformosear” o novo jardim para transformá-lo num “passeio ameno para a população”, de par com as obras que também executava no Largo do Palácio, incluindo o calçamento e a construção de um “chafariz monumental” (Abreu, *op. cit.*:5).

Pode-se dizer que os planos de Gama e Abreu foram concretizados como ele previra. O novo jardim tinha não só as dimensões reclamadas pelos governantes da província, como também foi dotado de um grande lago artificial interligado ao canal de escoamento do Piry, com direito a uma ilha no centro com acesso através de uma ponte de madeira (Lamare, 1867:51). Entretanto, o fim a que se destinava o jardim continuava gerando debates. Claro está que não se tratava mais de um jardim botânico, pois as espécies ali cultivadas eram, em sua maior parte, ornamentais, assim como o estabelecimento não fazia experimentos agrícolas, não dispunha de laboratórios, herbários nem de botânicos no seu quadro de servidores. Essa situação sobressaía aos olhos de quem percebeu a transformação no jardim e discordava do novo feitio dado à instituição. Foi o caso de Antônio de Lacerda Chermont, Barão do Arary, membro de tradicional família de pecuaristas e conhecido protetor de naturalistas em trânsito pela Amazônia. Enquanto presidia interinamente a província, defendeu a dotação de mais verbas para o jardim, a fim de dar-lhe “não só as proporções de um passeio público para recreio da população e ornato da cidade, mas principalmente as de um jardim ou horto botânico” (Arary, 1866:20). Ao propor a ampliação do

jardim e o cultivo de “árvores florestais e frutíferas quer do país, quer exóticas”, Chermont certamente inspirava-se no antigo jardim colonial do Grão-Pará, embora sem mencionar as críticas que lhe foram feitas ao longo do tempo, como a pequena dimensão e o mau terreno:

“É isto voltar às idéias de tempo antigo; mas é preciso confessar que a este respeito os antigos pensavam melhor do que nós. Eles queriam e chegaram a fundar um estabelecimento ao mesmo tempo útil às ciências e agradável aos olhos, e nós temos preferido o agradável somente, abandonando o útil. A volta, pois às idéias antigas sobre este estabelecimento não é regresso; é repor o útil em seu lugar rodeando-o dos atrativos do belo. (...) Cultivado com ordem e método esse terreno, não só se conseguiria notável melhoramento para a cidade, qual é um passeio público, mas também se extinguiria o foco de sezões que naqueles pântanos atualmente existe. Seria isso um duplo fim igualmente útil” (*id. ibd.*).

O sucessor do Barão do Arary, Joaquim Raymundo de Lamare, com as mesmas idéias, seguiu reclamando a necessidade de dar “utilidade” ao novo jardim. Considerava, inclusive, o “Estabelecimento de um passeio público” como uma das obras prioritárias de sua administração, dentre uma lista de cinco outras obras. Esse passeio deveria complementar o jardim já existente, uma vez que este era “quase exclusivamente composto de flores, e estas muito comuns e iguais às que se cultivam nos jardins particulares” (Lamare, *op. cit.*:48). O novo passeio, portanto, deveria ser criado ao lado do dito jardim, “com as proporções e comodidades para diversas sortes de recreios e divertimentos públicos e com as condições de um Jardim Botânico para os que se dedicam ao estudo dos vegetais” (*id. ibd.*). Dessa maneira, o presidente acreditava estar dando a devida “utilidade pública” ao jardim recém-construído, “condição essencial de todos os estabelecimentos desta ordem”. Importava, ainda, dar a direção do jardim a quem se considerava habilitado para tal, razão pela qual, no final de 1867, o português Araripe foi exonerado e o francês Baraquin foi reconduzido ao cargo de “administrador do Jardim Público”<sup>48</sup>.

Ao contrário dos demais jardineiros franceses, Baraquin permaneceu em Belém após ter sido demitido do jardim botânico, sete anos antes. Estabeleceu-se numa chácara na estrada das Mongubeiras, próximo ao jardim botânico, trabalhando como naturalista viajante, cultivador e

---

<sup>48</sup> Cf. “Jornal do Pará”, edição nº 295, de 28 de dezembro de 1867.

comerciante de plantas ornamentais. Tentou aproximar-se do Museu Imperial do Rio de Janeiro, mas não conseguiu ser contratado como naturalista viajante por falta de verbas. Propôs, então, formar coleções geológicas, zoológicas e botânicas das províncias do Pará e Amazonas, “desde que lhe fosse concedido o título honorário de adjunto naturalista viajante do museu, o que de fato ocorreu” (Lopes, *op. cit.*:99). No início de 1867, por motivo de viagem à França, o naturalista liquidou “todas as suas coleções de vegetais frutíferos, e plantas de adorno e flores, bem assim que de alguns milheiros de roseiras recentemente enxertadas das mais lindas flores (...)”<sup>49</sup>. Em maio, o naturalista seguia para Paris levando consigo nada menos do que

“(...) 20 estufas com plantas as mais raras e lindas que produzem nossas florestas; uma coleção de fósseis antediluvianos, os mais preciosos, e um sem número de répteis e insetos e outros animais singulares, bem conservados, tanto vivos como mortos, cujos animais foram colecionados nas suas viagens aos Andes; leva igualmente um retrato, seu, tirado à óleo pelo nosso distinto comprovinciano o Sr. Constantino da Mota, figurando-o à sombra da majestosa Zâmia, de sua descoberta nas mais altas montanhas do Peru; o que tudo deve figurar na próxima Exposição Universal”<sup>50</sup>.

No final do ano, Baraquin voltou a Belém trazendo ferramentas para horticultura e agricultura, com o fim de vendê-las a interessados. Em novembro, pouco antes de ser recontratado para o jardim botânico, contraiu núpcias com a filha de uma distinta família paraense, Anna Sirotteu<sup>51</sup>.

Em 1868, o novo jardim público lucraria com um evento que teve grandes repercussões no norte do Brasil, a abertura do rio Amazonas à navegação internacional. Para a solenidade que reuniu em Belém políticos, comerciantes e diplomatas de diversas nacionalidades, o Largo do Palácio – diante da Baía do Guajará, porta de entrada do famoso rio – foi devidamente preparado, devendo simbolizar a um só tempo a grandeza da região que estava sendo aberta ao comércio estrangeiro e a soberania brasileira sobre esta mesma região. Com o embelezamento do largo, o

---

<sup>49</sup> *Id. ibd.*, 19 de janeiro de 1867, p. 3.

<sup>50</sup> *Id. ibd.*, 8 de maio de 1867, n.º 105, p. 2.

<sup>51</sup> *Id. ibd.*, 12 de novembro de 1867, n.º 257.

governo provincial gastou a incrível soma de 48:843\$980 réis<sup>52</sup>, tamanha a importância atribuída à aparência do principal porto da Amazônia (Soares, 1868). A principal obra ali executada, um enorme pavilhão comemorativo, foi desmontado após a oficialização do ato e transferido, com todos os seus ornatos e confortos, ao jardim público. Como não havia espaço para tal prédio, uma nova área contígua ao jardim foi incorporada e aterrada. Aqui seria reconstruído o pavilhão com “mais solidez”, justificando assim a desapropriação de novos terrenos para “aumentar o pequeno e acanhado espaço ocupado pelo jardim público, cuja necessidade é hoje axiomática” (Lamare, 1868:36). O entorno do pavilhão foi calçado e plantado com “árvores que dêem sombra”. Bancos foram colocados, as margens do lago e da ilha foram consolidadas, o arvoredo que circundava o jardim foi completado e a grade que o delimitava pela estrada de São José foi prolongada. Numa apaixonada defesa do estabelecimento, o diretor interino da Repartição de Obras Públicas, José Felix Soares, escreveu no relatório destinado ao presidente:

“Não há muito tempo que se considerava um Jardim no Pará coisa inútil; a experiência nestes últimos tempos tem demonstrado a sua grande necessidade. Tendo V. Exa. mandado abri-lo ao público, imediatamente começou a ser visitado por grande número de famílias. Finalmente, V.Exa. ordenou que a música ali tocasse aos domingos das 4 horas da tarde em diante; o concurso de visitantes foi aumentado, apesar de ali não haver ainda abrigos contra o mau tempo: na quinta-feira de Corpo de Deus o concurso de visitantes foi numeroso, e todavia o tempo era cálido, o Jardim sem abrigo contra o calor da tarde e a música ali não estava; posso, portanto, concluir que um bom Jardim no Pará é atualmente uma obra de grande utilidade pública” (Soares, *op. cit.*:2).

Como seu dileto amigo Gama e Abreu, Soares pretendia ver o novo jardim devidamente equipado. Para isso pedia mais verbas a fim de completar as obras, dentre as quais um gradil de ferro, “estátuas alegóricas”, assentos cobertos, “jogos d’água para o seu embelezamento e frescor da atmosfera”, labirintos, arvoredo em torno do pavilhão e “bosques onde o público se abrigue do sol” (*id. ibd.*:3). Sua concepção de jardim, portanto, continuava reforçando um tipo de estabelecimento de todo distinto de uma casa de pesquisa científica, por muitos governantes

---

<sup>52</sup> Como medida de comparação, gastava-se à mesma época na conservação do largo e no jardim público uma média anual de 5:000\$000 a 7:000\$000 réis.

reconhecida como de utilidade pública, como o Barão do Arary, mas nunca efetivamente implantada. Temos dessa época uma das poucas imagens internas do jardim público, desenhada por Herbert Smith quando da passagem da Expedição Morgan por Belém, em 1870 (fig. 3.1). Nela vemos arbustos, árvores, palmeiras e outros vegetais. Um cavalheiro passeia pelos sinuosos caminhos, enquanto um jardineiro transporta plantas num pequeno carro (Smith, 1879, *apud* Papavero e Teixeira, 2000).

Poucos anos depois de toda aquela movimentação decorrente dos festejos pela abertura do rio Amazonas, uma reviravolta ocorreria nos ânimos dos governantes. O que parecia uma vantagem para o estabelecimento, a proximidade de um curso d'água canalizado, revelou-se um problema insuperável. Os terrenos baixos, o ambiente pantanoso das adjacências e a falta de uma solução definitiva para o antigo problema do escoamento do Piry fizeram com que o canal que alimentava o lago do jardim transbordasse a cada ano, durante a época das chuvas. No início da década de 1870, as enchentes deixaram o jardim inteiramente submerso, inutilizando as benfeitorias ali construídas e estragando o trabalho de jardinagem (Azevedo, 1874:60). A própria natureza se responsabilizava pelo fim do otimismo que alimentou Gama e Abreu durante anos, convicto de que a transferência do antigo jardim colonial para a estrada de São José criaria a oportunidade certa para ampliá-lo e melhorá-lo.

Pelo contrário, a Assembléia Provincial deliberou em 1873 pelo cancelamento das obras e pela cessão do jardim “a quem quer que, sob as convenientes cautelas, se proponha a usufruí-lo” (Cunha Junior, 1873:36). O primeiro a apresentar uma proposta foi o jardineiro português Araripe, antigo administrador que voltava assim como único responsável pelo estabelecimento. A ele o jardim foi cedido gratuitamente, com as obrigações de “abri-lo e expô-lo ao público aos domingos e dias santificados, e de fornecer flores para o palácio do governo nos mesmos dias e nos de festa nacional” (Azevedo, *op. cit.*:60). O Jardim Público funcionaria dessa maneira por mais alguns anos, até tornar-se insustentável pelos constantes trabalhos que exigia e pela baixa frequência do público. Isso não significa que o projeto de dotar a cidade de uma área verde foi abandonado. Ao contrário, parecia cada vez mais necessário aos olhos dos governantes, que continuaram vendo num jardim público e na arborização de Belém os complementos ideais para os belos prédios que construíram, como o Teatro da Paz, o Paço Municipal e outros ícones da sociedade da *haute gomme*. Contudo, os novos locais escolhidos para serem ajardinados não tinham mais nenhuma relação com o antigo jardim botânico, soterrado sob o imenso galpão do

gasômetro, ou o jardim público, abandonado e requisitado posteriormente para a construção da Estação de Belém da Estrada de Ferro de Bragança<sup>53</sup>. As atenções agora recaíram sobre as praças e largos, havendo quem defendesse seu ajardinamento “à imitação das grandes cidades dos Estados Unidos e da Europa” (*id. ibd.*). Justamente em Belém, “debaixo deste solo ardente do equador refrigerado apenas pelas virações da tarde, em que se encontram tão lindos arrabaldes, ou estradas, é uma falta sensível a de um jardim público melhor preparado, e situado no centro da cidade, para que possa servir de ponto de reunião ou recreio dos habitantes” (*id. ibd.*).

A razão pela qual nos alongamos nessa história do jardim público é uma só: demonstrar o processo de recriação do jardim botânico colonial após 1840, quando se tornou uma instituição provincial. Seu projeto original foi sucessivamente transformado de acordo com o entendimento dos governantes locais, mais interessados na construção de um “jardim de recreio” para os habitantes de uma cidade que, ao mesmo tempo em que enriquecia, era considerada carente de divertimentos públicos. Paradoxalmente, à medida que iam sendo executadas as obras no jardim, transfigurando-o definitivamente, o antigo estabelecimento colonial foi colocado na condição de “instituição-modelo”, onde inspiravam-se os governantes que defendiam o regresso aos “tempos antigos”, como escreveu o Barão do Arary. As críticas ao jardim acanhado, desorganizado e estéril, que fizeram os cronistas ao tempo dos Capitães Gerais e do Primeiro Reinado, como Lacerda, Baena e o Barão de Bagé, desapareceram de todo. Mudava, assim, juntamente com a feição e a finalidade do jardim paraense, a própria memória que dele se construía.

Em todo esse processo, um ponto merece ser destacado: os constantes reclamos de que a capital do Grão-Pará deveria ser dotada de um jardim botânico onde, de fato, pudessem se aplicar os que estudavam vegetais. Ainda na década de 1820, Lacerda propôs a reforma completa do jardim, com a criação de uma coleção viva, devidamente arranjada, e a incorporação de uma reserva de mata nativa, entendida como laboratório natural para a observação das espécies em seu próprio *habitat*. Propostas semelhantes foram feitas por Baena, que via num jardim devidamente arranjado o desafogo para uma cidade equatorial, e pelo Barão de Bagé, que o considerava um instrumento adequado para a formação de naturalistas. Nos anos 1840, as tentativas de restaurar o jardim conforme o modelo original, inclusive com a contratação não efetuada de um botânico,

---

<sup>53</sup> Essa estação da Estrada de Ferro de Bragança foi uma conquista dos comerciantes da cidade, que não queriam pagar o frete das mercadorias até o terminal de São Brás. O poder público, então, prolongou a estrada até o centro da cidade, inaugurando a nova estação sobre o antigo Jardim Público, no ano de 1888. Sobre as discussões envolvendo

também revelam a intenção de dar alguma “utilidade” a todo o complexo já existente em Belém, como argumentou o presidente Ferreira Penna. Essa “utilidade” continuou a ser buscada com o passar do tempo. Na década de 1850, já eram muitos os que gostariam de ver um jardim “duplamente útil”, que servisse de recreio e instrução para os habitantes, como Cunha e Rohan. A mesma idéia foi defendida na década seguinte pelo Barão do Arary e por Lamare.

Contudo, as idéias de uns e o empenho de outros não fizeram do estabelecimento paraense um jardim com uma “opulência verdadeiramente Médico-Botânica”, como queria Baena. De maneira diferente, criou-se um “jardim de recreio” onde se cultivaram principalmente plantas ornamentais. Essa transformação foi percebida ainda no início da década de 1860 pelo presidente Brusque, que criticou a falta de “pessoal conveniente” e reconheceu os méritos do jardim no desenvolvimento do “gosto pela floricultura” em Belém. Nem mesmo a permanência de defensores do antigo jardim no governo paraense, como o Barão do Arary, por longos anos deputado com cargo de primeiro vice-presidente, garantiu a manutenção e a ampliação do jardim botânico. Se ainda levarmos em consideração as cifras avultadas aplicadas no jardim público entre 1855 e 1870, tanto com a contratação de pessoal quanto com obras de conservação e embelezamento, incluindo aqui a transferência do estabelecimento, chegamos à questão dos motivos pelos quais a criação de uma instituição de pesquisa botânica nunca foi efetivada, apesar de defendida e julgada necessária para a instrução, indústria e comércio.

Podemos encontrar uma resposta num movimento de valorização da Natureza característico da primeira metade do século XIX, o qual deu ensejo não apenas à paixão pelo cultivo de flores e árvores, mas também à construção e reforma de jardins públicos. Nesse período, multiplicaram-se os livros sobre as diferentes espécies vegetais e sobre os modos de transplantá-las (Thomas, 1996). Juntamente com os cultivadores profissionais, dentre os quais Baraquin certamente foi um dos melhores estabelecidos em Belém, surgiram novas variedades de flores e plantas ornamentais, disputadas à rodo por colecionadores e “amantes da natureza”, como se dizia à época. A jardinagem doméstica foi então praticada e estimulada por seu “efeito civilizador”, isto é, pela evocação de um ambiente aseado, respeitoso e elegante (*id. ibd.*:279). Cultivar plantas e flores era uma atividade executada para o enobrecimento e moralização de homens e mulheres, pois garantiria afastá-los de vícios e tentações. Essa era, por assim dizer, a

---

os administradores da estrada de ferro, as autoridades e os comerciantes, incluindo a escolha do local para a nova estação, ver Sousa (1885) e Araripe (1886). Sobre a Estrada de Ferro de Bragança, ver Cruz (1955).



maior ambição dos governantes paraenses que valorizavam o jardim público, como bem notou o presidente Brusque ao ressaltar que a floricultura e os “estudos de recreio” ali executados eram “companheiros da civilização”.

No Brasil, os jardineiros franceses foram os que mais atuaram. Na década de 1840 eles já estavam circulando por Pernambuco, ora oferecendo serviços, ora ferramentas e mudas de plantas que traziam da Europa, inclusive as novas variedades de flores introduzidas no mercado a cada ano (Mello Neto, *op. cit.*). A contratação de nove jardineiros franceses para o jardim público de Belém, em 1855, certamente reflete o prestígio que estes profissionais já possuíam na sociedade paraense, além do fato bastante relevante de terem vindo de Caiena muitas plantas introduzidas no antigo jardim botânico, assim como de terem sido franceses os dois primeiros administradores do estabelecimento. A França, portanto, continuava como referência no cultivo de espécies exóticas e na horticultura.

Muitos desses jardineiros diversificaram suas atividades, passando também a coletar espécimes para colecionadores e museus. Isso os habilitava profissionalmente e lhes dava o meio de sustentação de suas atividades, como foi o caso de Baraquin. Esse “jardineiro-naturalista”, como se dizia então, procurou formar uma rede de clientes para os produtos naturais que coletava na Amazônia, não só na Europa, mas também no Brasil. Valeu-se, naturalmente, do fato de residir na região e do cargo que ocupava em Belém para obter um título honorário do Museu Imperial, o qual garantiria não só um destino certo para suas coleções, como também poderia abrir-lhe muitas portas na Europa. Certamente foi seu trânsito entre as instituições da Corte e de Paris, assim como suas relações sociais locais, que influenciaram na decisão dos governantes paraenses de reempossá-lo no cargo de inspetor do jardim público de Belém.

Outros jardineiros apresentavam-se como membros da Sociedade de Horticultura de Paris, respaldando assim a seriedade de suas intenções (*id. ibd.*). Esse tipo de sociedade apareceu em cada canto da Europa na primeira metade do século, algumas manifestando um interesse geral pela horticultura, como a Sociedade de Horticultura de Londres, fundada em 1804, e a Sociedade Botânica, em 1839; outras, centraram suas atividades em determinadas plantas, como a Ipswich Cucumber Society. Todas, entretanto, comungaram do “tremendo interesse pela hibridização de novas variedades para as mais populares flores” (Pyenson e Sheets-Pyenson, *op. cit.*:159).

Mas não só o gosto pelo cultivo de flores influenciou os administradores do jardim público paraense. O oitocentos foi também o século das grandes avenidas e áreas verdes

construídas nos arrabaldes ou mesmo no centro de muitas cidades, após as devidas reformas urbanas. Foi o caso dos jardins públicos de Breslau (1811), Genebra (1817), Munique (1822) e outros surgidos na Europa e nos Estados Unidos na primeira metade do século XIX, para onde o público afluía como “locais para piqueniques, brincadeiras, demonstrações de fogos de artifício (...) – achando na botânica o prazer há muito usufruído pela nobreza” (*id. ibd.*). Em certa medida, a reforma urbana de Belém no início do século e a transformação do jardim botânico num “jardim de recreio”, nos anos 1850, onde os governantes ordenaram que a “música tocasse”, como nos informou Soares, são devedores dessa “consagração ou consolidação da vida pública” sob uma ordem estritamente burguesa (Saldanha, 1993:38). As melhorias urbanas do período – com a construção de praças e espaços abertos nas cidades – podem ser consideradas, no fundo, como “palco para as transformações das formas de sociabilidade na aristocracia, na pequena nobreza e testemunho da ascensão da burguesia (...)” (Segawa, 1996:77).

De par com esse movimento, os próprios jardins botânicos transformaram-se, “libertando o microcosmo da natureza do exclusivo controle dos nobres e letrados” (Pyenson e Sheets-Pyenson, *op. cit.*:159). Um novo modelo institucional surgiria juntamente com as novas atribuições imputadas aos jardins botânicos, particularmente aquelas relacionadas à instrução. Kew Gardens, por exemplo, foi reformado e aumentado na década de 1840, sob a direção de William Hooker (1785-1865). De jardim real foi transformado numa instituição de pesquisa botânica, onde um público ávido por conhecimentos e divertimentos podia visitar grandes estufas e coleções de plantas das mais remotas regiões do globo. O horário de visita pública foi ampliado, passando o número anual de visitantes dos 9 mil em 1841 para mais de 500 mil no fim da administração de Hooker. Ao mesmo tempo, o papel de Kew como um “repositório imperial de conhecimento botânico” (*id. ibd.*:161) foi sensivelmente ampliado por meio da articulação dos jardins coloniais ingleses e das viagens de coleta. Nesse contexto, fazia sentido reunir num mesmo local plantas de lugares tão distintos quanto as florestas equatoriais, as savanas africanas, os desertos e as grandes montanhas, dispostas sob determinada ordem tanto para a apreciação do público quanto para as pesquisas botânicas e experimentos agrícolas.

No Brasil, os jardins botânicos existentes na primeira metade do século também testemunham essas transformações institucionais. Como vimos nos capítulos anteriores, os jardins luso-brasileiros foram concebidos como uma rede cujo centro estava na metrópole, particularmente no Jardim da Ajuda, mas que não dependia dele para se efetivar, posto que as

autoridades estimularam os intercâmbios entre as colônias e os administradores locais tinham autonomia suficiente para gerir o funcionamento dos jardins, de acordo com uma ampla política agrícola e científica elaborada para todo o império. A transferência da Corte para o Brasil, num primeiro momento, não representou mudança nessa política, nem mesmo com a criação do Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, pois até 1817 os jardins mais importantes do império lusitano estavam em Belém e em Caiena, se considerarmos suas atividades na aclimatação de exóticos e na experimentação agrícola. Somente em 1819, com a elevação do jardim fluminense a Real Jardim Botânico anexo ao Museu Real, verificamos uma primeira transformação. Esta, contudo, ocorreu mais em função do *status* dado ao jardim fluminense do que a uma mudança institucional, pois a sua reforma manteve os antigos objetivos previstos por D. Rodrigo de Souza Coutinho no final do século XVIII. A ampliação do jardim e a nomeação do ex-Intendente de Caiena, Maciel da Costa, para sua direção é um indício de que a Coroa procuraria se beneficiar da experiência adquirida em *La Gabriele* para dar continuidade ao seu projeto agrícola.

Mesmo após a Independência e os conflitos que ocorreram em todo o território, essa política se manteve, pois na década de 1820 D. Pedro tentaria retomar o incentivo dado aos jardins. Em 1825 seriam instalados mais dois, o de São Paulo e o de Vila Rica (atual Ouro Preto). Entretanto, ambos eram instituições provinciais, sendo o primeiro criado anexo ao Hospital Militar e graças à uma subscrição pública para arrecadar a soma necessária (Hoehne *et al.*, 1941). O empenho do imperador resultou infrutífero no caso do jardim paraense e do jardim pernambucano, justamente os dois que pertenciam à Coroa brasileira. No segundo ainda se intentou criar uma cadeira de Botânica e Agricultura em 1829, provida cinco anos depois pelo cirurgião Serpa, mas os registros existentes dão conta de que o curso não progrediu como se esperava (Mello Neto, *op. cit.*). No Rio de Janeiro, pelo contrário, alguns investimentos foram realizados tendo em vista as mudanças institucionais em curso. Nas administrações de Frei Leandro do Sacramento, entre 1824 e 1829, e de Bernardo José de Serpa Brandão, entre 1829 e 1851, o jardim – desvinculado do Museu Imperial em 1822 – foi aberto à visitação pública, teve sua plantação de chá recuperada, seu terreno significativamente ampliado e lagos, fontes e aléias construídos e decorados (Lavôr, 1983).

Quanto ao jardim paraense, as transformações ocorreram somente depois que se tornou uma instituição provincial, concomitantemente à reconstrução, urbanização e embelezamento da “capital da borracha”. Como escreveu o presidente De Lamare, a necessidade de um jardim

público numa cidade que se queria moderna e cosmopolita era “axiomática”. É esse o quadro que devemos ter em mente quando nos deparamos com as crônicas de alguns viajantes que estiveram em Belém no período, como o já mencionado Avé-Lallemant. Dessa maneira, as palavras do médico alemão ganham novo sentido quando se refere ao “pequeno, maravilhoso viveiro de plantas” de São José, administrado por um “honrado jardineiro francês” e recheado de dracenas, iúcas, agave, cactos e “várias plantas raras” (Avé-Lallemant, 1980:31).

Contudo, se o gosto pela jardinagem, os preceitos urbanísticos do oitocentos e as transformações institucionais nos jardins botânicos explicam a prioridade dada pelos governantes paraenses à construção de um jardim público, uma questão que nos parece primordial – dos motivos pelos quais uma instituição de pesquisa botânica não foi criada, apesar de insistentemente reivindicada – continua sem resposta. Onde e como estavam se articulando profissionalmente os naturalistas locais? Estariam eles associando-se a que projeto? Nosso argumento é de que – enquanto o jardim botânico era recriado sob novos moldes – outros espaços institucionais se consolidavam para a prática das ciências naturais em Belém. Nesses novos espaços, criados e mantidos por uma economia extrativista em rápida expansão, a experimentação agrícola não seria uma atividade central, assim como deixara de ser para o próprio jardim botânico do Grão-Pará.

### **Outros lugares para a ciência: a Biblioteca, o Liceu e o Museu**

A conveniência da criação de uma biblioteca, um liceu e um museu de história natural em Belém começou a ser debatida no mesmo ano em que o jardim botânico tornou-se uma instituição provincial, ou seja, no contexto da reorganização administrativa da província após a Cabanagem. Um Gabinete de História Natural, juntamente com uma Biblioteca e um Gabinete de Física, foram propostos, então, como instituições necessárias para o melhoramento da instrução pública (Miranda, *op. cit.*:24). Na verdade, faziam parte de um conjunto de medidas discutidas no âmbito governamental com o fim de restituir a “civilização” ao Pará. Como o “ócio” e a “ignorância” das camadas populares foram responsabilizados pela eclosão da Cabanagem, as autoridades pretenderam criar instituições de ensino e formação operária, publicar livros, importar máquinas

e instrumentos, contratar técnicos provenientes do estrangeiro e de outras províncias e também controlar a parcela da população considerada “ociosa”, obrigando-a a trabalhos forçados<sup>54</sup>.

Nos anos imediatamente posteriores à Cabanagem, havia uma crença generalizada entre as autoridades paraenses de que somente o trabalho e a instrução poderiam restabelecer a “ordem” na província, após os anos de “revolução espantosa” e “barbarismo”. Para o comandante das tropas legalistas e grande mentor da reforma das instituições provinciais, Francisco José de Souza Soares d’Andrea, as noções de “respeito aos superiores”, “autoridade pública”, “religião”, “disciplina”, somente seriam recuperadas por um governo forte e austero, que fosse capaz de destruir o “germen” dos males sociais e estatuir “medidas que lhe sejam diametralmente opostas” (Andrea, 1838:3). Uma dessas medidas foi a criação, em 1838, do “Estabelecimento de Educandos Artífices”, com os objetivos de centralizar a execução das obras públicas que se julgava urgentes para Belém, introduzir o uso de novos instrumentos e máquinas a vapor nessas obras, e formar jovens desprovidos de recursos em atividades técnicas, desde que ajudassem nos serviços requeridos pelo governo e colocassem sua força de trabalho à venda para auto-sustentar o estabelecimento (Franco, 1842).

No ano seguinte, ao mesmo tempo que se discutia a criação da biblioteca e dos gabinetes de história natural e de física, o presidente Bernardo de Souza Franco defendia que, a exemplo da recém-criada casa de educandos, a instrução pública fosse reformada com a introdução de conhecimentos aplicáveis à “vida ativa e laboriosa” que os jovens deveriam ter. Assim, no entendimento do presidente da província, os que fossem se dedicar à agricultura deveriam estudar “Botânica descritiva e aplicada”; os que fossem viver da pecuária, “Arte veterinária”; e assim por diante (Franco, 1839:5). Urgia, portanto, criar “cadeiras” de botânica, veterinária e ainda de geometria e “geometria aplicada às artes”, a fim de formar os profissionais que a província necessitava. No entanto, somente a de geometria foi criada, justamente a que Andrea havia sugerido um ano antes como um anexo ao Estabelecimento dos Educandos, destinado ao desenho de engenharia civil, arquitetura e de máquinas. Em 1840 a “Escola de Geometria” já estava instalada e provida de um mestre.

---

<sup>54</sup> Acreditamos que as medidas governamentais que visaram diretamente a repressão dos movimentos sociais no Pará, como a criação dos “Corpos de Trabalhadores” em 1838, espécie de companhia militarizada de trabalhos forçados, não pode ser dissociada das medidas governamentais relacionadas à instrução pública. Pela leitura dos relatórios provinciais pode-se depreender que, enquanto estas últimas tinham um caráter preventivo, pois foram destinadas à “formação da mocidade”, como se dizia, as primeiras foram instituídas com o fim imediato de manter o controle político e social da província.

De acordo com Franco, as demais “cadeiras” de ensino não foram criadas por causa da carência de mestres habilitados, da instabilidade política e da rebeldia social que ainda reinava na província, ameaçando “a massa inteligente, ilustrada e pacífica” (*id. ibd.*). A Assembléia Provincial deliberou, então, que esses problemas deveriam ser enfrentados, dentre outras medidas de coerção, por meio do envio de pensionistas para o exterior, a fim de se especializarem nas matérias úteis ao governo, e também por meio do apoio à biblioteca que a Câmara Municipal tentava instalar na capital através de uma subscrição pública (Benjamin, *op. cit.*). No primeiro caso, foram enviados já em 1840 três jovens para diferentes centros da Europa, a fim de se formarem em mineralogia, veterinária e engenharia civil. Ao retornarem, seriam comissionados para determinadas tarefas técnicas e científicas ou mesmo contratados para o serviço público<sup>55</sup>. No segundo caso, a Assembléia decidiu coadjuvar a iniciativa da Câmara dotando a biblioteca de uma verba especial. Contudo, tanto o gabinete de história natural quanto o de física, propostos inicialmente como anexos da biblioteca, foram preteridos da decisão dos deputados. Somente a biblioteca seria efetivamente criada e anexada, em 1846, ao Liceu Paraense, instituição que centralizava o ensino secundário na província.

O Liceu foi criado em 1841 para dar aos jovens tanto a formação “literária”, como se dizia então, quanto a técnica, reunindo as tradicionais “cadeiras” do ensino humanista e também as de “geometria”, “escrituração mercantil” e outras (Franco, 1842:12). Como Belém não possuía uma instituição de ensino superior, cabia ao Liceu fornecer a preparação para os jovens que iriam prosseguir na vida acadêmica. Os professores do estabelecimento eram os mais bem pagos da província e tinham por função, além de suas atribuições docentes, zelar pelo ensino primário. A Diretoria da Instrução Pública, por exemplo, foi criada juntamente com o Liceu, devendo o diretor deste acumular ambos os cargos. Mais tarde, quando foi criado o Conselho de Instrução, os professores do Liceu ganharam assento cativo no órgão.

Muitos foram os debates ao longo da década de 1840 sobre o Liceu, envolvendo a presidência da província e a Assembléia Legislativa: remuneração e qualificação dos professores, estrutura curricular, método de ensino, concessão de pensões, etc. O que nos interessa no momento é destacar que, no início da década seguinte, em 1851, dando prosseguimento àqueles debates, uma grande reforma no ensino foi votada pela Assembléia, cujos principais tópicos eram

---

<sup>55</sup> O envio de pensionistas para o exterior e outras capitais brasileiras, instituído em 1839, tornou-se uma prática que vigorou ininterruptamente no Pará até o início do século XX.

dar uma orientação mais técnica para o ensino público e estabelecer os critérios para a contratação de professores e inspeção das escolas (Aguilar, 1852:25). No primeiro caso e com relação à educação secundária, foram criadas no Liceu “cadeiras” para o ensino de “Noções de Física, Química e Botânica” e de “Desenho geométrico e topográfico”. No segundo caso, houve maior centralização do ensino e, pode-se dizer, foi dado início a um movimento corporativo dos docentes. A reforma recomendava, por exemplo, a “centralização completa da instrução secundária nesta capital, elevando-se o liceu ao maior grau de aperfeiçoamento que for possível”.

Dois anos depois da reforma, o novo presidente da província a criticava por rigorosa na fiscalização dos professores e por não ter privilegiado a educação primária, cujo número de escolas considerava insuficiente. Para José Joaquim da Cunha, “(...) mais vale um professor menos instruído do que nenhum, isto quanto à instrução primária, que deve ser muito generalizada. Não se deve pensar da mesma maneira à respeito da instrução superior, a qual só pode chegar a quem tem meios para isso, nem é possível estabelecer uma universidade em cada vila” (Cunha, *op. cit.*:12). Como ao presidente interessava a ampliação das escolas primárias, julgou “supérfluas” muitas das medidas estatuídas anteriormente, inclusive a “cadeira” de “Noções de Física, Química e Botânica” do Liceu. Em 1854 a “cadeira” seria extinta, sem nunca ter sido efetivamente instalada (Cunha, 1854).

Impossibilitado o ensino da história natural no Liceu, o presidente Rego Barros e o diretor de obras públicas, Gama e Abreu, tentariam criar um museu em Belém em 1856. Vimos que o primeiro foi o responsável por várias melhorias no jardim público, tendo ampliado o terreno, aumentado as plantações e contratado os jardineiros franceses. Em relatório apresentado ao Ministro dos Negócios do Império, Rego Barros anexou uma justificativa de Gama e Abreu sobre a necessidade de se criar na capital um estabelecimento de “recreio e instrução da população”, da qual já divulgamos um longo trecho. O jardim já passava por reformas, mas ainda era preciso melhorar e ampliar a biblioteca, assim como criar outras instituições destinadas “à coleção das riquezas botânicas, zoológicas ou mineralógicas que existem na Província”, especialmente um Museu. O diretor da Repartição de Obras Públicas assim escreveu:

“A necessidade destas instituições é palpável. Por meio de coleções de espécies mineralógicas convenientemente classificadas, acompanhadas da indicação de seus jazigos, é bem provável que novos campos se abram à especulação dos empreendedores, e

outros tantos canais de produção venham enriquecer esta Província. Estas mesmas considerações aplicadas à Botânica nos mostram iguais vantagens. Quanto à parte zoológica com a simples troca dos nossos exemplares de espécies indígenas, pelas de espécies de outros países, fácil nos seria obter ricas coleções”<sup>56</sup>.

Possivelmente influenciado pelas atividades de Gama e Abreu à frente do jardim público e pela administração de Rego Barros, o presidente que a este sucedeu, Henrique de Beaurepaire Rohan, seguiu incentivando outras atividades científicas na província. Para a confusão dos deputados paraenses, Rohan pensava justamente o oposto do ex-presidente Cunha: a instrução deveria estar disponível a todos e não somente a quem tem “meios”. Por isso propunha a criação de internatos para cada um dos sexos no Liceu Paraense, para que acolhessem os jovens que, de outra maneira, teriam de ser enviados à Europa se quisessem estudar (Rohan, 1856:10). Em 1857, também propôs à Assembléia Provincial a recriação da “cadeira” de “Ciências Naturais” no Liceu, assim como a instalação de uma outra, destinada ao ensino de “Química Aplicada às Artes”, justificando-as da seguinte maneira: “Nesta província, onde abundam os produtos naturais, seria de muita vantagem que o estudo das ciências físicas despertasse o gosto de ensaios neste gênero” (Rohan, 1857a:13-4). As “cadeiras” foram efetivamente criadas e providas de mestres.

Os presidentes da província, na grande maioria nascidos em outras regiões, viam com perplexidade o abandono da agricultura na Amazônia em benefício da indústria extrativa da borracha, apesar dos grandes lucros auferidos por esta aos tesouros provincial e central. Muitas medidas foram propostas para combater o que se considerava uma ilusão e forçar o retorno da população interiorana à lavoura. Uma dessas medidas foi a criação, em 1860, da Escola Rural D. Pedro 2º, destinada principalmente ao ensino agrícola, ao desenvolvimento da lavoura de cana de açúcar, assim como do fabrico deste, e à criação de gado. No regulamento da escola estavam previstos, inclusive, a manutenção de um museu, a publicação de um periódico, os “Annaes da Escola Rural de D. Pedro 2º”, cujo fim seria “inspirar à população a vocação para a vida da agricultura”, e a fundação de uma escola florestal anexa, destinada à extração de madeiras (Amaral, 1861:13).

---

<sup>56</sup> “Informações sobre a Província do Pará prestada por Sebastião do Rego Barros ao Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 1856”. IHGB, lata 289, doc. 3.



Os debates sobre os rumos da economia paraense andavam tão acalorados que o presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque chegou a contratar (sem a autorização da Assembléia), no mesmo ano de 1860, o naturalista francês Louis Jacques Brunet (?-?), então Diretor do Gabinete de História Natural do Ginásio de Pernambuco, para fazer uma viagem pela província e percorrer o rio Amazonas e alguns de seus afluentes<sup>57</sup>. O objetivo de Albuquerque era habilitar-se “com meios seguros de promover [no Pará] a exploração de objetos pertencentes aos três reinos da Natureza, tão abundantes aqui, e tão desconhecidos ao mesmo tempo” (Albuquerque, *op. cit.*:51). Brunet faria uma coleção de objetos de história natural para o ginásio pernambucano e, ao mesmo tempo, foi encarregado de explorar e examinar alguns produtos que pudessem diversificar a pauta de exportações paraenses. Por determinação do governo provincial, Brunet também formou coleções para o Museu Imperial do Rio de Janeiro, “tendo remetido inúmeras vezes produtos naturais do Pará” (Lopes, *op. cit.*:99).

As coleções que Brunet formava ao longo da viagem eram enviadas à Repartição de Obras Públicas, ou seja, para Gama e Abreu, que logo montou um pequeno mostruário de produtos que tinham potencial para a indústria e comércio (Amaral, *op. cit.*). O próprio diretor das obras públicas solicitou e obteve do governo isenção de qualquer imposto provincial, por dez anos, para os produtos que pretendia fabricar em máquinas a vapor, incluindo chocolate e “óleos de vegetais indígenas”. Para fazer frutificar o exemplo que acreditava estar dando, colocou à disposição do governo as coleções de Brunet, caso viesse a ser criado um museu de história natural.

Foi com a intenção de aproveitar essas coleções que os deputados Joaquim José de Assis (?-?) e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (1829-1888) – assim como Gama e Abreu, lentes do Liceu Paraense – propuseram um artigo aditivo à Lei do Orçamento Provincial de 1862, estipulando em 600 mil réis o montante necessário para a instalação de um “Museu de História Natural”<sup>58</sup>. O aditivo foi aprovado, mas os recursos não foram aplicados<sup>59</sup>. A idéia de fundar um

---

<sup>57</sup> Mello Neto (1954) nos informa que Brunet chegou a Pernambuco por volta de 1850, propondo ao governo provincial a criação de um novo jardim botânico, cuja direção lhe deveria ser entregue. O jardim seria “apropriado ao país” e sua utilidade garantida pelo cultivo de quatro tipos de vegetais: as plantas alimentares, as árvores frutíferas, as plantas medicinais e as empregadas nas artes. Seria, principalmente, um “lugar de experiências” para o melhoramento das espécies exóticas e indígenas (p. 52-3). Seu projeto não foi adiante, mas o naturalista foi empregado no Gabinete de História Natural do ginásio local.

<sup>58</sup> Lei n.º 396, de 30 de outubro de 1861. No Título 1º, cap. 10º, art. 11º (Diversas despesas), o parágrafo 9º estipula a despesa “com a fundação de um Museu de História Natural” em 600\$000. *Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará*, 1862.

museu, contudo, não foi esquecida. Pelo contrário, ampliou-se o empenho do grupo de intelectuais que vinha tentando, por meio de suas atividades docentes, políticas e científicas, incentivar o estudo das ciências naturais em Belém. Francisco da Silva Castro (1815-1899), por exemplo, médico interessado em história natural, presidente da Junta de Higiene Pública do Grão-Pará e membro do círculo de amigos e de interesses que unia Gama e Abreu, José de Assis e Corrêa de Freitas, passou a coletar sistematicamente a partir de 1864 para a Academia Real de Ciências de Estocolmo, para o Museu da Universidade de Christiania (atual Oslo) e para o Museu Imperial do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que publicava em diferentes periódicos seus estudos sobre aves, botânica médica, fósseis e outros (Cunha, 1989)<sup>60</sup>.

Na mesma época, Gama e Abreu iniciava a transferência do jardim botânico para a estrada de São José, com a intenção de ampliá-lo e dotá-lo de melhor organização. O mostruário que organizara dos produtos naturais da região dava seus primeiros frutos com a publicação, no relatório da administração provincial de 1863, de um catálogo de espécies vegetais úteis, especialmente as fornecedoras de fibras, contendo os nomes científico e vulgar, a área de ocorrência e os usos conhecidos (Brusque, 1863). Por sua vez, o diretor da Instrução Pública e professor do Liceu Paraense, José de Assis, que já havia proposto à Assembléia Legislativa a criação de um museu de história natural em 1861, publicava no mesmo relatório uma justificativa para a ampliação da biblioteca pública. Assis anexou ao relatório o catálogo dos livros existentes na biblioteca, do qual constavam autores como Frei Vellozo, Cuvier, de Candolle, Spix e Martius, e inúmeros tratados, compêndios, atlas e dicionários de história natural, botânica, fisiologia vegetal e animal, “matéria médica”, anatomia, química, tecnologia, indústria, física, geometria, arqueologia, geografia, astronomia e meteorologia, além das obras completas de Voltaire, Rousseau, D’Alembert e Kant (*id. ibd.*).

---

<sup>59</sup> A lei para o orçamento de 1864, de n.º 438, de 31 de dezembro de 1863, eliminou as verbas para a “fundação de um museu de história natural”. *Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará*, 1864.

<sup>60</sup> Alguns desses estudos apareceram em prestigiadas publicações da época, como a “Gazeta Médica da Bahia”, o “Compendio de materia medica” do Dr. C. M. Beirão, o “Diccionario de Medicina Popular” do Dr. Pedro Luiz Napoleão Chernoviz e a “Gazette médicale de Paris”. Na “Gazeta Médica da Bahia”, então um dos principais periódicos médicos do país, Castro publicou pelo menos dois textos científicos, “Nota sobre a droga ‘Uirary’ ou Curare” (Castro, 1868a) e “Observações sobre o vegetal Paricary e suas aplicações terapeuticas” (Castro, 1868b). No “Compendio...” do Dr. Beirão, obra referencial publicada em Lisboa, Castro publicou um importante estudo intitulado “Enumeração dos vegetais indígenas do Brazil, empregados em medicina e mais usados, contendo a sua sinonimia ou nomes vulgares e científicos, classificação, partes empregadas, formulas, virtudes, preparações terapeuticas, etc.” (Castro, 1860). No “Diccionario...” de Chernoviz (1862), o médico paraense aparece como colaborador de muitos verbetes sobre zoologia e botânica. Finalmente, na gazeta parisiense, Castro publicou uma versão de suas “Observações sobre o vegetal Paricary...” (Castro, 1869).

Na década de 1860 esse grupo já contava com um forte aliado, o então Secretário de Governo, Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888)<sup>61</sup>. Em 1861 ele ajudou a organizar a Exposição Provincial de Produtos Agrícolas e Industriais, realizada como preparação para a Exposição Nacional, e seguiu participando, ao longo da década, das comissões responsáveis pelas mostras provinciais. Provavelmente em função dessas atribuições e de suas habilidades pessoais, foi requisitado para formar coleções para Louis Agassiz, quando de passagem pela Amazônia no início de 1866<sup>62</sup>, e também para o Museu Imperial do Rio de Janeiro<sup>63</sup>. Em 1872, Ferreira Penna seria efetivamente contratado por esse museu como naturalista viajante, cargo que viria ocupar até 1884. Foi, inclusive, um dos mais assíduos colaboradores do museu carioca no período em que a ele esteve vinculado, principalmente nas matérias relativas à etnologia e arqueologia (Lopes, *op. cit.*).

Teria sido Ferreira Penna a pessoa a relançar, em 1866, a idéia da criação de um museu de história natural, seguindo as sugestões que Agassiz fizera em uma das conferências públicas que deu em Belém, quando então demonstrou “a conveniência da criação de um Museu nesta cidade, lamentando não se encontrar aqui reunidos em um tal estabelecimento tantos objetos úteis e interessantes” (Vellozo, 1867:33). Com o fim de fundar semelhante instituição, Ferreira Penna começou a trabalhar na preparação dos estatutos de uma associação científica. No dia 6 de outubro foi realizada, no Palácio do Governo, a primeira reunião da “Associação Philomatica”<sup>64</sup>. Presidia interinamente a província o Barão do Arary, ele próprio, como vimos, um entusiasta das ciências naturais e protetor do já mencionado Brunet. Ferreira Penna, como Secretário de Governo, foi eleito presidente da associação e outros três professores do Liceu (Américo Marques Santa Rosa, José Ferreira Cantão e Felix Vicente de Leão) compunham a diretoria. Todos lançariam mão de seu prestígio social – e de seus cargos – para obter do presidente que

---

<sup>61</sup> Ferreira Penna era mineiro, irmão de Herculano Ferreira Penna, ex-presidente do Grão-Pará, político muito próximo do Imperador. Chegou ao Pará em 1858 para assumir a Secretaria de Governo, cargo que ocupou por diversas vezes, tanto no Pará quanto no Amazonas (Cunha, 1989).

<sup>62</sup> Ferreira Penna formou uma coleção de peixes para Agassiz, como este mesmo informa – e agradece – em seu livro (Agassiz e Agassiz, 1938).

<sup>63</sup> Em 13 de março de 1867, Ferreira Penna enviava, às custas do governo, alguns “objetos de História Natural” para o Museu Imperial (“Jornal do Pará”, 13 de março de 1867, nº 60, capa). No despacho publicado no mesmo jornal, em 21 de maio de 1867, Ferreira Penna acusava o recebimento de alguns “pés da planta denominada ‘abatua’”, enviada por Gama e Abreu. Determinou, em seguida, que fossem conservados no jardim botânico para serem posteriormente enviados ao Rio de Janeiro (“Jornal do Pará”, 21 de maio de 1867, nº 116, p. 1).

<sup>64</sup> “Diário do Gram-Pará”, 6 de outubro de 1866, Ano XIV, Nº 227.

seria nomeado logo em seguida, Pedro Leão Vellozo, algum auxílio financeiro para o nascente museu.

Vellozo, de fato, protegeu o novo “Museu Paraense”. Embora não tivesse poderes para tal, concedeu uma quantia de 2:000\$000 de réis para que a “Associação Philomatica” pudesse “estabelecer nesta cidade um museu de artigos da História Natural e de objetos pertencentes aos indígenas”<sup>65</sup>. Justificava, então, que a associação, por falta de meios, ainda não havia podido “realizar ainda esta instituição, de reconhecido proveito ao desenvolvimento das ciências e à civilização”. Contudo, o mérito do museu não residiria no arranjo de “objetos úteis e interessantes” para os viajantes, como gostaria Agassiz, mas justamente no contrário: em manter na região “esses objetos continuamente remetidos uns como mimos, e outros vendidos para a Europa ou Estados Unidos, onde vão enriquecer os museu públicos ou particulares” (*id. ibd.*:33).

Apesar da proteção dos presidentes da província, como ocorreu com Vellozo e com seu sucessor, Joaquim Raymundo de Lamare, que continuamente pediram à Assembléia uma dotação de verbas para o museu (Lamare, 1867), as coisas não foram fáceis para os membros da “Associação Philomatica”. Grupos concorrentes, por exemplo, protestaram contra o que julgavam uma causa injusta, obrigando os deputados paraenses a ampliar a concessão dos benefícios financeiros. Em vez de votarem as verbas para o Museu Paraense, como queriam os membros da “Associação Philomatica”, criaram uma lei que autorizava o presidente da província a “auxiliar com 8:000\$000 a qualquer associação que se estabelecer com o fim de promover e fazer desenvolver a agricultura e indústria nacional dentro da província, e com igual quantia, inclusive a de 2:000\$000 já concedida ao Museu Paraense projetado pela Associação Philomática (...)”<sup>66</sup>. Doze dias depois, o presidente autorizava a concessão de igual quantia para a recém-criada “Sociedade Club Científico”<sup>67</sup>.

Dificuldades de outra ordem também se impuseram à “Associação Philomatica”, como a falta de meios para a conservação das primeiras coleções, a falta de recursos para a contratação de pessoal e a inadequação da casa alugada para o museu em meados de 1867. Estas dificuldades foram em parte sanadas no início do ano seguinte, quando o museu foi transferido – mesmo sendo uma instituição de caráter privado – para o novo prédio do Liceu Paraense (Guimarães,

---

<sup>65</sup> “Jornal do Pará”, 14 de março de 1867, nº 61.

<sup>66</sup> Projeto de Lei que fixa as receitas e despesas para 1868, Título 3, Cap. 2º, artigo 18º, § 12º. “Jornal do Pará”, 7 de novembro de 1867, nº 253.

<sup>67</sup> “Jornal do Pará”, 19 de novembro de 1867, nº 263.

1869). Este fato ilustra bem a importância do Liceu e de seus professores para a criação do Museu Paraense, instituição que continua ativa em nossos dias. Foi no Liceu, por exemplo, que ocorreram na década de 1850 as primeiras tentativas para a institucionalização das ciências naturais no Pará; foram professores do Liceu que tomaram a iniciativa para a criação de um museu de história natural em 1861; funcionava anexa ao Liceu a única biblioteca pública da cidade; e ao Liceu estavam vinculados vários membros e colaboradores da “Associação Philomatica”. O próprio Ferreira Penna seria posteriormente contratado como professor do Liceu, o que certamente contribuiu para que, em 1871, o museu imaginado pela “Associação Philomatica” – em detrimento das iniciativas concorrentes – fosse oficializado como uma repartição pública, a qual funcionaria por longos anos, assim como a biblioteca, no pavimento térreo do Liceu Paraense (Graça, 1871).

A cerimônia de instalação do museu foi realizada juntamente com a da biblioteca, no dia 25 de março, aniversário da Constituição. Esta contava então com 2.196 volumes, mas logo foi acrescida de outros tantos, enviados do Rio de Janeiro por ex-presidentes da província e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Charles Frederic Hartt, então chefiando a Expedição Morgan, também doou “uma boa porção de livros novos e muito estimados”, trazidos especialmente de sua terra natal (*id. ibd.*:15). Quanto ao museu, foi aberto no Liceu com “uma boa coleção de serpentes” e “uma excelente coleção de minerais da Europa”, ambas pertencentes à Repartição das Obras Públicas, ou seja, formadas ou adquiridas por Gama e Abreu. Os naturalistas que transitavam pela Amazônia, como Hartt e J. B. Steere, também contribuíram com “vários objetos” e foram conclamados a depositar na nova instituição as duplicatas de tudo o que coletassem na província<sup>68</sup>. Anunciava-se para breve, ainda, a chegada de uma outra coleção

---

<sup>68</sup> Não podemos deixar de observar que, assim como a Expedição Thayer (1865-1866) contribuiu para a criação da “Associação Philomatica” em 1866, a Expedição Morgan (1870-1871) deve ter influenciado de alguma maneira na oficialização do Museu Paraense em 1871. Esses dados nos colocam alguns questionamentos sobre a participação de viajantes em atividades científicas locais. Para alguns autores, como Sá (1998), as expedições estrangeiras contribuíram pouco para a institucionalização das ciências na Amazônia, “desde que o material coletado era invariavelmente enviado para o país de origem do explorador e toda informação relevante sobre os recursos naturais exploráveis da região não era colocada à disposição dos habitantes locais” (p. 177). Para outros, como Lopes (1997), as décadas de 1860-1870 demarcam o aparecimento de uma nova classe de viajante, que procura inclusive se estabelecer no país de destino. Seria o caso de Hartt, que colaborou não apenas com o Museu Paraense, mas também com o Museu Imperial do Rio de Janeiro (Lopes, 1994). Posteriormente, organizaria às custas do governo uma Comissão Geológica do Império, da qual esteve à frente até a data de sua morte (Figueirôa, 1994). Freitas (2000), por sua vez, vê a obra do viajante e a sociedade forjarem-se e influenciarem-se mutuamente. Essa perspectiva permitiria encontrar na obra do naturalista não apenas as características gerais de sua formação, os traços culturais de seu lugar de origem, mas também tomá-la como um “lugar de diálogo entre os saberes que circulavam na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX” (p. 208).

geológica, em preparação no Museu Imperial do Rio de Janeiro (*id. ibd.*:16). O museu surgia, assim, sob grandes expectativas, tendo sido saudado com entusiasmo pelo presidente Abel Graça:

“O Museu Paraense é o estabelecimento mais importante, que mais poderosa influência tem de exercer para o desenvolvimento das ciências nesta província. O Museu é o primeiro núcleo de um estabelecimento de ensino superior; é o centro a que se hão acolher no Pará os estudos da ciência da natureza” (*id. ibd.*:15-6).

O Museu Paraense foi, de fato, um dos “espaços culturais” que apareceram em algumas capitais provinciais no período, “de onde e para onde convergiam as iniciativas voltadas para as Ciências Naturais locais” (Lopes, *op. cit.*:220). Ferreira Penna surge, então, como figura exponencial no meio letrado paraense, seja pelos cursos e conferências que ministrou, seja pelas investigações originais que desenvolveu nas áreas de arqueologia, etnologia, história e geografia<sup>69</sup>. Apesar de ter ocupado a direção do museu por um curto período, logo afastando-se dela por desentendimentos políticos, a obra de Ferreira Penna deixou tal marca na instituição que o museu seria identificado com ela durante longos anos<sup>70</sup>. Em função dos seus estudos arqueológicos, por exemplo, o Museu Paraense tornou-se reconhecido nacionalmente na década de 1880 como detentor de significativas coleções. Tanto que Ladislau Neto, quando diretor do Museu Imperial, tomou emprestada a melhor parte da coleção para a Exposição Antropológica realizada em 1882 no Rio de Janeiro (Cunha, *op. cit.*). O confisco das peças ao final da exposição

---

<sup>69</sup> Os principais textos de Ferreira Penna foram reunidos por Osvaldo Cunha e republicados em 1973. Eles apareceram originalmente na forma de relatórios e de artigos publicados em jornais e revistas, principalmente nos *Archivos do Museu Nacional* e na *Revista Amazônica*. Ver Penna (1973).

<sup>70</sup> Acrescente-se a isso o fato da maior parte de seus textos não terem sido produzidos no âmbito do Museu Paraense, mas por encomenda do governo provincial e como parte das atividades de naturalista viajante do Museu Imperial. Ver, por exemplo, os comentários de Francisco Bernardino de Souza sobre Ferreira Penna (Souza, 1873), a carta que João Wilkens de Mattos escreveu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), apresentando a obra do naturalista, lida em sessão e transcrita na *Revista do IHGB* (Mattos, 1876), e a biografia do naturalista escrita por Blake (1893). Em todos os textos Ferreira Penna é apresentado pela sua obra, considerada de alta qualidade, pelos trabalhos efetuados para o Museu Imperial e como um dilettante que se dedicava às ciências naturais, à geografia e à história, e que viajava “por conta própria”. Se hoje a memória de Ferreira Penna está indelevelmente associada ao Museu Paraense – em detrimento de muitos outros atores envolvidos na fundação do museu, como pudemos comprovar em nosso estudo – devemos essa responsabilidade à historiografia que surgiu após a Proclamação da República, particularmente aos trabalhos e atividades de José Veríssimo. Foi nessa época que teve origem um viés historiográfico que teceu um elo definitivo entre o “museu de Ferreira Penna” e o “museu de Emílio Goeldi”, passando aquele a ser qualificado como um homem visionário, que não conseguiu levar adiante o museu que imaginou pela incompreensão das autoridades do extinto Império, dificuldade que – para os republicanos – Goeldi não enfrentava (Sanjad, 2001).

pelo Museu Imperial, embora tenha gerado uma ácida polêmica entre as duas instituições – que se perpetuaria por muitas décadas – não abalou a fama do Museu Paraense. No catálogo publicado pelo governo brasileiro para a Exposição Universal de Paris, em 1889, o Museu Paraense ainda figura como detentor de muitos artefatos arqueológicos da bacia amazônica, ao lado do Museu Imperial e do Museu Peabody, em Cambridge, Estados Unidos (Rio Branco e Zaborowski, 2000).

Embora a criação do Museu Paraense não esteja diretamente vinculada às mudanças verificadas no jardim botânico do Pará, toda essa movimentada história que contamos pode ser entendida dentro do mesmo quadro de transformações ocorridas – ao longo do século XIX – na relação entre governo e cultura, em que as instituições culturais (jardins botânicos, museus, bibliotecas, galerias de arte, etc.) passam a ser planejadas e organizadas pelo governo com propósitos civilizatórios (Bennett, 1995). No caso dos debates públicos ocorridos entre 1839 e meados da década de 1850, a função reguladora do jardim botânico, da biblioteca, do liceu e do museu, planejados em conjunto com várias outras instituições de instrução pública e controle social, é mais explícita, pois o governo legalista tinha como referência as expectativas de uma elite letrada que gostaria de esquecer os anos de “barbarismo” e ver sepultada a ameaça de uma nova revolta de grandes proporções, assim como os debates travados no Rio de Janeiro sobre os projetos de “nação” e de “povo brasileiro”.

Após aquele período, verificamos a gradual transformação do jardim botânico em jardim público, elevado à condição de símbolo do bem estar e da civilidade de Belém – uma “necessidade axiomática” para o presidente que comandou a solenidade de abertura do rio Amazonas. Por sua vez, as diversas ações que tiveram como objetivo fundar um museu de história natural tornam-se mais utilitaristas, ilustrando bem o significado que os museus e a história natural possuíam para as autoridades locais, enquanto símbolos do progresso e do pragmatismo da ciência. Seja o mostruário de vegetais úteis montado por Gama e Abreu, seja o museu que se intentou criar na escola agrícola ou o que os professores do Liceu propuseram à Assembléia Provincial, todos foram vistos como instituições capazes de influenciar o processo econômico e difundir valores associados ao Naturalismo, que então se consolidava como “escopo universal do método e procedimento científico” (Lopes, *op. cit.*:326). Foram, igualmente, tentativas de institucionalizar as ciências naturais na região, assim como manifestações de uma emergente comunidade científica que disputava apoio político para as suas ações e interesses.

Em 1871, ano em que o governo provincial absorveu o museu da “Associação Philomatica”, vendo nele o “núcleo” de uma futura instituição de ensino superior e o substituto de uma academia, o jardim público já não mais representava um espaço adequado para a prática científica, e nem mesmo um local recomendado para o divertimento das famílias paraenses. Pelo contrário, estava sendo abandonado pelo poder público. A memória de seu passado apagava-se na velocidade com que a “capital da borracha” enriquecia, deixando perdidos no tempo as intenções e o árduo empreendimento que foi construir em Belém aquele pequeno horto de “50 braças em quadro”, a plantação de caneleiras, o passeio ornado com a “flor do General” e o jardim de plantas medicinais em cujo centro dois jacarés lançavam pela boca a água do rio.



Fig. 3.1: Jardim Público do Pará. Gravura de Herbert Smith, 1870. Ao fundo, as torres da Igreja da Santíssima Trindade (Smith, 1879, *apud* Papavero e Teixeira, 2000)



## CONCLUSÕES

---

No primeiro capítulo, verificamos que os modernos jardins botânicos europeus nasceram voltados para a pesquisa empírica acerca do mundo natural, particularmente de remédios fabricados a partir de vegetais. Fossem vinculados aos cursos universitários de medicina e farmácia ou fossem propriedades reais, os jardins – assim como os museus que se estabeleceram na mesma época – serviram tanto como espaços de sociabilidade para os interessados em história natural quanto instrumentos para a profissionalização e reconhecimento social dos naturalistas. Ao promoverem uma ciência mais voltada para a observação e experimentação e ao permitirem a centralização do conhecimento botânico por meio da reunião de número cada vez maior de plantas, os jardins botânicos foram colocados no centro de projetos expansionistas e reformistas de muitas nações européias, enquanto braços do poder imperial. Esses projetos, em geral, articulavam naturalistas, exploradores e agentes coloniais em torno da classificação, aclimação e domesticação de novas plantas. Os jardins coloniais – subsidiários e provedores dos estabelecimentos localizados nas capitais européias – nasceram nesse contexto de otimismo com a possibilidade de um maior controle da Natureza e com o potencial econômico dos novos produtos naturais, como medicamentos, fibras e alimentos de origem vegetal.

No caso de Portugal, o país se destaca dentre os demais pelo antigo empenho na difusão de vegetais úteis, que remonta às suas primeiras conquistas territoriais. A partir de meados do século XVIII, num movimento reformista contemporâneo ao que ocorria na França, Espanha e Inglaterra, podemos observar uma maior articulação dessa atividade com a reforma, ampliação e aparelhamento do jardim botânico do Palácio da Ajuda, planejados tendo em vista a elaboração de uma história natural das colônias. Todo um aparato científico, administrativo e comercial foi posto em contato com o jardim da Ajuda, desde o curso de Filosofia Natural criado na Universidade de Coimbra para formar os naturalistas de que o governo necessitava, dentre os quais Alexandre Rodrigues Ferreira é um dos exemplos mais conhecidos, até as autoridades coloniais, orientadas a remeter para o jardim todo e qualquer produto natural. A administração do jardim também manteve estreita relação com as companhias de comércio e as viagens exploratórias e filosóficas do período.

O momento em que a Coroa portuguesa decidiu criar os jardins coloniais, no final da década de 1790, mostrava-se bastante oportuno, sob diversos aspectos. Além de já existir toda uma estrutura e uma prática estabelecida para a coleta e pesquisa de produtos naturais no reino e nas colônias, a Revolução Francesa provocou significativas mudanças no âmbito científico, como a transformação do Jardim do Rei no Museu Nacional de História Natural e a retomada de um programa de pesquisa fundado na botânica e na agronomia, particularmente na aclimação de exóticos. Ao mesmo tempo em que esse campo ganhava novo impulso, o esfacelamento do império colonial francês criou as condições ideais para que os portugueses subtraíssem da Guiana Francesa muitas plantas que ambicionavam introduzir no Grão-Pará, bem como atrair alguns proprietários que se opunham aos rumos políticos da França. Dois desses “homens industriais” que vieram da Guiana, Michel du Grenullier e Jacques Sahut, receberam a incumbência de administrar, no Pará, alguns estabelecimentos agrícolas do governo, inclusive o jardim botânico.

O interesse mútuo de Portugal e França por suas colônias fronteiriças era de antiga data, constituindo-se mesmo em secular disputa armada pelos limites territoriais de cada colônia. Após a divulgação da viagem de La Condamine pelo rio Amazonas, feita com grande rumor na Academia das Ciências de Paris, a colonização portuguesa na região tornou-se uma referência para o governo francês, até então envolvido em desastrosos projetos de povoamento da Guiana. Com o sucesso da introdução de espécies asiáticas nessa colônia, a partir da década de 1770, inverteram-se, de certa maneira, as posições, passando os portugueses a verem na experiência francesa um exemplo a ser seguido. Na década de 1780, Vandelli chegou a sugerir a obtenção pela força daquelas plantas, o que só foi conseguido em 1798, em condições mais apropriadas para os portugueses. Foram essas plantas que formaram a primeira coleção do Jardim Botânico do Grão-Pará<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> As relações entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa ainda aguardam melhores estudos. A historiografia já apontou inúmeros indícios de que houve, de fato, uma considerável relação comercial – em geral ilícita, mas por vezes consentida pelos governadores do Grão-Pará – entre as duas colônias. Da mesma maneira, não foram poucas as idéias que migraram de uma colônia para a outra, juntamente com homens e publicações. Alguns historiadores já demonstraram que a Guiana foi uma das “portas” de entrada de idéias liberais e revolucionárias no Pará da primeira metade do século XIX. Nesse trabalho, fizemos referências ao interesse de ambos os governos pelas experiências coloniais vizinhas, ao trânsito de naturalistas franceses entre a Guiana e a foz do Amazonas e aos projetos de conquista da Guiana elaborados pelos portugueses. Muitos outros aspectos dessa relação podem ser enumerados, como as investidas militares francesas no atual Amapá, constantes até o final do século XIX, e a “guerra de informações” científicas e estratégicas sobre o território, iniciada no século XVII pelo matemático e explorador jesuíta Aloísio Conrado Pfeil e encerrada no ano de 1900 com o episódio que ficou conhecido como “Contestado do Amapá”, cujos principais personagens foram Henry Coudreau, Emílio Goeldi e o Barão do Rio Branco.

É sobre a instalação desse jardim e os intercâmbios feitos com a Guiana Francesa que trata nosso segundo capítulo. Mudando o enfoque dado ao tema, tentamos de início olhar para o jardim paraense no contexto local. A disputa territorial entre Portugal e Espanha, mais acirrada no início dos setecentos, bem como as reformas pombalinas em curso a partir de meados do século, fizeram da capital do Grão-Pará um dos centros urbanos coloniais que funcionaram como base para um melhor controle e conhecimento do território. A localização geográfica de Belém – na foz do rio Amazonas, porto de entrada e saída para a imensa bacia – justificava os investimentos urbanos que recebeu, tanto do ponto de vista da infra-estrutura montada para uma administração mais centralizada, quanto do ponto de vista simbólico, isto é, da cidade enquanto símbolo da soberania portuguesa sobre o território amazônico.

Dentre as inúmeras obras executadas em Belém no período, as autoridades coloniais encetaram a solução de um grave problema sanitário, o acúmulo de águas consideradas infecciosas numa depressão que dividia o núcleo urbano ao meio. Muitos projetos foram elaborados para dar maior salubridade à Belém, mas somente no final do século as autoridades chegariam a uma solução final. Esta previra a drenagem e o aterro do pântano de maneira articulada com a instalação de um jardim botânico que a Coroa mandara criar em 1796. Dois anos depois o jardim já funcionava, mas as obras no Piry, como era conhecido o curso d'água, só foram iniciadas em 1803, estendendo-se até 1810. Das águas do igarapé as autoridades coloniais fizeram surgir um passeio público, um campo para cultivo de especiarias, denominado Jardim das Caneleiras, um “jardim de recreio” ornado com plantas medicinais e um largo para a venda das plantas cultivadas. A construção desse complexo científico-comercial deu-se na mesma ocasião em que é possível observar uma maior capacitação local em práticas técnico-científicas, da qual são testemunhos a permanência na colônia de vários técnicos empregados nas Comissões Demarcadoras de Limites, a reforma educacional de D. Francisco de Souza Coutinho, a instalação do Trem de Artilharia, da Escola de Práticos e de uma nova Aula Militar.

O jardim botânico instalado em 1798 tinha uma dupla função: aclimatar as espécies exóticas trazidas de Caiena e domesticar as espécies nativas que, já conhecidas e exploradas pelos portugueses, poderiam oferecer maiores rendimentos caso fossem amplamente cultivadas. Dentre as espécies nativas, as que despertavam maior interesse eram as produtoras de “madeira de construção”, motivo pelo qual sua cultura foi ensaiada do lado de fora do jardim. Essa dupla função do jardim paraense foi considerada um modelo institucional a ser seguido pelas demais

capitanias, que até 1802 receberam avisos ordenando a instalação de jardins similares, acompanhados de catálogos das espécies cultivadas no Pará.

Embora o empenho do governo na implementação dessa política tenha diminuído com a saída de D. Rodrigo de Souza Coutinho do Ministério da Marinha e do Ultramar, a reforma urbana de Belém prosseguiu na construção dos anexos do jardim botânico. Aqui, mais uma vez o governo português tomava os estabelecimentos reais da Guiana Francesa como referência, pois estes associavam – em grandes extensões de terra – a produção de mudas e sementes, o cultivo experimental, a produção agrícola e a “fabricação” de madeiras. Não por acaso, o campo de produção de especiarias de Belém foi batizado de Jardim das Caneleiras, numa alusão ao *jardin des canneliers* então existente na maior das propriedades reais da Guiana, a *Habitation Royale des Épiceries*, também conhecida como *La Gabriele*.

Com a invasão da Guiana, em 1809, os portugueses se apossariam efetivamente de *La Gabriele*. Essa *habitation* foi transformada, então, na grande fornecedora de sementes e mudas de plantas orientais para as diversas capitanias brasileiras. A historiografia e os documentos por nós consultados atestam que a administração lusitana do estabelecimento foi muito bem sucedida, tanto no que se refere à transferência das plantas quanto aos lucros auferidos com o cultivo de especiarias no local.

A primeira remessa de plantas seguiu para Belém, onde foram construídos canteiros especiais, uma guarda nomeada para a vigilância das mudas e a população conclamada a ajudar nas plantações. Muitas outras plantas seriam enviadas para o jardim botânico do Rio de Janeiro, com escala em Pernambuco, consolidando assim uma rota de “transplantações” entre as capitanias. Esse intercâmbio deu ensejo à ampliação do jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, em 1810, e à instalação do jardim botânico de Olinda, em 1811, cuja direção foi dada a um dos jardineiros franceses emigrados, Étienne-Paul Germain. Na mesma época, o governo faria publicar na Impressão Régia do Rio de Janeiro uma relação das plantas enviadas na primeira remessa para Belém, de autoria do administrador de *La Gabriele*, Joseph Martin, e uma memória de Manuel Arruda da Câmara defendendo a instalação de jardins botânicos em algumas capitanias.

É possível identificar, num dos comandos dessa rede científica montada pelos portugueses, a figura do desembargador João Severiano Maciel da Costa, Intendente Geral de Caiena. Maciel da Costa supervisionou pessoalmente a administração de *La Gabriele*, tomou

medidas a fim de proteger o cultivo e o comércio das especiarias e orquestrou, juntamente com D. Rodrigo de Souza Coutinho, novamente nomeado Ministro da Marinha em 1808, a transferência das mudas para Belém, Olinda e Rio de Janeiro. A ele estaria ligada, de certa maneira, a transformação do jardim botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas em Real Jardim Botânico, ocorrida dois anos após a devolução da Guiana à França. Maciel da Costa foi então nomeado diretor do jardim sediado na Corte portuguesa, numa clara tentativa de reverter a experiência que adquiriu em Caiena em benefício do império lusitano.

O fim da dominação lusitana da Guiana, em 1817, demarca o momento em que a administração dos três jardins passaria a correr de maneira mais independente. No Rio de Janeiro, o Real Jardim Botânico foi anexado ao Museu Real, mas manteve a aclimação de plantas orientais dentre suas prioridades. Em Olinda, o falecimento de Germain e a instabilidade política do período deixou o jardim com problemas de manutenção. E no Pará, a nomeação do médico Antônio Corrêa de Lacerda para a direção do jardim daria um novo impulso às atividades ali desenvolvidas. É com esse assunto que se inicia o terceiro capítulo da tese.

Dos inspetores do jardim paraense, Lacerda foi aquele que lhe deu maior organização. Para tal, contava com o trabalho de um assistente, de escravos e dos degradados mantidos no quartel ao lado do jardim. O médico realizou experimentos agrícolas, renovou a plantação de caneleiras e a produção de canela, iniciou a catalogação e classificação botânica das espécies cultivadas. Esse trabalho deu origem à sua obra mais importante, a *Flora Paraensis*, iniciada em 1821. Embora o médico se desligasse da administração do jardim logo depois, provavelmente em função de suas atividades políticas à frente do governo liberal, esteve, mais de uma vez, envolvido em projetos para a reconstrução do jardim botânico após os danos que sofreu com os conflitos da Independência. Em um desses projetos nunca executados, cogitou-se a transferência de plantas do jardim botânico do Rio de Janeiro para Belém, o que, na prática, inverteria o fluxo das remessas verificadas após 1809.

Durante todo o Primeiro Reinado, o jardim botânico do Grão-Pará passou virtualmente abandonado, assim como Lacerda não obteve o apoio que pretendia do governo para publicar seus livros. Seu cargo de Físico-Mor, suas relações com o Museu Imperial do Rio de Janeiro e com os presidentes da província não lhe garantiram esse apoio. Essa situação provocou sérios prejuízos para o trabalho científico de Lacerda, que se considerava em posição privilegiada para a classificação ou revisão taxonômica de muitas espécies animais e vegetais da Amazônia. Para a

desilusão do médico, parte de sua imensa obra perdeu valor diante do trabalho que naturalistas estrangeiros executaram no Brasil.

A Cabanagem, no final da década de 1830, viria mudar definitivamente esse quadro. Com a revolta popular, o espaço urbano de Belém degradou-se, as obras executadas em todo o complexo de São José foram arruinadas e Lacerda obrigado a se refugiar em outro país. No final do conflito, o médico voltou ao Brasil e se estabeleceu em São Luís, onde deu prosseguimento aos seus estudos científicos, sem, contudo, conseguir publicá-los. Quanto ao jardim botânico, tornou-se uma instituição provincial ao mesmo tempo em que se iniciava o trabalho de reconstrução e reorganização administrativa da província. Na década de 1840 o jardim seria, de fato, restaurado, mas de acordo com um novo modelo institucional e um novo projeto urbano para Belém.

O modelo seguido pelas autoridades provinciais pressupunha a criação, nas grandes cidades, de jardins para lazer e “estudos de recreio”, como se dizia. O maior número possível de plantas deveria estar à mostra do público de maneira organizada, principalmente as originárias de outras latitudes e longitudes. As plantas agradáveis aos olhos, assim como aquelas que permitiam o cultivo doméstico, tinham, igualmente, lugar cativo nos canteiros dos muitos jardins construídos em meados do século XIX. Em Belém, o Jardim das Caneleiras, o Passeio Público e o Jardim de Recreio já não mais existiam, mas os governantes não hesitaram em reformar o antigo jardim botânico de acordo com esses novos preceitos institucionais. A cidade crescia e modernizava-se, ao mesmo tempo em que tinha sua importância como principal centro urbano da região reafirmada com a abertura do rio Amazonas à navegação internacional, que se anunciava para breve. Esse fato, por si só, deu ensejo para que um novo jardim fosse tido como necessário pelos governantes para atestar a civilidade, o cosmopolitismo e o bem estar de que gozava a sociedade da *haute gomme*.

Jardineiros franceses foram, então, contratados para dar nova vida ao jardim botânico, que mudou de nome assim como mudaria de local um alguns poucos anos. Agora denominado “jardim público”, foi transferido para um local mais amplo e considerado mais adequado, mas ainda dentro do complexo de São José. Paralelamente à essa remodelação urbana e institucional, outros espaços consolidavam-se para a prática das ciências naturais, como a Biblioteca Pública, o Liceu Paraense e o Museu Paraense. Foi em torno dessas instituições que uma nova geração de naturalistas, médicos e pessoas interessadas em história natural passou a se articular entre si, com



naturalistas de outros locais e com os governos provincial e central. Em nosso trabalho, fizemos referências a José Coelho da Gama e Abreu, Joaquim José de Assis, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, Francisco da Silva Castro, Antônio de Lacerda Chermont e Domingos Soares Ferreira Penna, para ficarmos apenas nos mais conhecidos. Muito da história daquelas instituições está associada a esses homens, que lançaram mão de seus múltiplos interesses e de seu prestígio social – em grande parte advindo dos cargos públicos que ocupavam – para criá-las e organizá-las.

Quanto ao jardim público, do qual se esperava ser capaz de dar uma boa “imagem” da capital da borracha aos que a visitassem, assim como ajudar a civilizar os hábitos da população urbana, acabou submerso pelas enchentes anuais dos cursos d’água que correm ainda hoje pela superfície de Belém. Em 1873, cessaram as dotações orçamentárias do governo provincial feitas para a manutenção e embelezamento do jardim. Poucos anos depois, desapareceriam os vestígios de sua existência. No lugar do antigo jardim botânico colonial, o governo ergueria um imenso galpão de ferro para abrigar o gasômetro da cidade, enquanto no jardim público assentavam-se as bases de uma nova estação de trem.

No decorrer da pesquisa, foi-nos possível identificar quatro diferentes períodos na história do jardim botânico do Grão-Pará. O primeiro deles, entre 1798 e 1817, é demarcado pela instalação do jardim e pelo fim da dominação lusitana da Guiana Francesa. As características principais desse período podem ser encontradas na ampla política de aproveitamento racional dos recursos naturais do Império e de diversificação da produção agrícola, posta em prática pela Coroa portuguesa no final do século XVIII. A essa política está vinculada não só a criação do jardim botânico, como também o próprio interesse dos portugueses por vegetais exóticos, particularmente os orientais, pelas madeiras com uso na construção naval e civil e pelas plantas nativas cuja exploração poderia se tornar mais rentável caso fossem cultivadas. A proximidade do Grão-Pará com a Guiana Francesa, onde se desenvolviam muitas culturas que os portugueses almejavam dominar, como a da pimenta, da canela e do cravo-da-Índia, fez daquela colônia uma constante referência para o governo lusitano durante todo o período. Seja à época em que a Guiana foi sacudida por revoltas de escravos, permitindo uma investida portuguesa na busca de plantas com valor econômico, seja nos anos em que perdurou a construção do complexo de São José, e que coincidem com a retomada da produção agrícola da Guiana pelo governo napoleônico, as propriedades reais de *La Gabriele*, *Mont Baduel* e outras estiveram na mira do governo português. Este viria, finalmente, a se apossar da Guiana Francesa em 1809, e faria da

administração daquelas propriedades o mais atraente negócio da colônia. Ao mesmo tempo, promoveu a distribuição de muitas plantas cultivadas em Caiena para diferentes jardins luso-brasileiros, os quais funcionariam, até o final do período, tentando aclimatar essas plantas.

O segundo período inicia em 1818 e finaliza em 1821, exatamente os anos da administração de Antônio Corrêa de Lacerda. Esse período também coincide com a administração do último Capitão General no Grão-Pará, Conde de Villa Flor, que nomeou e apoiou o trabalho de Lacerda. A gestão do médico à frente do jardim botânico, se por um lado deu prosseguimento ao cultivo de especiarias e aos experimentos agrícolas com plantas exóticas, foi também marcado por um maior interesse pelas espécies nativas, matéria de algumas obras que viria a escrever. Lacerda destaca-se, ainda, pelo empenho em dotar o jardim botânico de uma melhor organização, inclusive com a classificação e catalogação das plantas cultivadas.

O terceiro período vai de 1822, quando não mais registramos atividades ou investimentos do governo na instituição, a 1839, quando o jardim torna-se uma instituição provincial. Esses anos coincidem com os graves eventos políticos que ocorreram no Grão-Pará, desde os conflitos da Independência até o fim da Cabanagem. A dimensão desses conflitos e os efeitos que tiveram sobre a região, seja do ponto de vista econômico, seja do social, dão a medida da instabilidade política da província nessas duas décadas. Nesse período, o jardim botânico passou sem manutenção e gente empregada, embora sua recuperação tenha sido cogitada pelo governo mais de uma vez.

O quarto e último período vai de 1840, quando começam as obras para a recuperação do jardim, a 1873, ano de sua extinção. Aqui, a característica principal não mais seria dada por uma política imperial, mas por um contexto de reorganização administrativa e reconstrução social da província, gravemente abalada por quase duas décadas de conflitos políticos. Nesse contexto, a recuperação do jardim surge vinculada à questão urbana, particularmente, como uma medida necessária para dar maior salubridade a Belém e para dotar a cidade de um espaço que se considerava adequado para o recreio público. Nesse período, o trabalho anteriormente privilegiado no jardim – os experimentos agrícolas com espécies de valor econômico – foi abandonado. O jardim foi reformado de acordo com novos preceitos institucionais, que se difundem como modismo necessário aos novos tempos e requisito para uma nova mentalidade. Na década de 1860, particularmente relevante na história do Grão-Pará devido à abertura do rio Amazonas à navegação internacional e às grandes obras urbanas iniciadas em Belém, o papel do

jardim como instrumento de civilização e indício de modernidade foi reforçado com a sua transferência, ampliação e embelezamento. O novo local, contudo, inicialmente tido como mais adequado, com mais espaço, melhor solo e disponibilidade de água, acabou se revelando totalmente impróprio ao jardim, sujeito que estava às inundações sazonais. Esse teria sido o motivo pelo qual o jardim foi extinto.

Ao caracterizar esses períodos, queremos demonstrar que o processo de institucionalização das ciências faz-se em meio a discontinuidades. Ao longo do tempo, não foram apenas os administradores e funcionários do jardim botânico que mudaram, sucedendo-se uns aos outros, mas a própria concepção do jardim como espaço público e como *locus* institucional para a prática da ciência. Suas coleções, sua aparência, suas atividades e mesmo sua localização mudaram, num processo de criação e recriação institucional contínuo, no qual intervêm os interesses pessoais, a rede científica internacional, o contexto político-econômico e as tensões inerentes à própria atividade científica. Nesse processo, a própria memória institucional é capaz de se refazer inúmeras vezes, como tentamos demonstrar ao analisar detidamente o jardim criado por D. Francisco de Souza Coutinho em 1798 e a leitura que dele fizeram, ao longo do século XIX, Antônio Corrêa de Lacerda, Antônio Ladislau Monteiro Baena e Antônio de Lacerda Chermont.

São essas discontinuidades que nos colocam algumas questões. A primeira diz respeito à falência de um projeto colonial no terceiro período. Embora se possa argumentar que foram as obras urbanas executadas em Belém – entre 1803 e 1810 – que lhe traçaram um perfil reconhecível ainda hoje, o projeto a elas associado foi abandonado após a Independência do Brasil. Quando o jardim botânico foi recuperado, no quarto período, outras foram as prioridades dos governantes paraenses. Uma continuidade, contudo, é possível de ser identificada ao longo de toda a história do jardim botânico: a preocupação em dotar a cidade de espaços adequados para o convívio público, para o usufruto comum de uma natureza controlada. Essa noção de salubridade urbana teve origem na cultura científica do Iluminismo e se desenvolveu ao longo do século XIX (Segawa, 1996). A ela se deve o aterramento do igarapé do Piry e a introdução da vegetação no espaço urbano, com uma função pragmática, estética e saneadora.

Uma segunda questão seria a da relevância da atividade agrícola para a institucionalização das ciências naturais no Brasil, defendida – como vimos na introdução – por alguns autores. Se a política agrária do final do século XVIII justificou a criação e impulsionou o funcionamento do

jardim botânico paraense durante o primeiro e segundo períodos, o mesmo não pode ser dito dos demais. No caso do terceiro, parece-nos inútil fazer considerações desse tipo devido a situação de guerra civil vivida no Grão-Pará, mas, no caso do quarto período, verificamos o descompasso na associação entre agricultura e ciências naturais. É nesse período que a economia extrativista vai se firmar na região amazônica, em detrimento de toda a produção agrícola regional. Podemos até fazer uma relação entre a reforma no jardim botânico – que lhe tirou o caráter experimental voltado para a diversificação de cultivares – e a nova economia, que não se baseava na agricultura, mas essa mecânica não funciona quando inserimos o jardim num contexto mais amplo, de consolidação de outros espaços institucionais para a prática das ciências naturais. Esses espaços foram criados e se desenvolveram à medida em que as exportações de goma elástica aumentavam e a agricultura entrava em declínio. Vejamos dois exemplos, a Escola Rural D. Pedro II, criada em 1860, e o Museu Paraense, seis anos depois.

No caso da primeira, sua fundação está diretamente vinculada a uma tentativa de dar novo impulso à agricultura por meio do ensino técnico, da publicação de um periódico e da manutenção de um museu agrícola. É um exemplo que, de certa maneira, corrobora a relação entre agricultura e ciências naturais. Mas o mesmo não se pode dizer do Museu Paraense, criado logo depois e no mesmo contexto econômico. Essa instituição foi também planejada como sendo capaz de interferir no processo econômico por meio da exposição de produtos naturais, mas não tinha um “fim agrícola” propriamente dito. O caráter “industrial” do museu parece ser mais relevante, se lembrarmos do empenho de José Coelho da Gama e Abreu em formar uma coleção de vegetais úteis e pedir à Assembléia Provincial, a título de exemplo de empreendimento industrial, a isenção de impostos para a fabricação de chocolate e óleos vegetais. Pensamos, portanto, que se a agricultura – particularmente o cultivo de café na Região Sudeste e de cana de açúcar no Nordeste – demandou conhecimentos e pesquisas científicas, incentivando assim o desenvolvimento de instituições e de determinados campos científicos, há que se considerar as diversidades regionais e institucionais nessa relação.

Uma última questão se coloca em nosso trabalho. Ela diz respeito à ruptura institucional ocorrida no quarto período. Alguns autores já chamaram atenção para a década de 1840 e o que ela teria representado no campo político com o chamado “regresso conservador”<sup>2</sup>. De maneira

---

<sup>2</sup> Ver, sobretudo, Mattos (1999). Para esse autor, o processo de constituição da classe senhorial no Brasil está associada à centralização política ocorrida no início do Segundo Reinado, em torno da figura do Imperador. Esse

correlata, esses mesmos anos seriam marcados pela tentativa de construção de uma “ciência nacional”<sup>3</sup>, que respaldasse o processo de consolidação do Estado Imperial e de constituição da nacionalidade brasileira por meio de uma ciência com características “genuinamente brasileiras”<sup>4</sup>. Nesse processo estariam incluídos a preocupação de muitos naturalistas em buscar elementos simbólicos na Natureza brasileira que pudessem representar a essência da Pátria, assim como em difundir uma visão apologética dessa mesma natureza. Tais idéias incidiram sobre as instituições da mesma forma que sobre a obra dos naturalistas. Seriam os casos da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), que se atribuiu a tarefa de “escrever” a história pátria e “desvendar” o território nacional, e da Sociedade Velosiana (1850), uma das primeiras agremiações de naturalistas brasileiros destinada ao estudo do meio físico do país. Ambas traduziriam “com clareza esse movimento nativista na ciência” (Figueirôa, 1997:239).

A periodização que fizemos da história do jardim botânico paraense aparentemente corrobora essa mudança que teria acontecido a partir de 1840 no campo das idéias e das instituições científicas. Foi nesse período que se iniciou a reforma do jardim botânico e que pudemos observar maior empenho local na pesquisa de plantas indígenas. Os discursos de alguns presidentes da província em defesa da necessidade de se conhecer melhor os produtos naturais da região, bem como a contratação do naturalista Brunet para formar coleções de vegetais úteis, são exemplos desse empenho. Devemos nos perguntar, contudo, em que medida os governantes e intelectuais locais absorveram a “ideologia nacional” gestada na Corte, e em que medida as ciências naturais foram incentivadas como parte desse processo<sup>5</sup>. Pelo que pudemos averiguar, o

---

processo teria sido acompanhado da difusão de determinadas idéias e valores que justificavam todo um programa político e social do partido conservador.

<sup>3</sup> Segundo Basalla (1967), a formação de uma “ciência nacional” característica de cada país não-europeu seria o último estágio do processo de incorporação ou assimilação da “ciência européia”. Nos últimos 20 anos vários autores têm questionado tal modelo, propondo adaptações e fazendo surgir o que se convencionou chamar de modelos de “mundialização” da ciência. Ultimamente, a questão tem sido discutida – pelo menos no Brasil – juntamente com o processo de construção da “identidade nacional”, ocorrido durante o século XIX. Para uma revisão crítica do assunto, ver Lafuente e Ortega (1992).

<sup>4</sup> Essa é a visão de alguns autores, como Figueirôa (1997) e Kury (1998). Para essa última autora, contudo, esse processo iniciou um pouco antes, em 1820, prosseguindo até 1870. Esse período, segundo Kury, seria fértil para o estudo da constituição de uma “ciência nacional” porque, de um lado, vivia-se uma “disputa acirrada em torno do projeto de Brasil que deveria ser instaurado com a Independência” e, de outro, o universo de questões colocadas pelas ciências naturais, dentre as quais a geografia botânica e zoológica, incentivava mesmo o debate sobre a afirmação da ciência em cada país (Kury, *op. cit.*:269).

<sup>5</sup> Segundo Dias (1968), o processo de “tomada de consciência nacional” – verificado após a Independência – teve algumas de suas raízes lançadas pela política estatal de incentivo às ciências naturais posta em prática no fim do período colonial, cujas características seriam o caráter pragmático e aplicado. Nesse sentido, o estudo da natureza e dos usos e costumes, por todo o século XIX, pode ser considerado um “instrumento” para a definição da nova nacionalidade.

jardim botânico – enquanto instituição de pesquisa científica e experimentação agrícola – não foi uma prioridade para o governo provincial, se utilizarmos como parâmetro as atividades do mesmo jardim até 1821. Pelo contrário, foi a partir de 1840 que o jardim paraense perdeu o caráter experimental, assim como sua estrutura institucional perdeu uma perspectiva mais ampla de atuação. Poderíamos dizer que deixou de ser um “jardim do império” para se tornar um “jardim da cidade”. Consideramos, portanto, para efeito de futuros estudos, que no mesmo período em que o IHGB e a Sociedade Velosiana surgem como baluartes do poder centralizado no Rio de Janeiro, ocorrem significativas mudanças em instituições científicas provinciais, como no caso da transferência dos jardins do Grão-Pará e de Olinda para os governos locais e a conseqüente perda da dimensão imperial até então atribuída a eles.

Sobre esse último ponto, da não prioridade dada ao jardim botânico – enquanto instituição científica – pelo governo provincial após 1840, o mesmo parece ter acontecido com o Museu Imperial em relação ao governo central. Esse museu havia sido, até então, uma das instituições basilares para a consolidação da nova nação ao procurar reunir coleções provenientes das províncias, organizar expedições científicas dentro do território brasileiro e apoiar atividades econômicas, como a mineração e a agricultura (Lopes, 1997)<sup>6</sup>. Na década de 1840, o Museu Imperial deixa de ocupar um lugar de destaque na política do governo, que questiona cada vez mais a necessidade das várias seções científicas, dos cursos que se planejava executar, do número de funcionários requeridos. O que significava, na prática, questionar a própria “utilidade” da instituição e sua função na estrutura burocrática do governo (*id. ibd.*). Se julgarmos possível a comparação entre o jardim paraense e o Museu Imperial, poderíamos concluir com Lopes (*op. cit.*) ao afirmar que, nesse período, as “Ciências Naturais, de modo geral, não tiveram presença marcante nesse projeto que consolidou a economia agrária, dependente e escravocrata brasileira” (p. 325)<sup>7</sup>. Mais importantes para o “projeto saquarema” parecem ter sido as instituições de instrução pública, como os institutos de artífices, liceus e escolas normais que se espalharam pelo país (Mattos, 1999). A eles estava destinado o papel de “formar o povo brasileiro”, missão que foi atribuída também às administrações provinciais quando estas passaram a legislar sobre a instrução “primária” e “secundária”, em 1834. A prioridade dada pela Assembléia Provincial do

---

<sup>6</sup> Para Lopes (1998), os museus nacionais que surgiram na América Latina recém-independente tornaram-se o lugar para “onde convergiam (...) os produtos da investigação dos territórios” e os símbolos responsáveis “por gerar e consolidar as novas identidades nacionais que se forjavam” (p. 126).

Grão-Pará, no ano de sua abertura, à criação de um Estabelecimento dos Educandos Artífices, instalado em 1838, e de um Liceu Paraense, três anos depois, corrobora essas idéias.

Em contrapartida, nos meados do século, surge uma geração de intelectuais empenhadíssima em criar novos espaços institucionais para as ciências da natureza. Com as mais diversas formações, mas com um interesse e uma confiança comum na utilidade da história natural, vemos esses intelectuais – entre 1855 e 1870 – discutindo a necessidade de transferência e ampliação do jardim botânico, assim como de uma nova reforma nessa instituição, que lhe devolvesse a estrutura apropriada para o estudo da natureza; a conveniência da instalação de “cadeiras” dedicadas às ciências naturais no Liceu Paraense; a contratação de um naturalista e de jardineiros para servirem ao governo; e a criação de dois museus, um agrícola e outro de história natural. Essas discussões passaram-se no âmbito do governo, mas certamente muitas questões foram colocadas em pauta por uma emergente “comunidade científica” que conseguiu tirar proveito de cargos políticos para concretizar seus interesses profissionais<sup>8</sup>.

Podemos citar vários exemplos desse processo de profissionalização científica verificado em meados do século. Em primeiro lugar, o caso dos professores do Liceu Paraense envolvidos tanto com a instalação de “cadeiras” de ciências naturais, quanto com a criação de um museu de história natural e a administração da Biblioteca Pública. Como medida da eficácia do esforço que despenderam, tomemos o fato do museu provincial e da biblioteca terem sido instalados oficialmente, em 1871, no próprio prédio do Liceu. Um segundo exemplo seria a atividade de Gama e Abreu à frente da Repartição de Obras Públicas. Utilizando-se de suas prerrogativas e do seu controle sobre as obras em execução na cidade, Gama e Abreu articulou a transferência e ampliação do jardim botânico ao destinar o terreno onde estava originalmente instalado para a construção do gasômetro. Quase simultaneamente, centralizou na repartição que dirigia as coleções de Brunet, formou um mostruário com os produtos naturais que dispunha e se associou a dois professores do Liceu com mandato de deputados provinciais na criação de um museu de história natural. Pouco tempo depois, Gama e Abreu seria contratado como lente no Liceu e também assumiria a direção do Museu Paraense. O último exemplo é o da Associação Philomatica. Em 1866, o grupo de intelectuais reunidos nessa associação, alguns dos quais

---

<sup>7</sup> Aqui nos ressentimos imensamente de um estudo sobre o jardim botânico do Rio de Janeiro, em especial das transformações que sofreu ou não durante a Regência e o início do Segundo Reinado.

professores do Liceu Paraense, propôs ao governo a fundação de um museu, prontamente acatada pelos presidentes da província<sup>9</sup>. Interessante é observar que os proponentes já ocupavam cargos públicos, sendo eles próprios parte do governo. Ninguém melhor para ilustrar esse trânsito de influências do que Domingos Soares Ferreira Penna, a um só tempo presidente da Associação Philomatica e Secretário de Governo. Quando da oficialização do Museu Paraense, em 1871, Ferreira Penna seria nomeado seu primeiro diretor, bem como lente no Liceu.

Esperamos, com esse estudo, trazer à cena o Jardim Botânico do Grão Pará e contribuir com as recentes discussões no âmbito da história das ciências no Brasil. Escusamo-nos de aqui repisar aquilo que, na introdução, deixamos dito acerca da relevância do estudo das instituições científicas com uma abordagem centrada na localidade. Restrinjimo-nos apenas a enfatizar um olhar sobre essas instituições como espaços de sociabilidade intelectual, que “formam por si mesmos um campo de dinamismo e transformação científica e cultural, independentemente da eficácia técnica proporcionada pela utilização da ciência” (Kury e Munteal Filho, 1995:106). Que não se tome a abordagem que privilegiamos, contudo, como uma resposta inequívoca às questões que nos propusemos discutir. Pelo contrário, trata-se de um primeiro ensaio ou leitura, dentre os vários possíveis, sobre um assunto tão pouco estudado. Ainda sobre o Jardim Botânico do Grão-Pará, por exemplo, alguns interessantes temas aguardam novos estudos, sem dúvida mais palpantes para os historiadores sociais e não menos importantes para uma boa compreensão do funcionamento e dos significados daquele jardim para os diferentes grupos sociais. São os casos dos anônimos escravos e galés que faziam o trabalho cotidiano do jardim; da utilização e adaptação, nesse trabalho, de conhecimentos populares sobre os vegetais, em consonância com a ordem exigida num jardim botânico; dos nove jardineiros franceses contratados em meados do século XIX; da interação entre o jardim botânico e os proprietários de jardins particulares e fazendas; e do olhar estrangeiro sobre o jardim, como o de Avé-Lallemant, que não entendia o que um “maravilhoso” viveiro de plantas exóticas fazia em Belém. Destarte, o viajante demonstra, na sua perplexidade, quão frágeis eram as fronteiras entre a cidade e a floresta.

---

<sup>8</sup> Lopes (1997) também fez referência às “iniciativas da emergente comunidade científica” de meados do século XIX, que “disputou, com relativo êxito, apoio político e mecenato imperial para cada uma de suas ações e de seus diferentes interesses” (p. 325).

<sup>9</sup> Figueirôa (*op. cit.*) já chamou atenção para o fato de que “alguns espaços institucionais resultaram da iniciativa de cientistas que, interessados em conseguir sustentação para suas pesquisas e se afirmarem profissionalmente em suas carreiras, lograram convencer o governo, *porque este se mostrava receptivo*, a criar determinadas instituições” (p. 235). Esse teria sido o caso da Comissão Geológica do Império, proposta por C. F. Hartt e criada em 1875.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

### 1. Fontes manuscritas

#### 1.1 Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos (RJ)

- Alemão, F. F. *Notas sobre o naturalista colhidas por Freire Alemão em conversa com José Joaquim Rodrigues Lopes*. Engenho Velho: 1850. I-28,9,59.
- Ferreira, A. R. *Estado presente da agricultura do Pará*. 21,1,16.
- \_\_\_\_\_. *Miscellanea histórica para servir de explicação ao prospecto da cidade do Pará*. 8 de setembro de 1784. 21,1,1 n.1.
- Lacerda, A. C. de. *Nova Genera Plantarum, et alia non bene descripta*. 2v. S.l., s.d. 2,2,1 e 2,2,2.
- \_\_\_\_\_. *Flora Paraense-Maranhensis*. 12v. S.l., 1821-1852. 2,2,3 a 2,2,13, 2,2,15.
- \_\_\_\_\_. *Observações meteorológicas feitas no Maranhão desde 19 de junho de 1841 até 14 de junho de 1852*. 2v. Maranhão: 1851-1852. 3,1,3 e 3,3,4.
- \_\_\_\_\_. *Zoologia Paraense*. 8v. 9t. Pará: 1823-1852. 4,1,1 a 4,1,9.
- \_\_\_\_\_. *Observações diárias thermométricas, higrométricas e barométricas, tomadas na cidade de Belém do Pará...* Belém: 1830. 5,1,7.
- \_\_\_\_\_. *Notas botânicas sobre a aplicação das plantas usuais e medicinais do Brasil*. S.l., s.d. 5,1,17.
- \_\_\_\_\_. *Chemiologia Vegetal*. 2v. S.l.: 1845-1849. 8,1,6 e 8,1,7.
- \_\_\_\_\_. *Observações médicas filosóficas*. 2v. S.l., 1840-1850. 13,2,20 e 13,2,21.
- \_\_\_\_\_. *Observações médico-clínicas*. S.l.: 1837. 13,4,22.
- \_\_\_\_\_. *Opúsculo de matéria médica*. S.l., s.d. 14,1,12.
- \_\_\_\_\_. *Botânica Médica*. 2v. S.l., s.d. 14,1,13 e 14,1,14.
- \_\_\_\_\_. *Pede mercê do hábito da Ordem do Cristo. Fé de Ofício*. C521,6.
- \_\_\_\_\_. *Licença para ser correspondente da Academia de Munich*. VU,C 521,6
- Ofício de Rodrigo de Souza Coutinho ao governador interino da Bahia, sobre o jardim botânico da capitania e remessas de coleções para Lisboa. Mafra, 12 de novembro de 1801. I-31,30,105.
- Ofício de Rodrigo de Souza Coutinho a Francisco de Souza Coutinho, acusando o recebimento das informações sobre a árvore em cuja a casca se atribuem as virtudes da quina e de outra que cura a hidropisia... Palácio de Queluz, 31 de julho de 1799. I-28,28,33.
- Ofício de Rodrigo de Souza Coutinho a Fernando José de Portugal, enviando o catálogo das plantas do Horto Botânico do Pará... Palácio de Queluz, 19 de novembro de 1798. I-47,16,1 n.8.
- Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco da Cunha e Menezes, governador da Bahia, sobre as ordens expedidas ao seu antecessor, referentes ao jardim botânico da capitania. Palácio de Queluz, 5 de junho de 1802. I-31,30,106.
- “Termo de Rendição”. Códice CCLXVI (1754).
- Zani, F. R. “Descrição chorographica do Estado do Grão Pará”. 19,2,19.

#### 1.2 Arquivo Público do Estado do Pará (PA)

“Relação das Plantas que se devem remeter vivas da Capitania do Pará para o Real Jardim Botânico: vindo dispostas em Caixões cheios da mesma terra nativa donde se tirarem e havendo no Mar o cuidado de as abrigar do frio no tempo do Inverno, e de as regar no tempo do Verão”. Solicitação de 12 de setembro de 1795. Códice 622

Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 30 de março de 1798. Códice 676.

Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco de Souza Coutinho. S.l., s.d. Códice 676.

Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a D. Francisco de Souza Coutinho. Palácio de Queluz, 31 de julho de 1799. Códice 686.

Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 2 de fevereiro de 1799. Códice 702.

Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 20 de abril de 1799. Códice 702.

Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a D. Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, s.d. Códice 703.

Ofício do Barão de Bagé ao Ministro dos Negócios do Império. Pará, 25 de maio de 1830. Códice 727.

Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho a José Narciso de Magalhães e Menezes, governador do Pará. Rio de Janeiro, 27 de abril de 1809. Códice 751.

### 1.3 Arquivo Nacional (RJ)

Carvalho, J. S. de. *Memória sobre a diligência que se fez à fronteira do rio Calcuêni entre as Guianas Portuguesa e Francesa. Assinado por José Simoins de Carvalho, engenheiro encarregado da expedição e diligência.* 1798. Códice 807, v. 20, fls. 53 a 63.

“Conta Geral da Receita e Despesa do Governo de Cayena e Guiana (anos de 1812 a 1815)”. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

*Habitation Royale des Épiceries, dite la Gabriele*, anexo no. 11 do referido balanço. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

“Lista das Plantas que existem presentemente em o Real Jardim de Plantas em Olinda”. Olinda, 28 de julho de 1816. Códice 807, v. 7, 192, fl. 188a.

“Mapa Geral das Importações e Exportações da Colônia de Caiena e Guiana. Anos 1812 a 1815”. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

“Memória em francês sobre a agricultura no Brasil, por M. Germain, precedida de duas cartas de Domingos Borges de Barros, sendo uma autógrafa”. Códice 807, v. 10, 64, fl. 56a.

“Memórias sobre a agricultura portuguesa”. 1798 a 1812. Códice 807, v. 22, mem. 390.

Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 26 de fevereiro de 1811. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 23 de abril de 1811. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 26 de abril de 1811. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

Ofício de João Severiano Maciel da Costa ao Conde d’Aguiar. Caiena, 28 de abril de 1811. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

Ofício de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, a João Severiano Maciel da Costa. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1811. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

“Ordenança...”, 19 de julho de 1810. Fundo Caiena, 0F, cx. 1192, SDE.

“Ordenança...”, 24 de fevereiro de 1810. Fundo Caiena, OF, cx. 1192, SDE.  
“Real Jardim Botânico de Portugal”. 1798 a 1812. Códice 807, v. 22, fls. 79 a 139.

#### **1.4 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RJ)**

“Bando do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, sobre a conservação das matas”. Belém, 8 de junho de 1797. Lata 195, pasta 31.

Brunelli, J. A. *Alcune riflessioni le quali prego [ilegível] Vostra Eccellenza prima che io sia annesso alla presente spedizione che si fa da Sua Maestà Fedelissima nel Brasile per la carta geografica di quel paese*. Lata 3, pasta 14.

“Informações sobre a Província do Pará prestada por Sebastião do Rego Barros ao Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 1856”. Lata 289, doc. 3.

“Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 3 de abril de 1800”. Lata 285, Pasta 4.

“Mappa de todas as Plantas que existem no Jardim Botânico em São José em 20 de junho de 1800”. Lata 285, Pasta 4.

“Memória da defesa da Capitania do Pará por D. Francisco de Souza Coutinho; e outros documentos do tempo do seu governo. Plano da conquista da Guiana Francesa” (cópia), 1791-1797. Lata 281 – Pasta 6.

## **2. Periódicos**

### **2.1 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Periódicos (RJ)**

“Jornal do Pará. Órgão Oficial”, 1866-1867. Periódico PR-SPR 272.

### **2.2 Biblioteca Pública Arthur Vianna (PA)**

“Diário do Gram-Pará”, 1866.

## **3. Fontes impressas**

Abreu, J. C. da G. e. “Relatório da Repartição de Obras Públicas”. In Brusque, F. C. de A. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa da Provincia do Pará na Segunda Sessão da XIII Legislatura pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1.º de novembro de 1863*. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863, anexo.

Aceves Pastrana, P. “La difusión de la ciencia en la Nueva España en el siglo XVIII: la polémica en torno a la nomenclatura de Linneo y Lavoisier”. *Quipu*, v. 4, n. 3, set.-dez. 1987, p. 357-385.

\_\_\_\_\_. “Las políticas botánicas metropolitanas en los virreinos de la Nueva España y del Perú”. In: Lafuente, A., Elena, A. e Ortega, M. L. (eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993, p. 287-296.

- \_\_\_\_\_. “La Red Científica en el Área Farmacéutica, Química y Metalúrgica en la Nueva España de Finales del Siglo XVIII”. In: Alfonso-Goldfarb, A. M. e Maia, C. A. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1995, p. 745-771.
- Agassiz, L. e Agassiz, E. C. *Viagem ao Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938.
- Aguiar, F. A. de. *Relatório do Presidente da Província do Grão-Pará, o Exmo. Sr. Dr. Fausto Augusto de Aguiar, na Abertura da Segunda Sessão Ordinária da Sétima Legislatura da Assembléia Provincial. No dia 15 de agosto de 1851*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1851.
- \_\_\_\_\_. *Relatorio apresentado ao Exmo. Senr. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Gram-Pará, pelo Comendador Fausto Augusto de Aguiar, por ocasião de entregar-lhe a administração da província no dia 20 de agosto de 1852*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1852.
- Albuquerque, A. C. de S. e. *Relatório que o Exmo. Senr. Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província do Pará, apresentou ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, ao passar-lhe a administração da mesma província em 12 de maio de 1860*. Pará: Typ. Commercial, 1860.
- Alden, D. *O significado da produção de cacau na região da Amazônia no fim do período colonial: um ensaio de história econômica comparada*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974.
- Alemão, F. F. “Quais são as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brazil?”. *Revista do IHGB*, 1856, tomo XIX, nº 21, p. 539-578.
- Almeida, L. F. de. “Aclimatação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”. *Revista Portuguesa de História*, t. XV, 1976, p. 339-481.
- Amaral, A. T. do. *Relatorio do Exmo. Senr. Angelo Thomaz do Amaral, presidente da Provincia do Gram-Pará ao Exmo. Vice-Presidente Olyntho José Meira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma*. Pará: Typ. de Santos & Irmãos, 1861.
- Amaral, L. *História Geral da Agricultura Brasileira no tríplice aspecto Político-Social-Econômico*. 2v. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- Andrea, F. J. de S. S. de. *Discurso com que o Prezidente da Provincia do Pará fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838*. Pará: Typ. Restaurada de Santos e Santos menor, 1838.
- Araripe, T. de A. *Falla com que o Exmo. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Provincia do Pará, abriu a Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 5 de novembro de 1885*. Pará: Typ. do Diário de Notícias, 1886.
- Arary, B. do. *Relatorio da Presidência do Pará. Apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo Exmo. Senr. Vice-Presidente Barão de Arary. Em 1º. de outubro de 1866*. Pará: Typ. do Jornal do Amazonas, 1866.
- Araújo, R. M. *As Cidades da Amazônia no Século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.
- Areia, M. L. R. e Miranda, M. A. P. “A philosophical journey to the Amazon, 1783-92. The story of the gathering and dispersal of a collection”. *Journal of the History of Collections*, 1995, v. 7, n. 1, p. 59-71.
- As Juntas Governativas e a Independência*. 1º v. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, 1973.
- Avé-Lallemant, R. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- Azevedo, P. V. de. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 19ª Legislatura pelo Presidente da Provincia do Pará, o Excellentissimo Senhor*

- Doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874.* Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874.
- Baena, A. L. M. *Compêndio das Eras da Província do Pará.* Belém: Typographia de Santos, 1838.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará.* Belém: 1839.
- \_\_\_\_\_. *Discurso ou Memória sobre a intrusão dos franceses de Cayena nas terras do Cabo do norte em 1836.* Maranhão: Typ. da Temperança, impresso por Manoel Pereira Ramos, 1846.
- Barata, M. “A Antiga Produção e Exportação do Pará”. In: *Formação Histórica do Pará.* Belém: Universidade Federal do Pará, 1973, p. 293-330.
- Barata, M. *Poder e Independência no Grão-Pará. 1820-1823.* Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.
- Barros, S. do R. *Exposição apresentada pelo Exmo. Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente da Província do Gram-Pará, Por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 1º. Vice-Presidente, o Exmo. Senr. Dr. Angelo Custodio Corrêa.* Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1855.
- Barroso, G. M. “A pesquisa no Jardim Botânico do Rio de Janeiro: Revivendo a história”. In: Rodrigues, J. B. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro – Uma lembrança do 1º Centenário (1808-1908).* 2ª ed. São Paulo: Banco Safra, 1998.
- Basalla, G. “The Spread of Western Science”. *Science*, v. 156, 1967, p. 611-621.
- Belém do Pará.* Belém: Alunorte; São Paulo: Hamburg, 1995.
- Beltrán, A. “La historia natural de Buffon: la eternidad en la historia”. In: Buffon, G.-L. *Las épocas de la naturaleza.* Madrid: Alianza Editorial, 1997, p. 11-122.
- Benchimol, J. L. *Dos micróbios aos mosquitos. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ/Ed. UFRJ, 1999.
- Benchimol, J. L. e Teixeira, L. A. *Cobras, lagartos & outros bichos. Uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.
- Benjamin, A. C. *Índice ou Repertório Geral das Leis da Assembléa Legislativa Provincial do Gram-Pará (1838-1853).* Pará: Typ. Commercial, 1854.
- Bennett, T. *The birth of the museum. History, theory, politics.* London: Routledge, 1995.
- Bezerra Neto, J. M. *Escravidão negra no Grão-Pará, sécs. XVII-XIX.* Belém: Paka-Tatu, 2001.
- Blake, A. V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro.* Tomos I, II, III, IV. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883, 1893, 1895 e 1898.
- Bluteau, R. *Vocabulario Portuguez e Latino.* Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- Borgmeier, T. “A história da ‘Flora Fluminensis’ de Frei Vellozo”. In *Flora Fluminensis. Documentos.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961.
- Bourguet, M.-N. “O Explorador”. In: Vovelle, M. (dir.). *O Homem do Iluminismo.* Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 207-249.
- Bourguet, M.-N. e Licoppe, C. “Voyages, mesures et instruments. Une nouvelle expérience du monde au Siècles des lumières”. *Annales HSS*, septembre-octobre 1997, n° 5, p. 1115-1151.
- Brockway, L. H. *Science and Colonial Expansion. The Role of the British Royal Botanic Gardens.* New York: Academic Press, 1979.
- Brusque, F. C. de A. *Relatorio dirigido à Assembleia Legislativa da Provincia do Pará na Segunda Sessão da XII Legislatura pelo Exmo. Senr. Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, Presidente da mesma Província, em 17 de agosto de 1861.* Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1861.

- \_\_\_\_\_. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa da Provincia do Pará na Primeira Sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Senr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º. de setembro de 1862*. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.
- \_\_\_\_\_. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa da Provincia do Pará na Segunda Sessão da XIII Legislatura pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º. de novembro de 1863*. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863.
- Câmara, M. A. da. “Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil” (1810). In *Obras Reunidas*. Coligidas e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 195-227.
- Camargo, A. M. de A. e Moraes, R. B. de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. 2v. São Paulo: EDUSP: Kosmos, 1993.
- Capel, H. *O nascimento da ciência moderna e a América. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território*. Maringá: UEM, 1999.
- Cardoso, C. F. *Economia e Sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. *La Guyane française (1715-1817). Aspects économiques et sociaux. Contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique*. Petit-Bourg, Guadeloupe: Ibis Rouge Editions, 1999.
- Castro, F. da S. “Enumeração dos vegetais indígenas do Brazil, empregados em medicina e mais usados, contendo a sua sinonimia ou nomes vulgares e científicos, classificação, partes empregadas, formulas, virtudes, preparações terapeuticas, etc.” In Beirão, C. M. da S. *Compendio de materia medica*. Lisboa: 1860.
- \_\_\_\_\_. “Nota sobre a droga ‘Uirary’ ou Curare”. *Gazeta Médica da Bahia*, 2, 1868, p. 172-84.
- \_\_\_\_\_. “Observações sobre o vegetal Paricary e suas aplicações terapeuticas”. *Gazeta Médica da Bahia*, 2, 1868, p. 332-72.
- \_\_\_\_\_. “Observações sobre o vegetal Paricary e suas aplicações terapeuticas”. *Gazette médicale de Paris*, 24, 1869.
- “Catálogo da miscelânea e dos manuscritos da Coleção Lamego (IV)”. *Separata da Revista de História*, no. 51, 1962.
- Chambers, D. W. “Locality and science: myths of centre and periphery”. In: Lafuente, A., Elena, A. e Ortega, M. L. (eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993, p. 605-617.
- Chernoviz, P. L. N. *Diccionario de medicina popular*. 3v. 3ª. ed. Paris: 1862.
- Coelho, J. F. *Falla dirigida pelo Exmo. Snr. Conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, Presidente da Provincia do Gram-Pará à Assembléa Legislativa Provincial na Abertura da Sessão Ordinária da Sexta Legislatura no dia 1º. de Outubro de 1848*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1848.
- Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará*. Tomo XXIII. Anno de 1861. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.
- Collecção das Leis da Provincia do Gram-Pará*. Tomo XXV. Anno de 1863. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1864.
- Cook, H. J. “Physicians and natural history”. In: Jardine, N. et al. (ed.). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 91-105.
- Cortese, J. “A integração do território do Brasil”. In Peres, D. (org.). *História de Portugal*. Barcelos: 1928, v. VI, p. 673-760.

- \_\_\_\_\_. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid (1695-1735)*. 2v. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1952-1956.
- Cruz, E. *A Estrada de Ferro de Bragança. Visão social, econômica e política*. Belém: SPVEA, 1955.
- \_\_\_\_\_. *História do Pará*. 2 v. Belém: Universidade do Pará, 1963.
- \_\_\_\_\_. *História de Belém*. 2 v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- Cunha, A. L. da. “Relatório anual sobre o estado da instrução pública e particular em toda a Província”. In: Barros, S. do R. *Relatorios a que se refere a falla que o Exmo. Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente desta Provincia, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura do corrente ano*. S.l.: 1854.
- Cunha, J. J. da. *Falla que o Exmo. Snr. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente desta Província, dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembléia, no dia 15 de agosto de 1853*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1853.
- Cunha Junior, D. J. da. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Doutor Domingos José da Cunha Junior passou a administração da Provincia do Pará ao 3º Vice-Presidente, o Excellentissimo Senhor Doutor Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873*. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873.
- Cunha, O. R. da. *Talento e Atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi, I*. Belém: MPEG, 1989.
- Cunningham, A. “The culture of gardens”. In: Jardine, N. *et al.* (ed.). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 38-56.
- Dantes, M. A. “Institutos de Pesquisa Científica no Brasil”. In: Ferri, M. G. e Motoyama, S. (coords.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP/CNPq, 1980, p. 341-380.
- \_\_\_\_\_. “Fases da implantação da Ciência no Brasil”. *Quipu*, 5(2): 265-76, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Relações Científicas e Tradições Científicas Locais: Modelos Institucionais no Brasil no Final do Século XIX”. In: Alfonso-Goldfarb, A. M. e Maia, C. A. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1995, p. 923-931.
- Dean, W. “A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação das plantas no Brasil”. *Estudos Históricos*, 1991, v. 4, n. 8.
- \_\_\_\_\_. *A ferro e fogo. A História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Denis, G. “A Agronomia e a Naturalização de Vegetais Estrangeiros (Exóticos) na França do Fim do Século XVIII”. In: Alfonso-Goldfarb, A. M. e Maia, C. A. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1995, p. 653-692.
- Dias, M. N. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. 2v. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- Dias, M. O. da S. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *Revista do IHGB*, v. 278, jan.-mar. 1968, p. 105-70.
- \_\_\_\_\_. “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: Mota, C. G. (org.). *1822 – Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184.
- Domingues, A. *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

- \_\_\_\_\_. “Urbanismo e Colonização na Amazônia em meados de setecentos: a aplicação das reformas pombalinas na Capitania de São José do Rio Negro”. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, v. X, 1995, p. 263-273.
- \_\_\_\_\_. *Quando os índios eram vassallos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 2000.
- Domingues, H. M. B. *Ciência: um Caso de Política – As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império*. São Paulo: Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1995 (Tese de Doutorado).
- Duarte, C. F. “São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino”. *Oceanos*. Lisboa: jan.-mar. 2000, n. 41, p. 152-160.
- Estrella, E. “Introducción del sistema linneano en el Virreinato del Perú”. In: Lafuente, A., Elena, A. e Ortega, M. L. (eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993, p. 341-348.
- Falcon, F. “Pombal e o Brasil”. In Tengarrinha, J. (ed.). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.
- Ferreira, A. R. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.
- Ferrone, V. “O homem de ciência”. In: Vovelle, M. (dir.). *O homem do iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997, p. 157-182.
- Figueiredo, A. M. de. “Parque da cidade, museu da nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia, 1930-1945”. In: Faulhaber, P. (org.). *Conhecimento e fronteira*. Belém: MPEG, 2001 (no prelo).
- Figueirôa, S. F. de M. “Charles Frederic Hartt and the ‘Geological Commission of Brazil’ (1875-1877)”. *Earth Sciences History*, 13(2), 1994, p. 168-173.
- \_\_\_\_\_. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma História Social e Institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. “Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX)”. *Asclépio*, v. L, nº 2, 1998, p. 107-123.
- Figueirôa, S. e Silva, C. da. “Enlightened Mineralogists – Mining Knowledge in Colonial Brazil, 1750-1825”. *Osiris*, v. 15, 2000, p. 101-116.
- Findlen, P. *Possessing Nature. Museums, Collecting, and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- Flora Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Vellozo*. Documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1961.
- Fonseca, M. R. de G. F. da. “A única ciência é a pátria”: o discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815). São Paulo: Departamento de História, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_. “Luzes das Ciências na Corte Americana. Observações sobre o periódico ‘O Patriota’”. *Anais Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: 1999, v. 31, p. 81-104.
- Fortes, M. “O jardim econômico das reais quintas do Paço de Nossa Senhora da Ajuda”. In Janeira, A. L. (org.). *Gabinete de Curiosidades*. Lisboa: CICTSUL, 1999, p. 67-70.
- Franco, B. de S. *Discurso, que recitou o Exmo. Senhor Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Gram-Pará na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839*. Pará: Typ. de Santos e menor, 1839.
- \_\_\_\_\_. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-presidente da Provincia do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 14 de abril de 1842*. Pará: Typ. de Santos & menor, 1842.



- Freitas, M. V. de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no Império de D. Pedro II*. Providence, Rhode Island: Department of Portuguese and Brazilian Studies at Brown University, 2000 (Tese de Doutorado).
- Freyre, G. “O Horto del Rei em Olinda”. *Rvta. Inst. Arqueol. Pernambuco*, 1942, 37, p. 208-214.
- Fusée-Aublet, J.-B.. *Histoire des Plantes de la Guiane Française rangées suivant la méthode sexuelle, avec plusieurs mémoires sur différents objets intéressans, relatifs à la Culture & au Commerce de la Guiane Française, & une Notice des Plantes de l’Ille de France, ouvrage orné de pres de quatre cents planches en taille-douce, où sont représentées des Plantes qui n’ont point encore été décrites ni gravées, ou qui ne l’ont été qu’imparfaitement*. Paris: Pierre-François Didot jeune, 1775.
- Gesteira, H. M. “O jardim maurício. Conhecimento e colonização da América durante o domínio batavo no Brasil 1637/1645”. *Anais Museu Histórico Nacional*, v. 30, 1998, 191-206.
- Graça, A. *Relatorio apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na segunda sessão da 17ª Legislatura, pelo Dr. Abel Graça, Presidente da Província*. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1871.
- Gualtieri, R. C. E. *Evolucionismo e ciência no Brasil – Museus, pesquisadores e instituições, 1870-1915*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, 2001 (Tese de Doutorado).
- Guimarães, M. A. P. *Relatorio que o Excellentissimo Senhor Coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães, Segundo Vice-Presidente da Província, dirigio à Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1869, por ocasião da Abertura da 2ª Sessão da 16ª Legislatura da mesma Assembleia*. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1869.
- Henriques, J. A. *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1876.
- Henriques, J. T. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Coronel José Thomaz Henriques, Prezidente da Provincia do Pará, na Abertura da Segunda Sessão da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de Agosto de 1843*. Pará: Typ. de Santos & menores, 1843.
- Herson, B. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500/1850)*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- Heynemann, C. B. *As culturas do Brasil, história natural no setecentos luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS, Departamento de História, 2000 (Tese de Doutorado).
- Hoehne, F. C., Kuhlmann, M. e Handro, O. *O Jardim Botânico de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Botânica do Estado, 1941.
- Hunt, J. D. “Curiosities to adorn Cabinets and Gardens”. In: Impey, O. e Macgregor, A. (ed.). *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, 1985, p. 193-203.
- Impey, O. e Macgregor, A. (ed.). *The Origins of Museums. The Cabinet of Curiosities in Sixteenth- and Seventeenth-Century Europe*. Oxford: Clarendon Press, 1985.
- Jacques Le Seigneur, M. “Un naturaliste français en Guyane: Jacques-François Artur, médecin du roi à Cayenne, 1736-1771”. In Laissus, Y. (org.). *Les naturalistes français en Amérique du Sud, XVIIe-XIXe siècles*. Paris: CTHS, 1995, p. 137-56.
- Janeira, A. L. “O jardim botânico das reais quintas do Paço de Nossa Senhora da Ajuda”. In Janeira, A. L. (org.). *Gabinete de Curiosidades*. Lisboa: CICTSUL, 1999, p. 61-5.
- Jobim, L. C. “Os Jardins Botânicos no Brasil Colonial”. *Bibl. Arq. Mus. Lisboa*, v. 2, n. 1, jan./jun., 1986, p. 53-120.

- Kury, L. B. “La politique des voyages et la culture scientifique d’Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853)”. In Laissus, Y. (org.). *Les naturalistes français en Amérique du Sud, XVIe-XIXe siècles*. Paris: CTHS, 1995, p. 235-245.
- \_\_\_\_\_. “Ciência e nação: Romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia”. In *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, jul.-out. 1998, V(2):267-291.
- Kury, L. B. e Camenietzki, C. Z. “Ordem e Natureza – Coleções e cultura científica na Europa Moderna”. *Anais Museu Histórico Nacional*, 1997, v. 29, p. 57-85.
- Kury, L. B. e Munteal Filho, O. “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro”. *Acervo*, v. 8, n. 1-2, p. 105-122, jan./dez. 1995.
- Lafuente, A. e Ortega, M. L. “Modelos de mundialización de la ciencia”. *Arbor*, CXLII, 558-559-560, jun.-ago. 1992, p. 93-117.
- Lafuente, A. e Sala Catala, J. “Ciencia Colonial y roles profesionales en la America Española del siglo XVIII”. *Quiipu*, 6(3): 387-403, set.-dec. 1989.
- Lamare, J. R. de. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Exa. o Senr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Provincia, em 15 de agosto de 1867*. Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1867.
- \_\_\_\_\_. *Relatório com que o Excellentissimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Provincia do Gram-Pará ao Excellentissimo Senhor Visconde de Arary, 1º Vice-Presidente. Em 6 de agosto de 1868*. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1868.
- Lapa, J. R. do A. *O Brasil e as Drogas do Oriente*. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, 1966.
- Lavôr, J. C. N. de. *Histórico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 1983.
- Lescure, J. “Des Voyageurs-Naturalistes du Muséum en Guyane. I. Richard, Leschenault de la Tour et Doumerc (1781-1824). II. Lacordaire, Leprieur et de Bauve. Le prix d’encouragement de la Société de Géographie (1830-1839)”. *Nature guyanaise*, 1989, 1, p. 14-20; 2, 14-21.
- \_\_\_\_\_. “L’Épopée des voyageurs naturalistes aux Antilles et en Guyane”. In *Voyage aux Iles d’Amérique*. Paris: Archives Nationales, 1992.
- Lopes, M. M. “C. F. Hart’s Contribution to Brazilian Museums of Natural History”. *Earth Sciences History*, HESS, 1994, v.13, n.2, p. 174-179.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as Ciências Naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. “A construção de Museus Nacionais na América Latina independente”. *Anais Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 1998, 30:121-145.
- \_\_\_\_\_. “Sociedades científicas e museus na América Latina, no século XIX”. *Saber y Tiempo. Revista de Historia de la Ciencia*, Buenos Aires, enero-junio 1999, 7: 67-81.
- Lowenthal, D. “Colonial experiments in French Guiana, 1760-1800”. *The Hispanic American Historical Review*, february 1952, p. 22-43.
- Lucena Giraldo, M. “Los experimentos agrícolas en la Guayana Española (1784-1789)”. In: Lafuente, A. et al. (eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid: Doce Calles, 1993, p. 251-258.
- Ly-Tio-Fane, M. “Contacts between Schönbrunn and the Jardin du Roi at Isle de France (Mauritius) in the 18<sup>th</sup> century”. *Mitteilungen des Österreichischen Staatsarchivs*, 35, 1982, p. 85-109.

- Machado, L. O. *Mitos e realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Barcelona: Departamento de Geografia Humana, Universitat de Barcelona, 1989 (Tese de Doutorado).
- Maclachlan, C. M. “The Indian Labour Structure in the Portuguese Amazon, 1700-1800”. In Alden, D. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 199-230.
- Maio, M. C. e Sá, M. R. “Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa”. *História, Ciências, Saúde*, v. VI (Suplemento), 2000, p. 975-1017.
- \_\_\_\_\_. “A tradução local de um projeto internacional: a Unesco, o CNPq e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia”. In: Faulhaber, P. (org.). *Conhecimento e fronteira*. Belém: MPEG, 2001 (no prelo).
- Marques, C. A. “O Dr. Lacerda”. *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, 1895, tomo II, fascículos I e II, p. 81-88.
- Mattos, I. R. de. *O Tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- Mattos, J. W. de. [Carta a Carlos Honório de Figueiredo]. *Revista do IGHB*, t. XXXIX, Parte segunda, 1876, p. 355-357.
- Meira Filho, A. *O Bi-Secular Palácio de Landi*. 3ª ed. Belém: 1974.
- \_\_\_\_\_. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. Belém: 1976.
- \_\_\_\_\_. *Landi, esse desconhecido (O Naturalista)*, Conselho Federal de Cultura, 1976.
- Meissner, C. F. “Lauraceae, Hernandiaceae”. In Martius, K. F. von. *Flora Brasiliensis*. Munique: Frid. Fleischer, 1866, v. V, parte II.
- Mello Neto, J. A. G. de. “Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco”. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, no. 3, 1954, p. 33-64.
- \_\_\_\_\_. “Manuel Arruda da Câmara. Estudo biográfico”. In Câmara, Manuel Arruda da. *Obras Reunidas*. Coligidas e com estudo biográfico por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.
- Mendelsohn, E. “The Social Construction of Scientific Knowledge”. In: Mendelsohn, E., Weingart, P. e Whitley, R. (eds.). *The Social Production of Scientific Knowledge*. Dordrecht: D. Reidel Publ. Co., 1977.
- Mendonça, M. C. de. *A Amazônia na Era Pombalina – Correspondência inédita do Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)*. 3 v. Rio de Janeiro: IHGB, 1963.
- Miranda, J. A. de. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840*. Pará: Typ. de Santos e menor, 1840.
- Moraes, J. M. de. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Maria de Moraes, Vice Presidente da Província do Pará na Abertura da Segunda Sessão da Quarta Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de Agosto de 1845*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1845.
- \_\_\_\_\_. *Exposição apresentada pelo Exmo. Senr. Doutor João Maria de Moraes, 4º. Vice-Presidente da Província do Gram-Pará, Por ocasião de passar a Administração da mesma Província ao 3º. Vice-Presidente, o Exmo. Senr. Coronel Miguel Antonio Pinto Guimaraens*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1855.
- Mulkay, M. *Science and the Sociology of Knowledge*. Londres: George Allen & Unwin, 1979.

- Muniz, J. de P. “Apontamentos biographicos de alguns personagens que figuraram no período histórico de 1821-1823. III – Dr. Antônio Correa de Lacerda”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 1922, 6(4):550-552.
- Munteal Filho, O. *Domenico Vandelli no Anfiteatro da Natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro: Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo: A Academia Real das Ciências de Lisboa e os Caminhos da Ilustração Luso-Brasileira na Crise do Antigo Sistema Colonial*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/IFCS, Depto. de História, 1998 (Tese de Doutorado).
- Neves, L. M. B. P. “Da repulsa ao triunfo. Idéias francesas no Império Luso-Brasileiro, 1808-1815”. *Anais Museu Histórico Nacional*, v. 31, 1999, p. 35-54.
- Notícia histórica e abreviada para servir à Cultura de uma remessa de árvores espedeiras e fructíferas destinada a Sua Excellencia o Senhor Capitão General do Pará por Sua Senhoria, o Senhor Manoel Marques, governador interino da Colonia de Cayena*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.
- Novais, F. A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- Nunes, B. *Pará – Capital Belém*. Belém: 1998 (fotocópia).
- Oliveira, J. C. de. *Cultura científica no Brasil durante o governo de D. João (1808-1821)*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1997 (Tese de Doutorado).
- Orta, G. da. *Colloquios dos Simples e Drogas e Cousas Medicinaes da Índia e assi de algumas fructas achadas nella*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.
- Papavero, N. e Teixeira, D. M. “Os Jardins Botânicos no Brasil Colonial”. *Contribuições avulsas sobre a História Natural do Brasil, Série História da História Natural*. Seropédica, RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2000, 29:1-22.
- Pataca, E. M. *Arte, Ciência e Técnica na Viagem Philosophica de Alexandre Rodrigues Ferreira. A confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na Capitania do Grão-Pará, entre Setembro de 1783 a Outubro de 1784*. Campinas: Instituto de Geociências, 2001 (Dissertação de Mestrado).
- Pedreira, J. M. “Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo. Algumas notas sobre o Pensamento Econômico Português (1780-1820)”. In Cardoso, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Econômico em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1988, p. 63-83.
- Penna, D. S. F. *Obras Completas*. 2v. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- Penna, H. F. *Falla dirigida pelo Exmo. Snr. Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província do Gram-Pará a Assembléa Legislativa Provincial na Abertura da Sessão Extraordinária no dia 8 de Março de 1847*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1847.
- Pestre, D. “Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens”. *Cadernos IG*, v. 6, n. 1, 1996, p. 3-56.
- Pina, L. de. “Sciencia”. In Peres, D. (org.). *História de Portugal*. Barcelos: 1928, v. VI, p. 493-548.
- Pinault Sørensen, M. “Les voyageurs artistes en Amérique du Sud au XVIIIe siècle”. In Laissus, Y. (org.). *Les naturalistes français en Amérique du Sud, XVIe-XIXe siècles*. Paris: CTHS, 1995, p. 43-55.
- Pita, J. R. *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva, 1996.

- Pomian, K. "Coleção". In *Enciclopédia Einaudi*, 1. Memória-História. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.
- Prest, J. *The Garden of Eden: the Botanic Garden and the Re-Creation of Paradise*. New Haven: Yale University Press, 1981.
- Puig-Samper, M. A. y Valero, M. "A. Auber y el Jardín Botánico de La Habana". In: Bénassy *et al.* (coords.). *Nouveau Monde et renouveau de l'Histoire Naturelle III*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle; Madrid: CSIC, s.d., p. 281-295.
- Pyenson, L. e Sheets-Pyenson, S. *Servants of Nature. A History of Scientific Institutions, Enterprises and Sensibilities*. London: Harper Collins Publishers, 1999.
- Reis, A. C. F. *Síntese de História do Pará*. Belém: Ed. da Revista de Veterinária, 1942.
- \_\_\_\_\_. "O Jardim Botânico de Belém". *Boletim do Museu Nacional. Botânica*, n.7, 27 de setembro de 1946.
- \_\_\_\_\_. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. 2v. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.
- \_\_\_\_\_. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Cadernos de Cultura, 1953.
- \_\_\_\_\_. *A expansão portuguesa na Amazônia nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: SPVEA, 1959.
- \_\_\_\_\_. "Limites e demarcações na Amazônia Brasileira. A Fronteira com as Colônias Espanholas. O Tratado de S. Ildefonso". *Revista do IHGB*, 244:3-103, jul./set. 1959.
- \_\_\_\_\_. *Tempo e Vida na Amazônia*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1965.
- \_\_\_\_\_. "O processo de Independência no Norte". In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *1822 – Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 187-204.
- \_\_\_\_\_. "A ocupação portuguesa do vale amazônico". In Holanda, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – I. A Época Colonial. I. Do descobrimento à expansão territorial*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 257-272.
- \_\_\_\_\_. "Os Tratados de Limites". In Holanda, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – I. A Época Colonial. I. Do descobrimento à expansão territorial*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 364-379.
- \_\_\_\_\_. *A Política de Portugal no Valle Amazônico*. 2ª. ed. Belém: Secult, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A Amazônia que os Portugueses Revelaram*. 2ª. ed. Belém: Secult, 1994.
- Ribeiro, J. S. *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal, nos sucessivos Reinados da Monarchia*. Tomos I e II. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1871-1872.
- Ricci, M. "História Amotinada: memórias da Cabanagem". *Cadernos do CFCH*, UFPA, 12(1-2):13-28, 1993.
- \_\_\_\_\_. "Liberdade justificada: histórias dos tempos da malvadeza e do patriotismo no Grão-Pará". *XX Simpósio Nacional da ANPUH*, UFSC, 20 a 25 de julho de 1999.
- \_\_\_\_\_. "Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos". *Anais do Arquivo Público do Estado do Pará*, 2000 (no prelo).
- Rio Branco, B. do e Zaborowski. "A Antropologia". In: Levasseur, E. *O Brasil*. 1ª edição brasileira. Rio de Janeiro: Bom Texto/Letras e Expressões, 2000, p. 43-51.
- Rocha, Y. T. *Dos antigos ao atual Jardim Botânico de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999 (Dissertação de Mestrado).
- Rodrigues, J. B. *Hortus Fluminensis*. Rio de Janeiro: 1894.
- \_\_\_\_\_. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Uma lembrança do 1º Centenário. 1808-1908*. Rio de Janeiro: Oficinas da "Renascença", E. Bevilacqua & Cia., 1908.

- Rohan, H. de B. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Pará, no dia 15 de agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10ª Legislatura da mesma Assembleia, pelo Presidente Henrique de Beurepaire Rohan*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1856.
- \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará, no dia 15 de agosto de 1857, por Occasião da Abertura da Segunda Sessão da 10ª. Legislatura da mesma Assembléia, pelo Presidente Henrique de Beurepaire Rohan*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1857.
- \_\_\_\_\_. *Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Senr. Dr. João da Silva Carrão No ato de ser empossado da presidencia da Província do Pará por Henrique de Beurepaire Rohan*. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1857.
- Sá, M. R. “James William Helenus Trail: a british naturalist in nineteenth century Amazonia”. *Historia Naturalis*, v. 1, 1998, p. 99-254.
- Saint-Hilaire, A. de. *Viagem à Província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.
- Sala Catala, J. “Ciencia y técnica en la metropolización de Lima”. *Quipu*, v.5, n.3, septiembre-diciembre 1988.
- \_\_\_\_\_. “El paraíso urbanizado: ciencia y ciudad en el Brasil holandés”. *Quipu*, v.6, n.1, enero-abril 1989.
- Saladino Garcia, A. *Libros científicos del siglo XVIII latinoamericano*. México: UAEM, 1998.
- Saldaña, J. J. “Marcos conceptuales de la historia de las ciencias en Latinoamérica. Positivismo y economicismo”. In: Saldaña, J. J. (ed.). *El perfil de la ciencia en América*. México: Sociedad Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología, Cuadernos de Quipu (1), 1986, p. 57-80.
- \_\_\_\_\_. “Teatro científico americano. Geografía y cultura en la historiografía latinoamericana de la ciencia”. In: Saldaña, J. J. (coord.). *Historia social de las ciencias en América Latina*. México: Coordinación de Humanidades, UNAM, 1996.
- Saldanha, N. *O Jardim e a Praça. O Privado e o Público na Vida Social e Histórica*. São Paulo: Edusp, 1993.
- Salles, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas; Belém: UFPA, 1971.
- Sangwan, S. “Natural History in Colonial Context: Profit or Pursuit? British Botanical Enterprise in India, 1778-1820”. In Petitjean, P. et al. (eds.). *Science and Empires: historical studies about scientific development and European expansion*. Boston: Boston Studies in the Philosophy of Science, v. 136, 1992, p. 281-298.
- Sanjad, N. “Bela Adormecida entre a vigília e o sono: uma leitura da historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1894-2000”. In: Faulhaber, P. (org.). *Conhecimento e fronteira*. Belém: MPEG, 2001 (no prelo).
- Sanjad, N. e Lopes, M. M. “As Ciências Naturais na Amazônia: tentativas de criação do um museu de história natural no Grão-Pará, 1840-1870”. *XXI Simpósio Nacional da ANPUH*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- \_\_\_\_\_. “As Ciências Naturais na Amazônia: a origem do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1866”. *XXI Simpósio Nacional da ANPUH*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- Santos, R. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980.
- “Seção de Manuscritos. Esboço-histórico”. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* (1883-1884), v. XI, p. 464.

- Segawa, H. *Ao Amor do Público. Jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP, Studio Nobel, 1996.
- Silva, A. M.-D. “Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808”. In: Bethel, L. (org.). *História da América Latina*. 2ª ed. 1º v. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p. 477-518.
- Silva, C. P. da. *O desvendar do grande livro da natureza: as práticas geocientíficas no Brasil colonial vistas por meio de um estudo da obra mineralógica e geológica do cientista brasileiro José Vieira Couto, 1798-1805*. Campinas: Departamento de Geociências Aplicadas ao Ensino, Instituto de Geociências, UNICAMP, 1999 (Dissertação de Mestrado).
- Silva, I. F. da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomos I, II, III, IV, VII, VIII, IX, X, XVIII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1867, 1870, 1883 e 1906.
- Silva, M. B. N. da. “A Cultura”. In Serrão, J. e Marques, A. H. O. (dirs.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1986, v. VIII, p. 443-498.
- Simon, W. J. *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.
- Smith, H. H. *Brazil. The Amazons and the Coast*. New York: Charles Scribner’s Son, 1879.
- Soares, J. F. “Relatório da Repartição de Obras Públicas”. In Lamare, J. R. de. *Relatório com que o Excellentissimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Provincia do Gram-Pará ao Excellentissimo Senhor Visconde de Arary, 1º Vice-Presidente. Em 6 de agosto de 1868*. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1868, Anexo n.º 27.
- Sousa, A. F. de. “Notícias geográficas da capitania da Rio Negro no grande rio Amazonas”. *Revista do IHGB*, 10:411-504, 1848.
- Sousa, J. S. de. *Falla com que o Exmo. Senr. Conselheiro João Silveira de Sousa abriu a 1ª Sessão da 25ª Legislatura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de outubro de 1884*. Pará: Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885.
- Sousa, L. de. “Contribuição para o conhecimento do architecto Landi como naturalista”. In *Amazônia Felsúnea: António José Landi: Itinerário artístico e científico de um architecto bolonhês na Amazônia do século XVIII*. Lisboa: CNCDP, 1999, p. 259-71.
- Souza, F. B. de. *Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas*. Pará: 1873.
- Souza, G. S. de. *Notícia do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1974 (Brasiliensia Documenta, 7).
- Spary, E. “Political, natural and bodily economies”. In: Jardine, N. et al. (ed.). *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, p. 178-196.
- Spix, J. B. von e Martius, K. F. von. *Viagem pelo Brasil. 1817-1820*. 3 v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.
- Taunay, A. de E. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- Teixeira, L. A. *Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903-1916*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.
- Terra, C. G. *O jardim no Brasil do século XIX: Glaziou revisitado*. Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes/UFRJ, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- Thomas, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Toulmin, S. e Goodfield, J. *El Descubrimiento del Tiempo*. Barcelona: Paidós, 1990.
- Valladares, C. “Uma página sobre Landi”. In Ferreira, A. R. *Viagem Filosófica*. São Paulo: Of. Gráficas de Brunner Ltda., 1970.

- Vandelli, D. *Dicionário dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos Das obras de Linneo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos. E a Memória sobre a utilidade dos jardins botânicos...* Coimbra: Real Oficina da Universidade, 1788.
- Varella, A. G. “A viagem de José Bonifácio pela Europa”. *XXI Simpósio Nacional da ANPUH*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- Vasconcelos, M. de F. e. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa da Província do Pará na Segunda Sessão da XI Legislatura pelo Exmo. Sr. Tenente-Coronel Manoel de Frias e Vasconcelos, Presidente da mesma província, em 1 de outubro de 1859*. Pará: Typ. Commercial, 1859.
- Vellozo, M. P. da S. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo, Prezidente da Provincia do Pará na Abertura da Primeira Sessão da Quarta Legislatura da Assembléa Provincial no dia 15 de Agosto de 1844*. Pará: Typ. de Santos & menores, 1844.
- Vellozo, P. L. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia, Dr. Pedro Leão Vellozo, passou a administração da mesma ao Excellentissimo Senhor 1º Vice-Presidente, Barão do Arary, no dia 9 de abril de 1867*. Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1867.
- Vianna, A. “Biografia”. In Baena, A. L. M. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969, p. 5-14.
- Viterbo, S. “A Jardinagem em Portugal”. *O Instituto*, v. 56, 1909, p. 22-33, 62-76, 105-119, 168-182, 229-238, 298-308, 360-372, 452-463, 520-529, 600-610.
- Wehling, A. “O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações”. *Revista do IHGB*, 1977, v. 316, p. 171-278.
- Xavier, C. “Plantas Indiáticas no Brasil”. *Revista do IHGB*, 1977, v.314, p. 45-50.
- Zamudio, G. “El Jardín Botánico de la Nueva España y la Institucionalización de la Botánica en México”. In: Saldaña, J. J. (ed.). *Los orígenes de la ciencia nacional*. México: SLHCT/UNAM, 1992, p. 55-98 (Cuadernos de Quipu, 4).